

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS CENTRAL - SEDE: ANÁPOLIS - CET
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE ANÁPOLIS - CSEH
Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado -
TECCER

FERNANDO HENRIQUE FERREIRA CARDOSO

**A GRAMÁTICA AMBIENTAL EM CARMO BERNARDES: REPRESENTAÇÕES DO
CERRADO EM *RELEMBRANÇAS***

ANÁPOLIS
2025

FERNANDO HENRIQUE FERREIRA CARDOSO

**A GRAMÁTICA AMBIENTAL EM CARMO BERNARDES: REPRESENTAÇÕES DO
CERRADO EM *RELEMBRANÇAS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades – Territórios e Expressões Culturais no Cerrado.

Linha de Pesquisa: Saberes, Sociedade e Natureza no Cerrado

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Josana de Castro Peixoto

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Oliveira

ANÁPOLIS

2025

FERNANDO HENRIQUE FERREIRA CARDOSO

**A GRAMÁTICA AMBIENTAL EM CARMO BERNARDES: REPRESENTAÇÕES DO
CERRADO EM *RELEMBRANÇAS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades – Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Saberes, Sociedade e Natureza no Cerrado, no dia 24 de março de 2025, para a banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof^a. Dr^a. Josana de Castro Peixoto
(Presidente da banca examinadora – PPG-TECCER/UEG)

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Oliveira
(Coorientadora – PPG-TECCER/UEG)

Prof. Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira
(Avaliador interno – PPG-TECCER/UEG)

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro
(Avaliador externo – PPGEIO/IESA/UFG)

Dedicado à Joaquim Emanuel e à memória alegre da Professora Mariazinha.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar esta seção de agradecimentos pela minha orientadora, a professora e bióloga Josana de Castro Peixoto, pela confiança que sempre depositou em meu trabalho de pesquisa e em minha escrita, algo fundamental para o exercício da resiliência necessária à conclusão de um mestrado acadêmico. Agradeço, ainda, a diligência com que a professora Josana assumiu comigo esta pesquisa. Por toda a sua disponibilidade, esclarecimentos e presteza durante todo este percurso que é um trabalho conjunto de escrita e orientação, te agradeço, professora Josana.

Agradeço à minha coorientadora, a professora e historiadora Maria de Fátima Oliveira, pela leitura sensível de quem percebeu em meus escritos iniciais sobre a temática da natureza uma possibilidade de aproximação e relação profícua com a literatura do escritor Carmo Bernardes. Obrigado pela sugestão cuidadosa de me confiar essa incumbência. Por todos os apontamentos, orientação e condução inicial desta pesquisa, te agradeço, professora Fátima.

Agradeço ao professor Eliezer Cardoso de Oliveira pela disposição em empreender tantas leituras, arguições e sugestões que acompanharam a trajetória de elaboração desta pesquisa desde sua primeira apresentação pública em Seminário de Pesquisa, seu Exame de Qualificação e, finalmente, sua Defesa Pública. Os trabalhos do professor Eliezer sobre as diversas faces da cultura goiana, que vão do medo ao riso, da catástrofe à contemplação da natureza, constituíram referenciais importantes para que pudesse entender a dinâmica e a profundidade do estudo das representações sociais, e tê-lo presente em uma banca de defesa de dissertação é certamente uma honra.

Agradeço ao professor Eguimar Felício Chaveiro, pelas arguições e sugestões na etapa de qualificação e pela confiança demonstrada nesta pesquisa. Uma inspiração desde os tempos da graduação, muitas das centelhas de reflexão que atravessam este trabalho se deram na busca da “fala terrosa” e na atenção às “estratégias de sobrevivência dos passarinhos” que o professor Eguimar faz questão de trazer à evidência quando nos fala e escreve sobre o Cerrado. Obrigado pelo seu sorriso de gesto acolhedor, simpatia de típico caipira erudito ou erudito caipira (as duas definições me parecem bem colocadas nesse momento).

Na pessoa desses quatro professores, estendo minhas considerações aos demais docentes, técnicos administrativos, colegas e estudantes do PPG-TECCER

da Universidade Estadual de Goiás. Esse Programa de Pós-Graduação tão rico e diverso em possibilidades e diálogos e tão necessário ao aprofundamento da compreensão do universo cultural e da sociedade goiana à qual agora, certamente mais do que antes dessa etapa de formação, me sinto mais pertencente.

Agradeço ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, seus colaboradores e associados, nas pessoas de Nilson Jaime, Elenir Freire, Elizete Caldeira e Vanessa Rezende pela disponibilização e digitalização do acervo do escritor Carmo Bernardes, e pela receptividade que sempre tiveram com esta pesquisa.

Agradeço aos meus amigos de vida da rua B-3 no Parque das Laranjeiras em Goiânia, a quem a memória, objeto deste trabalho, inevitavelmente remeteu por várias vezes durante este percurso de reflexão. Não preciso mencionar seus nomes pois eles saberão se identificar imediatamente quando digo “amigos da rua B-3”.

Agradeço aos meus amigos de acolhida que, cada um à sua maneira, foram importantes companhias nessa etapa de especialização acadêmica: à Sabrina Carrijo, Enver Roger, Thiago Gonçalves, Murilo Dourado e Letícia Souza, agradeço pela receptividade sempre acolhedora em seus lares e pela companhia em nossas viagens, almoços e jantares, conversas e tudo mais que uma amizade proporciona. Oportuno, ainda, estender estes agradecimentos a todas as pessoas adjacentes a eles e que fazem parte deste círculo de vínculos preciosos de reciprocidade e afeto.

Agradeço à gentileza dos amigos e acadêmicos Diego Cedro e Endel Muller por atenderem às minhas consultas e procurarem me explicar de maneira simples e didática sobre a complexidade de ter uma terra que ferve sob os nossos pés. E ao amigo historiador Rodrigo Mendes, pela indicação da tese sobre uma história da historiografia goiana que me aguçou a concepção dessa disciplina.

Agradeço aos amigos de trabalho do Instituto Federal de Goiás: Rodrigo Marciel, Márcia Julia e Maria Betânia, nas pessoas de quem estendo esses agradecimentos a todo o corpo de profissionais e estudantes dessa instituição à qual devo a oportunidade ímpar de me afastar temporariamente de minhas atividades laborativas e me dedicar aos estudos e à capacitação para atuar frente aos seus quadros.

Agradeço ao meu irmão, Vicente de Souza Cardoso Júnior, pela disponibilidade de tempo e diálogo que dedicou a me ensinar de maneira descontraída e simples sobre a linguagem, a língua e a literatura e me auxiliar a alcançar alguma profundidade possível diante desses temas. Pela resolutividade carinhosa e acolhedora, que me foi

pedagógica em momentos críticos e decisiva para que eu me empenhasse na finalização e acabamento do texto aqui apresentado. E, finalmente, e mais importante, por ter cuidado da nossa família no momento em que minha presença não pode ser plena. Por nossa amizade fraternal e duradoura, te agradeço, Maninho.

Agradeço ao meu pai, Vicente de Souza Cardoso, por sua disposição em viver de modo a superar todo e qualquer desafio como são os que surgem na trajetória de vida de todas as pessoas neste mundo. Estendo estes agradecimentos à sua família, Analice Rocha e Pedro Otávio, que me recebeu em seu lar quando mais me foi necessário. Sua força e resiliência sempre serão um grande farol em minha vida, e por isso te agradeço, meu pai.

RESUMO

Esta dissertação investiga o caráter ecológico contido nos livros autobiográficos do escritor Carmo Bernardes da Costa (1915-1996) a partir de suas estratégias de representação da natureza. O primeiro capítulo analisa sua prosa e sua filiação ao gênero da crônica, bem como sua relação com a escrita memorialística e autobiográfica. Destaca-se sua trajetória como escritor e sua abordagem narrativa. O segundo capítulo discute a categoria memória e suas possibilidades de conexão com a temática ambiental, explorando como a literatura regionalista pode contribuir para a compreensão do Cerrado e sua representação histórica e cultural. No terceiro capítulo, são analisadas as formas de representação da natureza em *Força da Nova* e *Quarto Crescente*, considerando diferentes perspectivas narrativas. A pesquisa propõe um diálogo entre literatura, ecologia, história e geografia regionais na obra do autor.

Palavras-chave: Natureza; Cerrado; representação; autobiografia; Carmo Bernardes.

ABSTRACT

This dissertation investigates the ecological character of the autobiographical books of the writer Carmo Bernardes da Costa (1915-1996), based on his strategies for representing nature. The first chapter analyses his prose and his belonging to the genre of the chronicle, as well as his relationship with memorial and autobiographical writing. It highlights his career as a writer and his narrative approach. The second chapter discusses the category of memory and its possible connections with environmental issues, exploring how regionalist literature can contribute to an understanding of the Cerrado and its historical and cultural representation. The third chapter analyses the ways in which nature is represented in *Força da Nova* and *Quarto Crescente*, taking into account different narrative perspectives. The study proposes a dialogue between regional literature, ecology, history and geography in the author's work.

Keywords: Nature; Cerrado; representating; autobiography. Carmo Bernardes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	O 1º Movimento Ecológico de Goiânia, de 2 de julho de 1983.....	25
Figura 2	Carmo Bernardes em diálogo na televisão sobre o tema feminismo no programa <i>Goiânia Urgente</i> , em 23 de dezembro de 1981.....	28
Figuras 3 e 4	Ecossistemas e fitofisionomias do Centro-Oeste por Carmo Bernardes (meados de 1990, as datas são imprecisas).....	30
Figura 5	Publicação de contos de <i>Jurubatuba</i> pelo jornal <i>Cinco de Março</i> , em 17 de maio de 1971.....	42
Figura 6	Crônica “A Nossa Vizinhança”, de 22 de setembro de 1982.....	43
Figura 7	Capa do caderno <i>DM Revista</i> , 16 de dezembro de 1982.....	44
Figura 8	“Melrinhos – Porta-vozes do verão”, de 19 de março de 1980.....	48
Figura 9	<i>A Conquista do Cerrado</i> , por Mauro Borges (1985).....	85
Figura 10	“O homem é um produto dos saís da terra”, de 14 de novembro de 1976.....	120
Figura 11	“Em extinção as abelhas nacionais”.....	164

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1. UM SERTANEJO-CIENTÍFICO: CARMO BERNARDES E A CRÔNICA DO CERRADO	21
1.1 UM “SERTANEJO-CIENTÍFICO”	21
1.2 A CRÔNICA JORNALÍSTICA BERNARDEANA.....	38
CAPÍTULO 2. DA NATUREZA DA MEMÓRIA ÀS MEMÓRIAS DA NATUREZA ...	57
2.1 MEMÓRIA E SENSIBILIDADE EM <i>RELEMBRANÇAS</i>	57
2.2 DE ROCEIRO A ESCRITOR: DO SERTÃO AO CERRADO.....	71
2.3 O SUJEITO ECOLÓGICO BERNARDEANO	89
CAPÍTULO 3. A GRAMÁTICA DO CERRADO	100
3.1. <i>FORÇA DA NOVA</i> : DESCRIÇÃO DA PAISAGEM E A SENSIBILIDADE EM MOVIMENTO.....	100
3.2 GOIÁS: “UM REINO ENCANTADO E REMOTO”	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS.....	173

INTRODUÇÃO

Este trabalho procura fazer um resgate de parte da obra e da memória do escritor Carmo Bernardes da Costa (1915-1996). Contudo, não se trata de um resgate no sentido de um salvamento. Faço-o, antes, como quem resgata um raciocínio em busca de elaborar um argumento. Tal argumento configura-se em torno do que Boaventura de Sousa Santos, em *A Gramática do Tempo* (2021) chamou de desperdício da experiência humana diante de um mundo que perde cada vez mais a capacidade de se explicar e investigar as consequências de suas próprias proposições e apostas.

Resgatando Walter Benjamin, Boaventura propõe que o inconformismo dos vivos exige certo inconformismo dos mortos, no sentido que “nem eles estarão a salvo do inimigo, se este vencer”. Por meio dessa elaboração, o autor nos convida a pensar a necessidade de reassumir a experiência humana e a capacidade de arguir o passado não em busca de verdades, mas como possibilidade de questionamento constante do presente. E, com isso, nos leva a uma reflexão de que o agora poderia ser diferente. O presente é algo sempre resultado de escolhas, de apostas, de modelos que foram adotados em detrimentos de outros. O passado deve ser reanimado como imagem desestabilizadora e interrogação do desperdício da experiência, do sofrimento e da opressão causados na presença de alternativas que poderiam tê-los evitado.

Dessa forma, percebo os escritos de Carmo Bernardes, especialmente nos anos 1980, como importantes registros para a compreensão de um momento decisivo da ocupação do território goiano e do Cerrado. O presente, ali, poderia ser descrito como a opção por um modelo através do qual se empoleiravam pessoas em grandes cidades e se passou a consumir o solo de modo muito contrastante a um passado que Carmo buscava representar.

As autobiografias *Força da Nova – Relembrações* (1981) e *Quarto Crescente – Relembrações* (1986), que analisarei mais detidamente neste trabalho, são exemplares para compreender o pensamento daquela época sobre o Cerrado. Um ponto importante a se destacar de início é que Bernardes não emprega o termo “Cerrado” em seus escritos daquela década, sendo algo que só se tornará aos poucos mais aparente na década de 1990. No entanto, é justamente isso que torna sua contribuição valiosa. Ao descrever de modo tão acurado, sensível, meticuloso e por

vezes espirituoso o *sertão* goiano, o escritor preenche a categoria *Cerrado* de historicidade e memória, algo pouco recorrente nos discursos à época, que tratavam aquele ambiente por um viés desenvolvimentista de progresso (em oposição à ideia de decadência associada ao sertão).

O subtítulo das duas obras a serem analisadas, *Relembanças*, sinaliza bem a intenção do autor de reforçar o papel da memória na constituição de representações que integram passado e presente. Nesse sentido, é preciso pensar o projeto autobiográfico de Carmo Bernardes (que perpassa sua obra como um todo, e não só os dois livros citados) a partir de interseções que constituem não apenas os ambientes sobre os quais o autor escreve – o rural e o urbano; o sertão e o Cerrado –, mas também a forma como ele próprio se representa em sua escrita. Nas palavras de Santos (2007), a obra de Carmo é caracterizada por seu desejo de explicar sua vida e, com isso, justificar sua trajetória *de roceiro a escritor*. Mas não se pense que o roceiro é abandonado; pelo contrário, é afirmado, anda junto do escritor.

É a partir dessa representação do roceiro como detentor de um conhecimento valioso que a obra de Carmo ganha relevância nos debates ecológicos de sua época, bem como nos dias de hoje. A deterioração social e ambiental atual em áreas de Cerrado é acompanhada da clarividência cada vez maior da necessidade de sua compreensão e sua conservação. No entanto, a maneira e o conhecimento para isso estão longe de serem simples. O resgate da obra de Carmo Bernardes, enquanto argumento para pensar as questões ambientais presentes, revela-se importante justamente por encontrarmos nesse escritor um pensamento ecológico vinculado a um conhecimento e uma cultura tradicionais solapados pelo avanço agropecuário e industrial que acometeu o Cerrado em Goiás e no Brasil, experiências e saberes que foram marginalizados e estigmatizados a partir do processo das migrações em massa das zonas rurais para as grandes cidades.

Carmo Bernardes foi um desses incontáveis migrantes. Na cidade, já consolidado em suas carreiras como jornalista e escritor, era convidado a falar, por exemplo, sobre as árvores, os pássaros e sobre a vida secreta dos insetos, o que demonstrava o reconhecimento por parte da imprensa e de outras instituições urbanas de que ele detinha um saber singular sobre o meio ambiente. Porém, não era o saber de um especialista que tivesse dedicado toda uma carreira ao estudo específico de certos ramos da ecologia, e sim o saber de um conhecedor pela experiência e por um inesgotável interesse pela natureza.

Em sua obra, Carmo Bernardes representa a si mesmo na interseção entre aquele que cresceu e se formou em uma tradição rural e aquele que agora consegue *relembrar* essa tradição em duas formas típicas do mundo urbano: o jornal e o livro. Afinal, o conhecimento nunca se separa das suas formas de produção e divulgação, e da realidade social que o produz. Valendo-se do gênero narrativo da crônica e do relato autobiográfico como seus principais recursos, Carmo Bernardes se insere muito bem no debate ecológico que emergiu na segunda metade do século XX.

Carvalho (2001, 2008) aborda a questão ambiental a partir da perspectiva de um *sujeito ecológico*. A pessoa que filia aos movimentos culturais em torno da ecologia e dos ambientanismos tende a estabelecer balizas em sua narrativa de vida de modo a ser coerente com esta identidade e com o projeto utópico de sociedade que a move.

Ao se inserir nesse debate, Carmo assume uma relação ambivalente com o conhecimento científico e sua especialização em disciplinas.¹ Nesse sentido, o escritor registra um momento importante em que os saberes da Geografia e da História se entrecruzam e geram um intercambio profícuo para as duas disciplinas em Goiás – período em que o conhecimento sobre as paisagens e ecossistemas do mundo natural goiano permitiu o aprofundamento da compreensão histórica e das formas econômicas e sociais na História, ao passo que o aprofundamento na historiografia permitiu à Geografia refinar sua compreensão da paisagem, dos ecossistemas e da biodiversidade enquanto formas culturais. Trata-se de um *círculo virtuoso* (Carvalho, 2008, p. 76), que permite romper com perspectivas arraigadas de naturalização das formas explicativas da sociedade e da natureza:

Desse ponto de partida, poderíamos dizer que o ambiente que nos cerca está sendo constantemente lido e relido por nós [...] a interação com o ambiente ganha o caráter de inter-relação, na qual aquele se oferece como um contexto do qual fazemos parte, envolvidos que somos pelas condições ambientais circundantes, ao mesmo tempo em que nós, como seres simbólicos e portadores de linguagem, produzimos nossa visão e nossos recortes dessa realidade, construindo percepções, leituras e interpretações do ambiente que nos cerca. Assim, inscrevemos as condições naturais em que vivemos em nosso mundo de significados, transformando a natureza em cultura. Essa relação dinâmica de mútua transformação entre humanos e natureza organiza-se como um círculo que nunca se fecha e que, diferentemente do círculo vicioso da repetição, se apresenta como *a*, no sentido de sempre estar aberto para novos desdobramentos desse encontro, produzindo continuamente ambientes de vida e de cultura.

¹ Em vários momentos, em sua valorização do conhecimento tradicional, Carmo rechaça a especialização característica das ciências. Por outro lado, não deixa de ser um grande interessado pela produção científica de seu tempo, trazendo elementos dela para sua escrita.

Assim, o resgate de Carmo Bernardes para pensar as representações do Cerrado é profícuo em diferentes sentidos: pelo registro do círculo virtuoso de ideias, conceitos e interpretações entre Geografia e História regionais; pelo registro do debate ecológico que emergia em sua época (e por sua contribuição ao nos apresentar seu próprio pensamento ecológico, constituído a partir de sua origem rural e de sua posterior integração ao mundo urbano); bem como pelo registro de uma época em que a ocupação e a conversão dos ambientes do Cerrado se intensificavam de maneira decisiva (Zalles *et al.*, 2021).

O resgate aqui proposto é importante, também, pelo registro de um momento em que a fala roceira, ao mesmo tempo em que era desvalorizada no âmbito mais geral, passava a ser valorizada em âmbitos mais restritos, notadamente em pesquisas acadêmicas e nas ciências de modo geral. O homem sertanejo sempre foi um informante qualificado e mediador da compreensão do mundo natural do sertão, já desde quando incursões naturalistas do século XIX o circunscreveram no mapa global. Quando se quer saber, por exemplo, a idade de uma árvore, determinar o curso antigo de um rio, encontrar pássaros pelo canto e animais pelo comportamento, a recorrência de insetos durante o ano ou sobre a estabilidade do regime de chuva, o habitante das zonas rurais é uma figura bastante apropriada a ser consultada mesmo em épocas de tecnologias avançadas como a atual.

Em Goiás, as tentativas de interpretação do fenômeno deterioração/compreensão do Cerrado ganharam espessura e contornos mais nítidos durante a segunda metade do século XX, com a profusão de produções intelectuais sobre a temática em diversas vertentes do campo social, tais como a literatura local, a produção historiográfica regional, a pesquisa científica em diversas áreas (agronomia, mundo do trabalho, etnografias de grupos rurais marginalizados, ecologia).

Essa enorme gama de perspectivas difundiu uma diversidade de representações, sensibilidades e modos de agir perante o mundo natural goiano. São novas formas de perceber, refletir, interagir socialmente e atuar politicamente nesse espaço, que até pouco tempo era tido pelo registro oficial com um sertão bravio, ermo e incivilizado.

Em busca de elementos e de uma perspectiva que ajudem a iluminar tal contradição, este trabalho se debruça sobre as representações da natureza no

Cerrado elaboradas nas obras autobiográficas do escritor Carmo Bernardes da Costa, um dos muitos literatos de Goiás a direcionar seu olhar e sensibilidade peculiares à natureza dessa região durante esse período. Nesse sentido, o caráter *autobiográfico* das obras selecionadas para análise é fundamental, pois parto da ideia de que esse autor representa a si mesmo como pertencente a uma classe (o sertanejo/roceiro) detentora de um saber em risco de esquecimento, mas valioso e digno de ser resgatado para se compreender e preservar o *Cerrado* – nova categoria por meio da qual o mundo natural goiano era compreendido no momento em que Carmo escreve as obras aqui analisadas. Com isso em vista, proponho como pergunta de pesquisa: de que forma a escrita autobiográfica de cunho regionalista pode contribuir para a construção e interpretação literária de uma gramática ambiental capaz de integrar saberes da história, da geografia e da ecologia?

A escolha por Carmo Bernardes se justifica na sua reconhecida trajetória e atuação junto a essa região e sua gente (inclusive no chamado antigo norte de Goiás, hoje estado do Tocantins). Os registros desse escritor mineiro-goiano (nascido em Patos de Minas, e que se mudou para Goiás ainda na infância, aos 5 anos) documentam, na sociedade goiana, dentre outros aspectos, uma virada na mentalidade e atitudes em relação ao mundo natural a partir da década de 1960 e que conhece uma efervescência a partir dos anos 1980, tornando-o uma espécie de “informante qualificado” sobre esse processo.

Ao associar a ideia de uma “gramática ambiental” às suas elaborações e registros, viso não a coleção de imagens, termos e regras gerais sobre a natureza presentes em sua escrita, mas a mobilização, a adaptação e a articulação de um repertório de conhecimentos e de representações que são compartilhados pelo autor em diálogo com o horizonte de ideias ecológicas de uma época.

Atualmente, a interpretação do Cerrado pode ser retratada na forma de um mosaico de diferentes linguagens: pelo reexame das narrativas de viajantes naturalistas que aqui estiveram; através das pesquisas científicas de campo que fundamentaram historicamente as políticas de interiorização e modernização do território brasileiro; a partir do reconhecimento recente da fala e da cultura de comunidades tradicionais; ou mesmo através de modelos matemáticos teórico-quantitativos de simulação e imagem; entre outras. Todo esse repertório de conhecimentos e imagens se encontra disponível na arena em que se disputa a produção de sentidos e apropriação do Cerrado.

A opção pelo termo “domínios do Cerrado” se ampara em uma concepção interdisciplinar que integra abordagens ambientais e socioculturais que busca romper a análise focada num bioma enquanto mero provisor de recursos naturais ou cenário de acontecimentos.

A pertinência quanto a análise de relatos autobiográficos e sua relação com interpretação e formação de “unidades espaciais” se dá conforme a análise realizada por Rodrigues (2003) para com a região do Sudoeste Goiano. Encontro muitas similaridades com a análise aqui realizada e o estudo de Rodrigues (2003). Contudo, opto por me ater a um único escritor, ao contrário desta pesquisadora, que utiliza a opção metodológica pelos “contrapontos” visando não cair no erro da “ideologia ou ilusão biográfica”.

Carmo Bernardes é um escritor bastante apropriado quando se fala do Cerrado, por nos oferecer inúmeros registros de como este pode ser compreendido a partir de uma categoria anterior, a de *sertão*. As representações ambientais produzidas pelo escritor na forma de *relembraças* nos indicam que as formas de dizer um espaço variam justamente por estarem sempre associadas a sujeitos e suas culturas.

Vale mencionar que Carmo possui publicações mais recentes e direcionadas propriamente à reflexão ambiental, como é o caso de seu estudo sistêmico sobre a Bacia do Rio Araguaia presente em *Jângala* (1994) ou do “glossário” de animais do Cerrado, *Selva, Bichos e Gente* (2001). Contudo, tais registros são de um período em que o discurso ambiental sobre o Cerrado já se encontrava mais disseminado e bem estruturado. Por outro lado, nas narrativas autobiográficas bernardeanas, suas concepções ecológicas e ambientais aparecem de maneira latente e amalgamado a outras concepções de cunho regionalista, romântico e até mesmo místico do mundo natural, o que permite maior amplitude à análise.

Há ainda o sentido de trajetória, presente em relatos autobiográficos como *Força da Nova* (1981) e *Quarto Crescente* (1986), que propicia ao pesquisador a inquirição de tais narrativas sob uma perspectiva processual, confrontando-as a dinâmicas sociais e históricas mais amplas que podem ter influenciado essas produções. Esse viés analítico resguarda o cuidado metodológico para o qual alerta Bourdieu (1998, p. 69) em não tratar uma vida como “um trajeto, um curso, uma

passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional”.²

Nesse ponto, o diálogo interdisciplinar aqui proposto atravessará os campos da História Ambiental e Cultural e da Geografia regionais em Goiás, da Ecologia e outros saberes disciplinares que interpelam o Cerrado sob pontos de vista e métodos em que uma transversalidade é possível.

O diálogo com a História Cultural busca refletir quanto às possibilidades de acesso às sensibilidades de determinada época, sendo a literatura fonte privilegiada a valores e atitudes minuciados que outras fontes não fornecerão dentro do campo das representações. Conforme Pesavento (2005):

A Literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário. Porque se fala disto e não daquilo em um texto? O que é recorrente em uma época, o que escandaliza, o que emociona, o que é aceito socialmente e o que é condenado ou proibido? Para além das disposições legais ou de códigos de etiquetas de uma sociedade, é a literatura que fornece os indícios para pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma. (PESAVENTO, 2005, p. 50).

Inquirir as formas como a natureza é representada, isto é, o que se pensa sobre a sua composição, a sua origem ou a sua finalidade, significa entender principalmente como diferentes sociedades construíram suas interpretações sobre o mundo natural e, com base nelas, estabeleceram suas relações ecológicas e ambientais. (Ribeiro; Cavassan, 2013)

A perquirição a partir de apontamentos da História Ambiental e da Ecologia permite um dimensionamento e localização de conceitos importantes presentes nas representações aqui analisadas, como *ecossistema* e *biodiversidade*, bem como ampliam o caráter hermenêutico da análise diante do horizonte de ideias e do contexto social vivenciado pelo autor e que me proponho a analisar.

Para o desenvolvimento da análise, apresento uma estrutura de dissertação e organização dos conteúdos em três capítulos. Cada capítulo se desdobra em uma temática de relevância que converge para a compreensão geral do tema. A

² A ideia de *relembraças* nos ajuda a dar a complexidade pretendida para o sentido de trajetória nos relatos autobiográficos. Como dito anteriormente, na trajetória de Carmo de roceiro a escritor, o roceiro não é deixado para trás, segue junto do escritor – modificado, atualizado, mas presente.

interpelação dos dois livros selecionados para este estudo se dará desde o início, dialogando com os referenciais teóricos e demais fontes de pesquisa.

O objetivo é analisar a perspectiva de Carmo Bernardes sobre a natureza, a partir de um texto que, embora não se apresente explicitamente como ecológico, revela indícios e vestígios de ideias, atitudes e sensibilidades que compõe o repertório de reflexão do campo ambiental. Essa análise busca identificar vetores e direcionamentos que contribuam para compreender a transformação mais ampla no olhar sobre o Cerrado, sua percepção como bioma, a urgência de sua conservação, suas particularidades, sua cultura e sua singularidade.

As balizas para essa investigação incluem temas como a migração de roceiros para a cidade, a ambiguidade entre tradição e modernidade, a memória, a valorização da experiência sensorial, a representação da abundância e um ecologismo de base popular. Este último engloba concepções como a providência divina e a salvação pela sabedoria da biosfera, o conhecimento empírico, o realismo grotesco e o naturalismo na representação das funções corporais, o humor crítico à ciência, a relação com as plantas e o maravilhoso, além da conexão com os animais e suas formas de etologia e cognição.

Além das autobiografias de Carmo Bernardes, fazem parte do *corpus* da pesquisa 4 entrevistas concedidas pelo autor (aos jornais *Diário da Manhã*, *O Popular* e ao crítico literário Giovanni Ricciardi) e crônicas pontuais que o mesmo publicou nos jornais *Cinco de Março* e *Diário da Manhã* durante as décadas de 1970 e 1980 e que dialogam com o tema pesquisado. A pesquisa recorre ainda a depoimentos sobre o autor colhidos em diversas mídias (jornais, sites, documentários).

O **primeiro capítulo** analisa os principais elementos que estruturam a prosa e a narrativa bernardeanas, mobilizada em sua filiação ao gênero narrativo da crônica, com atenção especial à sua produção autobiográfica. O capítulo aborda o reconhecimento e a trajetória de Carmo Bernardes como elementos importantes à compreensão dos espaços simbólicos em que o escritor atuava e ajudou a criar e interpretar. A intenção é abordar algumas características narrativas do texto de Carmo Bernardes importantes para a compreensão de sua produção textual e autobiográfica e como as mesmas confluem para a produção de um espaço simbólico a partir da trajetória vivida e narrada pelo escritor.

O **segundo capítulo** apresenta uma reflexão sobre a *memória* – considerando, a partir de Halbwachs (2013), a amplitude que tal conceito adquiriu no

século XX, conforme propõe Bosi (1994) e suas reflexões – e sua relação com o campo ambiental, a partir do conceito de *sujeito ecológico* conforme proposto por Carvalho (2001, 2008). Avalia a forma como a memória é um importante componente para a compreensão da prosa bernardeana como elemento de sua performance enquanto escritor, a partir da perspectiva da *narrativa artesanal*, e enquanto possibilidade de uma mirada ecológica da história para a compreensão de espaços sociais como o sertão e o Cerrado estabelece um diálogo a partir de apontamentos feitos pela análise literária, a geografia e a historiografia de Goiás, quanto a diversidade de sentidos que o Cerrado adquire na segunda metade do século XX. Proponho uma leitura de aspectos da literatura regionalista que enfoquem sua importância para a compreensão de representações do espaço e do mundo natural goianos.

O **terceiro capítulo** busca fazer uma análise hermenêutica de algumas representações do mundo natural encontradas nas duas obras aqui analisadas. Avalia a perspectiva científica e ecológica do autor, e suas escolhas estéticas ao representar paisagens, animais, plantas e ecossistemas. Para tanto, estabeleço que as duas obras propõem perspectivas distintas, conquanto complementares, que permitem a elaboração, compreensão e interpretação dos universos narrados. *Força da Nova* propõe um olhar síncrono e horizontalizado focado nas formas da paisagem a partir da mobilização de um *topos* viajante (Ávila, 2008), enquanto *Quarto Crescente* propõe uma perspectiva diacrônica e vertical avaliando as formas da cultura na história. Na compreensão desta pesquisa, essas perspectivas complementares refletem as possibilidades interpretativas que, principalmente, as ciências da Geografia e da História regional em Goiás permitiram a partir da inovação em suas abordagens, do aprofundamento em seu corpo teórico e conteúdos e da proposição de um diálogo mútuo.

CAPÍTULO 1. UM SERTANEJO-CIENTÍFICO: CARMO BERNARDES E A CRÔNICA DO CERRADO

O objetivo deste capítulo é analisar os principais elementos que estruturam a prosa e a narrativa bernardeanas, mobilizada em torno de sua filiação ao gênero narrativo da crônica, com atenção especial à sua produção memorialística e autobiográfica. O capítulo aborda o reconhecimento e a trajetória de Carmo Bernardes como elementos importantes à compreensão dos espaços simbólicos em que o escritor atuava e ajudou a criar e interpretar.

1.1 UM “SERTANEJO-CIENTÍFICO”

“Sertanejo-científico”, “o botânico caipira”, “uma enciclopédia ambulante colorida... como a própria Natureza”: essas foram algumas das muitas locuções evocadas por Waldomiro Bariani Ortêncio para laurear o escritor e amigo Carmo Bernardes, no panegírico proferido na Academia Goiana de Letras, em 30 de maio de 1996, durante a Sessão de Saudade realizada um mês após o seu falecimento.

Sertanejo-científico, autodidata, passou a vida pesquisando as coisas naturais do mundo interiorano. Foi professor de roceiros ensinando-lhes as coisas da roça. Estudioso do Meio Ambiente, termo que ele somente veio a conhecer bem mais tarde, denunciava os atentados contra a Natureza. (Ortêncio, 2018 [1996]).

O jornal goiano *O Popular* se despediu de Carmo com uma homenagem de capa ao “porta-voz do sertão” publicada em seu suplemento cultural, o “Caderno 2”. A matéria introduz o porta-voz ao público: “Poucas pessoas poderiam se gabar de ter conhecido as terras goianas como o escritor e jornalista Carmo Bernardes. Suas raízes campesinas o transformaram num arguto defensor da natureza” (O Popular, 1996).

Em que pese o tom elogioso, fruto das circunstâncias em que foram recolhidas (sessão de homenagem e reportagem especial), gostaria de destacar, inicialmente, a vinculação que tais declarações estabelecem entre o escritor e a temática ambiental, que aparece realçada em todas.

O reconhecimento de Carmo Bernardes pela sociedade goiana é indício de sua coerência histórica, social, geográfica e mesmo científica, e ajuda a elucidar o quanto a repercussão de um escritor pode contribuir para a constituição e a interpretação de uma região e de uma sociedade quando mobilizadas discursivamente. Portanto, analisar inicialmente alguns elementos da trajetória social de Carmo e o reconhecimento de sua atuação num campo ambiental, dentro e fora da literatura, pode contribuir para o empreendimento aqui proposto.

Em Goiás, nos últimos 50 anos, a profusão da produção intelectual, científica, política e publicitária em torno do tema Cerrado evidencia que a interpretação dessa região tem passado pela elaboração de um campo social que se ocupa das relações entre sociedade e natureza, delineando o Cerrado enquanto referencial ambiental, cultural e identitário. Conforme buscarei demonstrar, Carmo Bernardes atuava de maneira consciente nesse campo, exercitando uma reflexão ecológica a partir da perspectiva de seu regionalismo literário caracteristicamente goiano (Almeida, 1985).

Embora sejam raras menções diretas ao Cerrado (em suas acepções mais atualizadas enquanto bioma, domínio morfoclimático ou sistema biogeográfico) na totalidade da obra de Carmo, as imagens da natureza elaboradas por esse autor, bem como o prestígio que acompanha seu nome, compõem o quadro de representações sociais que constituem referenciais culturais importantes dessa região. A título de exemplo, a Bernardes é creditada a popular síntese de que o Cerrado seria como “uma floresta de cabeça para baixo”³.

Carvalho (2001) conceitua por *ambiental*⁴ o campo social que orienta e organiza os sentidos da natureza enquanto um bem valorizado pela sociedade. Essa autora acredita que o adjetivo “ambiental”, por sua abrangência, permite englobar a heterogeneidade de perspectivas difusas que surgem quando se busca definir

³ Esta pesquisa não encontrou registros de tal proposição feita diretamente por Carmo Bernardes, mas não exclui essa possibilidade. A imagem da “floresta de cabeça para baixo”, popularizada nos últimos anos na defesa do patrimônio natural do Cerrado, foi atribuída a Carmo Bernardes, em 2006, pelo jornalista Washington Novaes, em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo* (2006). A potência dessa representação está no fato dela subverter uma tendência do pensamento conservacionista brasileiro em privilegiar formações vegetais florestais em detrimento das consideradas campestres, e também chamar a atenção para a importância da conservação dessa vegetação na manutenção dos recursos hídricos que vertem do Planalto Central para o restante do país.

⁴ Seguindo Carvalho (2001), não farei a distinção, neste trabalho, entre ambientalismo e ecologismo, ou entre o campo ambiental e campo ecológico para distinguir o conjunto de práticas, crenças, valores e agentes que compõem esse quadro heterogêneo. Embora reconheça que existam distinções internas importantes, aqui esses termos têm o mesmo sentido quando remetem à questão ambiental/ecológica.

referenciais para o bom uso do meio natural e sua proteção enquanto patrimônio, e o utiliza para caracterizar o campo social que surge no entorno dessas ideias.

O campo ambiental emerge na passagem do século XX para o XXI com contornos culturais, sociais e políticos articulados em torno da palavra “ecologia”. O historiador ambiental José Augusto Pádua atenta para a enorme expansão que o uso social dessa palavra teve em menos de 140 anos de sua acepção moderna, ganhando uma relevância global única, superando em muito os limites disciplinares das ciências naturais. Para Pádua (2010, p. 82), a ideia de ecologia rompeu os limites institucionais da academia:

[...] para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global. Mais ainda, ela penetrou significativamente nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação de massa, no imaginário coletivo e nos diversos aspectos da arte e da cultura. O avanço da chamada globalização, com o crescimento qualitativo e quantitativo da produção científico-tecnológica e da velocidade dos meios de comunicação, catalisou uma explosão de temas da vida e do meio ambiente na agenda política.

De maneira geral, as décadas de 1960 e 1970 assinalam o momento da irradiação das ideias ecológicas pelo mundo: a repercussão e o debate do livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, escrito em 1962, promoveram comoção sobre os efeitos cumulativos e nocivos de agentes químicos na agricultura; o ano de 1972 representou um marco com a realização da Conferência de Estocolmo, que estabeleceu bases iniciais que viabilizariam uma agenda ambiental global; a publicação do relatório Meadows pelo Clube de Roma propôs o início do debate sobre o estabelecimento de limites ao crescimento; a revista *The Ecologist* publicou o documento *Blueprint for survival* (Plano para a sobrevivência), marcando uma nova tendência do movimento ecológico de não apenas denunciar as consequências negativas da sociedade industrial, como também apresentar propostas concretas. No Brasil, em termos de marco institucional, a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), em 1974, constitui um referencial importante quanto à existência e à relevância da temática ambiental no horizonte do debate público e das ações políticas nacionais e regionais. (Viola, 1985; Lago; Pádua, 2011).

O surgimento de sensibilidades ecológicas no mundo se relaciona à percepção quanto à enorme capacidade de degradação que a ação humana pode produzir, impactando de maneira relevante o mundo natural. Conforme Pádua (2010) esclarece,

uma nova mirada nos marcos cronológicos e a visão da natureza como agente na história também caracterizam essas novas formas de reflexão.

Autores como Carvalho (2001, 2003, 2008), Woster (1991, 2003), Pádua (2005, 2010) e Franco (2010) observam que o caráter central da discussão ambiental não está no seu pendor para o tema da natureza, mas sim na mudança de perspectiva que esse tema assume em relação à vida humana. O cuidado com relação ao bem-estar animal, à vida selvagem, às florestas e aos mananciais de água, e mesmo a apreciação meramente estética da natureza têm uma longa tradição no mundo ocidental que remonta à Antiguidade e vem ganhando novas feições desde o início da era industrial. (Thomas, 1988).

Dessa forma, boa parte do repertório e das práticas relativas ao campo ambiental atualizam experiências culturais disponíveis há gerações, reorganizando pontos de vista e tradições, combinando-os à luz das experiências contemporâneas. De acordo com Franco (2000, p. 101-102):

Para os protecionistas a questão era a vida selvagem; para os conservacionistas, a administração racional dos recursos naturais. Agora, porém, o que se estava questionando era a própria sobrevivência da humanidade, com uma preocupação mais ampla em se pensar o lugar do homem em relação à biosfera e à própria complexidade dessa relação. Havia também um tom de crise que vinha se disseminando em torno de questões como a superpopulação, poluição ácida, energia nuclear e, mais tarde, o problema do buraco na camada de ozônio e o efeito estufa.

Pádua (2005) atenta para a heterogeneidade da cultura ecológica e a imprecisão e instabilidade das fronteiras que separam as formas de valorização do mundo natural, que vão de considerações sobre o valor intrínseco da natureza ao seu valor instrumental para a sobrevivência. Os diferentes pontos de vista, contudo, tendem a convergir quanto à necessidade de uma reavaliação da interdependência entre o mundo humano e as outras formas de vida.

A presença desse novo tipo de sensibilidade na cultura goiana pode ser notada a partir de um registro interessante encontrado em uma das páginas do jornal *Diário da Manhã*, em 2 de julho de 1983 (Figura 1). O 1º Movimento Ecológico de Goiânia previa o comparecimento de 5 mil pessoas (uma expectativa alta) e a mobilização de diversos setores da sociedade.

Figura 1 – O 1º Movimento Ecológico de Goiânia, de 2 de julho de 1983.

**DESFILE
ECOLÓGICO**

Organizadores do 1º Movimento Ecológico esperam que pelo menos cinco mil pessoas se juntem a animais e plantas, amanhã, no desfile que promete parar o trânsito na Avenida Araguaia. As pessoas poderão levar qualquer animal, menos macaco

Trânsito pára amanhã. Os bichos vão passar

JOSE RENATO ASSIS

Pelo menos cinco mil pessoas foram convidadas e devem participar do 1º Movimento Ecológico de Goiânia, com início marcado para amanhã, a partir das 9 horas, quando os integrantes deverão sair em desfile do Mutirão em direção à avenida Araguaia, até a Praça Cívica.

O cálculo é dos organizadores do movimento, após inúmeros contatos realizados com estudantes, intelectuais e populares. Eles esclarecem que as pessoas poderão mesmo levar qualquer animal, doméstico e silvícola, desde que amistoso e mantido sob controle. Só não poderão levar macacos, por estarem situados na 'faixa vermelha', avisam.

Ryckrdyn, da organização, adianta que um novo "bloco" se formou e promete desfilar: "O dos deficientes físicos, formado principalmente por internos do Instituto Artesanal dos Cegos e Instituto Pestalozzi". Assim, deverão se juntar aos blocos das

plantas, animais, artistas, escritores, motoqueiros e sambistas, dentre outros.

PEDRO GOMES

Informa o mesmo Ryk que "foram visitadas nada menos que 378 escolas públicas, e particulares, no município de Goiânia, ocasião em que alunos e professores receberam convite para participar do desfile. De que forma? Levando um bicho ou uma planta, indo vestido de animal ou vegetal, ou simplesmente comparcendo para colaborar".

Assinala que "todos os colégios situados no setor Campanas prometeram participar. E um deles, o Colégio Pedro Gomes, colocou inclusive ônibus à disposição dos alunos no domingo". Resumindo, acha "quase impossível" alguém que esteja na cidade não ficar sabendo do desfile. "E que, além dos jornais, as rádios e a televisão estão divulgando constantemente. Há também cartazes dis-

tribuídos em toda a cidade", justifica Ryk.

Com isso, querem os organizadores "mobilizar toda a cidade para protestar um dia contra as agressões que vêm sendo praticadas contra a Natureza em Goiás, principalmente na região do Médio-Araguaia", conforme definirão. E os recursos para se conseguir tal objetivo vão desde confecção de faixas onde "animais protestam contra a depredação do meio ambiente", até a presença de ambulâncias na avenida para dar socorro aos animais.

REVOADA DE POMBOS

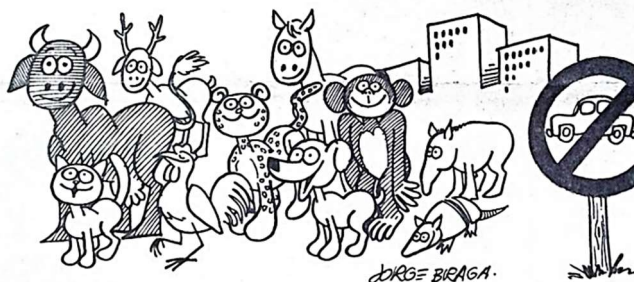
O desfile, que deverá contar com a presença de agrônomos e veterinários para cuidarem das plantas e animais, terá coordenação de alunos e professores da Esfego e desembocará numa concentração na Praça Cívica. "Ali haverá revoadas de pombos, apresentação de bandas de música, corais e uma explanação de escritor Carmo Bernardes e do ecologista Leoldino Caiado sobre

a situação da ecologia em Goiás", revela Ryk.

Ademir Hamu, responsável pela coordenação do show *Revêta das Garças*, marcado para as 20 horas, no ginásio Rio Vermelho, lembra que já foram convidados a participar os cantores/compositores Itamar Cordeira, Junior, Gustavo Veiga, Braguinha, Genésio e Jurildes, Fafá, Julinho Spicacci, Pádua, Vanda e Adauto, Orfeu e Menestreu e outros, "tendo quase todos confirmado presença".

Também Jadson, Sérgio, Harken Inácio, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente - Sema; Dratis e Vêla, da Sociedade de Defesa dos Recursos Naturais - Soderna; grupo Larte de dança e Show do Esquadrão do Agreste, os músicos de Lapa, Onça Negra (poesira), Tagore Bram, Jorge Braga, Paulo Gonçalves deverão participar, segundo Hamu.

O preço dos ingressos é R\$ 1,00 (válido somente em nota), "que é para ninguém ter desculpa de não ir", finaliza Ryk.



BIRG = BIRAGA.

*Para Leolídio, todos
devem participar*

"Claro que irei participar do destile, e com muita honra". A disposta declaração é do ecologista e sertanista Leoldio Caiado, uma das maiores autoridades do assunto no Estado, e para quem o destile ecológico "será de muita importância para educar, conscientizar e alertar a população sobre a importância de se preservar o meio ambiente".

Por isso, acha que a iniciativa "merece aplausos e colaboração de todos". Diz isso com a experiência de quem conhece cada aspecto da ecologia goiana, conhecimentos adquiridos principalmente no período em que atuou como fiscal de caça e pesca pela Sudepe (1948-53) e superintendente da Secretaria Estadual do Meio Ambiente-Semago (1971-83).

No entanto, aos 61 anos, garante que desde criança convive com a fauna e a flora do Médio Araguaia, "uma das principais reservas biológicas em Goiás. Em época de enchentes, percorro o Araguaia de cima a baixo, prestando socorro aos bichos e aos sertanejos, que não têm onde se refugiar das águas".

**HOMEM
INTELIGENTE**

Leoldio possui em sua casa do Setor Sul uma grande canoa. "Na época da seca ela fica ali no quintal, mas no tempo das chuvas trabalha sem cessar nas águas do Araguaia". O sertanista confessa-se também preocupado com o destino da Ilha do Bananal, se cortada por uma rodovia, mas lembra que "nunca podemos ser radicais. Nem com nossas namoradas".

Com isso quer dizer que, se por um lado a implementação de uma estrada oficial na ilha



O sertanista
percorre o
rio Araguaia
na época
de cheias

poderá significar a condenação da fauna e da flora ali existentes, por outro não se esquece que "ali existem sertanejos convivendo com a miséria, as enchentes, as doenças e a pobreza extrema". E a estrada, a seu ver, permitiria o carregamento de alimentos, remédios e o desenvolvimento da região.

O olhar de Leolídio percorre o teto. Depois, volta-se. "Não gostam: que eu fale assim. Mas é uma realidade que não podemos esconder. Dessa forma, sinto-me dividido. Veja que me dá imaginar uma rodovia levando o homem depredador e, conseqüentemente, destruição para a ilha. Mas daí-me igualmente ver todo o ano o sofrimento que aquela gente enfrenta na época das enchentes".

DESASSOSSEGO DA FAUNA

DA FAUNA
Para o sertanista, ha que se avaliar a questão Ilha do Bananal/estrada sobre três aspectos básicos: o ecológico, o desenvolvimentista e o do processo humano. Indo por etapas: "Sob o ponto de vista ecológico, uma estrada dentro do Parque do Araguaia vai trazer o desassossego da fauna terrestre, afetando pássaros e animais".

Uma vez construída, a estrada, entende Leolidio, "será caminho para turistas, caçadores e pescadores que naturalmente colaborarão para a destruição da Natureza". É uma vez agredindo a Ilha do Bananal, estarão agredindo "um dos redutos mais ricos da fauna aquática e terrestre do Estado".

"E... prosseguir - o berço nativo de inúmeras espécies aquáticas como o pirarucu. E nos seus banhados que encontramos grandes quantidades de capivaras, cervos, jaburus e colhereiros. O empobrecimento disso tudo vai trazer consequências negativas ao sertanejo, principalmente aos índios Carajás e Javajs, que têm o peixe como alimentação básica".

Acredita Leolidio, no entanto, que "se houver fiscalização de fato, será possível equi-

Avisa, entretanto, que uma estrada sem o devido planejamento na região "trará distúrbios ecológicos que poderão se estender a outras áreas". De

ponto de vista desenvolvimentista, Leoldio ensina que a estrada deverá cortar o Parque Nacional do Araguaia, unindo Barreira das Cruzes (às margens do rio Javaé) a Santa Terezinha (no Araguaia) e até o Xingu.

"A finalidade — continua — é facilitar o escoamento de toda a produção agrícola e pecuária daquela região para o Centro e Leste do país, saindo Brasília a Bahia Agreste, com um encurtamento de 496 quilômetros". Sob este aspecto, Malacalves "haverá uma melhoria de vida do homem, servindo ainda a estrada de salva-vidas para os negros, índios, animais domésticos, fauna terrestre, em épocas que as enchentes alagam os terríveis elevações de 'terral'".

FAMÍLIAS DESAPARECEM

Lembra o sertanista que não há "desaparecimento" de boiadeiros inteiros e até famílias de sertanejos, há grandes perdas econômicas, empobrecimento ainda mais a região. Portanto, "há que se pensar em medidas mais positivas", ele recruta. Alerta, no entanto, que enquanto as discussões se afluem em direção da liba do Inanial, os sertanistas não se aquiescem: "Poucos observam, por exemplo, que um dos últimos redutos florestais de Goiânia, o Jardim Botânico, está sendo destruído por um loteamento avanço depredatório: ali, mais sem esquecer o lado humano. As famílias precisam ser transportadas para outras áreas. Não pueram obstáculos, não há nada de impossível", defende Caldas Novas-Aço Limp, cortando o platô de Caldas Novas", finaliza.

A divulgação desse evento nas páginas de um jornal de grande circulação na cidade de Goiânia, em 1983, contém elementos interessantes para se pensar o timbre da reflexão ecológica em Goiás àquela época: o convite para que as pessoas levassem plantas e animais domésticos e de estimação (“menos macaco”); a mobilização de segmentos diversos como a saúde e a educação; a aproximação de outras pautas como a das pessoas com deficiência; a menção a uma pauta ecológica específica como a do Rio Araguaia; e a presença de especialistas de diversas áreas (Veterinária, Agronomia) e, dentre eles, o escritor Carmo Bernardes e outros ecólogos.

Um outro elemento que chama bastante a atenção é a entrevista do ambientalista e ex-secretário do Meio Ambiente do Estado até março daquele ano, Leolídio Di Ramos Caiado. Definido pelo jornal como “sertanista”, ele convida à participação do público no evento e garante o seu comparecimento. O intrigante nessa matéria é que, embora o título da segunda reportagem faça menção à realização da manifestação, a maior parte da entrevista com Leolídio conduz a outro tema bem mais pragmático e revelador do dilema da modernidade goiana: a construção de uma autoestrada atravessando o patrimônio natural da Ilha do Bananal.

O dilema desse caso apresenta uma semelhança singular com a analogia proposta por José Lutzenberger (agrônomo e ambientalista brasileiro) para a reflexão sobre a questão ambiental. Tal analogia, recuperada por Lago e Pádua (2011, p. 36-37), parte da suposição de que:

[...] exista uma enorme e moderna autoestrada que nos conduz a um abismo. A partir do momento que nos conscientizamos desse fato devemos abandonar essa autoestrada, pois sabemos para onde ela nos conduz. Além de denunciarmos esse destino, devemos partir para a criação de estradas paralelas que nos conduzam a outras direções. Estradas diferentes, talvez não tão vistosas, mas sem dúvida mais leves, mais humanas, mais equilibradas com a paisagem. Devemos, principalmente, mostrar que, ao contrário do que pretende a ideologia dominante, aquela autoestrada não é o único caminho, nem é o que nos conduz à felicidade coletiva, a convivência, a solidariedade e a liberdade. Nele estaremos sempre sob o domínio do fetiche do crescimento pelo crescimento, do trabalho alienado, do ambiente degradado e do fechamento do universo cultural e político par a criatividade individual e coletiva.

Essa autoestrada é a sociedade urbano-industrial calcada no gigantismo e na ideologia do crescimento, e é diante dela que o ecologismo assume a sua disposição de criar caminhos alternativos.

A “questão da Ilha do Bananal/estrada” é emblemática e reveladora do dilema das sociedades contemporâneas em relação à necessidade de “equilibrar desenvolvimento e natureza”, pesando “aspectos positivos e negativos”: além da

necessidade de escoamento da produção, a rodovia proveria serviços e atendimento a comunidades isoladas, contudo facilitaria também a ação criminosa, o turismo predatório, além do enorme impacto que causaria sobre o meio ambiente.

A modernização é um tema caro e sensível à sociedade goiana, que por muito tempo ansiou por uma maior integração às economias nacional e global. A autoestrada, o principal modal de transporte do escoamento da produção agropecuária goiana, significaria desenvolvimento, porém, em finais do século XX, os vetores que apontam para o progresso têm uma nova variável a ser equacionada: a questão ambiental.

A resolução dessa equação passará pela proposição de uma diversidade de soluções, algumas das quais podem ser vistas projetadas nos dias atuais: intensificação da fiscalização; busca por atividades econômicas alternativas, como o turismo; planejamento territorial. A esses artifícios, identificados através da matéria do *Diário da Manhã*, pode-se incluir outros, como a reforma agrária e a busca por formas menos impactantes de agricultura e extrativismo, também bastante frequentes no debate à época, bem como na atualidade.

Além disso, naquele momento, já pesa sobre o ambiente urbano goianiense um certo ar de pessimismo e de crítica com relação ao processo de urbanização e sua metropolização. O aumento populacional, o desordenamento territorial e a carência de serviços básicos são alguns dos elementos considerados nessa visada crítica. Para Oliveira (2021, p. 62),

[...] a população goianiense passou a expressar sentimentos de grupos que estão transitando de um universo dominado por valores tradicionais para um dominado por valores modernos: nostalgia, receio, angústia e solidão. Os sentimentos eram ambíguos: ao mesmo tempo em que se orgulhava do crescimento e do progresso da cidade, sentia-se saudades do seu passado e apreensão em relação ao seu futuro.

Como aspecto sociológico, vale destacar, ainda, que o turismo passou a ser uma atividade cada vez mais comum e disponível à sociedade goiana, tanto pelo aumento e pela melhoria de suas vias de comunicação, quanto pela diversificação das opções e pela difusão do gosto por esse tipo de lazer.

Portanto, interessa registrar que, gradualmente, as sensibilidades ambientais começam a fazer parte do cotidiano goiano e poderão ser verificadas na pauta política, no comportamento de seus habitantes, na produção cultural e até no planejamento urbano.

Para Franco (2000), esse “novo ambientalismo” do final do século XX teria um caráter mais político e ativista do que o de outrora, pensando o meio ambiente em seu *status* ontológico e universal, para, a partir dessas cogitações filosóficas, propor como solução transformações sociais mais amplas e a reconstrução vigorosa da capacidade política da sociedade civil, para além de visões puramente tecnicistas e científicas da natureza.

Para Lago e Pádua (2011), os ecologismos ou ambientanismos seriam antes uma atitude de vida do que uma doutrina, uma busca por transformar a vida humana e o seu relacionamento com a natureza, de modo que apenas recentemente esse campo começou a definir com clareza os seus objetivos enquanto projeto filosófico e político a partir de um delineamento menos rígido e adaptável a cada realidade.

Essa característica irá aproximar o pensamento ecológico de outras pautas sociais, possibilitando linhas de diálogo com a causa feminista, a luta pelos direitos civis de minorias, o pacifismo, os movimentos sociais e contraculturais e algumas religiões. (Carvalho, 2001; Lago; Pádua, 2011).

Figura 2 – Carmo Bernardes em diálogo na televisão sobre o tema feminismo no programa *Goiânia Urgente*, em 23 de dezembro de 1981.



Fonte: Jornal *Diário da Manhã*, de 24 de dezembro de 1981. Hemeroteca Digital do IHGG. Disponível em: https://hemeroteca.ihgg.org/publicacao.asp?PUB_IDEN=102&EDI_IDEN=4746. Acesso em 05 ago. 2024.

Parte do reconhecimento do escritor Carmo Bernardes se deve à mobilização desse tipo de subjetividade cosmopolita, além de seu envolvimento direto com a causa ambiental. Como procurarei abordar, as reflexões de Carmo vão ao encontro do que Carvalho (2001, 2003, 2008) situa enquanto *sujeito ecológico*, termo que “alude simultaneamente a um perfil identitário e uma utopia societária” (Carvalho, 2003, p. 284), os quais operam tendo como referencial os temas e paradigmas propostos pela ecologia, um ideal que tem se expandido e conquistado cada vez mais legitimidade e adeptos no Brasil desde seu surgimento.

Estabelecer essa relação ajuda a avançar na compreensão da preservação da figura de Carmo Bernardes na esfera pública e no espaço urbano goiano. Cito alguns exemplos, de diferentes ordens, que avançam na associação de sua figura aos sentidos ambientais em Goiás: i) a 21ª edição do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), em 2020, deu à premiação de Melhor Filme Goiano o nome de Carmo Bernardes; ii) a cidade de Goiânia inaugurou, em 2009, o Parque Carmo Bernardes, localizado entre os setores Jardim Mariliza e Parque Atheneu. Esse parque compõe estratégias de ressignificação e valorização urbana de Goiânia enquanto uma cidade ecologicamente correta iniciadas na década de 1990.

Recentemente, a exposição *Eu Não Vou Passar em Branco*⁵, realizada em setembro de 2024 no Museu de Arte Contemporânea de Goiás (MAC), valeu-se de um excerto da obra *Quarto Crescente* para compor sua mensagem. Os dizeres estampados nas paredes da galeria evocavam escritos de Carmo: “Quem vê hoje essas vastidões de capim nos pastos nem por longe faz ideia da mataria grossa e imensa que já cobriu isso tudo”. Trata-se da antiga região de floresta encravada no Cerrado, o extinto Mato Grosso Goiano, contado por Carmo em seu segundo volume autobiográfico.

O reconhecimento do Cerrado, grifado com maiúscula e como sinônimo do ecossistema do Centro-Oeste, é algo recente e raro na obra de Carmo Bernardes, ficando mais evidente ao final de sua trajetória de escritor, como em seus artigos da década de 1990 em *O Popular*, em que fala sobre ecologia de maneira mais direta e passa a tratar de temas e conceitos como o de “fitofisionomias” (Figuras 3 e 4), algo que é incomum no corpo total de sua obra.

⁵ Conforme informações de Clenon dos Santos (2024), na reportagem *Conheça o Mato Grosso Goiano, floresta tropical que existia no meio do Cerrado* publicada pelo site do jornal *O Popular*.

Figura 3 e 4 – Ecossistemas e fitofisionomias do Centro-Oeste por Carmo Bernardes (meados de 1990, as datas são imprecisas).



Fonte: Acervo do autor na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG).

Tal reflexão sobre aspectos ambientais na obra de Carmo precisa passar também pelo *regionalismo* na literatura. Inicialmente, cabe observar, conforme Arruda (2000) e Ribeiro (2005), que grande parte da produção regionalista de Minas Gerais, Bahia, Tocantins, Mato Grosso e Goiás que dialoga e descreve a natureza a partir da categoria *sertão* irá apresentar traços coincidentes com os ambientes do Cerrado.

Tendo isso em vista, os esforços interpretativos que compreendem a literatura como fonte de acesso a representações e significados atribuídos à natureza irão, eventualmente, se deparar com descrições e chaves interpretativas que possibilitam uma compreensão histórica e geográfica da região.

A relação que escritores estabelecem com determinadas localidades e regiões foi explorada por Rodrigues (2013) em estudo sobre o Sudoeste de Goiás, no qual a pesquisadora analisa a contribuição da literatura na construção do imaginário daquela região. Numa via de mão dupla, os escritores sudoestinos se apropriam da região, de sua geografia e de suas histórias, para produzirem seus escritos e, ao mesmo tempo, a região se apropria dos textos e das figuras dos literatos para estabelecer sentidos próprios, dando origem a estratégias discursivas de identificação, reprodução e

diferenciação no quadro regional goiano. Essa autora elucida a questão sob duas perspectivas:

Para os lugares retratados, objetos de uma descrição geográfica e cultural, mais do que um conhecimento e reconhecimento do espaço desconhecido, essa ideia também envolve a relação com outros espaços e a própria constituição desses espaços. Essa questão remete à capacidade da literatura de construir espaços e evidencia uma relação objetiva do escritor com a realidade dos lugares. (Rodrigues, 2013, p. 47-48).

O escritor, cuja literatura encontra a referência do lugar como característica central, acha-se também influenciado pelos lugares sobre os quais ele escreve. Sua relação com a realidade imediata e local está entrelaçada em sua trajetória particular, e é essa relação que constrói lugares e literatura. [...] Essas produções, mais do que contar, *criam e recriam histórias*. (Rodrigues, 2013, p. 59, grifo nosso).

Nesse processo de diferenciação da região, escritores mobilizam elementos recorrentes, como “o povoamento, a geografia física, a constituição de tipos humanos, a ênfase na memória social” (Rodrigues, 2013, p. 18).

Para Bourdieu (2010, p. 116), o regionalismo é também um *discurso performativo*, “que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora”. A partir das reflexões do sociólogo francês, Vicentini (2007) aprofunda a questão do caráter performativo do regionalismo e sua preocupação com a verossimilhança nos seguintes termos:

Só que a literatura regionalista, além disso, mantém um outro elemento-chave de resolução que é o seu *caráter performativo* de apresentação de uma *identidade grupal* (não importando, hoje, se essa identidade cultural se manifeste no campo ou na cidade), com a totalidade de seu mundo representado mantendo-se como conteúdo primeiro. Por isso é que se diz que, mesmo quando trágico, sério, cômico, irônico, ou comedido, o mundo representado da literatura regionalista é, sempre, também épico. E também por isso toda literatura regionalista se preocupa com as questões da verossimilhança do seu mundo representado, pretendendo-se o mais *documental* possível. A falta de verossimilhança pode levar ao não-reconhecimento identitário do mundo focalizado e à destituição do caráter regionalista do texto. (Vicentini, 2007, p. 88, grifos da autora).

Para Vicentini (2007), importa ao escritor regionalista registrar com a fidelidade que lhe é própria aspectos como: a linguagem, a fauna, a flora, o mundo do trabalho, os lugares, o comportamento, o vestuário, o clima, a vida psíquica, os problemas, as crenças, o universo ideológico.

Nesse sentido, Rodrigues (2013, p. 19) salienta a importância das “migrações interdisciplinares de conceitos em um momento de constituição de uma história particular da literatura regional e que acompanha a construção dos lugares goianos”. Destaca, como exemplo, a importância dos trabalhos dos geógrafos Aziz Ab’Sáber e Miguel Costa Júnior na obra do escritor Basileu França.

O espaço geográfico sempre constituiu uma chave interpretativa de diferenciação cultural e social na literatura brasileira. O recurso a uma região cultural também é bastante comum na literatura goiana. Rodrigues (2013) distinguiu esse recurso com precisão no que diz respeito a obras goianas: trata-se da recorrência da noção de *aldeia*. “A ideia de ‘aldeia’ é a que melhor traduz o desejo, o compromisso ou o papel do escritor local e regional” (Rodrigues, 2013, p. 46).

Aldeia faz menção à passagem de Liev Tolstói: “Se queres ser universal começa por pintar a tua aldeia”, e é um elemento bastante comum em prefácios, orelhas e epígrafes de publicações goianas, conforme Rodrigues (2013) pôde perceber. Para a autora, “a aldeia representa um lugar, que *pode ser tanto uma localidade, uma região geográfica ou um estado*, e demarca uma relação de fidelidade entre o escritor e um espaço que, muitas vezes é a sua terra natal” (Rodrigues, 2013, p. 47, grifo nosso).

O apego à aldeia segue o caminho que consagrou obras e autores goianos no passado e representa uma possibilidade de reconhecimento para além de uma dimensão local e regional, afirmando as particularidades do escritor “como um meio de alcançar outras dimensões no campo literário” (Rodrigues, 2013, p. 47). Em Goiás, seu primeiro e principal expoente seria Hugo de Carvalho Ramos:

Contra os imaginários negativos do sertão e do sertanejo da época, Hugo de Carvalho Ramos defende uma literatura de conhecimento, visando tanto denunciar o abandono das regiões de Goiás pelo governo e pela intelectualidade da metrópole, quanto descrever esses espaços, retirando-os de uma situação de desconhecimento. (Rodrigues, 2013, p. 62).

Sem desconsiderar a importância de um processo histórico e políticas governamentais específicas na constituição regional, Rodrigues (2013, p. 33, grifo nosso) demonstra como essa construção é, “sobretudo, *produto de interpretações* que elegeram e individualizaram algumas vantagens históricas e geográficas para essa região”.

A dimensão biográfica das narrativas regionalistas goianas ganha relevância a partir do estudo de Rodrigues (2013), na medida em que as trajetórias de vida dos escritores se imiscuem com as histórias dos lugares por eles contados. O escritor regionalista constrói uma região para viver e falar a partir dela e para ela, de tal modo que, tanto “os lugares também fornecem sentido às biografias” (Rodrigues, 2013, p. 20), quanto as trajetórias dos escritores ficam inscritas e tornam-se parte da construção desses lugares.

O trabalho de Rodrigues (2013) detém particularidades, pois trata da trama discursiva de uma região específica com dinâmica interna própria cujo comportamento e abrangência se diferenciam das categorias sertão e Cerrado evocadas aqui a partir de Carmo Bernardes. Contudo, alguns desses apontamentos servem ao empreendimento de pensar a relação de alteridade necessária ao escritor regionalista e à região.

Em entrevista ao sociólogo e crítico literário Giovanni Ricciardi na década de 1990, Carmo afirma sua intenção de representar legitimamente uma região:

[...] Então, nós chegamos à conclusão de que a maneira como os literatos cultos, do mundo urbano nos tratavam, era sempre em termos desairosos; as informações muito erradas. E quando falavam de nossa classe, da nossa gente lá da roça, mantinham uma equidistância, como se a gente fosse bicho, um bicho que falava. Faziam as coisas mais ou menos na forma de deboche, pensando que aqui as coisas seriam assim, como assim não eram. Um grande escritor brasileiro, o Érico Veríssimo, chegou a confessar, numa obra dele, que até um determinado período da vida, ele não emprestava ao trabalhador da roça, o homem rural, o homem rústico, nem raciocínio. Isto está na obra *Solo de clarineta* (Ricciardi, 2001, p. 132, grifo do autor).

Eu queria mostrar que nós, homens lá do mato, temos uma cultura própria, nós vivemos realmente num outro Brasil. *Cheguei à conclusão de que vivíamos em dois Brasis, o Brasil urbano e o Brasil rural, que o Brasil urbano não conhecia nada do Brasil rural e vice-versa*. E a minha aspiração maior foi escrever para esclarecer, para sair aí e mostrar que a cultura legítima do povo é aquela que está no povo. (Ricciardi, 2001, p. 133, grifo nosso).

[...] A literatura que se fez em Goiás até mim era uma literatura de cúpula. *Alguns regionalistas, aliás, talentosos como Bernardo Élis, que não tinham nenhuma vivência do mundo rural, do segundo Brasil, não tinham conhecimento de nada*, então toda a obra deles é eivada de informações errôneas sobre a vida e sobre as coisas da natureza. (Ricciardi, 2001, p. 134, grifo nosso).

Segue um outro exemplo presente na crônica “Valeu a pena”, publicada no livro *Quadra da Cheia* (1995):

Lia muito e ficava danado da vida quando pegava uma dessas escritas contando causos de nós das roças. Diziam de cachorro “acuando veado”, de cobra urutu subida no pau, de piraíba cortando saco de nadador – uma bobajada doida assim. E o palavreado? Tudo estropeado, fazendo questão de ficar de longe, com escrúpulo de se misturar, como se nós, os caipiras, fôssemos uma corte de que não fosse ofensiva aos nossos brios.

[...]

Vim com o ideal de combater isso. Mostrar que nós somos os nacionais legítimos e não nos conformamos em sermos tratados de resto pelos nossos patrícios da cidade, eles que ainda carregam o ranço do colonialismo. Saí para a briga na defesa de um ideal, pela independência cultural. Queria colocar a nossa cultura de par com a outra que herdamos e que vimos importando. E estou alcançando o que anelava quando vim. Reivindico para mim, aqui em Goiás, uma parcela dessa conquista. (Bernardes, 1995, p. 60).

Em uma matéria publicada em 22 de setembro de 1982 no jornal *Diário da Manhã*, em comemoração ao Dia da Árvore, Carmo deixa a marca daquele que é um de seus motes principais: o violento choque cultural a que foram submetidos os egressos do mundo rural pela modernização e urbanização aceleradas. Dentre outras questões, o artigo critica a forma como os cidadãos lidam com a questão ambiental de maneira superficial e estereotipada:

Todos nós aqui nos bairros somos indivíduos arrancados mais ou menos a muque no nosso meio de origem, viemos tocados da roça em legiões de retirantes. De um momento para outro o mundo mudou, ficou muito apertado na roça, agregados e pequenos sitiante tiveram que sair.

Vinda de outro mundo totalmente diferente e adverso do de cá, essa gente sem eira nem beira de modo algum é capaz de achar significação nas coisas da cidade. Viveu noutro mundo, não tem condições de se ajustar aos padrões culturais civilizados, não dão nenhum valor a essas cerimônias, não tem consideração por nada que seja exclusivo do meio urbano.

Normalmente, os indivíduos que vieram tombando no êxodo rural, contrariados nos seus costumes e nas suas alegrias, têm um ódio lascado a tudo que seja valor urbano, indignados que andam batidos pelo choque de culturas. [...]

[...]Conheço minha gente, e posso dizer. Fico triste, desalentado, “o que estou pra fazer?”, e no mesmo tempo indago, mais ou menos instigado por um sentimento atávico:

– De que servem tantas pompas, esse aparato todo de plantar árvores, desparatarem-se com tantos hinos e tantos discursos em louvor das árvores, se os tratores financiados pelo governo estão derrubando um milhão de árvores por dia, acabando com tudo? (Bernardes, 1982)

Conforme observa Vicentini (2007), o mundo rural constitui o recorte temático principal do regionalismo goiano e de grande parte do interior do Brasil, historicamente figurado a partir da categoria sertão, que lhe confere o fundamento sócio-histórico e permite o seu reconhecimento e performatividade necessários. As polêmicas sobre a

fidelidade da representação e a capacidade de leitura e transmissão do mundo sertanejo também constituem aspectos do exercício da escrita regionalista.

Em Carmo Bernardes, a questão da fidelidade se expõe de forma clara e intencional demarcando sua regionalidade, para além do documentalismo regionalista já mencionado, também a partir do pendor ao ecologismo e à reflexão de caráter ambiental. Esse aspecto se transpõe com muita naturalidade à posição que Carmo postulou para si e ao reconhecimento que veio a receber quanto aos temas da natureza, do mundo rural e do bioma Cerrado. “Sertanejo-científico”, “doutor do sertão”, “botânico-capira”, “educador ambiental”, “porta-voz do sertão” são algumas das titulações pelas quais é distinguido, portanto, enquanto uma autoridade ambiental.

Rodrigues (2013) não deixa de notar que também alguns dos escritores pesquisados por ela eram reconhecidos nos lugares como “*sábios, guias nativos, intelectuais locais, historiadores locais, eruditos de província, memórias ambulantes*, etc. Essas designações são, na maioria das vezes, assumidas pelos escritores” (Rodrigues, 2013, p. 24, grifo da autora). É, portanto, um processo duplo de construção de identidades: do autor, como especialista na região, e da região, como popularizada a partir de certa caracterização empreendida pelo autor.

O escritor que adota determinada região como lócus da escritura literária acaba fortalecendo a ideia de região cultural e concentrando em si a autoridade do conhecimento cultural regional como historiador local, sábio do lugar etc. [...] Portanto, a caracterização cultural é um fator importante de fortalecimento da região geográfica, implícito na história literária de Goiás (Rodrigues, 2013, p. 44).

Os comentários e declarações sobre Carmo Bernardes na qualidade de autoridade sobre o Cerrado são muitos e diversificados. Em matéria do ano de 2004 para o site ((o))eco, a jornalista Lucivânia Fernandes cita a amizade do escritor com Binômio da Costa Lima, o “Seu Meco”, reconhecido ambientalista jataiense, responsável pela fundação da ONG Sociedade Ecológica de Jataí (Seja), local onde Bernardes costumava dar palestras para estudantes contando “causos sobre a vida na roça”. Essa mesma reportagem traz um depoimento interessante do pesquisador Altair Sales Barbosa, que conviveu com ambos:

Ele era um *educador ambiental*, embora não na acepção que se emprega hoje, mas *alguém que se propõe a difundir novas práticas ambientais* [...]

A sua grande contribuição reside na forma como ele abordou o Cerrado. Até então o Cerrado nunca tinha sido compreendido integralmente. O botânico, o geólogo, cada um se ocupa de um aspecto. Mas nenhum deles consegue vê-lo de uma maneira integral, na sua diversidade, com o mato fechado, as veredas, o cerradão e os homens ali interagindo. A literatura de Carmo reflete a sua globalidade. (((o))eco, 2004, grifos nossos).

Uma biografia sucinta, que introduz a 2ª edição de *Jurubatuba* (1979), menciona as participações de Carmo como representante no I Encontro Nacional sobre a Proteção e Melhoria do Meio Ambiente e na 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente.⁶

José Borges, outro conhecido do escritor e colaborador no jornal *A Luta* comenta, em declaração dada a Ferreira (2001, p. 109, grifo nosso), a trajetória e os motivos da saída de Carmo Bernardes da referida publicação e da cidade de Anápolis, sinalizando sua impressão de que, ao se mudar para Goiânia, Bernardes “tornou-se funcionário público, *‘em cuja função ele exercia sua tendência de ecologista’*, na luta pela preservação do Araguaia, contra a destruição procedida pelos garimpeiros e pela pesca predatória”.

Importa registrar que, em Goiânia, Carmo Bernardes exerceu funções públicas em sucursais que atuavam diretamente com questões relacionadas ao planejamento e ordenamento territorial e à conservação ambiental, conhecendo de perto alguns meandros da modernização goiana, de onde provavelmente veio seu tino crítico para o aparato de alguns “planejadores de gabinete”.

Ao auxiliar a Secretaria de Viação e Obras de Goiânia no ano de 1959, lidou com um momento em que a administração pública municipal buscava regularizar a expansão urbana, inclusive no Setor Pedro Ludovico (local onde Carmo morou, a famosa Casinha da Macambira de onde escrevia).

Enquanto assessor das Centrais Elétricas de Goiás (CELG), Carmo participou de expedição responsável pelos primeiros estudos de viabilidade de implantação da Usina de São Félix. Exerceu, ainda, funções pela Secretaria Especial do Meio Ambiente do Estado e, posteriormente, foi colocado à disposição como assessor especial do Governo Estadual. (Santos, 2007).

⁶ Quanto ao primeiro, o registro encontrado diz que se tratou de evento ocorrido em meio aos debates sobre a governança ambiental no estado de Minas Gerais, realizado pela Fundação João Pinheiro, e seus registros são mantidos pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Minas Gerais (Maia, 2017; Silveira, 2017). Sobre a conferência citada, não foram encontradas informações.

Por sua vez, as manifestações do próprio escritor sobre o tema da ecologia são bastante instigantes. Ainda na entrevista a Ricciardi (2001, p. 137), questionado sobre o seu interesse por ecologia, Bernardes deu seguinte resposta:

O termo tem o desgaste pelo excesso de uso, e tem também a coqueluche. Aparecem ecologistas de tudo quanto é lugar, que não entendem nada, coisa nenhuma, e dizem besteira. A meu ver, desmoralizou o tema. O tema. O quadro que eu faço na televisão é exaltar a natureza: plantas, frutas, madeira, plantas medicinais, animais. Nós já fizemos uma reportagem completa sobre a mortalidade de animais atropelados nas rodovias. Filmamos os cadáveres. Fizemos uma reportagem sobre essa árvore de flores que tem aqui, muito bonita, o ipê, inspirador de poemas, de cantigas, de moda de viola. Fizemos a mesma coisa com cajus do campo. Mas não é só para mostrar a beleza, não. A gente diseca o problema. A gente mostra que as frutas, de um modo geral, não devem ser comidas, principalmente jabuticaba, enquanto não chove, porque elas estão sempre impregnadas de alguns fluídos que fazem mal às crianças. Mas que o cajuí não é assim. Então, é um negócio desse jeito. Dissecando o tema.

Ao final da entrevista a Ricciardi (2001), Carmo se identifica como um vulgarizador cultural, alguém que está “transformando os aspectos científicos ao alcance de todo mundo”. Talvez não propriamente um popularizador da ciência, que recodifica e simplifica uma linguagem extremamente especializada para o público geral, mas alguém que procurou fazer o caminho inverso. Um “sertanejo-científico” (não “cientista”) parece, portanto, uma locução bastante apropriada para qualificar a mentalidade do roceiro entusiasta dos estudos sobre o mundo natural que enveredou sua leitura e erudição pelos caminhos da interdisciplinaridade buscando compreender as dinâmicas entre a sociedade e a natureza de seu tempo, e assim colocando dois universos culturais em contato.

Conforme procurarei abordar, Carmo é um profundo conhecedor não apenas do mundo rural do passado, mas das dinâmicas de seu tempo que marcavam um universo urbano e que aspirava à modernidade, como eram Anápolis e Goiânia, cidades em que o autor viveu e para as quais escrevia, cidades construídas no sertão, e, como se viu, essa é uma questão que o move.

1.2 A CRÔNICA JORNALÍSTICA BERNARDEANA

O escritor Carmo Bernardes da Costa (1915-1996) nasceu em Patos de Minas (MG), mas tem sua trajetória de vida intimamente ligada ao território goiano. “Tornou-se goiano por antiguidade e por formação educacional e cultural”, nas palavras do jornalista Mário Ribeiro Martins (1996, p. 53 *apud* Paul, 2008, p. 34). Aos 5 anos de idade, mudou-se com a família para o município de Formosa (GO) e, de lá, aos 10, para a zona rural de Anápolis (GO). Foi em 1940 que passou a residir na cidade de Anápolis e, em 1959, instalou-se definitivamente em Goiânia.

Nesse ínterim, dedicou-se a diversos ofícios: atuou como carpinteiro, músico, agente censitário, foi até protista dentário, e, a partir do final dos anos 1950, esteve ligado a cargos na administração pública. Contudo, é devido à sua contribuição jornalística e à ampla produção literária que essa versatilidade se perenizou na história de Goiás.

Enquanto agente cultural e político no Estado de Goiás, Carmo se fez presente em várias esferas: foi colaborador do jornal *A Luta* e secretário no Partido Comunista em Anápolis, na década de 1940; redator e editor de jornais em Goiânia a partir da década de 1950, alguns destes de relevância e grande circulação, como *Cinco de Março*, *Diário da Manhã* e *O Popular*, para os quais escreveu com bastante frequência a partir de 1960; membro da Academia Goiana de Letras a partir de 1974; recebeu o título de Cidadão Goiano pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás em 1985⁷; foi reverenciado com a premiação literária *Casa de Las Americas* em Cuba, em 1991; participou como colaborador e apresentador de quadros no programa cultural regional *Frutos da Terra*, da TV Anhanguera em Goiás.

Em 1966, então com 50 anos, publica seu primeiro livro, uma coletânea de 15 contos intitulada *Vida Mundo*. Ao todo, o autor publicou 16 livros em vida, sendo um deles em língua espanhola – *La Resurrección de un Cazador de Gatos* (1992), contemplado com o prêmio cubano – e teve outros três publicados após sua morte.

Como escritor destacado, Bernardes ganhou significância pela sua linguagem popular e pela verve regionalista com que abordava uma temática diversificada em seus artigos e livros: definia verbetes; colecionava ditados populares; dava conselhos sobre as artes de curar, a farmacopeia natural e a saúde coletiva; especulava sobre o

⁷ Conforme a Lei nº 9.799, de 14 de outubro de 1985.

cotidiano rural e citadino diante das transformações do mundo; aconselhava a política local em meio a ponderações geopolíticas; refletia sobre a escrita e a literatura; e mobilizava uma crítica peculiar desconfiada de outros escritores da vida sertaneja.

Além do reconhecimento enquanto agente cultural, o escritor é bastante reverenciado como uma autoridade de saber ambiental. Essa característica, que perpassa grande parte de seus escritos de maneira mais ou menos perceptível, se tornará explícita ao final de sua trajetória de escritor com as publicações de *Jângala* (1994) – um estudo sistêmico sobre a Bacia do Rio Araguaia – e do “glossário” *Selva, Bichos e Gente* (2001) – no qual registra espécies animais típicas do Cerrado goiano.

Diante desse exposto, um primeiro viés de análise que considero relevante diante dos textos de Carmo Bernardes diz respeito a sua filiação ao gênero narrativo da crônica. Os volumes autobiográficos *Força da Nova* e *Quarto Crescente* carregam elementos demarcadores e estruturais desse gênero literário, dentre os quais destaco: a cotidianidade, a variedade coloquial, os traços de oralidade, o humor, a denúncia, a síntese e a tradução de conceitos.

A crônica é tomada aqui, portanto, como gênero textual elementar da prosa bernardeana, funcionando como uma espécie de unidade fundamental a partir da qual o escritor se organiza e estrutura muitas de suas obras, principalmente suas autobiografias (coleções de crônicas autobiográficas, fragmentos organizados cronologicamente).

Existem algumas razões para tanto. A primeira, e mais evidente delas, é que, como vimos, o exercício da escrita para Bernardes sempre esteve vinculado à produção e à circulação jornalísticas, desde o início de sua carreira de escritor. Quanto a esse aspecto, Costa (2014, p. 92-93, grifos nossos) elucida que:

A crônica é o único gênero literário produzido essencialmente para ser vinculado na imprensa, seja nas páginas de uma revista, seja nas de um jornal. Quer dizer, ela é feita com uma finalidade utilitária e predeterminada: agradar aos leitores dentro de um espaço sempre igual e com a mesma localização, criando-se assim, no transcurso dos dias ou das semanas, uma familiaridade entre o escritor e aqueles que o leem.

[...]

É ao mesmo tempo, a poesia, o ensaio, a crítica, o registro histórico, o factual, o apontamento, a filosofia, o flagrante, o miniconto, o retrato, o testemunho, a opinião, o depoimento, a análise, a interpretação, o humor. Tudo isso ela contém, é polivalente. Direta e simples como um samba. Profunda como a sinfonia. É compacta, rápida, direta, aguda, penetrante, instantânea (dissolve-se com o uso diário), biodegradável, sumindo sem poluir ou denegrir, oxalá perfume, saudade e algum brilho de vida no sorriso ou na lágrima do leitor. *É a literatura do jornal. O jornalismo da literatura.*

Como gênero de caráter híbrido, que se permite oscilar entre o jornalismo e a literatura, a crônica é um texto produzido para jornais e revistas que assume perspectivas e imprime subjetividade aos fatos cotidianos, contrapondo-se à pretensão de neutralidade da notícia ou da reportagem. A crônica diversifica as opções de leitura oferecidas pelo jornal, ampliando a visão do cotidiano indo ao encontro da subjetividade, sem abrir mão, contudo, de certa objetividade estrutural do texto:

Quanto ao estilo, geralmente é um texto curto, breve, simples, de interlocução direta com o leitor, *com marcas bem típicas da oralidade*. Quando predominantemente narrativa, possui trama quase sempre pouco definida, sem conflitos densos, personagens de pouca densidade psicológica, o que a diferencia do conto. Os motivos, na maior parte, extrai do cotidiano imediato. Além do tipo narrativo, também pode ser do tipo argumentativo ou expositivo, como textos de opinião sobre temas diversos de diversas áreas. (Costa, 2014, p. 92)

Nesse ponto, é interessante refletir que o escritor de crônicas para jornais, ao lidar com o debate cotidiano e o horizonte de ideias de um local e uma época, lança mão de determinados recursos narrativos com vistas a estabelecer seu vínculo regular com o leitor. No seguinte trecho de *Quarto Crescente*, Carmo nos deixa antever de modo cristalino tal perspectiva em seus escritos:

Tenho de dar aos jornais um mínimo de quatro textos por semana – cerca de 1.500 palavras – e o dever obriga que a prosa seja pelo menos digerível. É uma questão de sobrevivência, uma dependência a que cheguei. Não posso perder a indulgência de alguns leitores que azucrino quatro vezes por semana, senão não teria com que viver. A dificuldade, no entanto, é enorme, porque a vida sedentária e uma certa reserva que me impõe a condição de sessentão me esterilizam. Faltam-me a experiência diária e o convívio com o povo donde extrair remas vivos para trabalhar e levar ao público algo mais atraente, com algum sabor de estória vivida que o leitor, com todo o direito está sempre a exigir. (Bernardes, 1986, p. 40, grifo nosso)

Sá (2005) argumenta que essas limitações impostas ao cronista pelo seu meio de veiculação e suporte primeiro (os jornais), mais do que restringir, constituem os elementos de sua riqueza textual, pois obrigam o narrador, figurado em repórter, a explorar de maneira mais econômica possível o espaço limitado de que dispõe, imprimindo ao texto a marca da circunstância.

Sendo a crônica uma soma de jornalismo e literatura (*daí a imagem do narrador-repórter*), dirige-se a uma classe que tem preferência pelo jornal em que ela é publicada (só depois é que irá ou não integrar uma coletânea, geralmente organizada pelo próprio cronista, o que significa uma espécie de

censura ou não, pelo menos, de limitação: a ideologia do veículo correspondente ao interesse dos seus consumidores, direcionados pelos proprietários do periódico e/ou pelo menos editores-chefes da redação. Ocorre ainda o limite de espaço, uma vez que a página comporta várias matérias, o que impõe a cada uma delas um número restrito de laudas, obrigando o redator a explorar de maneira mais econômica possível o pequeno espaço de que dispõe. (Sá, 2005, p. 07-08)

O romance *Jurubatuba* (1972), um dos mais renomados de Carmo Bernardes, teve seus contos publicados pelo jornal *Cinco de Março* no ano de 1971 (Figura 5). A escrita desse livro usa uma técnica literária que consiste em desenvolver a história através de contos.

Podemos encontrar também alguns dos textos que compõem as autobiografias *Força da Nova* e *Quarto Crescente* publicados, respectivamente, pelos jornais *O Popular* (a partir de setembro de 1979) e *Diário da Manhã* (a partir de setembro de 1982), anteriormente às primeiras edições destes livros. A crônica “A Nossa Vizinhaça”, de 22 de setembro de 1982 (Figura 6), é um exemplo do espaço semanal que Carmo dispunha nesses veículos.

Edições especiais, anunciando o futuro livro *Quarto Crescente*, também são encontradas em algumas das primeiras páginas do caderno cultural *DM Revista*, que compunha esse mesmo diário goianiense, assinadas pelo autor às quintas ou sextas, como em 16 de dezembro de 1982 (Figura 7).

Geórgia, segunda-feira, 17/05/71

Figura 6 – Crônica “A Nossa Vizinhaça”, de 22 de setembro de 1982.

Goiania, 22 de setembro de 1982

DIÁRIO DA MANHÃ – PÁGINA 1

Perigo nessa vinculação é o eleitor cismar de que se votar no Iris tem que votar no Osires.

PARA-CHUTE

PHAULO GONÇALVES

Para bens de raiz, me bastaria a grana do escândalo da mandioca...

51

SABE QUE VOCÊS ME DERAM UMA BOA IDÉIA?

Ele foi cassado e fichado no SPC em 64 e agora tá comprando fiado em tudo quanto é lugar...

QUE É VINCULAÇÃO?

Na hora de votar, preste muita atenção: vote em candidatos de partidos diferentes, evitando assim futuras desavenças, tiros e pontapés, com candidatos de dois partidos tentando repartir a corrupção.

Bingo só deu dez milhões

Um jogo de dez milhões de reais não é o mesmo que os primeiros dez milhões de reais de domingo na Serra Dourada.

No Dia da Árvore é bom a gente alertar as autoridades contra os vândalos devastadores de nossa flora: “Lá no Nordeste, semana passada, haviam centenas desses inimigos da Natureza, derrubando árvores para comer a raiz...”

Flagelados matam a fome comendo raízes

“Para governador, Iris Lage, candidato com o número 6, o número dos dedos de sua mão. Iris Lage foi cassado em 1969. Naquele dia, infestado dia, voltou pra Goiânia para criar boi em pé. Não tô falando que não dá certo votar em dois candidatos de partidos diferentes?”

MARIOZAN

Observação da coluna “Sem Reservas” (Folha de Goiás): “Quem vota vinculado, em Athos, vota também nos outros mosqueiros Portos, Aramis e D’Artagnan? Quem vota em Tarzan de Castro, vota também em Jane e Chita?”

CARMO BERNARDES

A NOSSA VIZINHANÇA

Nossa vizinhança na Cachoeira dos Ivois se diz que era bem grande. Mas, a considerar hoje em dia o aperto em que o povo vive, morando nos barracos amontoados uns em cima dos outros, nos arredores das cidades, na nossa vizinhança não tinha muita gente aliada.

Pouca gente assim: os homens davam para limpar um alqueire de roça de planta de milho num dia, e as mulheres desceavam, cavavam o algodão e lavavam até quatro litros e mais de linha fina, de tecer corte de colares de fusão. Assim, completos, de encadeiros na roça e de mulheres em casa fiando, é que se davam as trejeitos e se faziam os milheiros.

Sobre tráfego e mutirão, nas roças, naqueles tempos, uma coisa é preciso explicar. Certos serviços não se faziam assim, com o ajuntamento de muitas pessoas. Na derrubada de roça, por ser serviço muito perigoso, os companheiros iam de ser poucos, mais distantes já é demais. Precisam estar sempre vendo uns os outros, todos sabendo para que rumo vai cair o pau quando já está matando. Então no loco e pendendo. Um serviço desses não pode ser feito de mutirão. Na limpeza de arrozal também não é aconselhável se trabalhar de muitos. Fervoroso imitado, que requer ser muito bem caprichado, e na lufala-fala de muita gente acaba os encadeiros massacrando os civis nos tetos. Todas as coisas que se fazem com a mão, e uma festa, com os companheiros bebendo chachaça, brincando, nem todos têm esse cuidado.

Agora, há certos serviços que sempre foram feitos em ajuntamento, seja de tráfego, seja de mutirão. Barras casa, em que se requer a divisão do trabalho. Uns grupos eschimentam a cavaram as caxarias e outros massacram o barro: de dois em dois deles transportam o barro numa palmeira; na barragem usa um que fura de um lado da parede e o parceiro de outro, para que o barro seja batido e rebatido no mesmo tempo. Essa é uma ocupação própria de se fazer de muitos, e é nela que os companheiros bebem chachaça que não há mais a medir, por causa da fragor nos pés e nas mãos o dia todo. Copina de roça. Impo de roça d’água, beticho de pasto, são também serviços próprios de se fazer com companheirado, de tráfego e de mutirão.

Nesses ajuntamentos, nos noivados, nas festas de votos e de tráfego, todo seguido de muito folguedo, se encerrava a diversão.

Entra nós havia alguma diferença, mas não de significação iminente. Os Crólhos, assim: tinham um rixa com os Clementes, por causa de divisão de terras. Ver em quando estavam com uma questão em partidores de madeira de colar, valiam as matas deles, danças e encenas. Lendário de uma vez, que até minha mãe deu graças a Deus meu pai não estar em casa nesse dia, que um caboclo dos Crólhos viesse cá e andasse amontando em os Clementes, fazendo dele o cavalo, por causa de uns cedros que os povos de cá tinham nas matas deles.

A hora que houver tempo, conforme far, vou contar essa história toda, de como aconteceu se formar uma vizinhança só de negros. Como é que eles vieram pra cá, e como é que vivem.

Oscar Dias - 3ª e 6ª feira
Carmo Bernardes - 4ª feira e sábado
João Bennio - 5ª feira e domingo

Fonte: Hemeroteca Digital do IHGG. Disponível em:

https://hemeroteca.ihgg.org/publicacao.asp?PUB_IDEN=102&EDI_IDEN=4898. Acesso 16 ago. 2024.

Figura 7 – Capa do caderno DM Revista, 16 de dezembro de 1982.

DM Revista

Goiania, 16 de dezembro de 1982

Um capítulo do segundo volume inédito das memórias do autor, que deverá levar o título de QUARTO CRESCENTE

Pedaços de lembranças

apavorante mais atual de quantas a vida tem me mostrado; é como se eu ainda estivesse vendo a agora, com toda a sua luzteza, e ali parece mesmo que minhas frentes ardem com a mesmíssima dor de cabeça que aquela vez me deu.

O FIM CHOCANTE

Quase que posso dizer que aquele martírio durou mais de uma hora seguida. Resultou que o fim foi chocante e insólito, porque ali de esperta botando sentido o mais atento possível para não perder nem um lance do drama sinistro, espero que o epílogo vai se dar de um jeito e ele sai de outro completamente inesperado. O passarinho foi ficando rouquinho, cada vez se afogando mais na dispnéia; a atração do bicho asqueroso reduzindo-lhe cada vez mais o espaço livre e tolhendo-lhe os movimentos, quando é fê ele pula pra baixo num impulso derradeiro, caminha por cima dela largando gratinhos estercoreos e no que a bicha escandora a bocarra gosmenta levantada ao alto, a pobre avezinha caminha por cima do troço e, com seus próprios pés, batendo as asas, mergulha no abismo: soca inteira na boca dela; e eu, ali ali, estava certo de que a cobra ia era dar um bote certo a seu tempo.

Mas o monstro não teve tempo para consumir os seus intentos esfaimados. Ato contínuo a tentativa de suicídio do pássaro desvalzou já eu surrava o furo nos meios dela e amidei as pauladas, subindo que pancada nos meios de cobra jibóia é mesmo que nada; é como espancar um pneumático

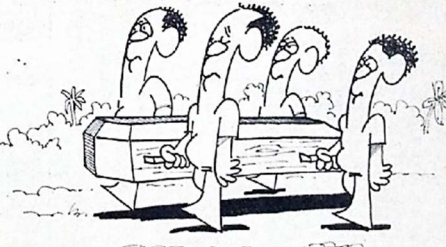
como estão fazendo com um arraial antigo de perto de Luziânia, que a gente como eu mais velha está cansada de saber que não é nada disso: quilombo na chapada aberta só existe na inventiva dos que andam por fora das coisas desta terra. Quilombo de negro fugido só houve nos lugares impossíveis de chegar, entre bocanais de serras, como é naquelas brechas do Vão do Paraná, nas Palmas, no antigo São Felix, que os quilombolas alapados ali capitão-de-mato nenhum teve peito de desalojá-los. Negro sou eu, cabou.

Sempre fui dado a especulação, biblioteiro enjoado, me intrigava aquela coisa, de como foi que aquela negra deu conta de obter tão boa e tão grande fazenda. Escarafunhei, indaguei; não lembro agora quem me contou, mas soube. Havia existido, que não alcançei, um senhor Joaquim Gomes afazendado na beira do corgo João Leite, esse mesmo que despeja no Meia Ponte, aqui em Goiânia. Esse homem foi senhor de escravaria enorme e grande fortuna, que só tinha como parêntese um outro Joaquim, esse daí Joaquim Alves, dono do que é hoje o Pirenópolis, e deixou a boa fama de ter sido brando e estimava seus escravos. Viera a alforria e seus negros não quiseram se retirar: ficaram com ele, servindo-o com a mesma lealdade. Foi o caso, então, dele ter requerido a gleba do Corgo do Barreiro e tirado o título definitivo no nome de dois deles, um chamado por João e outro Juliano, troncos da negrada toda que alcançei. Quando faltou, que sua fortuna foi repartida com os herdeiros, os cabanos ficaram afazendados no que era de seu legal, sem que ninguém pudesse tomar.

DOENÇA GRAVE

Do povo dessas duas famílias, João e Juliano, que era gente a danar, tenho que contar ainda que neles atacava uma doença braba que quando vinha matava. Agora, essa história de algumas famílias de vizinhanças inteiras serem achadas de

“Quilombo na chapada aberta só existe na inventiva dos que andam por fora das coisas desta terra”.



jibóia atrai bichinho para pugar, no mato. Vi aquilo essa vez, depois tenho escutado gritos de capivara chiando e se arrebatando, fechadas nos anéis do sucuri nos lapaços; não vou dizer onde nem quem, porque esses não estiveram no caminho da minha vida; uns morfeicos, mal de família, que todos se acabavam emindo aos pedacos, sei que existiram por aí naqueles tempos.

Assim o povo todo dos Crioulos tinha um achaque. Todos pareciam que traziam um mal encastrado no corpo, incubado sem dar manifesto, mas quando se declarava o caboclo não durava nem duas noites pro dia. O que era de manhã, de noite já estava esticado. Foi como a febre caladina no Jaramá, que o povo dizia: de manhã já cunidi, de meio-dia já com ela e de noite já com Deus. Assim a doença daqueles pretos: machadada no redemoinho da testa. Diziam que era uma tal galopante. Deixa mais era, nas mugrinhas novas e em rapaz também. Costumava ser assim: elas não podiam agüentar homem: casamentos, podiam riscar a sepultura. Sadias, alegres, hilando, dura hora pra outra vinham-lhes uns arroios estojando sangue e aí não tinha apelo. Em poucos engulhos gomitavam o sangue do corpo todinho, morriam esgotadas. O defeito, que tinha sido escuro em vida, se enfiava fúto e diminuída de tamanho, ficava com as mãos miudinhas, conforme vi alguns e ainda lembro de suas feições de anjinho.

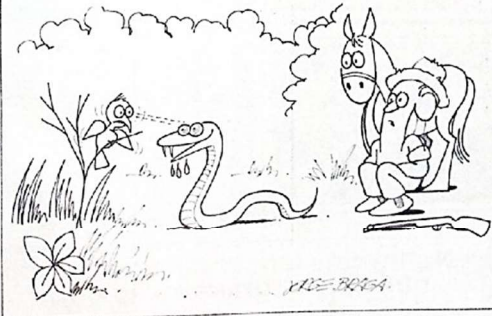
Uma vez eu lembro que deu neles uma doença, num prazo curto morreram disso, lançando sangue, mais da metade deles. A calamidade foi a uma tal medida, que quando os carregadores voltavam do enterro de um tinham que arrear a batida de volta levando outro. Dessa vez escaparam os mais velhos, que pareciam imutáveis, e uns rapazes que se dispersaram para outras paragens, que só voltaram depois que passou um tempo que a peste tinha sumido.

“Pancada nos meios de cobra jibóia é mesmo que nada; é como espancar um pneumático de bicicleta”.

força descomunal me apertasse as frentes. Era para ser o efeito nefítico dos fluidos que o desgraçado do ofídio exalava que estivesse me ofendendo também. Quadro atemorizador aquele, vivo e cru, é a figura

de bicicleta: o pau bate e pula pra riba, faz pouca ou nenhuma ofensa. Com a dor das pancadas e o susto, ela encolheu-se de arranco e garrou a contorcer-se, ao que num engulho mostrou larga e passara tanto lá longe. Larguei a cobra pra lá machucada, não gosto de matar os viventes à-toa, e mais que depressa pego o pássaro, cetro com ele pra beira d'água. Já estava muito gosmado, com as penas pregadas, levei-lhe mal-mal da nojeira, botei-o num galho. Daí um instante ele pego a se sacudir, com pouco teve reanimado e lá se foi em voo curtos pelo mato e dentro, daquela vez escapou.

Hoje, constrangido pelas imposições da ciência, dona da verdade, fico em dúvida se devo ou não dar a garantia de que cobra



Fonte: Hemeroteca Digital do IHGG. Disponível em:

https://hemeroteca.ihgg.org/publicacao.asp?PUB_IDEN=102&EDI_IDEN=4970. Acesso 11 abr. 2024.

Os registros apresentados evidenciam a disposição e a estrutura às quais a prosa bernardeana estava acostumada no corpo das laudas de jornais. Os contos de *Jurubatuba* (Figura 5) e as crônicas de *Quarto Crescente* (Figura 7) guardam uma década de distância entre si. É interessante notar que, mesmo quando dispunha de toda uma página para desenvolver sua prosa, Carmo a segmentava em assuntos e subtítulos diversos, à maneira da matéria jornalística, bem adequada ao seu suporte material e possibilitando a leitura segmentada.

Esse caráter circunstancial da prosa em crônica é abordado por Sá (2005) também como um reflexo da pressa que condiciona a produção da escrita e da leitura informativa do dia a dia. A comunicação efêmera e precária no jornal ocorre no fluxo do cotidiano e deve se dar no tempo em que o leitor se concede pequenas pausas: ao tomar um café, fumar um cigarro, sentar no banco de uma praça para descansar; até o momento em que o jornal volta à qualidade de papel e vira embrulho, recorte ou lixo e se retoma a atenção ao mundo; por isso, a sintaxe da crônica é mais desestruturada e solta, lembrando mais uma conversa entre amigos do que propriamente uma notícia. É por isso que Sá (2005, p. 11) afirma que:

Há uma proximidade maior entre as formas da língua escrita e da oralidade, sem que o narrador caia no equívoco de compor frases frouxas, sem a mágica da elaboração, pois ele não perde de vista o fato de que o real não é meramente copiado, mas recriado. O coloquialismo, portanto, deixa de ser a transcrição exata de uma frase ouvida na rua, para ser elaboração de um diálogo entre o cronista e o leitor, a partir do qual a aparência simplória ganha sua dimensão exata.

No texto de Carmo (da crônica ao conto e também no romance), é comum o recurso dialógico a pausas, a introspeções e a introjeções reveladoras de pensamentos e gestos coloquiais. Muitas vezes, Bernardes irá conjugar esses gestos ao lado de reflexões metalinguísticas sobre o próprio texto.

Nos trechos citados abaixo, retirados de *Força da Nova* e *Quarto Crescente*, respectivamente, a alusão ao gaguejo reforça de maneira muito bem elaborada a intencionalidade de manifestar a consciência do trânsito entre a oralidade e a escrita:

Minha memória baralha, demais, tem ora que não sei em qual fio hei de agarrar para seguir. Quando é assim, que me embarranco, tenho que ir catando por alto, *gaguejo* no suprimir uma e outra passagens obscuras, o caso em que às vezes vou adiante, volto atrás, a prosa fica *gangorrada*. (Bernardes, 1981, p. 31, grifos nossos).

Meu projeto é de ir longe com esta conversa mole, ao menos que, antes disso eu venha a ter a derradeira surpresa. Se alguém, por acaso, perlustrar por estas linhas virá avisado: já dissera aí pra trás e irei repetindo, até ao aborrecimento, que este relato é descompromissado. Arrastará sem método, sem tempo cronológico, *gaguejado*, *gangorradado*. (Bernardes, 1986, p. 28, grifo nosso).

Um outro aspecto da crônica destacado por Costa (2014), e que acredito contribuir para uma leitura analítica do texto bernardeano, é que a proximidade desse gênero com a oralidade contribui com uma forma específica de narração: a de contar causos. Alencar (2016), ao definir a obra de Carmo, faz a seguinte observação:

[...] nos contos, Carmo deixa impressos o matiz e o *formato do tradicional contador de causos*, sobre a rotina do roceiro ou o cotidiano citadino. Nas crônicas, o autor marca seu engajamento político, das denúncias da exploração do trabalhador pobre e da destruição da natureza. Nos romances, toda essa realidade, travestida de ficção, embora sem nunca perder o tom de veracidade.

Conforme já exposto, considero que na estrutura da crônica se encontra a essência da escrita de Carmo. A meu ver, outro forte fator que contribui para essa vinculação é a sua vocação para “contador de causos”, conforme sinalizou Alencar (2016). Esse aspecto também é salientado por Santos (2007), quando sugere a aproximação entre o caráter autobiográfico da obra de Carmo Bernardes e a noção de narrador artesanal de Walter Benjamin. A historiadora considera, contudo, que Carmo, “diferentemente do narrador tradicional não tem mais o espaço que a oralidade conferia para contar suas histórias, o que o obrigou a dotar a escrita dessa função” (Santos, 2007, p. 61). Ainda segundo Santos (2007, p. 105):

É possível perceber que, *para Bernardes, qualquer um pode se tornar escritor*, porque, para ele, a noção de escrita é próxima da arte de saber narrar, logo, o escritor seria o narrador. Partilhando um mundo que se sedimentava na narrativa oral, mas acessando um outro que se pautava no escrito, tentou conciliar as “duas naturezas” no seu estilo próprio.

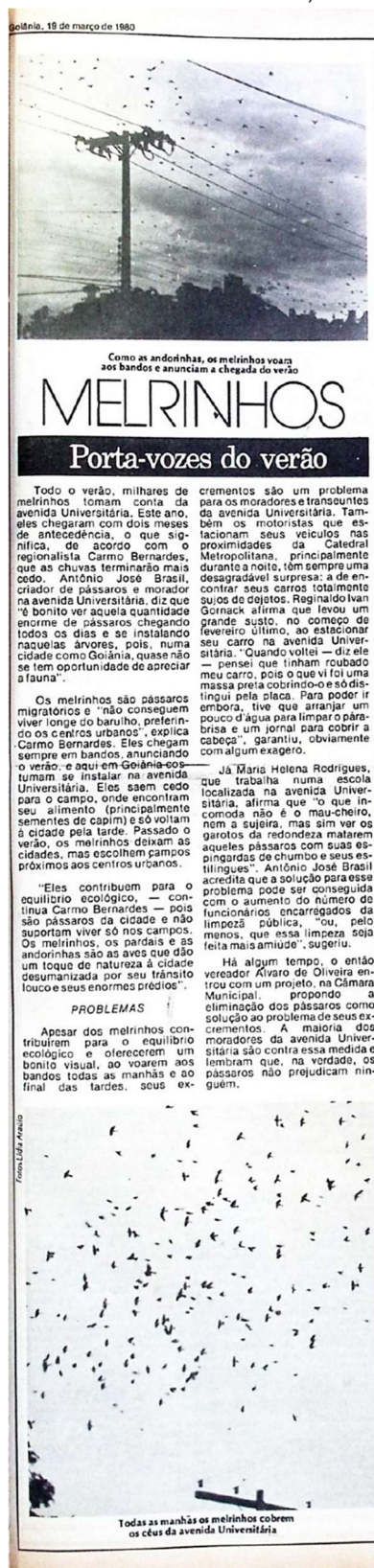
Essa interpretação parte do conceito de *narrativa artesanal* elaborado por Benjamin (1987). Esse filósofo busca aproximar a narrativa escrita das histórias orais compartilhadas entre as pessoas como sendo a arte de intercambiar experiências. “Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo” (Benjamin, 1987, p. 205). A experiência que transita de boca em boca, amplia seus nexos e possibilidades de sentido e construção, conferindo qualidade e personalidade às histórias.

Benjamin (1987) contrapõe a narrativa artesanal à objetividade da informação, que trabalha a linguagem com função meramente comunicativa. A informação deve ser precisa, objetiva, verificável, universal e, sobretudo, nova, em oposição à singularidade e tradição que o portador da experiência carrega. Por isso, Walter Benjamin (1987, p. 198) considera que “entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos”. A informação se deteriora, enquanto as narrativas são duradouras.

O gesto de narrar é próprio de alguém que sabe dar e ouvir conselhos. E o conselho, por sua vez, é um gesto que porta uma dimensão prática e utilitária que permite ao ouvinte avaliá-lo a partir de seu bom senso e tirar dele alguma lição que carregará consigo, criando uma trama de bem-sucedidas narrativas enquanto uma sabedoria compartilhada.

Carmo Bernardes, além de escritor, era alguém a quem eventualmente se recorria para aconselhamento sobre o mundo, como quando queriam entender por que algumas espécies de pássaros se adaptam tão bem à cidade (Figura 8). Nesse caso, mais do que um estudioso sobre pássaros, Carmo era alguém que teve o tempo de uma vida para observá-los, e também viveu um tempo em que as pessoas se permitiam esse tipo de contemplação e aprendizado. O sábio conselheiro é aquele que “pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia)” (Benjamin, 1987, p. 221).

Figura 8 – “Melrinhos – Porta-vozes do verão”, de 19 de março de 1980.



Fonte: Hemeroteca Digital do IHGG. Disponível em:

https://hemeroteca.ihgg.org/publicacao.asp?PUB_IDEN=102&EDI_IDEN=3853. Acesso em: 21 ago.

Nesse lugar múltiplo de conselheiro, detentor e transmissor de conhecimentos populares, escritor de jornal e de livros, entre outros papéis, Carmo compreende a linguagem como um fenômeno social, para além de mera expressão do pensamento ou capacidade de se comunicar. É por isso que procura sempre destacar esse aspecto em seus escritos, principalmente nas reflexões metalinguísticas que constam em suas autobiografias:

Entender a linguagem corretamente na boca do povo, só é possível a quem possua o idioma entranhado no próprio ser e assim possa perceber e sentir as sutilezas das palavras e até mesmo o valor das entonações e sotaque. Dependendo da entonação, do sotaque, do propósito em quem é pronunciada, uma mesma palavra pode ter uma versidade de significados. (Bernardes, 1981, p. 93).

Pensei nessas dificuldades todas de linguagem, e a forma que encontrei de contornar a situação foi a de não pensar nessas coisas. Deixar o pensamento ir fluindo, as palavras irem entrando no texto espontaneamente, pois se fico preocupado com a possibilidade de não ser entendido acabo não fazendo nada. (Bernardes, 1981, p. 94).

Descuidei, que seja, resvalo para o caipirismo, passo a falar como minha mãe falava, quando quero acudir é tarde.

Sem maior esforço, dou conta de arrumar direitinho um fraseado com aparência erudita, e em pouco prazo sou capaz de estirar no papel uma charola certinha, conforme preceitua a gramática. Contar um caso bem contado, com a cautela de não dar motivos a enjôo em quem vai ler, é que acho difícil.

[...]

Só desacomodado de tudo quanto é fiscalização de regras e formas, sou capaz de ajeitar uma prosa sofrível. Aí vou desalojando de dentro de mim as palavras e as formas de expressão que trago na massa do sangue, olvido o mundo que me cerca e me engolfo numa lembrança qualquer mal apagada, como estou fazendo aqui agora, e, assim, às vezes, arrumo uma escrita que não enfada tanto. (Bernardes, 1981, p. 122).

A oralidade está presente inclusive na estrutura narrativa de vários livros de Bernardes, ao que me parece bastante adequada essa afinidade e seu aprofundamento analítico. A sequência lógica de seus textos não é necessariamente linear, pois responde a desígnios intuitivos e à memória; contudo, o conjunto dos fatos e especulações sempre busca construir uma ideia de todo em seus livros. O próprio Carmo Bernardes, em entrevista ao *Diário da Manhã* (1986), em 15 de outubro de 1986, afirma não ser propriamente um escritor de romances.

Ao aproximar Carmo Bernardes do narrador artesanal, Santos (2007, p. 119) sugere ainda o acréscimo de um fazer político “sobre o que está acontecendo no mundo e o que essa mudança tem causado na vida das pessoas mais distanciadas

dos centros de decisões sejam políticos, econômicos, sociais e ou mesmo culturais”. Santos (2007) percebe bem a dualidade entre o Carmo que veio de um universo rural, oral, cercado por narradores de uma cultura tradicional, e o Carmo que se estabelece em Goiânia e busca fazer dessa sua formação, dessa origem, instrumento para os novos ofícios que desempenhará no universo urbano de uma capital recém-construída.

Assim, interpreta-se a vida de Bernardes também como tentativa de, narrando seu mundo, aconselhar, porque é também sua preocupação moral. Essa dimensão de aconselhamento da obra de Carmo Bernardes informa sobre o mundo do qual esse sujeito saiu: o universo rural brasileiro de fins do século XIX e início do século XX, ainda marcado pela oralidade e pela presença de homens-narradores. Esse mundo formador da criança, do jovem e do adulto Carmo Bernardes foi o mundo perdido do Bernardes que chegou a Goiânia em fins dos anos 1950. Um mundo assentado na transmissão oral de saberes e práticas, que dependiam tanto do mundo natural circundante, quanto do grupo de relação constituído justamente no enfrentamento a esse mundo natural. Mas também um mundo narrado por um outro Bernardes, que experimentara, no momento em que escrevia, um outro modo de vida, e ainda o contato com outras possibilidades de interpretar a realidade que não aquelas normas morais ensinadas por seus pais e avós. (Santos, 2007, p. 22).

No caso de Carmo, esse vínculo com o seu leitor é firmado também a partir da mobilização de um repertório popular local. Sendo assim, pensá-lo enquanto um vulgarizador (como o próprio procurou se definir a Giovanni Ricciardi), um mediador entre duas culturas, pode ajudar na compreensão de seu texto a partir de algumas abordagens à cultura popular.

Para o historiador Peter Burke (2010), compreender a interação entre cultura erudita e cultura popular na modernidade passa pela abordagem de figuras mediadoras. Burke (2010) nota que, entre a cultura letrada e a cultura oral tradicional europeia, existiu uma cultura elaborada por semiletrados, como, por exemplo: pessoas que frequentaram a escola, mas não por muito tempo; as mulheres da nobreza; oficiais; palhaços e outras classes de atores; pregadores religiosos: “Os nobres, eruditos, mantinham contato com a cultura popular através de suas mães, irmãs, esposas e filhas, e em muitos casos teriam sido criados por amas camponesas, que lhes cantavam baladas e contavam-lhes histórias populares” (Burke, 2010, p. 47).

A classe dos frades também é bastante representativa pois, não raro, eram filhos de artesãos e camponeses, procuravam pregar em estilo coloquial “usando trocadilhos, rimas e aliterações, gritando e gesticulando, recorrendo a contos populares para ilustrar suas mensagens e compondo canções” (Burke, 2010, p. 90).

Já entre as camadas populares, algumas classes artesãs tinham acesso à leitura e ao tempo do ócio, pela natureza de seus ofícios, como os tecelões e sapateiros. “Os tecelões possuíam mais condições de ter uma cultura a parte do que a maioria dos artesãos [...] seu trabalho permitia-lhes ler, se quisessem, apoiando o livro no tear.”(Burke, 2010, p. 56). Assim, formaram inclusive um público leitor ao qual se destinavam publicações específicas que podem ser constatadas dos séculos XVII ao XVIII na Inglaterra. Além disso, a classe dos tecelões lidava com materiais nobres, como a seda, o que exige instrução. Suas canções de trabalho, cantadas ao ritmo do tear manual, também tiveram bastante expressividade cultural, sugerindo que a cultura tecelã tinha uma marca internacional. (Burke, 2010).

Esse quadro social, embora em contexto europeu, revela a possibilidade de pensar uma cultura de intermediação cuja compreensão pode ser relevante. Burke (2010) propõe que pensar essa interação cultural regressivamente e comparativamente pode dar sentido a alguns elementos documentados ou reiterados na história. Nesse caso, o relato de pessoas que nasceram em famílias de artesãos ou camponeses e ascenderam socialmente torna-se uma importante fonte de representações da cultura no passado, quando tratados adequadamente:

Certamente seria um erro negligenciar os contos populares coletados em Mecklenburgo [no norte da Alemanha], por exemplo, no início do século XX: são histórias coletadas de anciões e anciãs cujos avós provavelmente estariam vivos no final do século XVIII, tradições orais que revelam alguma coisa sobre as atitudes dos servos em relação aos seus senhores (Burke, 2010, p. 102)

A negligência mencionada consistiria no descarte prévio do valor e do significado desse material para a historiografia devido à sua possível estereotipação por parte dos folcloristas que redescobrem “o povo” no início do século XX. Burke (2010) não descarta essa contaminação, mas trabalha com a possibilidade de abordar tais registros comparativamente a outros na história.

Em sua entrevista a Ricciardi (2001), Carmo Bernardes atribui muito da importância de sua vocação para a escrita e leitura, senão toda, a sua mãe tecedeira e seu avô charlatão⁸:

[CARMO BERNARDES]: E minha mãe era artesã. Trabalhava em casa, por conta própria. Ela plantava o algodão, tratava, apanhava, porque também aqui existe uma diferença de palavra: não “colhia”. Apanhava o algodão,

⁸ Nome vulgar dado aos praticantes de medicina popular, não-especialistas.

descaroçava, fiava, tingia ou alvejava a linha, e tecia e costurava a nossa roupa. Ela vinha de uma tradição: seus ancestrais todos foram mais ou menos trabalhadores como ela. Mas gostava de ler. Lia muito. E eu, desde muito novo, comecei a ler também, junto com ela[...]

[RICCIARDI]: Mas de onde vem na sua mãe esse pendor para a literatura? Ela tinha instrução? Pois o senhor me disse que vivia no mato, num lugarejo.

[CARMO BERNARDES]: No mato. Isto me parece ser um mistério, porque o pai dela, meu avô, é que possuía os livros. Eu acho que ele adquiriu o gosto pela leitura porque era charlatão, ele era raizeiro. Então, ele lia sobre medicina, lia esses livros que vinham. Parece que veio daí. Minha mãe não teve escola, não teve nada, mas tinha esse pendor pela leitura. (Ricciardi, 2001, p 131-133).

Outro fato biográfico sugere a aproximação do autor com a cultura popular. Carmo Bernardes guarda algumas coincidências de vida com o célebre contador de causos goiano Geraldinho Nogueira. Além de serem contemporâneos, nascidos na segunda década do século XX, ambos viveram o mundo rural goiano e suas transformações. Outro fato que os aproxima no fim de suas trajetórias de vida é que ambos foram convidados a participar com quadros no programa televisivo regionalista *Frutos da Terra*, da concessionária goiana da Rede Globo, a TV Anhanguera, entre as décadas 1980 e 1990.

Para além dessas coincidências, e guardadas as distâncias específicas das formas de representação dessas duas personalidades, algumas temáticas lhes são bastante comuns: a naturalidade para falar das funções corporais distante do erotismo, a aversão à polícia, a desconfiança com médicos e outras profissões de especialistas, o humor e a irreverência. (Oliveira; Do Castro Carmo, 2016).

Compreender a ideia de letramento e o diálogo com a ciência em Carmo Bernardes passa pela compreensão de algumas dessas características. Por exemplo, em *Quarto Crescente*, ao abordar a sua não adaptação ao ambiente escolar, Carmo se auxilia de uma piada:

[...] mas quando dava na matemática – com a tal história de misturar letras com algarismo – aí desgraçava tudo. Essa ciência nunca entrou na minha cabeça. Por que um algarismo, tendo outro por cima dele com um traço entremeio passa a ter significado redobrado? Que negócio é esse de raiz quadrada, de máxima potência, de equações de não sei quantos graus e de não sei quantas incógnitas? (Bernardes, 1986, p. 198, grifo nosso).

O humor e o riso são recursos importantes da cultura popular, que permitem a dessacralização de formas canonizadas da cultura e sua avaliação e reelaboração a partir de um ponto de vista do senso comum. No exemplo citado, a linguagem da

Matemática – cujas leis muitas vezes se confundem com uma representação fiel e prova da submissão da natureza e amparam o conhecimento científico em suas previsões mais deterministas (De Sousa Santos, 2021) – pôde ser relativizada pela sua incapacidade de soar razoável e compreensível ao homem comum. O humor – recurso que Carmo emprega no exemplo acima – é um traço característico de sua obra, que, embora pouco abordado, é outra qualidade de sua verve popular.

Por fim, uma última relação importante a ser abordada a partir da crônica enquanto gênero narrativo é o vínculo que ela estabelece com sociabilidades próprias do mundo urbano. Nesse ponto, o apetite de Carmo pelo gênero – observável em sua recorrência produtiva nas páginas dos jornais goianienses entre as décadas de 1970 e 1990 – é indicador de uma certa filiação do autor a esse espaço. Para Santos (2007), foi a ida para a cidade e o contato com novas concepções de mundo que permitiram ao autor o acesso ao jornalismo na década de 1940 e à literatura nos anos de 1960.

Carmo Bernardes escreveu para jornais de grande circulação em Anápolis e Goiânia, logo, seus leitores estavam principalmente na cidade, e não no campo. Uma reportagem da jornalista Lisa França de 1985 pela TV Brasil Central (Documentário – Carmo Bernardes, 2020) apresenta diversos momentos em um dia comum do autor: em contato com o público e com outros escritores na banca do editor Paulo Araújo na Feira Hippie; se atualizando sobre a recepção de seus livros e novidades na Livraria Cultura Goiana; andando de carro; em sua casa, no setor Pedro Ludovico, são apresentados um fogão de lenha, um pilão, criações de animais e espécies vegetais e alguns xerimbabos.

O público leitor de Carmo era um público urbano, formado por habitantes das cidades de Goiânia e Anápolis. Mas esses mesmos leitores também eram pessoas descendentes de linhagens ou eles próprios vindos de culturas vinculadas à tradição e a modos de vida do mundo rural, assim como o próprio autor. Mello (2016), refletindo sobre a urbanização própria dos projetos modernizadores em Goiás, fala sobre a constituição da sociedade goianiense:

[...] operários, em sua maioria, saíram do campo e foram para a cidade - capital em construção, repleta de esperanças previamente anunciadas. Entretanto, mesmo no ambiente urbano, os migrantes continuam a materializar a vida rural por meio da criação de galinhas, plantações de cebolinhas e couve em suas residências, definitivas ou improvisadas. (Mello, 2016, p.134).

Refletindo também sobre o espaço urbano goianiense, sob um ponto de vista da constituição de seus discursos, Arrais (1999) aponta como Goiânia, na década de 1990, projetou para si uma imagem de “cidade ecologicamente correta” enquanto forma publicitária de apropriação do espaço, mas negando suas contradições expressas no cotidiano. Apesar de constituir um outro viés de análise, Arrais (1999, p. 46), ao criticar as construções discursivas sobre o espaço urbano goianiense, faz a consideração instigante de que “em se tratando da imagem da cidade é preciso ouvir, ler, decifrar o cotidiano, ou seja, procurar a imagem no cotidiano e não o cotidiano na imagem”.

As considerações de Mello (2016) e Arrais (1999) combinadas nos levam a refletir que foi a partir da leitura, da vivência e da decifração do cotidiano urbano que Carmo Bernardes produziu imagens aos leitores de suas crônicas e livros. Eram as questões da vida social, política e cultural desses espaços que o motivavam a escrever. Carmo amava a cidade e suas possibilidades, tanto quanto amava o meio ambiente. Não era um nostálgico melancólico frente à modernidade, e sim um postulador de outras modernidades possíveis. Esse dado também pode ser observado em *Memórias do Vento* (1986) e na visão de jornalismo que esse romance deixa antever.

Pensar os escritos de Carmo pelo viés narrativo da crônica, portanto, permite à análise relativizar suas elaborações sob o ponto de vista da performance buscada pelo autor. Tome-se como exemplo a notícia. A notícia diz “eu vi, agora vejam por mim”, enquanto o cronista diz “vejamos juntos!”. A notícia é portadora de uma informação e um saber exclusivos, aos quais somente seu informante teve acesso. Ora, Carmo Bernardes está falando para pessoas que de alguma maneira vivenciam situações próximas às dele e sabem de que posição e sobre que tipo de experiências ele fala. Assim também devemos encarar suas denúncias, seus rompantes em manifesto, seus inventários minuciosos. Nesse caso, não é só a memória que é viva, mas também a cultura roceira ainda vive na cidade, assim como a natureza que carrega consigo (o Cerrado?), por mais que suas condições de sobrevivência sejam cada dia mais adversas.

Algumas interpelações acadêmicas da obra de Carmo Bernardes orientam seus esforços interpretativos direcionando atenção a aspectos como a denúncia, o protesto, o manifesto, o registro minucioso, realmente muito presentes em seu texto. Contudo, o enfoque excessivo em tais aspectos acaba por figurar a imagem do escritor

como uma espécie de “memória ambulante”, e seu texto passa a ser inventariado como depósito fiel de hábitos e costumes sertanejos ou repositório de nomes de espécies de animais e plantas ameaçados ou em extinção.

Compreendo que esses são recortes possíveis, principalmente considerando a trajetória de militância política e ambiental do autor, e o perfil dos jornais nos quais iniciou sua trajetória. Advogo, contudo, que é possível perspectivar esses aspectos textuais enquanto traços performáticos que visavam estabelecer seu vínculo com o leitor e estreitar um diálogo semanalmente nas páginas de jornais. Além do mais, as elaborações estéticas de Carmo Bernardes vão além desses atributos recorrentes.

A capacidade de síntese e tradução também são qualidades importantes e que devem figurar numa apreciação dos escritos bernardeanos, notadamente aqueles que procuram versar sobre o mundo natural, haja vista serem características valorizadas nesse escritor. Nesse sentido, é possível dizer que Carmo realizou um diálogo de ideias importante com a historiografia, a geografia regional e outras disciplinas, a fim de circunscrever seu pensamento ecológico.

A cultura goiana, das suas formas mais eruditas às populares, é possuidora de um repertório significativo de representações e experiências relacionadas ao mundo natural. Um amplo acervo de saberes botânicos, climáticos e noções ecossistêmicas, conforme representadas por Carmo, permeiam a cultura rural goiana, e muitos inclusive constam na produção literária, histórica e geográfica de Goiás: a herança do contato entre indígenas e colonos; as noções sobre o clima e o ecossistema em levantamentos expedicionários (naturalistas estrangeiros ou administradores); a propaganda dos recursos naturais goianos, como na revista *A Informação Goyana* (1917-1935). Portanto, parte desse conteúdo não constitui propriamente uma novidade, mas sim uma outra abordagem que Carmo encontrou para mirar esse rico material e que é indicativa de uma percepção historiográfica bastante aguçada.

O que Carmo faz, como conhecedor empírico desse ambiente, bem como de todas as possibilidades advindas da historiografia e da geografia regionais de seu tempo, além de outros saberes disciplinares, é reorganizar esse repertório de conhecimentos a partir de uma percepção de que esse ambiente estava se alterando de maneira abrupta, o que representava um impacto sensível. Por isso, o escritor afirma: “Ninguém vai acreditar, mas eu digo: vi que as abelhas e os bichos escasseavam e pressenti que um dia iriam se acabar” (Bernardes, 1986, p. 68)

Sá (2008) argumenta que todo texto literário pressupõe várias leituras e que, de acordo com a necessidade ou interesse no mesmo, a ingenuidade da primeira leitura é substituída por sentidos mais críticos e aprofundados. Nos casos em que a crônica passa ao livro, atenua-se o vínculo com o circunstancial e permite-se novas associações e contextos. A mudança de suporte favorece o texto, liberto da estrutura e do referencial do jornal. Nesse sentido, nas autobiografias de Carmo Bernardes, a memória como recurso narrativo é alçada à sua condição de historicidade.

É nesse sentido que, nos dois capítulos a seguir, procurarei abordar a maneira como e alguns referenciais a partir dos quais acredito que Carmo Bernardes procurou elaborar essa historicidade em suas autobiografias também enquanto mirada ecológica da sensibilidade e da memória, em um diálogo que demonstra bastante familiaridade com a produção acadêmica e científica de sua época, notadamente com a produção sobre a história e a geografia em Goiás.

CAPÍTULO 2. DA NATUREZA DA MEMÓRIA ÀS MEMÓRIAS DA NATUREZA

Este capítulo apresenta uma reflexão sobre *memória* – considerando, a partir de Halbwachs (2013), a amplitude que tal conceito adquiriu no século XX, conforme as reflexões de Bosi (1994) – e sua relação com o campo ambiental a partir do conceito de *sujeito ecológico* conforme proposto por Carvalho (2001, 2008). Avalia a forma como a memória é um importante componente para a compreensão da prosa bernardeana como elemento de sua performance enquanto escritor, na perspectiva do *narrador artesanal* benjaminiano e enquanto possibilidade de uma mirada ecológica da história para a compreensão de espaços sociais como o sertão e o Cerrado.

2.1 MEMÓRIA E SENSIBILIDADE EM *RELEMBRANÇAS*

Segundo o dicionário Aurélio, “lembrar”, enquanto verbo transitivo direto, pode ter os significados de “vir à lembrança; recordar-se” ou, ainda, “trazer à memória, recordar”, entre outros. *Rememórias*, aliás, intitula dois livros de grande tiragem do escritor Carmo Bernardes, sua segunda e terceira publicações, de 1968 e 1969, ambas pela Livraria e Editora Araújo.

Os dois livros aqui analisados, publicados como parte do projeto autobiográfico inacabado de Carmo, trazem como subtítulos outra palavra: “*Relembanças*”. Destaco o prefixo “re-” como uma estratégia para capturar a atenção do leitor para essa partícula que vem imbuída de certo entendimento conferido ao ato de lembrar e que será importante para a nossa reflexão: relembrar como um gesto reiterado, como lembranças que insistem em vir à tona ou, ainda, como um esforço para se lembrar. É um verbo de uso corriqueiro; já sua forma derivada “relembança” é menos usual.

Tal exercício de intuição de falante da língua portuguesa busca dar ênfase ao papel central que a memória ocupa nos dois livros aqui analisados (*Força da Nova* e *Quarto Crescente*) e na obra de Carmo de maneira geral. Primeiro, como pacto biográfico, compromisso de leitura estabelecido entre escritor e leitor com um passado vivido. Segundo, como um recurso recorrente em Carmo – diria até sua matéria-prima, como inclusive seus narradores, a maioria em primeira pessoa, costumam afirmar e problematizar reiteradamente, entremeando um caso e outro:

Para fugir um pouco à insipidez do texto cerebrino, que, ingerido todo dia, enche o saco, tentei a saída de escavoucar a memória, juntar os cacos de alguns causos que ainda possam interessar sobreviventes de passadas épocas, *como se estivéssemos tornando a viver*. Remexo o monturo de fósseis em que nunca pensei escarafunchar, e descubro peças que não são de jogar fora.

Há, porém, o inconveniente de serem as melhores passagens de minha vida um pouco impróprias para contar a céu aberto como em colunas de jornais. Mas espero divertir-me bastante *negaceando-as, largando na subliminar* os episódios desmoralizantes e inconfessáveis, se a preguiça não me embargar. (Bernardes, 1986. p. 40, grifos nossos).

Grosso modo, a autobiografia, ao lado de diários, memórias, e outras modalidades da chamada literatura confessional, pode ser definida como a escrita centrada num narrador em primeira pessoa (*eu*) que se identifica com a pessoa que assume a autoria do texto e o protagoniza. Uma definição básica que, contudo, nos oferece um ponto de partida prático.

O pacto que uma autobiografia oferece ao leitor pode, a qualquer tempo, ser questionado enquanto versão enviesada, deturpada ou falsificada dos fatos, principalmente porque esse gênero literário procura lidar de maneira mais direta com a realidade. No entanto, o compromisso entre escritor e leitor é mantido visando a fruição desse tipo de narrativa. Algo que pode ser pensado a partir de Costa (2014), partindo do pacto ficcional para então chegarmos ao biográfico e ao autobiográfico:

[...], pacto ficcional é o acordo que se estabelece entre leitor e texto, no sentido de não se questionar o estatuto fantasioso de uma obra. Esse pacto se realiza tanto a partir da leitura de obras literárias escritas em prosa, como contos, novelas e romances, dirigidos a adultos, jovens e crianças, como também a partir de obras em linguagens que mesclam o verbal e o visual, como novelas e séries televisivas, filmes, histórias em quadrinhos, tirinhas de jornal, desenhos animados e outras produções de vários gêneros.

[...]

O pacto ficcional é também chamado de pacto romanesco, quando relacionado à leitura de romances. *Quando se trata de livros de memória ou livros biográficos e autobiográficos, fala-se em pacto biográfico e pacto autobiográfico*. O pacto biográfico, por exemplo, distingue-se do pacto ficcional na medida em que o leitor, ao ler uma obra de natureza biográfica, a toma como a representação da vida de algumas pessoas que tiveram existência real. *O pacto biográfico e o pacto autobiográfico se diferenciam tendo em vista que, no segundo, autor e narrador coincidem*, ao passo que, no pacto biográfico, o narrador – um terceiro – apresenta as situações vividas por uma pessoa que realmente existiu. (Costa, 2014, p. 92-93, grifos nossos)

Desenvolvo melhor a condição dos pactos de leitura: ao ler fantasias, não questionamos, por exemplo, a existência de unicórnios, dragões, burros falantes ou sapos que viram príncipes. O mesmo pode ocorrer na leitura de contos policiais: não

se questiona o tempo todo por que um detetive se coloca tão impetuosamente e sozinho frente em riscos desnecessários ou troca tantas vezes de suspeitos durante a trama. Diante do gênero autobiográfico, é essencial o pacto com uma realidade vivenciada pelo autor, por mais que alguns de seus referenciais possam ser reconsiderados e relativizados pelo leitor.

Há, ainda, outras possibilidades de pactos de leitura, conforme variam os gêneros textuais: o pacto científico; o pacto factual para a leitura de notícias; o pacto histórico para a leitura historiográfica. Quanto a essas modalidades Corrêa (2014) faz uma observação que interessa aqui:

Ressalte-se, porém, que uma forma de pacto não precisa necessariamente excluir outra. Assim, podemos ler um romance relativizando o que pode ser mais ou menos calcado numa dada realidade ou ler um texto histórico pensando no quanto o historiador também pode ficcionalizar ao imprimir seu ponto de vista no relato. (Corrêa, 2014).

Essa é, portanto, uma escolha consciente do escritor que decide trilhar tal caminho: o desafio da persuasão em histórias com um fundo real, elaborado por meio de elementos e recursos dos quais o autor lançará mão a depender da finalidade e do contexto que pretende imprimir. Em suas autobiografias, Carmo está sempre à procura de meios de revelar ao leitor sua consciência e intenção quanto à necessidade de estabelecerem uma cumplicidade, como no trecho a seguir:

Fico contando casos do que já passou, faço o maior esforço para arrancar da memória as lembranças esfumaçadas, vez em quando paro e penso: - será que esta labuta, assim tão esgotante, valerá a pena?
Tenho minhas dúvidas!

[...]

Quer dizer: o mundo demudou, fiquei no mesminho que eu era. É porque meu modo de cavar a vida continua o mesmo – que é mexer com inzonas que não levam pessoa alguma adiante.

[...]

Acho que minha preguiça, o meu apego a estas inzonas, estruindo um tempo precioso, herdei-os do meu avô Pernagrossa, que era assim. Nunca ouvi falar e nem foi do meu conhecimento que ele um dia tivesse pego num serviço pesado para fazer.

[...]

Seu ofício, no seu tempo, era o mais desmoralizado, próprio dessa gentinha pai e mãe da preguiça. Trabalhava em chifre, fazia pente de cabelo, buzina de caçador, guampa de panhar água de cavalo. Berrante não lembro de tê-lo visto fazer, decerto porque é uma peça grande e ele não gostava de serviço pesado. (Bernardes, 1986, p. 180-182).

O recurso à memória é recorrente nos textos bernardeanos e, talvez por isso, Carmo procurava estabelecer um limite claro entre ficção e autobiografia, como buscou explicar em entrevista que concedeu ao *Diário da Manhã*, em 1986:

O escritor afirma que esta é uma obra de ficção e explica impaciente com a ignorância da repórter, que “*autobiografia é um texto que começa assim: nasci tal dia, em tal lugar, depois fiz isso e aquilo*”.

Para ele, “toda obra de ficção só é uma obra artística se nela não estiver a alma do autor, o sangue do autor, uns sentimentos mais íntimos que entrem na teia do seu sistema nervoso, e, principalmente, não diga tudo do seu povo, do seu meio e da sua gente. *Por isso é que toda boa obra de ficção leva a peca de autobiográfica*”. (Diário da Manhã, 1986, grifos nossos).

Quanto a essa necessidade de diferenciação entre ficcional e autobiográfico, sobretudo avaliando a centralidade que a autorreferencialidade assumiu no mundo contemporâneo, Pereira (2022) reflete que, no que tange às autobiografias, o pacto entre escrita e leitura ainda resolve tal distinção: a sinceridade, enquanto uma promessa do autor, requer que sua efetivação passe pela vivência do leitor no correr da leitura. Portanto, “é na coerência estilística que o leitor se sentirá à vontade ou não para embarcar naquela versão de realidade, de outro, e tomá-la como realidade para si” (Pereira, 2022, p.107-108).

A psicóloga social e pesquisadora Ecléa Bosi afirma que a melhor forma para se saber a forma predominante de memória de um dado indivíduo é levá-lo a fazer a sua autobiografia. “A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a *sua* memória” (Bosi, 1994, p. 68, grifo da autora). Embora essa autora lide mais propriamente com relatos de entrevistados, creio que a amplitude da compreensão presente em sua abordagem teórica sobre o tema da memória permite dialogar com uma proposta de escrita autobiográfica, de modo que a retomarei em alguns momentos neste capítulo.

A valorização que as histórias de vida receberam nas ciências sociais e humanas é problematizada pelo sociólogo Pierre Bourdieu, que atenta para o cuidado que se deve tomar com a *ilusão biográfica* quanto se trabalha com esse tipo de narrativa, qual seja: ao tomar a vida como um percurso coerente e orientado, as abordagens históricas e sociológicas devem ter o discernimento de não as condicionarem às finalidades pré-estabelecidas de uma pesquisa e da sucessão cronológica de fatos e acontecimentos selecionados e organizados. Numa analogia simples, seria algo como evitar “tentar explicar a trajetória do metrô sem levar em conta a estrutura da rede, ou seja, a matriz de relações objetivas entre as diferentes

estações” (Bourdieu, 1986, p. 7). Sobre os relatos pessoais de vida, o sociólogo observa que:

As leis que governam a produção do discurso na relação entre um *habitus* e um campo aplicam-se a essa forma específica de expressão que é o discurso de si; a história de vida variará, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, a depender da qualidade social do campo em que será oferecida (Bourdieu, 1986, p. 6).

Bourdieu (1986) ainda adverte que a análise crítica desse “artefato socialmente impecável que é a história de vida” não é um fim em si mesmo. Compreender o sentido de deslocamento que uma trajetória impõe aos sujeitos deve ter em vista certas propriedades dos campos nos quais aqueles buscam se circunscrever e os atributos selecionados que lhes permitem participar como agentes eficientes em diferentes campos sociais. No caso desta pesquisa, procuro me deter mais propriamente no campo que produz sentidos para pensar a questão ambiental e suas possibilidades em Goiás.

Esse é um cuidado metodológico que devemos ter em vista, principalmente por estar lidando com matéria de literatura e ainda, como já mencionado, com um escritor que procura abordar a memória enquanto um tema e atribuir a ela um determinado valor e função sociais. Nesse sentido, procurarei abordar a questão no presente capítulo a partir da seguinte estruturação: i) explorar as bases nas quais Carmo Bernardes sustenta uma concepção de memória, principalmente enquanto um valor relacionado a uma forma de vivência e a uma comunidade específicas; ii) refletir sobre as relações entre memória, historicidade e modernização, pensando especialmente em como a trajetória de Carmo Bernardes se associa a uma transição na compreensão o ambiente que Goiás integra, que gradualmente passa da categoria de *sertão* à de *Cerrado* na segunda metade do século XX; e iii) abordar como, nas narrativas autobiográficas bernardeanas, estão estabelecidas algumas balizas que lhe permitem dialogar e se inserir em debates sobre a ecologia e as questões ambientais em Goiás.

Carmo Bernardes procurou elaborar a memória como um referencial importante em suas autobiografias, não apenas para justificar o seu caráter memorialístico, mas como um valor a ser exercitado. O primeiro volume dessas obras, *Força da Nova*, se inicia conjecturando sobre a natureza do fenômeno da memória:

Por causa de minha mãe dizer isto, e minha lembrança que o chão batido do nosso rancho era frio – eu sentia a friagem nas pernas e nas popas - , posso depor com segurança que o meu engatinhado não foi dos tais de tubi ao vento e nariz ponteiro ao chão. (Bernardes, 1981, p. 16).

Esses primeiros capítulos serão reservados à construção de um discernimento quanto ao caráter de atualidade que reside no ato de relembrar. Essa preparação segundo a qual “Por causa de minha mãe dizer isto” e pela “minha lembrança dar que o chão batido do nosso rancho era frio”, deixa claro, logo no início, a intenção de demonstrar uma certa substância criativa e atualizada de que seriam feitas as lembranças.

Talvez aqui haja alguma inspiração em Goethe⁹, que em suas recordações observa que “quando queremos recordar dos primeiros acontecimentos de nossa juventude, é comum confundirmos aquilo que ouvimos dos outros com aquilo que se constitui como expressão da nossa própria experiência” (Goethe, 2014). Esse é um raciocínio que as narrativas buscarão tornar cada vez mais familiar e ciente ao leitor:

[...] Muito novinho, é bem verdade que eu não pudesse saber dessas coisas. Por exemplo: vermelho e pisoado. Mas eu vendo, depois, um chão assim faço a ligação de uma coisa com a outra. (Bernardes, 1981, p. 17).

Bosi (1994), partindo de Bergson, propõe iniciar o raciocínio sobre a natureza da memória na corporeidade: a consciência primeira da passagem do tempo se dá no corpo, que o percebe em suas marcas. Assim, a conservação da memória age também como uma função que permite ao corpo relacionar o presente a estados psíquicos já vivenciados. A lembrança, nessa perspectiva, teria uma “função prática de limitar a indeterminação (do pensamento e da ação) e levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo” (Bosi, 1994, p.47). *Força da Nova* propõe essa compreensão já nas primeiras páginas de sua narrativa:

Um sinal que eu tinha na virilha esquerda, que foi descendo no eu crescer até esparramar e apagar de todo, feito um retalho de nuvem no céu que esgarça e some, marcava uma lembrança, acho que a mais recuada delas. É aonde eu torno a lembrar do chão úmido de terra vermelha muito apisoada, de que eu sentia a friagem quando engatinhava. (Bernardes, 1981, p. 16).

⁹ Essa possível referência às memórias de Goethe (em *De minha vida: Poesia e verdade*) nas relembrações de Carmo Bernardes me foi sugerida durante a leitura de Ecléa Bosi (1994), que cita a referida passagem à altura da página 59. A narrativa inicial de Goethe, como em Carmo, converge conscientemente para o papel que este confere às biografias, qual seja: “apresentar o homem no contexto das relações de seu tempo, mostrar o quanto ele a elas resiste e o quanto delas se beneficia; de que modo, a partir delas, constrói sua visão do mundo e do homem; e de que modo elas impactam em sua condição de artista, poeta, escritor” (2014, posição Kindle 23).

O recurso à marca no corpo procura estabelecer uma postulação importante que, embora pareça óbvia à primeira vista, reforça ao leitor que “é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde” (Bosi, 1994, p. 48).

Essa abordagem inicial diria respeito, então, ao caráter “artificial” que esse fenômeno pode assumir. Quando nos lembramos de eventos e pessoas do passado, não estamos simplesmente acessando conteúdos armazenados, mas os selecionamos e os recriamos através de processos cognitivos e conexões estabelecidas no momento em que são alçados à lembrança. A partir dos seguintes trechos de *Força da Nova*, podemos pensar a dimensão que governa a memória como estando mais próxima do sonho e da fantasia do que da realidade, revelando algo de inconsciente e, portanto, a possibilidade da subjetividade:

Baseado um pouco no que minha mãe contava, mesmo que haja algum equívoco *ouso erguer estas fantasias como fatos verídicos* (Bernardes, 1981, p. 18)

É mesmo que *um sonho, desses mal esboçados*, o que me resta na lembrança de uma vez que mudamos. (Bernardes, 1981, p. 21)

Não afianço como absolutamente reais as minhas lembranças de tão distante passado; quero mais é que as fantasias que comigo duram sejam lançadas no papel como elas me ficaram no pensamento (Bernardes, 1981, p. 81)

Contudo, ainda no início, Carmo irá demonstrar que não se trata apenas de deixar soltas as rédeas da realidade para que algo flua como surreal. Trata-se justamente do contrário: o gesto de relembrar exige estar desperto para não se confundirem as lembranças e a vivência do agora.

A partir da perspectiva de Bosi (1994), pensemos o ato de relembrar, enquanto função prática, como um ato que age em conjunto com a percepção imediata, em um gesto que reorganiza a dimensão das recordações cognitivamente, de maneira mais ou menos coerente e consciente, a partir de estímulos e demandas estabelecidos no presente, podendo inclusive descolocar alguns dos sentidos. Em *Força da Nova*, Carmo também busca elaborar essa condição da memória logo de saída em sua narrativa, ao propor que:

Tenho a malsinada mania de escarafunchar a causa primeira de toda coisa. Por causa disto tenho errado vezes sem conta, e aqui *agora vou arriscar a errar mais uma vez*. (Bernardes, 1981, p. 27, grifo nosso).

[...] A fonte onde minha mãe ia lavar roupa e panhar água era numas bibocas, que *talvez não seja tanto mas me representa longe demais de casa* (Bernardes, 1981, p. 28, grifo nosso).

[...] *só impressão*, conforme sucedeu-se muitas vezes com outras coisas que memorizei num tamanho, quanto depois de alguns anos passados voltei, verifiquei que eram muito por menos. [...] Agora sei que na impressão da criança as grandezas não são as mesmas dos adultos, tudo é demasiado, fora da conta. (Bernardes, 1981, p. 30-31, grifo nosso).

O narrador reconhece que sua memória poderia confundir os sentidos, mesmo em situações corriqueiras, como quando a lembrança distorce as distâncias e os tamanhos e, portanto, estaria sujeita a erros de avaliação. Distância e tamanho conduzem à noção geral de espacialidade, algo que aproxima a lembrança da realidade através de um dado da linguagem, sendo possível, assim, reconhecer que “as categorias, que a linguagem atualiza, acompanham nossa vida psíquica tanto na vigília quanto no sonho. Na vigília, de modo coeso; no sonho de modo frouxo e amortecido, mas identificável” (Bosi, 1994, p. 56).

Ainda conforme Bosi (1994), além do espaço, outras noções gerais, como a de tempo e a de causa e efeito, servem como um centro de referência que aproxima as dimensões que regem o sonho e a lembrança dos estados de vigília a partir da atividade socializadora primordial exercida pela linguagem.

A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, por que nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termo de ponto de vista. (Bosi, 1994, p 55).

Essa compreensão parte das postulações do sociólogo Maurice Halbwachs, que observa que, sobre a capacidade de fixação empreendida pela memória, incidem aspectos coletivos e sociais decisivos na sua elaboração e retenção. Quando se trata de mudanças de grande magnitude, especialmente as de cunho social, é comum que todos possuamos alguma recordação sobre o processo. Halbwachs (2013, p. 30) parte da constatação primária de que “jamais estamos sós” para compreender que, mesmo que guardem distinções importantes, as formas individuais e coletivas da memória estão sempre empreendidas umas nas outras.

Bosi (1994) esclarece que não se trata, no entanto, de compreender essa postulação enquanto condicionamento social de um fenômeno interno ao indivíduo, nem de justaposição entre duas dimensões, mas fundamentalmente do fato de que,

já no interior da lembrança, no cerne da imagem evocada, trabalham noções gerais, veiculadas pela linguagem, logo, de filiação institucional. É graças ao caráter objetivo, transubjetivo, dessas *noções* gerais que as imagens resistem e se transformam em lembranças. (Bosi, 1994, p. 59, grifo da autora).

O exemplo do sonho ilustra bem a liberdade e a espontaneidade quase oníricas do estado das lembranças, quando ele não está acompanhado de noções gerais “diurnas” do mundo da vigília como o espaço e o tempo. Ao estabelecer essa compreensão logo de saída em sua narrativa de vida, Carmo demonstra consciência de que, no ato da memória, estão presentes convenções da linguagem que funcionam enquanto instrumento de socialização.

Bosi (1994) propõe que a elaboração coletiva, através de esquemas coerentes, é decisiva para a manutenção da memória no interior das sociedades. Os mecanismos de cognição que operam as recordações de maneira individual só ganham lastro quando compartilhados coletivamente. À capacidade humana (biológica, neuroquímica, individual) da memória, são dadas funções sociais pelos variados grupos, constituindo assim ideias dominantes, representações, formas históricas, versões consagradas dos fatos.

Portanto, a importância do que se lembra e de como se lembra parte do interesse social nos conteúdos da lembrança e nas maneiras de lembrar. E também assim é com o esquecimento: a ausência de elaboração coletiva conduz ao abandono das formas e conteúdos provenientes da memória. Para o sujeito que relembra, a ausência de aprovação e reforço pelo grupo social pode transformar a lembrança em confusão, hesitação, devaneio (Bosi, 1994).

Tratar a memória enquanto fenômeno coletivo permite, desse modo, compreender aspectos importantes da sociedade como as representações, ideologias, discursos e expressões culturais dos grupos que a compõem e se referenciam pelo ato de lembrar. Carmo Bernardes é um escritor que viveu sua infância e alguma parte de sua mocidade em um ambiente social mais tradicional e coeso (o universo rural goiano), em que a função social da memória é transmitida, principalmente, através de um modo específico: a *narração artesanal*. Por isso,

também não deixam de comparecer em suas histórias cenários onde esse tipo de comunicação era exercido: se o leitor aceita a companhia, pode participar de uma conversa em ambientes como um terreiro; salas, quartos e cozinhas de casas de adobe e chão batido; estábulos e currais; estradas tropeiras por onde se caminha a pé ou a cavalo; um pasto, beiradas de córregos e riachos.

Outro fator importante associado ao reconhecimento de que há uma experiência subjetiva no ato de relembrar que interage com as vivências no presente é a admissão quanto à possibilidade de que o passado pode irromper por fissuras e encontros acidentais, levando quem relembra à reflexão sobre sua situação atual (Otte, 2010), de modo que é preciso estar novamente atento. Carmo vai buscar elaborar em sua narrativa, através de diversas formas e figuras, e a todo momento, essa proposta quanto à possibilidade da relação com um tempo que irrompe. Destaco uma passagem que considero especialmente relevante, por sua qualidade inusitada e contemporânea em alusão aos cartuns:

Quando vejo, ainda hoje, desenhos de bichos calçados, como nas histórias infantis, lembro disso: dos nossos cachorros, do Telegue, da Vidinha e dos do avô, com as precatinhas redondas costuradas nos pés. (Bernardes, 1981, p. 51)

Nas autobiografias bernardeanas, a lembrança involuntária manifesta-se a todo momento, como no exemplo dos desenhos animados que remetem a uma situação do passado, quando uma caravana de retirantes, que já andava há muito, improvisou auxílios aos seus cachorros com as patas machucadas.

Assim também será quando uma lição de gramática alcança a bronca do professor que corrigiu a forma de falar aprendida com a mãe (“tomara eu ver”); ou quando fragmentos de modinhas, mal formados na mente presente, outrora cantados por um trovador de passagem, permitem revisitar as vizinhanças antigas e os modos de viver na periferia de Formosa; ou num momento de descontração em que lhe vem uns versos de coco que remetem às companhias de infância:

Reúnem pessoas nuns botecos aqui no nosso Setor, nos feriados e horários de aperitivos, e quando estou lá no meio *não me sai da idéia que os da minha idade são os meus companheirinhos, dos que brincamos juntos no Poção*. Não pergunto, não quero tirar sindicância nenhuma de quando vieram, se ficaram de falha lá na beira do ribeirão perto donde morávamos naqueles anos de 1923 – não quero saber nada disso; *quero é que deles alguns sejam meus companheiros de meninice, dos que sabiam cantar coco e tocar berimbau*.

No que fico, assim como agora, levantando recordações, às vezes sinto saudades que acabam me abatendo em melancolia. (Bernardes, 1981, p. 88, grifos nossos).

Conviver com as lembranças significaria, portanto, ter que lidar com essas tensões e distensões de seus estados ora mais funcionais, ora mais evocativos geradores de reflexões e sentimentos. A recordação não seria, portanto, um mero gesto mecânico de acesso a uma parte recôndita da mente, devendo ser elaborada pelo presente. Carmo, contudo, reconhece que a memória não se submete aos desígnios da vontade:

[...] Tinha vontade de lembrar, assim, com maior clareza dos panos que minha mãe tece, ali, na Cachoeira dos Ivo, assim como dos carros que meu pai fez. À toa; isto pouco altera, assunto que nada interessa, mas é bom ficar recordando coisas que nunca mais vão acontecer. E, *quando fico, assim, marombando, dá de fisgar um ou outro sucesso*, mas todos de muito pouquinha monta. *Quando comecei a escrever isto aqui*, com os planos que ainda tenho de deixar em apontamento o máximo que eu pudesse lembrar daquilo a que assisti em vida, *pensei que ia ter mais coisas para contar, e não tenho...* (Bernardes, 1986, p. 124, grifos nossos).¹⁰

Se a memória é enganadora dos sentidos, se atropela o presente e teima em desobedecer à vontade, é preciso elaboração e reavaliação constantes para fazê-la caber numa história. Seria preciso uma linguagem própria que vibre em ressonância com o estado do sonho e da lembrança durante o estado da vigília e, portanto, haveria um jeito apropriado de contar as recordações (a citação, aqui, é à obra *Quatro Crescente*):

Se lá vou mastigando relembanças de meio século recuado, e se *cruzar na minha mente um fato dos dias presentes a que eu queira dar importância*, e me der sapituca de pular pra cá, pulo sem o menor constrangimento. Recuso-me a andar dentro de um beco com a técnica me afivelando tapa na cara, feito burro de carroça. Se as lembranças me acodem tumultuadas, tumultuadas vou largando-as, tranquilamente. (Bernardes, 1986, p. 28-29)

A naturalidade e, com ela, a admissão da instabilidade do processo constituem um recurso narrativo artesanal que permite lidar com rompantes desestabilizadores e desconcertantes do passado, estabelecendo limites e sentido – mesmo que provisórios – às recordações. Porém, ao se considerar a narração artesanal, a evocação ainda exigiria momento e postura adequados. Não basta um esforço

¹⁰ A citação, aqui, é a *Quarto Crescente*. Para esclarecimento em relação às duas obras estudadas na pesquisa, as citações a Bernardes (1981) dizem respeito a *Força da Nova* e as citações a Bernardes (1986) dizem respeito a *Quarto Crescente*.

abstrato, não basta se colocar à disposição das lembranças. Para narrar é preciso, de um lado, a habilidade de quem conta e, de outro, a disposição do receptor:

Foram muitos os nossos bichos de que tenho as mais gratas lembranças, e todos merecem menção neste inventário. De uns eu me lembro ainda com afeto, outros não foram esquecidos por me ligarem a ocorrências ou fatos que me marcaram e me ficaram inesquecíveis. *Se eu disser de todos de uma vez só, como numa listagem, não poderei fazer-lhes justiça com equidade*, pelo tanto que muitos deles nos ajudaram a viver.

De um a um a seu tempo direi melhor, e posso voltar atrás para tornar a dizer tantas vezes desejar, mesmo correndo o risco de enfastiar-me e enfastiar. E quando perceber que vou deixando esquecido um animal desses, na sua época, *não me importarei de ser chato: voltarei atrás, preencherei o hiato onde houver a falhar*. (Bernardes, 1981, p. 131, grifo nosso).

Enfim, como no trecho acima, não basta fazer uma lista do que se quer lembrar e segui-la: isso não irá funcionar.

Benjamim (1987) sugere que o momento mais adequado à narrativa artesanal é o tédio, o estado máximo de distensão psíquica. E a postura adequada deve ser a compartilhada pelo ouvinte: uma disposição em ouvir baseada no interesse comum de conservar o narrado. Ou seja, a sabedoria de narrar está associada à sabedoria de escutar. Bosi (1994), acompanhando o filósofo alemão, explica que:

O narrador está presente ao lado do ouvinte. Suas mãos, experimentadas no trabalho, fazem gestos que sustentam a história, que dão asas aos fatos principados pela voz. Tira segredos e lições que estavam dentro das coisas, faz uma sopa deliciosa das pedras do chão, como no conto da Carochinha. A arte de narrar é uma relação alma, o olho e mão: assim transforma os narrados sua matéria, a vida humana. (Bosi, 1994. p. 90).

O narrador artesanal geralmente começa suas histórias apresentando as circunstâncias em que as mesmas ocorreram ou quando as ouviu. Seu intuito é envolver o receptor, não visando transmitir o “em si” do acontecido, mas como uma atitude de convencimento mútua em relação à importância da conservação daquela história. Por isso também, os narradores dessa tradição, assim como são os contadores de causos, estão sempre em busca da atualidade de sua memória e do próprio ouvinte:

É ainda como agora eu visse... (Bernardes, 1981, p. 59)

[...] e até parece que a minhas fontes ardem com a mesmíssima dor de cabeça que àquela vez me deu. (Bernardes, 1986, p. 33)

Eu dizia que sou bom para guardar lembranças de cheiros. Num triz, que em minha memória é um vácuo [...] e minhas narinas ainda hoje aflam e coçam em delícias, assim como o desespero de uma libido, *como se sentindo agora o cheiro* da madeira trabalhada. Saudade imensa que eu tenho de meu pai, das ferramentas de carapina e do cheiro de bálsamo que a enorme distância no tempo não apaga e até pouco acinzentada. (Bernardes, 1986, p. 44, grifo nosso).

Como um teórico generalista, Walter Benjamin procurou identificar sua categoria de narrador artesanal em dois protótipos arcaicos, que servem também de modelos das narrativas associadas a eles, as quais ele considerava estarem deixando de existir nas sociedades modernas. Os protótipos, que corresponderiam antes a categorias gerais do que propriamente a realidades, constituem universos possíveis de narração: o do *viajante comerciante* e o do *camponês sedentário*. Para Benjamin (1987, p. 199), entre os diversos tipos de narradores:

[...] existem dois grupos, que se interpenetram de múltiplas maneiras. A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos. “Quem viaja tem muito que contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições. Se quisermos concretizar esses dois grupos através dos seus representantes arcaicos, podemos dizer que um é exemplificado pelo camponês sedentário, e outro pelo marinheiro comerciante. Na realidade, esses dois estilos de vida produziram de certo modo suas respectivas famílias de narradores. Cada uma delas conservou, no decorrer dos séculos, suas características próprias. [...]

A extensão real do reino narrativo, em todo o seu alcance histórico, só pode ser compreendido se levarmos em conta a interpenetração desses dois tipos arcaicos. O sistema corporativo medieval contribuiu especialmente para essa interpenetração. O mestre sedentário e os aprendizes migrantes trabalhavam juntos na mesma oficina; cada mestre tinha sido um aprendiz ambulante antes de se fixar em sua pátria ou no estrangeiro. Se os camponeses e os marujos foram os primeiros mestres da arte de narrar, foram os artífices que a aperfeiçoaram. No sistema corporativo associava-se o saber das terras distantes, trazidos para casa pelos migrantes, com o saber do passado, recolhido pelo trabalhador sedentário.

Daí o caráter artesanal dessa técnica narrativa: ela procura penetrar a natureza das coisas ali enquanto é contada, como a mão de um camponês ou o olho de um viajante. A mão do camponês penetra a materialidade das coisas e a transforma: cava, planta, colhe, poda, capina; é a mesma mão que tece, talha, esculpe, trança. O olho do viajante foca, amplia, afasta, aproxima, concentra. Os órgãos, por sua vez, estão acompanhando a vibração e a postura do corpo que sente o momento. O artífice é alguém que acumulou essas experiências (tanto a do sedentário quanto a do viajante) a partir de sua escuta ao longo da vida – algo que cria um sentido de proximidade com

a perfeição para o ouvinte, que também é como um aprendiz. Carmo é explícito quando aborda que é nessa forma narrativa que empenha o fazer de sua escrita:

Às vezes, eu passo muito tempo com estes apontamentos interrompidos, depois é que volto. E, quando é assim, custa-me achar a ponta da meada, o jeito de recomeçar. Só depois de muito pelejar, de dar muitas investidas perdidas, começo: “assim, não é”; tento de outra forma, não dá, vai indo é que, com vagar, vou entrando na trilha, sigo relatando as lembranças que desencavo dos soturnos da memória. Ai escrevo, até que vai ficando penoso; pego a sentir que a prosa começa a perder o suco, saindo desenxabida; aí, vejo que convém parar, esperar a vontade vir de novo. Agora passo meses desacorçoado, os papéis largados por uma banda, vou cuidar de outra coisa; costumam sumir laudas, que nunca mais dou conta de reconstituir. É como botar roupa para coarar: demorando muito, sapeca, os porcos fuçam, a vaca do vizinho masca. Podem até suceder casos de muitos descaminhos.

Até nisso, ainda obedeço às práticas dos antigos. Meu pai falava que serviço algum feito com má vontade, com preguiça, de corpo mole sai prestando – feito com má vontade e mal principiado. *É como trançar couro, ou fazer croché: se alguém erra nas primeiras tramas, no croché, os primeiros pontos saem errados – pode largar, desmanchar, começar tudo de novo; se teimar, chega a um ponto que embaraça tudo, não tem por onde seguir.*

Engraçado, ele nunca escreveu; e, talvez, se lhe dissessem que escrever é serviço, ele duvidasse, achasse que isto é inzona; como é que no seu julgamento acertava tanto? Nos serviços dele, mexer com madeira pesada, rolar toras no engenho de serra, fazer asas de esteio nas fazendas e carros de bois, a coisa era assim: mal principiada, saia mal acabada. E feita com má vontade, então, é que não prestava mesmo, de jeito algum. *Chego a ficar pasmo de ver que no meu serviço, tão adverso do dele, isto é a coisa mais acertada que há.*

[...] *Escrever é assim: não estando com disposição, os casos a contar comichando por dentro querendo sair, aquela influência doida de levar avante a obra começada, não convém mexer que não presta.* (BERNARDES, 1986, p. 112-113, grifos nossos)

Contudo, são cada vez mais raros na modernidade os contextos sociais e de reprodução econômica da vida que permitiam esse tipo de elaboração e compartilhamento de memórias e experiências contemplativas e significativas. Os universos artesanais, que possibilitavam a avaliação pelo bom senso e pelo tino prático do narrador e do ouvinte, embasados em um conhecimento próximo e na observação acurada dos ritmos e ciclos da natureza, foram gradativamente substituídos, nas sociedades industriais, pela mediação da informação, da burocracia, da tecnologia e de saberes cada vez mais especializados (Benjamin, 1987; Bosi, 1994).

Carmo Bernardes tem consciência de que agora seria preciso fazer suas relembanças e experiências caberem também dentro de um texto, nas páginas de jornais e livros. Isso exigiria uma perspectiva que pense o próprio texto e sua função enquanto memória, que mantém, contudo, a sua necessidade de atualidade:

O povo está pensando outras coisas, adota outros usos, muitas expressões e palavras que ouço não sei bem o que querem dizer, e venho notando que mesmo aqui entre os meus as pessoas ligam muito pouca importância às minhas práticas.

[...]

Escrever o que, se não sei de nada, se não vi nada? *Quem lê exige uma prosa viva que desenfastia, quer distrair-se, saber das coisas ver escrito aquilo que gostaria de escrever. E quem passou a viver encafuado, desinformado e desenfronhado, dando notícia apenas daquilo que todo mundo já sabe, esse indivíduo no mínimo é uma carranção não tem nenhuma novidade que preste para contar.*

Por causa de haver-me parado numa situação dessas, fora de uso e com os novos achando que todas as minhas arengas são de caduquice, é que inventei a contar os casos do passado, achando que com isto posso ter ainda alguma utilidade, pagar a xepa que como.

Dificuldade enorme e não saiu como eu esperava. Venho vindo pingando as palavras da minha história insípida, e não tardo a perceber que mesmo excluindo o máximo das inutilidades, o que sobra no lixo da memória tem muito pouca valia ou nenhuma. (Bernardes, 1981, p.129, grifo nosso).

A passagem acima nos mostra a clareza com que Carmo se situa nesse contexto que conjuga diferentes transições vivenciadas à época de sua escrita não só por ele, como pelas pessoas sobre as quais escreve (habitantes de um mundo rural), e ainda pelas pessoas que o leem (habitantes de um mundo urbano). Nesse sentido, cabe refletirmos sobre os processos de *modernização* em Goiás na segunda metade do século XX e sobre a forma como eles se associam à escrita autobiográfica de Carmo e ao pensamento ecológico do escritor.

2.2 DE ROCEIRO A ESCRITOR: DO SERTÃO AO CERRADO

Em sua extensa pesquisa histórica de interpretação biográfica da obra de Carmo Bernardes, Santos (2007) propõe que, para o escritor, a autobiografia era “como uma escrita que autoriza o sujeito, *entendido como sujeito do mundo moderno*, a um auto-referenciar-se e auto-revelar-se” (p. 61, grifo nosso) e conclui que ela “surge, assim, como essa intenção de, ao narrar uma vida, provocar reflexões sobre ela” (p. 64).

A autora perpassou toda a trajetória de publicações literárias de Carmo, deslindando identidades narrativas e a natureza dos compromissos que ele procurava estabelecer com o leitor. Quanto às autobiografias bernardeanas, Santos (2007) aponta uma característica específica importante impressa no texto: a intenção de marcar sua *trajetória de roceiro a escritor*.

[...] nota-se, no todo da autobiografia de Carmo Bernardes, uma intenção de explicar sua vida para, também, justificar o porquê da sua transformação de um roceiro em escritor. E um escritor que reivindica a condição de roceiro, sem mais experimentá-la como norma de sua vida presente. (Santos, 2007, p. 64).

Tendo em vista essa trajetória *de roceiro a escritor* (mas que não nega o roceiro; ao contrário, reafirma-o), busco agora compreender de que modo as formas e os sentidos que a modernidade adquire em Goiás podem contribuir para a compreensão da relação que Carmo busca estabelecer com dimensões como a memória, a escrita, a natureza e a ciência.

Para o historiador Pierre Nora, as sociedades modernas se caracterizam propriamente pela ruptura que buscam estabelecer nas relações tradicionais entre os homens, e entre estes e a natureza – e, assim, rompem também com o tecido vivo do qual se constituía a memória enquanto uma vivência. A reconstrução do passado e de seus sentidos de continuidade e pertencimento, no mundo moderno, passa ao âmbito problemático e sempre incompleto das tradições da história (Nora, 1993).

Para Nora (1993), as sociedades modernas têm como características a busca permanente por mudança e a confiança no progresso que advém dessa atitude, o que fez com que tivessem a necessidade de *criar a história*, a qual, ao contrário do que possa parecer, guarda uma oposição fundamental à noção de memória:

Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história. (Nora, 1993, p. 14)

A memória constituída pelo fazer histórico é, antes de tudo, um gesto deliberado de recordação característico do pensamento moderno. Disso resultaria que, quanto menos a memória é espontaneamente vivida (como era nas sociedades tradicionais), mais ela tem a necessidade de se amparar em suportes exteriores e de criar referenciais que permitam a sua existência através deles (Nora, 1993). A compreensão quanto a essa necessidade pode ser percebida num trecho de *Quarto Crescente*:

Tomara que este registro venha a ser do interesse didático, se ainda houver professor que se ocupe com as prospecções nos subterrâneos do passado da vida rural. A esses prováveis estudiosos, e também aos guardadores das tradições popular e folcloristas, endereço este capítulo. Faço-o seguro de que estou sendo fiel às minhas origens, não empulho pessoa alguma, e tenho a

presunção de estar bem em dia com as coisas da nossa terra. (Bernardes, 1986, p. 152-153).

A passagem da memória-vivência à memória-história criou um dever de memória que exigiu que cada comunidade estabelecesse sua essência por meio da revalorização de seu passado único. A história se tornou a principal tradição de memória das sociedades modernas, responsável por elaborar os sentidos de se saber de onde se vem e para onde se vai. “O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo” (Nora, 1993, p. 17). É também com esse espírito de dever e consciência histórica que Carmo procura justificar a sua escrita autobiográfica em *Quarto Crescente*:

- “Esse indivíduo está achando que é o quê, na ordem das coisas?” Hão de indagar, assim, enojados e com razão. *Sei que as memórias só valem se o memorialista coloca o biografado, ou autobiografado no centro dos acontecimentos da época.* Não é sem tempo que dou acordo disso e, *se fiquei no eu, só eu e mais ninguém, até agora, foi consciente.* Sei muito bem que a vida e a história dos indivíduos transcorrem inteiramente na dependência de feitos e fatos que vão sucedendo independentemente de sua existência, embora o indivíduo não seja um mero assistente passivo do desenrolar da história.

O homem faz a história e a história faz o homem num intrigante processo de interação. (BERNARDES, 1986, p. 217, grifo nosso)

Contudo, conforme Nora (1993) observa, a dobra possibilitada pelo movimento do saber histórico tornou-se compreensão da sociedade sobre si mesma, em uma forma de obsessão por se compreender historicamente, culminando na quebra da relação anterior proposta pelo par progresso-decadência que sustentava a direção e a inteligibilidade do tempo na modernidade.

Mais as origens eram grandes, mais elas nos engrandeciam. Porque venerávamos a nós mesmos através do passado. É esta relação que se quebrou. Da mesma forma que o futuro visível, previsível, manipulável, balizado, projeção do presente, tornou-se invisível, imprevisível, incontrolável; chegamos, simetricamente, da ideia de um passado visível a um passado invisível; de um passado coeso a um passado que vivemos como rompimento; de uma história que era procurada na continuidade de uma memória a uma memória que se projeta na descontinuidade de uma história. Não se falará mais de “origens”, mas de “nascimento”. (Nora, 1993, p. 19).

Essa dobra constitui propriamente o que se chama de historiografia: a proposição de se fazer uma história da história; a compreensão de que a escrita da história pelas sociedades modernas esteve, até então, condicionada ao par

progresso-decadência e suas possibilidades de explicação e justificação do processo modernizador.

Foi também essa nova compreensão que levou o historiador goiano Paulo Bertran, já em ensaios na década de 1970, compilados em *Formação Econômica de Goiás* (1979), a refletir sobre o significativo impacto que os projetos modernizadores, junto à construção de duas capitais planejadas por estes, causaram à continuidade das formas da memória e da história na sociedade goiana. Um texto mais recente desse pesquisador propõe com clareza sua perspectiva:

O povo goiano não teve tempo para pensar em história. Esteve o século todo ocupado em construir cidades e montar fazendas. Agora que essas coisas estão prontas é hora, talvez, de ter tempo para pensar em si próprio e encontrar sua imagem de história. (Bertran, 2006, p. 67).

Cabe ressaltar que as obras de Carmo Bernardes e Paulo Bertran versam sobre uma época e um espaço comuns, sobre os quais busco refletir nesta pesquisa a partir da transição de sertão a Cerrado e da maior integração de Goiás a um universo urbano e nacional.

Em Goiás, o processo modernizador se deu pela conquista do território e busca pela superação dos traços históricos, sociais, culturais e naturais do que outrora constituía o que se convencionou nominar sertão. A expansão da agropecuária e da indústria, a instalação e o aprimoramento de redes técnicas, bem como a fabricação de cidades, são resultado de escolhas sociais e políticas para a ocupação dessa região que marcam um tipo específico de modernização. Para Arruda (2000, p. 167), esse processo:

[...] Trata-se de atualizar a informação que existia sobre o determinado espaço, considerado até então “desconhecido” ou “pouco explorado ou, ainda, o “extremo sertão do Estado”. Este discurso, transformado em memória, sedimenta as noções que temos hoje acerca do que foi e como se deu a sua transformação. O sertão, o interior ou mesmo o campo, mais comumente chamado de roça, começava a sofrer um processo de caracterização, sendo denominado como um espaço “selvagem”, “bárbaro”, “inóspito” e seus moradores como “rotineiros incivilizados, bárbaros” ou mesmo “selvagens”. A própria vida no interior levaria o morador a tornar-se um atrasado.

O geógrafo Denis Castilho (2014) propõe que a compreensão desse processo em Goiás é mais bem elaborada se diferenciarmos o par modernidade e modernização. Falar em modernidade coloca em evidência uma racionalidade, um

movimento de ações e ideias e um sentido histórico. Já modernização pressupõe abordar as formas empíricas que a modernidade assume, impressas principalmente na dimensão espacial através da constituição diferencial de territórios. Compreender a modernidade enquanto dimensão histórica, portanto, permite evidenciar o sentido de produção social e histórica de um conjunto de diferentes modernizações.

Ainda segundo Castilho (2014), a modernidade tem origens europeias vinculadas ao pensamento iluminista e à industrialização, contudo, espalhou-se pelo mundo assumindo formas variadas, adaptando-se às particularidades de cada região. Assim, para o autor, a modernidade é um fenômeno global, mas sua realização é sempre local e heterogênea, variando em forma e intensidade.

A investigação do modo pelo qual a modernidade é produzida por diferentes modernizações permite desnaturalizar alguns dados empíricos que, embora profundamente enraizados no cotidiano, são construções sociais e políticas historicamente situadas. Castilho (2014) exemplifica a questão a partir da energia elétrica que, apesar de ser percebida hoje como algo natural devido à sua ubiquidade, é fruto de um complexo sistema de produção, transmissão e consumo. Essa perspectiva revela como infraestruturas e tecnologias resultam de escolhas sociais e políticas, não sendo meros desdobramentos naturais da superação da decadência pelo progresso.

As modernizações, portanto, são sempre portadoras de interesses e prioridades arraigados nas sociedades. Ainda, conforme Lago e Pádua (2011), o alto grau de aceitação como verdades evidentes e naturais das ideologias de modernização e crescimento deve seu predomínio menos à sua veracidade intrínseca e mais ao fato de tais ideologias estarem ligadas a estruturas de dominação social, cultural e econômica.

A transição dos modelos de produção, de ocupação da terra e de uso dos recursos naturais no Planalto Central brasileiro, mirando sua integração à economia nacional, produziu intervenções de toda sorte nesse espaço: obras de infraestrutura de transportes, de energia elétrica e de comunicação; pesquisas de inovação e viabilidade agropecuária; exploração intensiva dos recursos naturais; mudanças na estrutura fundiária e no mundo da produção e do trabalho. (Gomes; Teixeira Neto; Barbosa, 2005; Castilho, 2014). Longe de ser algo que estava destinado a ocorrer naturalmente, esse processo foi resultado de decisões específicas, que geraram

impactos ambientais, sociais e culturais, embora, muitas vezes, estes sejam tratados como se fossem concepções inevitáveis, necessárias às conquistas que representam.

Essa, aliás, seria uma característica do pensamento moderno, segundo De Sousa Santos (2021): ao mesmo tempo em que se deposita uma confiança quase cega no futuro, o passado é neutralizado, considerado superável, o que o torna sub-representado e redimido pelas conquistas do futuro. Essa postura impede a reflexão profunda sobre a história, reduzindo-a a um mero degrau para o que está por vir.

Tais escolhas, contudo, nunca são neutras, mas sim profundamente influenciadas por visões culturais, estruturas socioeconômicas e relações de poder. A modernização, enquanto resultado de um conjunto de práticas e estratégias, é orientada para alcançar objetivos específicos, portanto sua implementação não segue um processo linear ou uniforme. Dentro de uma mesma sociedade, um único problema pode apresentar múltiplas soluções possíveis ou, por outro lado, diferentes sociedades desenvolveram formas distintas para lidar com desafios comuns. Tais escolhas estão diretamente vinculadas a interesses políticos e de classe, evidenciando que a modernização atua tanto como uma ferramenta de transformação quanto como um reflexo das relações sociais que a constituem. (Lago; Pádua, 2011; De Sousa Santos, 2021).

Especificamente com relação aos impactos sentidos no mundo rural goiano, o século XX marca a consolidação de um modelo hegemônico de produção e exportação de *commodities* agropecuárias, do qual o meio ambiente e as sociedades que dele dependem mais diretamente tornaram-se subsidiários, diminuindo a força de trabalho no campo, intensificando a deficiência na disponibilidade e diversidade de alimentos, e causando impactos ambientais pela utilização de tecnologias nocivas e não adaptadas. (Dutra; Souza, 2018).

Desde a segunda metade do século XX, o universo rural goiano foi alçado à condição de em um grande produtor integrado aos sistemas globais de produção capitalista, graças à sua capacidade de receber população e ao potencial de exploração de seus recursos naturais. Esse avanço muitas vezes é considerado uma vitória da ciência e da técnica sobre a natureza: como na implantação de florestas exóticas de eucalipto e pinus para abastecer a indústria siderúrgica; na construção de grandes barragens para a produção de energia hidrelétrica; na expansão das usinas de álcool e da monocultura de cana-de-açúcar; no crescimento da sojicultura e outros grãos voltados à exportação (Almeida, 2022). No entanto, essa visão de progresso

desconsiderou populações tradicionais seculares que habitavam essa região, e baseavam suas economias no cultivo de subsistência e na criação de gado leiteiro. Como base nessa estrutura produtiva:

[...] O Cerrado é completamente negado como bioma nesse processo de ruptura: sua vegetação é derrubada, sua fauna é destruída e até mesmo o seu solo tem que ser “corrigido” para se tornar útil economicamente. Portanto, para esse “moderno sistema agroalimentar” (SHIKI, 1995), o Cerrado é apenas um substrato, sobre o qual ele deve se implantar, a partir de um conjunto de fatores externos (tecnologias químicas, mecânicas e biológicas). Todo o patrimônio cultural anteriormente acumulado em relação ao uso deste bioma foi considerado ultrapassado em razão do novo modelo de desenvolvimento que é aí implantado. (Ribeiro, 2005, p. 46).

Para Arrais, Alencar Arrais e Oliveira (2016, p. 10), em Goiás, “o impacto dessas mudanças pode ser avaliado no modo como foram sensivelmente modificadas as condições de vida e os hábitos e costumes locais”. Esses autores observam, sob diversas perspectivas, os processos de reorganização da sociedade goiana ao longo do século XX em áreas como saúde, educação, religião e política, bem como a alteração da estrutura demográfica de Goiás decorrente do processo de urbanização e modernização do território e das relações sociais.

A devastação de ambientes naturais não só representa uma perda ambiental, mas também o desaparecimento de conhecimentos acumulados ao longo de gerações. O foco no desenvolvimento econômico e tecnológico acabou por marginalizar práticas culturais e modos de vida tradicionais, gerando impactos sociais e ambientais profundos. Essa transformação, embora vista como um avanço, levanta questões sobre os custos humanos e ecológicos desse modelo de progresso. (Almeida, 2004, 2022).

A partir de Nora (1993), podemos conceber, portanto, que, dessa “aceleração do tempo” que acompanhou a modernização goiana, resultou a perda do princípio explicativo que sustentou a compreensão da história e a justificação da modernidade em Goiás, fragmentando a compreensão histórica. Com isso, as incertezas sobre o passado transformam toda manifestação em um tipo de vestígio possível de ser contextualizado, um processo de constante reinterpretação, conformando o sertão como *lugar de memória* – conceito assim definido por Nora (1993, p. 12-13):

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização do nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e

pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado.

Os lugares de memória constituem um novo desafio à reflexão histórica, na medida em que a percepção do passado a todo momento passa pela “apropriação veemente daquilo que sabemos não mais nos pertencer” (Nora, 1993, p. 20). No caso da identidade goiana, quando a historiografia passa a questionar os referenciais tradicionais de progresso e decadência, destacando a descontinuidade e a distância dos regimes de memória compartilhados socialmente, a relação com o tempo pretérito se tornou a releitura do que já não mais pertencia a ela, mas ainda a ajudava a se definir: o sertão. A memória coletiva se torna um espaço de reinterpretação contínua, o que justifica duplamente a importância da reflexão sobre o sertão como lugar de memória, pois, conforme Nora (1993, p. 21):

O estudo dos lugares encontra-se, assim, na encruzilhada de dois movimentos que lhe dão, hoje na França, seu lugar e seu sentido: de um lado um movimento puramente historiográfico, o momento de um retorno reflexivo da história sobre si mesma; de outro lado, um movimento propriamente histórico, o fim de uma tradição de memória. O tempo dos lugares, é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída. Aprofundamento decisivo do trabalho da história, por um lado, emergência de uma herança consolidada, por outro. Dinâmica interna do princípio crítico, esgotamento de nosso quadro histórico político e mental, suficientemente poderoso ainda para não nos deixar indiferentes, bem pouco consistente para só se impor por um retorno sobre seus mais evidentes símbolos.

Embora faça referência ao quadro francês, a reflexão sobre os lugares de memória é útil para se pensar os sentidos adquiridos pelo sertão a partir de sua modernização e desfiguração em Goiás e no Brasil, que o implodiram em uma diversidade de significados e perspectivas históricas, sociais, geográficas, ecológicas e identitárias. Arruda (2000, p. 62), ao propor a compreensão histórica sobre os sertões enquanto lugares de memória, define-os como:

[...] os lugares de memória que assumiram e assumem para a sociedade brasileira, o papel de locais de referência, depositários das lembranças do passado e dos desejos do próprio futuro. Um lugar, que deveria ser transformado, tornou-se um lugar de possibilidades perdidas, repositório do passado e das lembranças do processo de transformação.

Ocorre que, se outrora os *sertões* constituíram uma questão perene da preocupação nacional, a ponto de fundar sentimentos regionalistas e identidades

locais, as materialidades que deram substrato a essas elocubrações esgarçam hoje seus sentidos diante da cultura homogeneizada de um mundo urbano e industrial, de modo que a semântica sertaneja vai se constituindo cada vez mais como um arquétipo cultural, vitrine de tradições ou patrimônio. (Ribeiro, 2005; Vicentini, 2007).

O sertão, enquanto categoria presente no pensamento social e no imaginário brasileiros, nunca constituiu propriamente uma concretude, apesar de se orientar através de referenciais espaciais concretos. Não são características próprias e tipologias naturais que o definem; tampouco é uma superfície empírica, com contornos bem delimitados pela ação transformadora humana, que o localiza. Sua singularidade, ao contrário, se anuncia, num primeiro momento, justamente pela ausência dessas materialidades típicas às delimitações das histórias e geografias regionais.

Refletir elementos dessa categoria de representação se torna importante na medida em que o estado de Goiás e a região do Cerrado figuraram entre os cenários outrora representados como sertões, de maneira tal que essa designação se encontra entranhada em suas identidades, seja por vias históricas ou das suas representações sociais e geográficas.

A categoria *sertão* como forma de representação regional constituiu, antes, um “discurso valorativo”, uma “realidade simbólica”, uma “condição atribuída a variados e diferenciados lugares”, logo, um “outro” geográfico (Moraes, 2003; Araújo, 2006), usada para pregar lugares no interior do país a partir de um contraponto colonizador (e que se pretendia civilizador), cujo propósito foi sempre superar a “condição sertaneja” de isolamento e atraso desses mesmos lugares. Trata-se de um olhar externo, que descortina a natureza em busca de potencialidades econômicas e que estabelece os traços de habitantes incivilizados, ora asselvajados, ora simplesmente invisíveis:

Tem-se o sertão como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão. Na verdade, tratam-se de sertões, que qualificam caatingas, cerrados, florestas, campos. Um conceito nada ingênuo, veículo de difusão da modernidade no espaço. (Moraes, 2003, p. 6, grifo nosso).

Uma maior acuidade na imprecisa construção imagética do *sertão* comumente recorre a sua etimologia: corruptela de “deserto” (*desertão*) para designar vazios demográficos, terras áspers e naturezas inóspitas; lugar distante para onde fugiam os *desertores*. A origem da palavra é tão incerta quanto os lugares que denomina.

Teles (2009) – em análise que segue os registros do vocábulo *sertão* na história e na literatura, desde suas raízes portuguesas até a sua subversão pelo sentimento nativista e sertanista brasileiro, criado “nas florestas, nos descampados, nas regiões tidas por inóspitas, de vegetação difícil” (p. 72) – é quem melhor precisa as diversas significações que o termo adquiriu em solo brasileiro. Para esse autor:

A obscuridade etimológica que envolve o termo *sertão* constitui um dos elementos motivadores das *várias significações que ele foi adquirindo, à medida que o espaço brasileiro se foi ampliando para Oeste*. Dir-se-ia que a horizontalidade da conquista territorial atuou no esvaziamento do símbolo colonialista, transformando-o em signo linguístico da nova realidade nacional e ampliando o imaginário de nossos escritores. O percurso dessa transformação se deixa ler ao longo da poesia brasileira, não só através de mudanças operadas no significante escrito e falado [*sartão* → *çartão* → *certam* → *sertão* → *Sertão* → *sertões* → e o lúdico *ser tão*], mas principalmente pela incorporação de conteúdos provenientes da configuração geográfica do Brasil, com 4.328 km de extensão Leste-Oeste (e 4.320 km de Norte a Sul), do que resultaram grandes áreas vazias no Centro, no Planalto Central, que só a partir de 1950 começam a ser efetivamente ocupadas. Isto explica o sentido popular, segundo o qual o *sertão* é outro lugar, é o lugar do outro: fala-se dele, mas ele sempre está longe da enunciação. (Teles, 2009, p. 72-73, grifos nossos).

Paulatinamente, e de modo contíguo à necessidade que se impôs de exploração e ocupação de novos territórios, foi se apurando um certo sentido nativista que aglutinou novos significados ao *sertão*, alguns dos quais nos chegam até os dias atuais.

Dessa forma, é possível também pensar diversos *sertões* a partir de uma pluralidade de olhares, que abrigam perspectivas tanto “de fora” quanto “de dentro” do universo sertanejo. Logo, “a construção discursiva sobre o *sertão* espelha a maneira como ele é pensado e uma maneira específica de ‘ver’ o mundo” (Almeida, 2003a, p. 71). Esse olhar “de dentro”, que constitui identidades a partir da subversão da alteridade sertaneja, se tornou um importante signo da cultura brasileira (Teles, 2009).

Conforme Teles (2009), o registro da consolidação do *sertão* como categoria legítima à compreensão da realidade brasileira pode ser encontrada em duas referências literárias do século XX que fornecem seus modelos mais bem acabados: em *Os Sertões* (1902), Euclides da Cunha desnuda a profundidade horizontal do grande espaço brasileiro e denuncia seus problemas humanos e sociais relegados à própria sorte; e em *Grande Sertão: Veredas* (1956), Guimarães Rosa figura o *sertão* da cultura, do imaginário das lendas, do luar, do messianismo, da experiência

cotidiana, o sertão “de dentro da gente” e que já “está em toda parte”, ganha verticalidade histórica e cultural.

Essa digressão importa na medida em que exemplifica e dimensiona o repertório semântico e temático cumulativo que a categoria *sertão* legou ao pensamento social e ao imaginário, de maneira que se torna uma importante coordenada para a compreensão de diversas expressões regionalistas (literárias ou não), inclusive as produzidas em Goiás. Vicentini (2016, p. 30, grifos da autora) sintetiza que, ao se falar de sertão,

[...] se encontram: o sentido espacial – o sertão é o interior longínquo e despovoado, ou povoado por uma raça mestiça, quando não é o *locus amoenus* do campo idealizado; o sentido econômico – o sertão mantém uma economia distante da economia da metrópole e do litoral, agrária e subdesenvolvida frente a economia industrial e mais desenvolvida da metrópole; o sentido social – o sertão mantém outro tipo de associação de membros, uma associação mais comunitária, outro tipo de usos e costumes; a aliança *sociopolítica* o poder dos coronéis e desvalimento dos camaradas; o sentido psicossocial, na perspectiva da antropologia – o sertão detém um universo psíquico mais ritualizado, com formas de pensamentos mais míticas e agônicas; o sentido histórico – onde o sertão detém a chave de nossa história típica, a partir das entradas e bandeiras; o sentido do *imaginário* propriamente falando – quando o sertão avulta como local de vida heroica ou trágica, de vida identitária; e outros tantos, que salientam uma perspectiva romântica, ou realista, ou conservadora, ou de denuncia social, ou determinista etc.

Nesse sentido a manifestação narrativa da regionalidade parte sempre desses repertórios consolidados no sertão (matéria pronta que enfatiza descrições físicas e geográficas dos espaços, usos e costumes antropológicos, experiências cotidianas contidas em causos e lendas) e os envolve em temporalidades possíveis e disponíveis nos quadros das historiografias locais. (Vicentini, 2007).

Segundo Vicentini (2016), a representação do sertanejo, do roceiro, do homem do campo (grupos historicamente subalternos), é frequentemente construída por meio de discursos elaborados por aqueles que têm acesso aos meios de expressão, como a literatura, os veículos de comunicação e os aparatos políticos e sociais. Esses discursos operam por meio de símbolos, imagens e narrativas que buscam retratar esses grupos, mas acabam refletindo uma perspectiva alinhada a valores e referenciais externos ao universo do próprio subalterno. O regionalismo, por exemplo, foi uma das formas utilizadas para construir essa representação em diferentes momentos políticos, sociais e históricos do país. Trata-se de um discurso heterogêneo, marcado por uma visão letrada que, embora busque representar o

subalterno, nem sempre consegue capturar plenamente sua realidade. Dessa forma, o subalterno não fala diretamente; sua voz é mediada por outros, o que pode resultar em uma defasagem entre sua experiência e a forma como ela é retratada.

Contudo, conforme aponta Ribeiro (2005, p. 54), o novo hoje reside no fato de que “tanto a sociedade como o meio ambiente do sertão estão ameaçados por políticas e ‘projetos de desenvolvimento’ que representam profundas rupturas nas relações históricas construídas entre ambos”. Com isso:

O êxodo para as grandes cidades esvazia o “deserto”: as cidades passam a concentrar a maioria da população e os problemas nacionais. O sertão diminui de tamanho, geográfica, social e politicamente, mas continua a ser o espelho para mostrar as situações sociais mais graves: fome, mortalidade infantil, ausência de políticas públicas de saúde e educação etc. (Ribeiro, 2005, p. 59)

Vicentini (2016) observa que a noção de *sertão*, que no contexto goiano significa atraso, vem sendo substituída pelo *Cerrado* como referência semântica desde sua “descoberta” nas décadas de 1960 e 1970. Essa transição ocorre porque, embora o sertão carregue consigo uma rica herança cultural e histórica, esta não se conecta com as aspirações de modernidade e progresso que permeiam o presente. A sociedade, ao buscar uma imagem mais alinhada com o dinamismo e a inovação, encontra no Cerrado uma representação que melhor reflete suas ambições de desenvolvimento. Essa mudança não apenas redefine a identidade regional, mas também evidencia um desejo de superar estereótipos antigos e abraçar uma visão desenvolvimentista e conectada com os novos tempos.

E, para quem quer começar do zero, nada mais fácil do que assumir o discurso mais asséptico (politicamente falando), mais diretivo, preciso, científico e verificável como o da geografia física: cerrado - terra sem homem e sem história – aliado à produtividade econômica, no lugar do discurso do sertão, carregado de estigmas de atraso e caipirismo/sertanejismo. (Vicentini, 2016, p. 25)

Seguindo uma linha de reflexão etimológica, Quintela (2010) traz elementos importantes para essa reflexão. O autor aponta que foi na passagem do século XVIII para o século XIX que a palavra “cerrado” se substantivou. Deixou de ser um adjetivo que significava “obstruído”, “vedado” e consolidou-se como substantivo que indica um tipo de vegetação. Quintela (2010) observa que, portanto, o substantivo não é uma criação científica, tampouco tem origem indígena, como suposto em outras explicações. É uma palavra da fala popular dos colonos luso-brasileiros e que os

cientistas estrangeiros do século XIX consideraram que servia para definir a paisagem que ora investigavam.

Para chegar a essa conclusão, Quintela (2010) cita alguns exemplos: a consolidação da palavra “cerrado” como sinônimo de uma formação biogeográfica foi antecedida por nomes como *Oréades* (botânico Von Martius); e Saint Hilaire utilizou as nomenclaturas “tabuleiros cobertos” e “tabuleiros descobertos”, de uso até pouco tempo recorrente. Importa aqui ressaltar a contribuição de informantes nativos (sertanistas mamelucos, indígenas, práticos, padres e outros moradores locais) para as observações realizadas por naturalistas, administradores e pesquisadores. O conhecimento dos caminhos e itinerários e a relação com a fauna e a flora locais orientaram e influenciaram nas escolhas, decisões e registros desses observadores externos. Assim se entende que a adoção de inúmeros nomes e propostas de classificação da região advém da sua diversidade paisagística e ecossistêmica, que varia a partir da relação humana com essas paisagens, influenciando e estimulando a criação de termos e interpretações. (Walter, 2006).

Foi o dinamarquês Eugenius Warming quem fez o primeiro registro escrito de “Cerrado” em sua forma substantivada, como era comumente denominado pelos moradores nativos das regiões em que realizou seus estudos. Seu original, em dinamarquês, de *Lagoa Santa: contribuição para a geographia phytologica*, publicado em 1892, mantém as grafias “cerrado” e “campo cerrado”, sugerindo ser um termo distintivamente brasileiro sem correspondência na língua dinamarquesa. (Quintela, 2010).

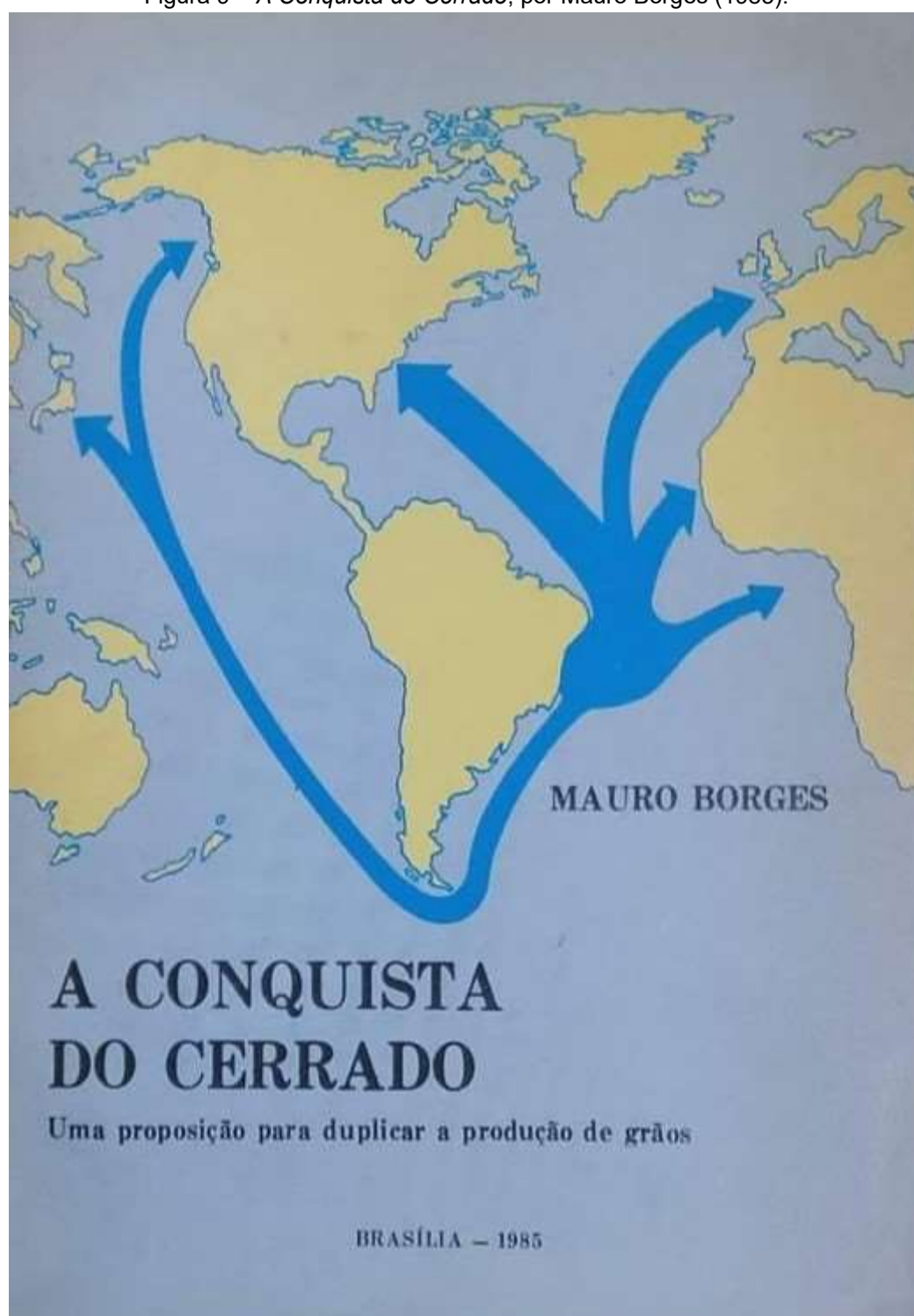
O estudo de Quintela (2010) integra uma linha de pensamento que avalia a progressiva perda referencial da palavra *sertão* e sua substituição por outras semânticas e recortes espaço-temporais. Para o autor:

[...] A amalgamação entre o espaço de Brasília e o Planalto Central projetou com intensidade a associação entre o Planalto Central e o Estado de Goiás, diminuindo a junção que houvera durante dois séculos entre Goiás e o sertão. Foi, então, quando, em um único vocábulo, se englobou todo o espaço físico que, além das cidades, havia no Planalto Central. Esse vocábulo foi o cerrado. O título de um estudo de Mauro Borges, publicado em Brasília em 1985, reflete perfeitamente a consolidação dessa transformação na nomenclatura. Esse estudo contém uma proposta para a duplicação da produção de grãos no Estado de Goiás; o nome escolhido para a publicação foi *A conquista do cerrado* (Borges, 1985), o qual faz lembrar a conquista do sertão pelos bandeirantes ou a marcha para o Oeste da Era Vargas. Todavia, é claro que, em relação a Goiás e devido às mudanças na circunstância socioeconômica, esses ternos – sertão e Oeste – careciam na década de 1980 da força representativa e do poder simbólico que antes tiveram; o

Planalto Central e o seu cerrado consolidaram-se terminologicamente. (Quintela, 2010, p. 247, grifo nosso)

A substituição da noção de *sertão* como identidade representativa de Goiás aconteceu na mesma medida em que o *Cerrado* se firmou como um dos principais símbolos do estado. Percebe-se que, desde meados do século XX, o significado da palavra transcendeu sua definição inicial, relacionada à fisionomia da paisagem ou à classificação botânica como formação vegetal, expandindo-se para designar o mundo rural goiano de maneira geral. A imagem de uma região conectada ao mundo (Figura 9), que ilustra o livro *A Conquista do Cerrado* (1985), do então senador por Goiás, Mauro Borges, demonstra bem a proposta desenvolvimentista e a orientação geopolítica internacional que a adesão ao termo representa.

Figura 9 – *A Conquista do Cerrado*, por Mauro Borges (1985).



Fonte: Acervo próprio

Embora o termo *Cerrado* venha se consolidando, o repertório temático que constitui sua semiologia continua sendo a narrativa canonizada pelo *sertão*. Segundo Vicentini (2010), esse fator é um indicativo de que a modernização das formas e exploração no outrora *sertão* não gerou melhoras significativas na cotidianidade, nas representações nem no imaginário dessa região. Alega essa autora que o termo *Cerrado* encerra sentidos mais ligados à produtividade econômica e a questões geoambientais, carecendo de um imaginário próprio.

A compreensão do Cerrado, portanto, passa pelos discursos provenientes do campo científico, que o elevaram à categoria de motor de um modelo de desenvolvimento econômico. Aquilo que tradicionalmente era uma região vista como um deserto de vegetação degradada, solos improdutivos e pouca água, a partir da segunda metade do século XX, sob o nome “Cerrado”, passa a ser valorizado por sua potencialidade econômica e por suas riquezas naturais e ambientais. Conforme Almeida (2004, p.52):

Estamos presentemente, do ponto de vista epistemológico, no limiar de duas visões da natureza: aquela naturalista, que reduz ou privilegia o significado da natureza em seus aspectos físicos e biológicos, dissociando a natureza da sociedade; e uma visão socioambientalista, que além do natural leva em conta o homem, as relações sociais e as suas ações. As questões políticas que dizem respeito ao ambiente ou ao “natural”, quando conduzidas em alguns meios acadêmicos, terminam, em sua maioria, por transformar-se em questões do tipo científico e tecnológico o que finda por despolitizar o debate sobre a natureza. Além disso, considerar a ciência como fonte de autoridade universal e legitimidade do conhecimento revela uma concepção de ver o mundo e a vida, e desloca para a margem um encontro com outras cosmologias e outras culturas. (Almeida, 2004, p. 52).

Daí que, em finais dos anos 1970 e início dos 1980, Goiás reconstrói sua identidade não apenas em termos de revisar sua historiografia, mas também de redescobrir sua natureza, agora ameaçada, ao mesmo tempo mais pormenorizada pela ciência e com um nome que a identifique: Cerrado. Os discursos de apropriação da natureza, dos solos, dos rios, da biodiversidade, mesmo que sejam por vezes conflitantes, e se alinham a novas sensibilidades ambientais, partem de discursos cientificistas de viés utilitarista que não colocam em questão o modelo de modernização que assumiram para si. Chaveiro e Barreira (2010, p. 28) expõem a questão nos seguintes termos:

Um aparente paradoxo ressalta esse agenciamento: o Cerrado torna-se marca no momento que é marcado por grandes problemas ambientais e sociais. Pode-se dizer que é apenas um paradoxo porque a contradição

essencial é: o mesmo modelo econômico que o transformou numa fonte de riqueza de alguns atores destruiu componentes de seu bioma e de seus ecossistemas. Apesar de destruir, incursionando numa ideologia ambientalista, se coloca favorável a ele no intuito de não discutir o modelo que gera a destruição.

Esse momento coincide com um movimento no interior das ciências (em todas as áreas) de valorização da fala e dos conhecimentos roceiros e tradicionais dos povos dessa região, que reconhece neles as possibilidades epistemológicas e as potencialidades de aproveitamento econômico desses saberes.

Ora, é precisamente esse movimento contraditório de valorização que está evidenciado na fala de Carmo Bernardes, no qual ele procura se inserir e resgatar uma memória que situa a fala roceira como bem informada, qualificada, atualizada, legítima e, ainda assim, tão desprestigiada e desterritorializada quando deslocada para as “pontas de ruas” nas cidades.

Se em Hugo de Carvalho Ramos o boiadeiro foi figura mítica mobilizada para dar respostas às problemáticas as quais procurou apontar, em Carmo a figura destaque é o roceiro¹¹, conforme aponta Vicentini (2007, p. 191):

O roceiro existia no sertão goiano, mas não era convincente ao tempo falar dele, porque era detratado, como comprova o texto “Velha praga” de Monteiro Lobato e a sua figura do Jeca Tatu. Ideologia que pode ser lida nas representações de mundo dos contos de Hugo de Carvalho Ramos, nas suas estórias, e naquelas representações de mundo e de estórias que ele deixou de narrar, o universo ideológico apagado de qualquer texto, e que poderiam ser eleitas como representações que levariam a outros imaginários e a outras ideologias, que cumpririam outros interesses históricos etc., e confirmariam outras identidades para o estado de Goiás.

É por isso que Carmo se rebela tão categoricamente contra a descaracterização e a banalização do roceiro e da natureza observadas na cidade. A mirada memorialística de Carmo não é apenas para o passado, mas também para o

¹¹ Pela ótica da valorização do roceiro na literatura se percebe o que afirma Vicentini (2007, p. 190, grifo nosso) sobre como determinadas questões “são e não são específicas da literatura, quer dizer: são específicas porque com elas a literatura nos dá a conhecer o mundo que relata (enquanto desconhece outras) – toda narrativa literária, ou pelo menos toda boa narrativa literária, trabalha com acontecimentos particulares e recortados em tempo e espaços particulares que levam a uma representação de mundo total que tanto melhor será quanto mais universal conseguir ser representativo *do que poderia ser (não do que é)*. Mas essas parelhas também não são específicas da literatura, porque fazem parte do pensamento histórico e social propriamente dito, que as reelabora em termos políticos, sociais, econômicos, uso de poder, distribuição, reconhecimento etc., para servirem justamente de esteio à verossimilhança do mundo representado que a literatura regionalista nos dá a conhecer”.

presente. Justamente por isso, pode-se afirmar que seu pensamento postula uma modernidade, pois compreende que vive em uma sociedade que, a partir do momento presente, “mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação” (Nora, 1993, p. 13). Uma passagem de *Quarto Crescente* mostra como Carmo estava atento aos processos modernizadores do momento e do ambiente em que escrevia:

Aqui já não é mais sertão e, no entanto, as notícias correm, ou, melhormente, vêm e chegam, *como se os paus do cerrado fossem postes esticando fios invisíveis de comunicação*. Está cá a notícia de que um garimpeiro bamburrou no oco do mundo por esses paus baixos do norte, e já a mulherada da zona está fazendo dívidas, porque o homem do dinheiro vai chegar e pagar tudo. (Bernardes, 1986, p. 218, grifo nosso).

Em uma curiosa imagem que integra natureza (“os paus do cerrado”), tecnologia (“fios invisíveis de comunicação”) e práticas sociais (“as notícias correm”; “o homem do dinheiro vai chegar e pagar tudo”), Carmo apresenta um ambiente que não é mais aquele que o veremos cruzar, ainda criança, no início de *Força da Nova*. O rural se modernizou – tanto que *já não é mais sertão*. Ainda assim, como tenho buscado mostrar ao longo deste trabalho, o sertão, o roceiro e as formas de compreensão de mundo associadas a eles ainda podem emergir e se atualizar como memória. Na obra de Carmo, trata-se da memória de quem viveu uma trajetória de roceiro convertido em escritor – ponto em que o gênero autobiográfico se revela especialmente frutífero na escrita bernardeana.

Mas devemos ter atenção ao fato de que Carmo não apenas descreve esse processo modernizador em Goiás, mas também analisa suas consequências. Assim, podemos pensar esse contexto no qual Carmo produziu sua obra – e, mais especificamente, os livros *Força da Nova* e *Quarto Crescente* aqui analisados – a partir de uma fragmentação das disputas que se constituem em torno das várias memórias. Trata-se de um aspecto comentado por De Sousa Santos (2021), que propõe que o horizonte de uma expectativa possível deve residir não nas ideias abstratas de progresso, mas na capacidade da iniciativa humana de transformar o mundo, de modo a reconhecer que “hoje e não amanhã seria possível viver num mundo muito melhor” (p. 189). Nessa premissa, o futuro deixa de ser visto como uma redenção automática, e o desperdício das experiências do passado faz com que estas emergem como críticas ao presente, evidenciando que muitas das mazelas que se vive na atualidade poderiam ter sido evitadas pela ação humana.

A razão moderna, ao reduzir a experiência social a um resíduo, subtrai a riqueza inesgotável das vivências humanas, especialmente das comunidades marginalizadas pelos processos de modernização. A aceleração das mudanças em escala global gera, paradoxalmente, uma sensação de imobilidade, enquanto a abundância de eventos não se traduz em aprendizado significativo, pois a compreensão do mundo não acompanha o ritmo de sua transformação. De Sousa Santos propõe que ampliar o campo das experiências de saberes locais e marginalizados deve significar permitir que a compreensão plural da realidade transforme a imobilidade em ação reflexiva.

É exatamente a compreensão desse fator de imobilidade que faz Carmo confrontar a estereotipia presente em situações como festas juninas e Dia da Árvore – especialmente em um mundo novo que, além de negligenciar o universo rural e a fala roceira, circunscrevendo-os apenas aos seus interesses pontuais, ainda os desvirtua em forma de caricatura mal representada e sem substância. Por isso, a literatura de Carmo representa uma regionalidade renovada pela historiografia e geografia, como vimos, mas também pela ecologia, conforme procurarei abordar a seguir.

2.3 O SUJEITO ECOLÓGICO BERNARDEANO

Entre as reflexões sobre a vida propostas por Carmo Bernardes ao longo de sua trajetória, está também o alerta contra a destruição do meio ambiente e a importância da sua devida conservação. Na interpretação de Santos (2007, p. 129, grifo nosso), Carmo “não era um ambientalista, era um homem que conhecia a natureza e, portanto, podia, a seu modo, construir um exercício político *muito peculiar*, para o qual, defender o meio ambiente tornava-se uma ação humanista de defesa do homem”.

Com isso, entendo que um dos méritos de Carmo Bernardes, além do seu domínio da linguagem, foi perceber que o pensamento ecológico tem uma implicação e uma perspectiva nas formas de elaboração da história. Em certa medida, o que o autor faz em suas autobiografias é forjar uma história do sertão/Cerrado goiano (uma das diversas possíveis) ao lado da sua própria história. Sua narrativa, no entanto, está muito mais estruturada em influências e elementos simbólicos da literatura

regionalista, do folclore e da cultura popular goianos do que propriamente nos contornos do método científico com os quais procurou dialogar. A Ricciardi (2001), Carmo diz que sua aspiração é mostrar que a cultura legítima do povo é aquela que está no povo.

Não estou criando cultura. Eu estou jogando aquela cultura que adquiri pela vida afora, através do trabalho ligado à produção. Quando deixei o trabalho ligado à produção, eu tinha trinta anos de idade. Então, *toda a minha literatura é toda baseada naquelas coisas que eu vivi, que vi, que eu enxerguei, que comi, antes dos trinta anos.* (Ricciardi, 2001, p. 134, grifo do autor).

Vicentini (2016) observa que a obra de Carmo elabora um *pathos* que, ao evocar a conexão emocional com a natureza, denuncia a degradação ambiental. Ao retratar de forma sensível os impactos ecológicos, a obra não apenas expõe a crise, mas também convida à reflexão sobre a responsabilidade humana, articulando a emoção como um meio para engajar o público na urgência da preservação. Em relação a isso, interessa ressaltar, a partir de Pereira (2023), que “lembrar é um ato ecológico e vital. Uma forma de manter vivas as relações com o mundo”.

A partir dessa perspectiva, autorrelatos e narrativas autobiográficas podem ser compreendidos na forma como têm sido utilizados na interpretação dos discursos próprios ao campo ambiental. Carvalho (2003), ao refletir sobre seu trabalho com relatos de vida de educadores e lideranças ambientais brasileiras, identifica nos discursos colhidos a elaboração de uma identidade narrativa que denominou *sujeito ecológico* a um tipo ideal presente nas experiências narradas. Para a autora, o *sujeito ecológico* funciona como uma crença

[...] articulada narrativamente no relato autobiográfico, que move processos de identificação, organiza escolhas e tomada de decisões, configurando a internalização de uma orientação ecológica como princípio orientador da vida pessoal e instaurador de relações intersubjetivas onde se dá o reconhecimento pelos pares e a legitimação no campo ambiental. O *sujeito ecológico* alude simultaneamente a um perfil identitário e a uma utopia societária (Carvalho, 2003, p. 284, grifo da autora)

O *sujeito ecológico*, conforme proposto por Carvalho (2001, 2003, 2008), estabelece determinadas balizas em sua narrativa de vida de maneira a ser coerente com seu ideal societário, sua utopia ecológica. Ainda segundo essa autora, situar-se ecologicamente no mundo significa também perspectivar a história sob um ponto de vista específico:

[...] o que estava sendo *inventado* no ato narrativo autobiográfico dos educadores ambientais, para além da individualidade das vidas narrativas, podia ser postulado nos termos de uma identidade narrativa que ao mesmo tempo demarca o campo e a ação dos sujeitos dentro dele. Esta construção identitária, tomada do ponto de vista dos atores, evidencia um *sujeito ecológico*, um tipo ideal suposto a guiar-se por uma ética ambiental e comprometido em levar adiante e expandir as crenças preconizadas pelo campo ambiental. Essa mesma construção identitária, tomada do ponto de vista do campo, se instaura enquanto horizonte de atribuição de sentidos para o ambiental, constituindo, portanto, o campo de possibilidades do sujeito ecológico. (Carvalho, 2003, p. 274, grifos da autora).

Nesse sentido, observo que Carmo inicia sua narrativa em *Força da Nova* pontuando aspectos relevantes para situarmos a origem de sua concepção ecológica, em que o sujeito ecológico se integra a uma cultura e forma de vida específicas:

Meu nascimento deveria ter sido num rancho de beira de corgo, e *julgo que as terras eram em comum com todos*. Mais tarde conheci o sistema de agregação, em que os moradores eram sujeitos aos donos das terras, e minha mãe nunca se referiu a tormentos de patrão que eles tivessem sofrido para trás, na vida, morando de agregado dos outros.”

[...]

Não posso dizer com firmeza que minha gente morasse de agregado. *Ouvi eles dizendo sempre que no princípio de suas vidas era tudo em comum as terras da beira dos rios*. Morava nelas quem quisesse, sem carecer pedir menagem a ninguém.

[...]

Meu pai não era dono dos terrenos nem meu avô. *Deviam ser de algum quinhão de ausente, o que era muito comum haver nesse tempo por toda banda, quando ninguém disputava a terra* como passou a disputar anos depois. Mas aí já é outra história, e que aqui eu quero dizer que minha gente, nesse tempo, não morava de agregado de ninguém. (Bernardes, 1981, p. 15-18, grifos nossos).

Os primeiros passos da obra autobiográfica de Carmo Bernardes acontecem em um “rancho de beira de corgo”, de “terra vermelha, úmida e pisoada”, onde as terras eram “em comum com todos”. O autor especula sobre seu nascimento e seus primeiros dias. A natureza da memória, tema que irá pontilhar de reflexões toda a narrativa, faz sua apresentação enquanto uma memória da natureza (o chão vermelho, úmido e pisoado), ao mesmo tempo em que é também uma memória social (o rancho de beira de corgo em terras comunais).

Com relação à descrição de um espaço vivido (reconstituído como lugar de memória), Carmo identifica sua origem ribeirinha e a conexão com rios que cortam a margem esquerda do São Francisco – “o Borrachudo ou o Indaiá” (Bernardes, 1981, p. 18) – e que hoje desaguam no lago da Usina Hidrelétrica de Três Marias (MG), construída em 1962 na parte central de Minas Gerais. Além disso, o chão vermelho

indica uma característica ambiental importante: o latossolo avermelhado de ferro oxidado, típico do Cerrado.

O narrador adentra o capítulo explicando como era o sistema de reprodução da vida, a estrutura das roças e das casas em meio a um sertão “muito primitivo”, se nutrindo com “alimentos naturais, do bom de do melhor” em terras comunais:

Os bichos selvagens do mato não viram nada disto: minha gente também não.

Creio que foi pelo seguinte: era sertão, muito primitivo ainda, a população pouca e bastante esparramada nas beiras dos corgos, e o passadio se resumia em *alimentos naturais, do bom e do melhor, e de muita sustância. O peixe, a caça, os frutos do mato, tudo fresquinho, panhados ali* na hora, e os mantimentos vinham de roça nova, tudo de muito boa qualidade. (Bernardes, 1981, p. 19, grifo nosso).

E a crise? Desta parte nada há a dizer. Com crise ou sem ela, tudo ficava do mesmo tamanho. A bem dizer, *não havia canal algum, via nenhuma de circulação de dinheiro, aonde quase que ninguém sentia a falta dele*. Nada exportava, a não ser toucinho em rolo, de matanças que lá um ou outro engordador de porco fazia e levava pra fora, de tropa ou no carro de boi, conforme fosse. *Por essa via vinham o sal*, que ninguém pode passar sem ele, o pano de loja com a linha de coser e os enfeites [...] *No mais, tudo feito cá, no que há de mais singelo, compra e venda na base do escambo*, na barganha do toma-lá-dê-cá se não merecesse volta. Os meus se compunham completamente nesse quadro. (Bernardes, 1981, p. 19, grifo nosso).

Vale ressaltar aqui, a partir de Lago e Pádua (2011), que a autossuficiência, a produção em escala local e regional voltada ao atendimento de necessidades sociais e não ao lucro, a autonomia e a vivência comunitária são valores caros aos projetos ecologistas de sociedade, que têm na diversidade cultural um fundamento importante.

Também a perspectiva de crise, quando analisada sob um enfoque ecológico, evidencia que, em escalas menores, como a local e a regional, e em modelos descentralizados, os impactos de crises e acidentes tendem a ser menos catastróficos, com perdas significativamente reduzidas (Lago; Pádua, 2011). Essa abordagem sugere que a descentralização dilui riscos e vulnerabilidades, mitigando os efeitos negativos de eventos disruptivos.

Além da reduzida acumulação de capital, evidenciada no período citado anteriormente, a simplicidade da tecnologia e a produção para a subsistência também são características que Carmo procura destacar:

O usual do tamanho das roças, a família não fosse muito grande, era de quarta e meia de chão. Hoje são diferentes as regras e costumes, dá de complicar um pouco a decifração das medidas agrárias de antigamente. Essa de quarta e meia de chão representa uma área onde cabem 30 litros de planta

de milho, posto de cinco e seis caroços na cova, as covas num espaçamento de uma braça mais ou menos.

Num terreno de cultura de primeira, a regra era que uma quarta de planta de milho dava quatro carros dele em espiga. Essa medida também tem que explicar: um carro pega 40 jacás, um jacá são duas mãos, uma mão são 15 atilhos, um atilho são 4 espigas. Esse tanto, quatro carros, ajudado com uma lavagenzinha e abóbora madura plantada no meio do milho, dava para engordar 16 capadinhos de 6 arrobas, o que sobrava muito da despesa de uma família mediana. Tem que se incluir neste sumariado a galinha que cria no proveito do que os capadinhos da ceva esperdiçam: das canjiquinhas que escapam pelos cantos da boca no mastigar, e o que não digere por inteiro e sai no estrume.

Na outra quarta ia o arroz. Cabia o mesmo tanto do que se fosse plantio de milho. Botado de pouco na cova aberta com o canto da enxada, plantado na lua nova de outubro, capinado nas quadras certas e o ano corresse bem, o lavrador podia contar com mais ou menos quinze sacas de oitenta litros, também o suficiente, com sobra, para a despesa da família mediana. No meio iam os quiabeiros, o gergelim, o milho de pipoca, o pepino, a melancia, vez que essas plantações em nada prejudicam o crescimento e a grana do arroz. O feijão era gênero de plantar no meio do milho, e quando fosse no ano seguinte o talhãozinho do arroz era passado para a terra em que tinha plantado o feijão, por causa do bom adubo que ficava das folhas secas do feijoal. (Bernardes, 1981, p. 20, grifo nosso).

No trecho acima, percebemos uma integração entre a distribuição das terras (“o usual tamanho das roças”), a produção para a subsistência (“a família não fosse muito grande”) e todo o conhecimento tradicional que regia o uso da terra, mesclando diferentes culturas e criações de modo orgânico.

A partir de Ribeiro (2005), podemos compreender o conhecimento tradicional como *um sistema integrado* que reúne informações detalhadas sobre fenômenos naturais, como o comportamento climático, as características do solo, a vegetação, a disponibilidade de água e a incidência de pragas. Transmitido oralmente e pela memória, esse saber permite o planejamento de atividades produtivas alinhadas aos ciclos da natureza e de forma complementar ao longo do ano. Além disso, prioriza o uso eficiente de recursos e processos ecológicos, o que reduz não só a dependência de insumos externos, como a geração de resíduos. Em resumo, o conhecimento tradicional, além de prático, reflete *uma visão sistêmica*, em que a produção é compreendida como parte de um todo interconectado, no qual as necessidades humanas não se sobrepõem aos recursos naturais e à sua preservação. (Ribeiro, 2005).

Ribeiro (2005) ressalta ainda que as comunidades camponesas tradicionais detêm, como características centrais, a organização da vida social e econômica em torno do grupo doméstico familiar, com destaque para as relações de parentesco e vizinhança como fundamentos de sua estrutura social. A partir disso, podemos

considerar o sujeito ecológico bernardeano como aparecendo sempre ligado a uma *cultura* que podemos denominar também como *ecológica*. Trata-se de uma cultura marcada por essa relação com o conhecimento tradicional enquanto *sistema integrado/visão sistêmica*. É o que nos deixam antever as seguintes passagens de *Força da Nova*, em que Carmo descreve as comunidades campesinas ligadas à sua origem:

Os *homens*, mesmo que não fizessem disso profissão, eram *carapinas*, *sapateiros*, *seleiros*, *ferreiros*, sabiam curtir couro e trançar correia. As *mulheres fiavam*, *teciavam*, *trançavam* chapéu e peneira, e supriam a casa com um sortido *vasilhame de barro*. (BERNARDES, 1981, p. 22, grifos nossos).

As *populações eram nucleadas em comunidades*, entendidas por *vizinhanças*, e cada qual observava tendências próprias no que se diz caráter, tradição e até mesmo no proceder; umas mais, outras menos melindrosas no que diz questão de honra.

O povo, em cada aglomeração dessas, unia-se como parentes e aderentes, e as vizinhanças, umas com as outras, conservavam suas *relações na base do interesse que as pessoas tivessem em trocar favores, vender, comprar e barganhar entre si o que produziam*. Os de um lugar que, por exemplo, plantavam e faziam fumo, comerciavam com os outros que tocavam maromba de engenho, tendo rapadura e cachaça para vender.

Uma *parteira* servia às vizinhanças de uns pares de lugares em roda. O mesmo era com o *capador de porca*, o *benzedor de cobra*, o *rezador de terço*, e o *encanador de osso quebrado*, e assim por diante.

Os *charlatães*, que *aplicavam remédio e faziam raizada*, também eram uns poucos a servirem o povo de meio-mundo. (Bernardes, 1981, p. 22-23, grifos nossos).

É essa *cultura ecológica* – “legítima sertaneja”, “herança de uma nobreza rural”, “obediente e afiançada prática dos mais velhos” e “fiel às origens”, a “verdadeira legítima sertaneja”, “cultura dos antigos”, “verdadeira tradição” – que irá se embrenhar no “encantado e remoto” sertão goiano e que nos será contada através das lembranças de Carmo Bernardes. A seguinte passagem de *Força da Nova* reverbera exatamente esse momento em que, levando consigo o conhecimento tradicional associado à cultura ecológica na qual teve origem, Carmo inicia sua trajetória rumo a Goiás:

Íamos sair de mudança para Goiás; ouvi dizer que a viagem levava muitos dias; a avó Carolina, mãe de minha mãe, fincou o pé que não ficava; que só tinha uma filha mulher e onde esta pusesse o pé ela enfincava o nariz.

Atento e interessado, eu acompanhava toda essa faina ruidosa e uma curiosidade me espicaçava: e o caminho? Quem é que sabe do caminho?

Há mais; *Goiás figurava como um reino encantado e remoto, um canto do mundo assim nebuloso, concebido como no tresvario de um sonho*. (Bernardes, 1981, p. 43, grifo nosso).

A figuração de Goiás enquanto *reino encantado e remoto* na jornada que se inicia em *Força da Nova* encontra substrato de representações e ambiguidades para a sua fruição enquanto geografia, história e cultura. *Remoto* era o espaço distante e desconhecido, percorrido ainda no lombo de burros e cavalos em estradas tropeiras e suas planuras a perder de vista na narrativa de *Força da Nova*; mais *remoto* ainda na reiterada história do isolamento decadente e também na memória solapada e perdida; contudo, *encantado* pelas novas possibilidades interpretativas apresentadas por *Quarto Crescente*, o mundo da natureza em plenitude representado por um desses milhões de migrantes que viriam a povoar Goiás no início do século XX.

Essa longa jornada pelo estado de Goiás, marcada por diferentes momentos de travessia e fixação em novos lugares e comunidades, é um dos fundamentos para constituir a escrita autobiográfica do sujeito ecológico bernardeano – o que podemos associar à reflexão de Carvalho (2003) sobre relatos de vida ecológicos. Nesses relatos, segundo a autora, a construção de sentidos se dá acionando, combinando, negando e até reinventando novos e velhos significados, de modo a integrar os repertórios culturais e experiências estéticas constitutivos da tradição do pensamento ambiental ocidental durante a modernidade, com destaques para “o Naturalismo, as novas sensibilidades ambientais no século XVIII, o Romantismo alemão no século XIX, a contracultura nos anos 60, o imaginário edênico” (Carvalho, 2003, p. 259).

Desse modo, podemos entender a sensibilidade do sujeito ecológico como permeada por representações da natureza construídas historicamente e sedimentadas na cultura de várias formas ao longo do tempo – sobrenaturais, místicas, fantásticas, maravilhosas, religiosas, contingentes/cotidianas, científicas – e que estão em constante interação e transformação. Nesse sentido, o diálogo que Carmo propõe realizar através da memória se mostra novamente criativo e inventivo, como na construção a seguir:

A ideia que faço desse chão aí do rio Corumbá em diante, por Planaltina, Santa Luzia, Formosa, por aí, é de que *no princípio a terra ferveu como um melado na tacha*. Fervia, encalombada, e de uma hora pra outra a fervura parou e a evolução que fazia formando orografia cessou de chofre. A paisagem ficou ondulada, as grotas são irmãs saídas da mesma forma, para o exaspero dos viajantes que nas suas jornadas por aquelas paragens ficam confundidos com a impressão de que sempre pelos mesmos lugares. Os lançantes têm o mesmo declive; os contornos dos morros, em nada diferem uns dos outros; as árvores ralas que pontilham as campinas da mesma altura, com os mesmos diâmetros de calotas; todo regato é de águas cristalinas; as águas maiores, sempre verdes; uma paisagem única ao longo das distâncias, sem qualquer sentido em que se lance as vistas. Até o canto dos pássaros na beira dos brejos, onde florescem a quaresminha e a marcela

cheirosa, tem a mesma plangência, tanto aqui como acolá. (Bernardes, 1981, p. 138-139, grifo nosso).

O trecho acima nos convida a pensar que até mesmo a percepção do tempo geológico, algo imperceptível ao tempo do senso comum, pode se fazer presente na experiência. Ver o sertão goiano de um ponto de vista do tempo geológico remoto exige uma mirada longínqua, imprecisa como a própria memória. No entanto, na escrita de Carmo, vemos a história natural da terra se amalgamar à memória através da imagem simples e bem acabada do melado na tacha.

Após essas considerações sobre o aspecto que a memória adquire em relatos autobiográficos – em especial, nos relatos de um autor que buscamos descrever enquanto sujeito ecológico –, é possível realizar uma primeira aproximação propriamente analítica dos textos selecionados. Adentrando um pouco mais as narrativas de *Força da Nova* e *Quarto Crescente*, é importante apresentar previamente o conjunto de personagens principais que figuram as duas obras e suas qualificações. Os livros retratam a trajetória do grupo familiar de Carmo (seu protagonista e narrador), alternando entre as diligências da reprodução cotidiana de sua existência e as eventuais migrações que realizaram como forma de garantir as condições mínimas dessa reprodução.

Se, por um lado, a trajetória do grupo familiar é o que confere dinâmica à narrativa nos dois livros, por outro, suas personagens são estanques, praticamente não se desenvolvem no correr dos fatos, à exceção do protagonista. Nesse sentido, essas personagens têm a função principal de enunciar alguns arquétipos que personificam qualidades e valores relacionados ao universo rural goiano.

As figuras centrais do núcleo familiar que auxiliam na condução de cada narrativa junto ao protagonista são o pai, a mãe e o avô materno, que conduzem o leitor a ver determinados aspectos do sertão sob o ponto de vista e experiências dessa família. Luiz Bernardes da Costa, o pai, representa dignidade e honra, senso de justiça, o valor do trabalho e do compromisso da palavra. Ana Carolina da Costa ou Dona Sinhana, a mãe, estampa a utilidade do conhecimento tácito, o gosto pela observação e pela experimentação e a importância do aprendizado perante a rusticidade do mundo rural. José Martins Pernagrossa, o avô materno, simboliza a sabedoria dos costumes e hábitos fixados pela convivência ancestral e direta com a natureza. Todas essas qualidades e valores são absorvidos, vivenciados e examinados pelo protagonista, permeando e conferindo sentido aos seus conflitos,

aprendizados e reflexões ao longo da trama de sua vida tal como nos é contada em cada uma das obras analisadas.

Outros personagens que conferem algum dinamismo às tramas em momentos específicos são: os fazendeiros Tio Pedro de Azevedo e seo-Clemente Cunha, os mandatários das terras onde a família irá morar enquanto agregados; alguns amigos da vizinhança que representam tipos comuns, como a louca Seá Benta Doida; a criadora de papagaios seá-Libâina; os professores de Carmo, Mestre Frederico e Mestre Genésio. As vizinhanças e demais tipos populares (como vaqueiros, tropeiros e viajantes) são apresentados em suas características genéricas e de grupo, de forma a constituir um mundo povoado por curandeiros, boiadeiros, caçadores, tecelãs, comerciantes.

A cronologia linear das duas narrativas é bem evidente, assim como a contiguidade entre as histórias dos dois livros é facilmente percebida. As histórias se passam entre 1916, durante a primeira infância do protagonista, e 1945, quando este se muda definitivamente para Anápolis.

Os recortes temporais dos dois livros coincidem com recortes espaciais que marcam os espaços da narrativa: *Força da Nova* tem um breve início de acontecimentos a partir do nascimento de Carmo na zona rural de Patos de Minas (MG), mas relata principalmente a mudança e o estabelecimento da família na zona rural de Formosa (GO), rente à estrada real para a Bahia, bem como as vivências em suas adjacências, como no Vão do Paranã e Mestre d'Alma¹² (Planaltina de Goiás). Finaliza esse primeiro relato uma nova mudança da família, dessa vez para a zona rural de Anápolis, em região próxima à floresta do Mato Grosso de Goiás. Os acontecimentos de *Quarto Crescente* se iniciam com a vida do protagonista estabelecida nessa região com a família: inicialmente na zona rural, posteriormente no Patrimônio do Capoeirão e, por fim, na cidade de Anápolis (GO).

No contraste entre as duas obras, um aspecto fundamental se estabelece a partir da oposição entre os marcadores espaciais em cada uma delas. Em *Força da Nova*, há um vigor maior do movimento, da potência dos deslocamentos presente nas migrações, no trabalho de tropeiros e vaqueiros e nas mudanças de vizinhança, traço que povoa a narrativa com cenários, paisagens e diversidade humana. A meu ver, esse traço constitui a elaboração de um *topos* de viagem, conforme Ávila (2008). Por

¹² A grafia usual seria Mestre d'Armas, conforme Bertran (2011)

sua vez, *Quarto Crescente* tem a marca da fixação, do sedentarismo e das formas de ocupação, realizando um aprofundamento temático em hábitos e costumes da região do Mato Grosso de Goiás enquanto constrói uma percepção histórica específica de sua transformação.

Para Ribeiro (2005), uma articulação como essa, entre uma perspectiva sincrônica e uma diacrônica, permite uma compreensão abrangente das complexas relações estabelecidas entre sociedade e natureza. Trata-se de uma abordagem que busca integrar análises que consideram tanto o momento presente (sincrônico) quanto as transformações ao longo do tempo (diacrônico):

Esta relação é necessariamente plural, sendo, portanto, um conjunto de relações, em grande parte contraditórias, como plurais são, também, as “sociedades” e as “naturezas”. Plurais tanto numa perspectiva sincrônica, como diacrônica, pois sociedades e ambientes variam no espaço e no tempo e, da mesma forma, também tendem a ser diferentes as relações entre ambas. (Ribeiro, 2005, p. 15).

Ao unir essas duas dimensões, é possível explorar como as dinâmicas sociais e ambientais se entrelaçam, revelando processos históricos e culturais que moldam a interação humana com esses ecossistemas. Dessa forma, a proposta de Ribeiro (2005) oferece um caminho para desvendar as múltiplas camadas que compõem a relação entre o homem e o ambiente, destacando a importância de uma visão integrada para a compreensão desses espaços.

Uma grande vantagem dessa abordagem é possibilitar a aproximação de noções aparentemente distintas, como o sertão e o Cerrado. Temos, por um lado, o Cerrado, que pode ser lido como uma composição de paisagens ecossistêmicas. Trata-se de uma percepção nova, que podemos encontrar, por exemplo, em Coutinho (2006), Ribeiro e Walter (2008) e Ab’Sáber (2003). Por outro lado, o mesmo local hoje assim descrito tem também história, muitas vezes apagada, contida no lugar de memória do sertão, na lembrança do processo de transformação (Arruda, 2000). Em meu entendimento, Carmo Bernardes é um autor bastante consciente dessa dupla dimensão, combinando a descrição sincrônica com o aprofundamento diacrônico, construindo suas autobiografias como retratos que são mais que um registro do instante – carregam-se de imagens da memória, de lembranças. Mas, ainda assim, são retratos, por sua capacidade de capturar uma paisagem, uma cena, um detalhe, remetendo o leitor a um ambiente e momento específicos que, por meio do pacto de leitura autobiográfico, ele confia que o autor vivenciou.

Essa dupla dimensão também nos possibilita aproximar o sujeito ecológico bernardeano do artífice benjaminiano, a partir da combinação de formas gerais da narrativa do viajante e do artesão: como viajante (perspectiva síncrona), ele extrai, transforma e cria a partir da natureza, mas também migra, caça e interage com o ambiente de forma dinâmica, distante espacialmente do interlocutor, relata suas experiências com foco nas sensações e vivências, transmitindo a emoção de estar em contato direto com o mundo. Por outro lado, o narrador sedentário, distante temporalmente, busca o aprimoramento e a perfeição, valorizando a natureza a partir de uma vivência mais introspectiva e refinada. Essas diferentes perspectivas enriquecem a compreensão da relação entre o homem e o ambiente, evidenciando como a experiência, seja ela móvel ou sedentária, é fundamental para a construção de narrativas que conectam sociedade e natureza. O seguinte trecho de *Força da Nova* é exemplar nesse sentido:

Escarafuncho a memória o mais que posso, na ânsia de levantar recordações, e nessa labuta descobri um negócio: achei a razão por que umas coisas a memória guarda e outras não [...] É que todas essas coisas – as árvores, os bichinhos, a cerca – tiveram uma serventia naquele começo de minha vidinha; me deixaram assim uma espécie de gratidão.[...] Só o que entrevera com a vida é que fica, seja de bom ou de mau, e assim nunca me esqueci também da estrepada que levei na virilha, quando ainda engatinhava. (Bernardes, 1981, p. 29-30).

Em Carmo Bernardes, a *relembração* é, acima de tudo, uma escolha do que se deseja preservar, um registro daquilo que se elege como digno de perdurar no tempo. Nesse sentido, o livro, enquanto suporte material, se apresenta como um meio essencial para a transmissão dessas memórias, garantindo que elas ultrapassem os limites do efêmero. Quanto ao ajuste do tempo necessário para a narrativa, não há contradição com o caráter da história, pois, como aponta Pesavento (2005), a história contemporânea volta-se para a representação, entendendo-se, ela mesma, como uma construção narrativa. Essa abordagem reconhece que o passado não é apenas um conjunto de fatos objetivos, mas um tecido de interpretações e significados que se renovam conforme o presente os interroga. Essa perspectiva enriquece a história ao incluir sujeitos históricos, dotando-a de uma dimensão humana e plural que reflete as complexidades do tempo e da memória.

CAPÍTULO 3. A GRAMÁTICA DO CERRADO

Este capítulo propõe uma análise hermenêutica de algumas representações do mundo natural encontradas nas duas obras aqui analisadas. Avalia a perspectiva científica e ecológica do autor, e suas escolhas estéticas ao representar paisagens, animais, plantas e ecossistemas. Para tanto, estabeleço que as duas obras propõem perspectivas distintas conquanto complementares que permitem a elaboração, compreensão e interpretação dos universos narrados. *Força da Nova* propõe um olhar síncrono e horizontalizado focado nas formas da paisagem a partir da mobilização de um *topos* viajante (Ávila, 2008), enquanto *Quarto Crescente* propõe uma perspectiva diacrônica e vertical avaliando as formas da cultura na história.

3.1. FORÇA DA NOVA: DESCRIÇÃO DA PAISAGEM E A SENSIBILIDADE EM MOVIMENTO

O prefácio de *Força da Nova* introduz o livro com uma citação de *Mundo da Lua* (1923), de Monteiro Lobato, como numa intenção de marcar uma atitude que perpassará a obra e que, também de maneira geral, é bastante presente na escrita de Carmo Bernardes: “*Tristes os que aprendem nos livros, dentro da clausura morna dos gabinetes*” (Lobato *apud* Bernardes, 1981, p. 5, grifo nosso). É uma citação que, naturalmente, contraria o material que temos em mãos quando somos apresentados a essas palavras.

Carmo é signatário da ideia de que é preciso sentir para conhecer. O escritor expressa isso de forma bastante clara em algumas de suas entrevistas, como a que concedeu à jornalista Margareth Gomes de *O Popular*, em 20 de junho de 1991:

Um romance a gente nunca faz com menos de um ano. E minha técnica não é sair fazendo pesquisa. Eu andei muito no Norte, vi, observei, mas não fiquei escrevendo. *Procurei sentir os problemas e passar para o papel como eu senti, e não como alguém me informou.*

[...]

Só acredito na literatura que esteja intimamente dentro da alma do escrito. Tanto que não creio em literato que sai tomando nota. Acredito naquele que bebe dentro, para depois jogar para o papel. Se eu vivo no complexo de Goiás, só posso refletir essa cultura, é dela que beberei. Não adianta buscar fora desse lugar que não presta.

[...] (Gomes, 1991, p. 3, grifo nosso).

O primeiro livro das autobiografias de Carmo Bernardes, *Força da Nova*, tem expressas as marcas do movimento: boa parte dessa história é narrada enquanto se anda (a pé ou a cavalo) por estradas de chão, trilheiros de terra, caminhos e lugares de passagem, em migrações, no exercício do pastoreio, ou nas atividades de caça e pesca. Conforme procurarei abordar, essa narrativa mobiliza um *topos* viajante bastante característico da literatura na América Latina (Ávila, 2008).

A literatura de viagem para o conhecimento aparece na forma de relatos que procuram destacar detalhes que o autor julga mais importantes nos quadros da natureza dos caminhos e lugares que percorreu. Esse gênero, próprio do século XIX, além de constituir material importante para a historiografia, confluuiu para o que Ávila (2008, p. 81, grifo nosso) conceitua como *topos* da viagem:

A par de uma literatura oficial, de encômio e prestação de contas à metrópole, figuram entre os mais importantes documentos do período colonial os relatos dos viajantes estrangeiros, franceses, ingleses e alemães, a princípio, e já no século 19, quando se contavam na América Latina diversas nações independentes, as descrições de nossos costumes e povos feitas não apenas por europeus mas também por norte-americanos. *A produção literária latino-americana virá mimetizar, parodiar, interiorizar, interrogar e estranhar de formas diferentes esses relatos.* Entre essas formas conta-se uma elaboração própria do motivo ou *topos* da viagem. Esse *topos* adquire na literatura latino-americana uma conformação particular devido à ambiguidade inerente ao fato de nosso continente ocupar de forma privilegiada no imaginário ocidental o lugar da meta, de alvo do viajante. Daqui, quando se parte, a que terror incógnitas se dirigirá ele?

Carmo mobiliza esse *topos* viajante em *Força da Nova* apresentando uma perspectiva de paisagem e natureza da qual é possível depreender conhecimento sobre os diversos ecossistemas que compõem os ambientes do Cerrado. Nessa primeira narrativa, portanto, o Cerrado é tomado como um lugar de passagem, de caminhantes, e a viagem é parte intrínseca do conhecimento sobre a região.

As paisagens condicionam o ritmo da viagem e os caminhos contêm os recursos necessários à continuação das peregrinações. É preciso saber andar pelos lugares de passagem, logo, o caminho também ensina através da imersão em sua paisagem. Em *Força da Nova*, Carmo demarca sua regionalidade pelo sentir, procurando afirmar sua autenticidade nas novas formas de compreender a paisagem da natureza goiana.

Conforme Almeida (2008; 2022), o habitat e a paisagem de cada sociedade não são determinados exclusivamente pela “oferta natural” de elementos como clima, solo, vegetação ou altitude, mas também são influenciados por dinâmicas sociais, políticas

e culturais. Isso se deve ao fato de que os seres humanos interagem com o ambiente fazendo escolhas e selecionando entre as diversas possibilidades que o mundo natural oferece. A paisagem torna-se assim uma importante chave para a compreensão das relações estabelecidas entre as sociedades e o mundo natural, na medida em que é a resultante de instituições da cultura que inventaram essa forma de contemplação e lhe deram significado e valor.

É interessante lembrar, conforme já destacado anteriormente, que Carmo era conhecedor dessas paisagens também a partir de suas viagens – sejam as que nos narra durante sua mocidade, sejam aquelas feitas no exercício de suas diversas funções públicas, ou ainda as que realizou a partir do contato com as novas concepções ecológicas e geográficas de sua época. Destaque-se também que ele escrevia para um público-leitor de uma época em que a possibilidade de viajar se tornava cada vez mais comum e inserida no cotidiano, e em que a preservação da natureza se relacionava com essa finalidade. Para Schama (1996, p. 17):

[...] se a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborada é a moldura através da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem. Pois, conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas.

A paisagem, nessa perspectiva de Schama (1996), é sobretudo uma criação cultural, fruto da imaginação humana aplicada sobre elementos naturais. Representa, portanto, uma possibilidade de se enxergar a natureza, não apenas como algo a ser dominado ou pelo seu valor utilitário, mas como uma expressão estética.

Essa é uma concepção cara ao movimento romântico que, nos séculos XVIII e XIX, impulsionou expedições científicas e exploratórias que mudaram a concepção de natureza nas sociedades ocidentais. Conforme Otte (1995), as ciências da natureza demoraram algum tempo para compreender que o simples ato de observar pode interferir nos resultados da própria observação; porém, foi a partir da contribuição romântica, principalmente no âmbito da literatura, que a prática da observação passou a consistir também em uma prática poética.

Tanto no Brasil quanto em Goiás especificamente, os relatos de viagem são um importante recurso historiográfico para se compreender a formação da cultura e da identidade, contribuindo não só para a formação de uma identidade nacional que

começava a se delinear com a independência, como para moldar as representações da capitania/província de Goiás (Garcia, 2010). Segundo Garcia (2010, p. 12, grifo nosso), dois terços das terras que compunham o território brasileiro no século XIX eram desconhecidos e figuravam em “mapas e cartas geográficas *muito mais pelas suposições* do que pela precisão dos dados”. Ainda conforme a autora, nos relatos de naturalistas, a natureza e a paisagem surgem intimamente conectadas, refletindo uma visão que integrava os elementos ambientais ao contexto cultural e social da época.

Reconhecendo que a leitura dos textos de naturalistas estrangeiros revela, com certa frequência, alguma dose de preconceito e até informações equivocadas, Garcia (2010) faz duas considerações importantes quanto ao tratamento desses relatos: tais viagens foram as primeiras a percorrer regiões que eram desconhecidas até mesmo dos brasileiros, tão recônditas que aumentava o desafio colocado às concepções científicas que orientavam suas motivações naturalistas. Além do mais, a linguagem desses textos foi elaborada considerando a visão de um público-leitor europeu, ávidos consumidores desse tipo de relato, o que certamente incorreu em vícios estereotipados e etnocentrismos.

De todo modo, as representações naturalistas do território brasileiro tiveram um importante papel na constituição de imaginários e identidades nacionais e regionais, fornecendo discursos sobre a natureza e sobre as populações do interior brasileiro, sendo até hoje objeto de análise e debates. Por isso, vale ressaltar, conforme Garcia (2010), que o olhar estrangeiro constituiu um importante referencial ao próprio olhar nativo, ao estabelecer um eixo para a compreensão das paisagens locais, e, na medida em que se conjugavam uma visão científica estrangeira e uma administrativa local, produziam-se imagens carregadas de simbologia:

A ciência, ao lado dos sentimentos, procurava a mesma paisagem para dar nomes e classes aos seus componentes indo da terra ao ar, passando pelos homens, rio, montanhas, minérios, animais e florestas: “pudemos, na solidão da viagem dedicar toda a nossa atenção à coleta de muitas plantas raras e à caça às antas, tamanduás e araras”

O olhar político fazia outro percurso, enxergava a paisagem como território/corpo da nação. A conjugação desses ângulos chegou de fora com os viajantes e estudiosos estrangeiros e de dentro com os viajantes nacionais, escritores, administradores etc. O resultado desse conjunto de focos de observação foi a produção de uma paisagem carregada de simbologia – natureza exuberante, profusão de espécies animais e vegetais, minérios a faltar, potencialidades da terra, existência de seres genuinamente brasileiros – pela raça: os índios; pela cultura: o sertanejo. (Garcia, 2010, p. 74-75).

A força da representação desses viajantes e sua sobrevivência no debate acadêmico e no imaginário social são evidências de sua importância para o conhecimento do território brasileiro, mesmo que seja como parâmetro para embasamentos críticos ou sua transgressão. Conforme destacam Afiune e Oliveira (2015, p. 324):

[...] a narrativa do viajante ou do explorador é permeada de valores de seu tempo e de seu grupo social. Nesse sentido, tanto os bandeirantes do século XVIII, quanto os cientistas viajantes do XIX, supriram o déficit de um conhecimento mais substancial da natureza do cerrado por meio de representações culturais disponíveis na sua época.

Além de suprir um déficit de conhecimento quanto à natureza de ambientes como o Cerrado (que hoje se encontra em um estado de degradação que dificulta a sua compreensão), a viagem naturalista constitui um importante paradigma na formação da ciência moderna e sua compreensão do mundo natural.

Sobre esse aspecto, os trabalhos do alemão Alexander von Humboldt (1769-1859) figuram como a principal e primeira referência ao instituir como método uma verdadeira *literatura de viagem*, e não apenas *narrativas de viagem* como as de outros naturalistas seus antecessores, como bem distingue Garcia (2010). Até então, as narrativas de viagem se limitavam a catalogar, classificar e coletar espécimes de animais e plantas dos diferentes lugares do mundo. Já a literatura de viagem, conforme inaugurada por Humboldt, irá destacar a necessidade de estabelecer conexões e identificar correlações entre esse material catalogado e o contato direto com os “quadros da natureza” de onde seriam oriundos. Assim, passa a ser entendida como necessária uma visão de conjunto, que só poderia se estabelecer pelo olhar e sentir do viajante. Nas palavras do próprio Humboldt (1953, p. 314):

Se se considerar toda a natureza animada como único ser cuja vida está decomposta e dividida em milhões de vidas efêmeras, vê-se que todas essas existências parciais reagem sem descanso umas sobre as outras, e, assim como num sistema estelar não se poderia alterar o movimento ou a massa de um astro qualquer sem modificar o equilíbrio de todos os outros, não se pode também imaginar variação alguma no mundo orgânico que não se faça ressentir em tudo que dele faz parte.

A partir de Humboldt, o modo de fazer ciência adiciona a seus métodos o trabalho de campo, em contraposição à pesquisa realizada em gabinetes. Conforme Kury (2001), todos os viajantes naturalistas que visitaram o Brasil no século XIX vieram imbuídos desse novo princípio do fazer científico, segundo o qual era preciso

“ver com os próprios olhos” para compreender. Não apenas ver, “mas ouvir e sentir com o próprio corpo os fenômenos lá onde acontecem” (Kury, 2001, p. 879). O fazer científico passou a ser balizado pela acuidade da sensibilidade, de modo que as impressões estéticas passam a integrar o ato de conhecer, instaurando a figura do viajante romântico como seu expoente.

Kury (2001) expõe como a valorização do trabalho de campo não era uma unanimidade na comunidade científica à época. Inicialmente, o trabalho de coleta e registro de observações era realizado por jovens oficiais, entusiastas da história natural e aventureiros em geral. O trabalho de gabinete, considerado muito mais criterioso e hierarquicamente superior, se dava em local onde o cientista poderia, sempre que quisesse, consultar seus registros e bibliotecas, além de ter acesso a laboratórios, coleções, herbários e jardins botânicos localizados nas metrópoles europeias.

Essa nova concepção romântica do fazer científico foi importante para se estabelecer um conhecimento integrado da natureza, contribuindo para deslocar o foco do antropocentrismo para uma concepção ambiental a partir da ampliação da compreensão da coexistência do humano com o mundo natural. Logo, além de identificar as conexões mais abrangentes presentes no mundo natural, como o clima, os relevos e os grandes complexos de vegetação, passava-se também a uma reflexão sobre os impactos que a relação humana imprimia nesse meio.

Humboldt foi o primeiro naturalista a explorar a América, viajando por vários países da América do Sul, e só não visitou o Brasil por questões diplomáticas (Garcia, 2010). A partir do registro dessa viagem, a concepção humboldtiana passaria a ser referência obrigatória para o fazer científico, e foi sob essa influência romântica que praticamente todos os viajantes dos sertões brasileiros produziram suas representações. Segundo (Garcia, 2010, p. 62-63), ao voltar para a Europa, Humboldt:

[...] escreveu uma obra volumosa em que expôs suas teorias; fez observações, descrições e análises. Seus escritos incendiaram a imaginação do público europeu e latino-americano e até hoje são considerados o mais importante trabalho do gênero sobre a região naquela época. Passaram a ser referências obrigatórias nos trabalhos dos intelectuais, políticos, artistas e viajantes quando representavam o continente. Com muita frequência as paisagens americanas foram representadas utilizando-se das informações deixadas pelo naturalista em seus “quadros da natureza”. Não é sem razão que ele se tornou a referência mais constante para todos os viajantes que andaram por Goiás fossem eles estrangeiros ou brasileiros. Os ecos das ideias do cientista/viajante apareceram em muitos trechos descritivos sobre a região goiana.

Essa nova concepção naturalista romântica tomava a forma como ponto de partida para a compreensão dos esquemas mais gerais e sistemáticos da natureza, pensada agora como um organismo único. A paisagem é a forma, a originalidade que esse organismo adquire em cada lugar. As relações entre os seres vivos e o ambiente físico (principalmente o relevo e a atmosfera) passam a ser vistas em sua complexidade, com conexões estabelecidas por toda parte, nada podendo ser compreendido de forma separada.

Cabe também lembrar que essa visão é fruto de uma mentalidade expansionista europeia e da necessidade de erigir novas formas de dominação sobre novos territórios e a natureza. A questão da modernidade no século XIX não era mais somente encontrar, colecionar, catalogar e especular, mas conhecer o funcionamento para se ter o controle do mundo natural. Como as próprias palavras de Humboldt, citadas por Wulf (2016, p. 126), deixam entrever: “o homem não pode agir sobre a natureza e não pode apropriar-se de nenhuma de suas forças para uso próprio se ele não conhecer as leis naturais”. O pensamento geográfico surge propriamente nesse ambiente de ideias, buscando organizar um corpo teórico e empírico capaz de integrar sociedade e natureza.

A influência expedicionária romântica também contribuiu para o modo de ver e compreender o mundo pelos nativos americanos. Em um momento em que afluíam lutas por independência e discursos que legitimassem as nações americanas, a percepção de que era preciso tomar conhecimento e fazer reconhecer a vastidão de seus impérios tornou-se uma necessidade. (Garcia, 2010). Assim, conforme Pratt (1991):

[...] a Geografia e as ciências naturais são, entre outras, aparelhos discursivos mediante os quais os estados definem e representam o território. Não é por acaso que a descrição da paisagem torna-se uma prática importante no meio das lutas para forjar as primeiras repúblicas burguesas da América e da Europa. E tampouco é por acaso que a descrição da paisagem por Humboldt tenha sido reproduzida uma ou outra vez pelos escritores crioulos americanos durante as décadas seguintes à independência. (*apud* Garcia, 2010, p. 76).

Em 1823, a serviço do imperador, o brigadeiro Raimundo José Cunha Mattos, à época Governador de Armas, demonstrou sua insatisfação com tamanho desconhecimento e a precariedade do mapeamento das terras da província de Goiás:

Nesta província não tem havido exatas observações astronômicas: uma tabela de latitudes, que anda impressa, é em muitos lugares defeituosa; eu conheci os erros pelas marchas que fiz de uma para outra povoação. Os mapas de Goiás nem são completos, nem exatos e tenho-os emendado em mais de mil pontos diversos. As distâncias, consideradas como léguas, são as marchas de cavalo medianamente bom durante o espaço de uma hora; já se vê que neste modo de calcular léguas há erros enormíssimos. (*apud* Garcia, 2010, p. 58)

Do presidente José Vieira Couto de Magalhães (1863-1864), a sua curta visita de pouco mais de um mês (de 25 de setembro a 30 de outubro de 1863) ficou registrada nas páginas de *Viagem ao Araguaia* (1863). Em seu texto, após tecer suas “Considerações administrativas sobre o futuro de Goyaz”, a narrativa ganha ares de êxtase sublime, mas também de desespero (Maia, 2007). O dever civilizatório concebido pelo poder central esbarrava na brutalidade das formas nativas, como no trecho a seguir:

Parei extasiado nesse lugar e, enquanto a vista me representava essas planícies sem fim, sucedendo-se umas às outras, como as ondas do oceano, até que de todo se iam perder nos espaços azulados do céu, meu espírito sentia-se abatido por uma espécie de saudade, que eu não sabia dizer de que, e a imaginação me representava completamente desertas essas férteis e infinitas campinas. (...) Quando chegará, meu Deus, disse eu a mim mesmo, quando chegará o dia em que se verão espalhar florescentes cidades nas margens destes rios! (*apud* Maia, 2007, p. 9)

Dessa forma, o Cerrado apresentou-se aos olhos desses viajantes e administradores como uma vasta extensão de campos ondulados, onde árvores retorcidas e arbustos dispersos se erguem sobre um tapete de gramíneas. A paisagem, embora possa parecer árida e monótona à primeira vista, permitia projetar esperanças de progresso que vislumbrassem a exploração da região.

Conforme Almeida (2008, p. 78), dessas representações naturalistas resultou “a crença de que a natureza tropical devia ser tratada como um espaço de intervenção social para a implantação de nova sociabilidade”. Para Chaveiro e Barreira (2010), a implementação de projetos modernizadores que visaram integrar áreas de Cerrado à economia global mais recentemente se apropriou sobremaneira desse imaginário negativo que perdurava nas representações desse ambiente.

Pode-se pensar, portanto, que tal influência romântica mantém seu contributo nas representações e nas historiografias locais, como a de Goiás, inspirando outros relatos, perdurando através de releituras e apropriações. Partindo dessas reflexões, talvez se possa compreender melhor a forma que tomam alguns discursos que

procuraram atrelar o atraso goiano ao desconhecimento de seu território, e que por sua vez buscavam positivar a região tida como desconhecida. Esse tipo de atitude é frequente em algumas manifestações regionalistas em Goiás.

Não sem razão, os colaboradores as páginas da revista *A Informação Goyana* (1917-1935) recorrentemente registravam o seu descontentamento com autoridades e sua “gerência de gabinete”, podendo nos fornecer alguns elementos interessantes para análise. Segundo Nepomuceno (2003), os criadores dessa revista eram ávidos por literatura de viagem estrangeira sobre Goiás, por relatórios de presidentes de províncias e outros documentos que retiravam da poeira dos arquivos e comparavam através de pesquisas realizadas *in loco*.

Conforme Nepomuceno (2003), *A Informação Goyana* foi uma publicação editada entre 1917 e 1935 no Rio de Janeiro, com fins publicitários e também políticos. Seus idealizadores, o major Henrique José da Silva e o médico Antônio Americano do Brasil, ambos goianos de Silvânia, antiga Bonfim, e então radicados na capital federal, a conceberam como um meio de divulgação das potencialidades econômicas e naturais do Brasil Central.

Apesar de se apresentar como um periódico relacionado ao Brasil Central, os artigos d’*A Informação Goyana* concentraram-se, principalmente, em apresentar o estado de Goiás “àqueles que não o conheciam ou que o ignoravam, incluindo-se entre esses a imprensa” (Nepomuceno, 2003, p. 42). Mesmo com a ênfase dada a temas econômicos e geográficos, a revista caracterizou-se mais por sua diversificação, divulgando textos relacionados a política, educação, literatura, imprensa, saúde, transportes, história – assinados por diversos colaboradores e por seus idealizadores – o que lhe conferia um caráter enciclopédico no intento de defender e projetar Goiás no cenário nacional. Sobre o aspecto regionalista desse periódico, Nepomuceno (2003, p. 40, grifos nossos) afirma:

O regionalismo que permeou a proposta veiculada pela revista, convém esclarecer, não foi aquele que expressa, atualmente, a “tendência política dos que são favoráveis às autonomias regionais”, mas *aquela mais remoto* que traduz uma atitude de “excessivo interesse e amor pela própria região” [...] *Um tipo de regionalismo, aliás muito assentado na noção de patriotismo.*

Além do papel de divulgação do estado de Goiás, eram constantes nas páginas desta revista críticas ao desconhecimento e subaproveitamento de suas potencialidades naturais, principalmente com relação aos órgãos da administração

pública nacional e da imprensa federal, que muitas vezes manifestavam claramente seu desconhecimento sobre a região. Era bastante comum, por exemplo a confusão entre os estados de Goiás e Mato Grosso, que os editores d'A *Informação* sempre tratavam de registrar e corrigir publicamente. (Nepomuceno, 2003).

No primeiro volume d'A *Informação Goyana* (de agosto de 1917), Americano do Brasil imputa aos “*pseudos phytologists* do Ministério da Agricultura” não conhecerem “outras florestas que as da Gávea e Tijuca” (p. 2); no mesmo volume, Victor de Carvalho Ramos, escreve o artigo intitulado “Uma região desconhecida”, em que cobra da pasta da Agricultura Nacional a implementação de fazendas modelo e postos zootecnológicos os quais foram esquecidos de Goiás, “o mais rico em gado vacuum e equino” (p. 22), propício à implementação de tais empreendimentos não só pela sua longa extensão territorial, mas principalmente pela riqueza de forragens nativas (jaraguá, gordura, papuan, capim branco, etc.) e pela grande quantidade de águas salobas. A *Informação Goyana* chegou inclusive a lançar algumas campanhas desbaratadas como a ideia de domesticar e utilizar as antas do Planalto Central como animais de tração. (Nepomuceno, 2003, p. 49).

Henrique Silva, maior entusiasta da revista, dá um exemplo inequívoco de aversão aos ditos teóricos de gabinete. Em artigo de junho de 1918 intitulado “Geographos de Gabinete”, Silva se dirige diretamente ao geógrafo Olavo Freire em um texto repleto de ironias quanto a proposta apresentada por Freire para estabelecer os limites entre Minas Gerais e Goiás a partir de uma linha fixa no talvegue do Rio São Marcos. Henrique acusa Freire de desconhecer o regime de rios no interior do Brasil, cujos canais, margens e ilhas variam anualmente, desconhecimento próprio de “funcionários públicos de vida pacata”. Emenda, em alusão às “fantásticas riquezas do sub-sólo goyano” mal aproveitadas, segundo Freire, lembrando-o que “fantástico” significa aquilo que existe apenas na imaginação e que um geógrafo de gabinete evidentemente desconheceria a produção das inesgotáveis minas goianas.

O teor e a tônica desse estilo de crítica a “teóricos de gabinete” são recorrentes também em muitos textos e declarações de Carmo Bernardes, como já vimos anteriormente, em sua entrevista a Giovanni Ricciardi, quando menciona escritores “que escrevem de seus gabinetes”, os quais acusava de falsificações e caricaturas do homem da roça, de seus hábitos e de seu ambiente. Na crônica “Técnica até debaixo

d'agua"¹³, destacada a seguir, Carmo projeta essa crítica aos investimentos direcionados por projetos desenvolvimentistas pouco conhecedores da região:

[...] lam dar começo na implantação de um projeto de não sei quantos milhões de cruzeiros, alqueires de terras pra danar em lavoura de arroz no varjão. Gente de cidade, desses fazendeiros de ar condicionado, que correm os serviços da fazenda é embarcado em jipe, que a direção de tudo fica por conta de gerentes e capatazes. Já eu, criado na lida do marimbondo e da formiga-de-fogo mordendo, a botina de goma ajuntando uma arroba de barro preguento no solado, fiquei assuntando e tirando uma linha no jeitão deles. Só conversavam e lápis na mão, riscando papel e fazendo contas. Nos seus cálculos tudo andando certinho como máquina, conforme instrução de seus técnicos nos riscos e proporções dos mapas e das pranchas. Não tinha por onde errar, e se errasse, o prejuízo corria por conta do governo. Era projeto aprovado, era incentivo fiscal, a assinatura da autoridade tava ali nos documentos ara garantir. Levasse a breca, quê que tinha?

[...]

Mas os técnicos do governo assinaram os projetos, garantindo o êxito da empresa, não haverá prejuízo nenhum para a iniciativa privada. Olha, gente: ninguém duvida da técnica. É claro que sem técnica nada é possível fazer com acerto. O que se questiona é a *técnica só funciona se exercida a partir de fatores rigorosamente regionais*, sem nunca desmerecer os dados da experiencia humana.

A crítica de Carmo aponta para uma racionalidade instrumental que fundamentaria tais investimentos e que teria como ponto de partida uma noção fragmentada de sociedade e natureza, razão e emoção, espaço e tempo, contribuindo para a naturalização da exploração da natureza e afastando-se de uma visão integrada e com algum vínculo social. A abordagem puramente naturalista dos investimentos, ao ignorar a complexidade do bioma, reduz sua dinâmica a um mero substrato físico. A abundância desse tipo de discurso disperso e redundante historicamente dificultou a definição de prioridades e a implementação de ações efetivas para a conservação do Cerrado (Borges, 2003; Walter, 2006).

Por muito tempo o Cerrado foi definido em contraste a outros biomas e associado à categoria de *savana*, devido a similaridades com outras regiões do globo. Contudo, sua estrutura unificada abrange uma diversidade de ambientes, representando uma unidade formada pela variedade. A paisagem do Cerrado é um conjunto a ser analisado por meio de elementos interconectados, como relevo, solo, clima, hidrologia, fauna e flora, o que exige uma abordagem que equilibre recortes específicos a uma visão integrada. (Ribeiro, 2005).

¹³ Matéria no Acervo do Autor no IHGG com anotação imprecisa da data de 28/02/1977.

A compreensão da natureza do Cerrado a partir de sua paisagem, integrando elementos naturais e simbólicos, permite compreendê-lo como um espaço dinâmico, moldado por processos históricos e relações sociais. (Castilho; Chaveiro, 2010). A relação entre a organização humana e o ambiente destaca como essa conexão gerou saberes que atribuem significados específicos à região, como a diversidade paisagística, marcada por variedades de espécies e ciclos ecológicos, e oferece bases para múltiplas formas de seu uso e manejo apropriados, desenvolvidas historicamente por suas comunidades locais.

O estudo das paisagens revela a complexidade dos ambientes que as formam, enquanto essas paisagens atuam como um recurso de memória social, documentando as trajetórias e transformações dos grupos humanos por meio das marcas deixadas no espaço ao longo do tempo. A narrativa de *Força da Nova* ao problematizar a narrativa naturalista da paisagem do Cerrado como uma descoberta, contesta a ideia de que a natureza é uma mera exterioridade. Segundo De Sousa Santos (2021), o ato de descoberta deveria ser algo recíproco, contudo, a desigualdade de poder e de saber envolvidas transforma a reciprocidade em apropriação imperial do descoberto. Para De Sousa Santos (2021, p. 231), as características principais da descoberta imperial teriam:

[...] duas dimensões: uma empírica, o ato de descobrir, e outra conceptual, a ideia do que se descobre. Ao contrário do que pode parecer, a dimensão conceptual precede a empírica: a ideia que se tem do que se descobre comanda o ato da descoberta e o que se lhe segue. O que é de específico na dimensão conceptual da descoberta imperial é a ideia da inferioridade do outro, que se transforma num alvo de violência física e epistêmica. A descoberta não se limita a se assentar nessa inferioridade, legitima-a e aprofunda-a. O que é descoberto está longe, abaixo e nas margens, e essa “localização” é a chave para justificar as relações entre o descobridor e o descoberto após a descoberta; ou seja, o descoberto não tem saberes, ou se os tem, estes apenas têm valor enquanto recurso.

O mundo natural foi concebido, no contexto ocidental moderno, como um espaço de exterioridade e, conseqüentemente, de subordinação. Essa construção permitiu que fosse visto simultaneamente como uma fonte de ameaça e de utilidade. Embora esse modelo enfrente questionamentos e manifeste fragilidades, permanece como a estrutura predominante de compreensão e interação com a natureza na atualidade. (De Sousa Santos, 2021)

As percepções naturalistas sobre o Cerrado, embora já conscientes de uma dimensão ecossistêmica da natureza, variaram entre os seus observadores, são

muitas vezes ambíguas e ajudaram a estabelecer um imaginário negativo sobre essa região: o francês Saint-Hilaire descreveu sua vegetação como “exuberante, mas inútil” (*apud* Funes, 2013, p. 127), enquanto Pohl considerava a região monótona e desinteressante (*apud* Walter, 2006, p. 99). Os estudos de Eugenius Warming (1841-1924), que se destacaram como fundamentais para a disciplina da ecologia e revelam certo fascínio pelo ambiente do Cerrado, ainda identificavam a escassez de água como um fator limitante primordial para a vegetação.

Carmo, ao elaborar uma narrativa sobre a paisagem com vida intimamente percebida pelo seu roceiro viajante, enfatiza a dinâmica entre os elementos que compõem o ecossistema do Cerrado, como clima, relevo, hidrografia, vegetação e fauna, ao mesmo tempo em que destaca a interconexão e a interdependência desses componentes às necessidades e qualidades humanas de quem as vivencia. Sua perspectiva ecológica, conforme Worster (2003, p. 28), está baseada na noção de ecossistema como uma entidade coletiva em que plantas e animais interagem entre si e com o ambiente não-vivente (abiótico) em um espaço específico.

Ab’Sáber (2021, p. 9) avalia que a paisagem é sempre uma herança, em todo o sentido dessa palavra: “herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades”. O Cerrado, para Ab’Sáber (2021, p. 30-31), consistiria no domínio dos chapadões tropicais do Brasil Central revestidos por famílias de ecossistemas e um regime de chuvas restrito a duas estações constituindo a zona dos cerrados e florestas de galerias:

[...]As formações vegetais talvez não sejam tipicamente de savanas, mas arranjo e a estrutura de paisagens constituem uma amostra perfeita dos quadros paisagísticos zonais, que caracterizam essa unidade tão frequente do cinturão intertropical do globo.

Nos interflúvios elevados dos “chapadões”, onde predominam formas topográficas planas e maciças de solos obres (latossolos e lateritas), aparecem cerrados, cerradões e campestres, os quais, via de regra, descem até a base das vertentes, cedendo lugar no fundo aluvial dos vales às florestas-galeria, em geral largas e contínuas.

No início da jornada de *Força da Nova*, o garoto Carmo quis saber como encontrar os “caminhos de Goiás”¹⁴. Era preciso ir perguntando:

Há mais; Goiás figurava um reino encantado e remoto, um canto do mundo assim nebuloso, concebido como no tresvario de um sonho. Era preciso

¹⁴ Faço referência ao título do livro do historiador Nars Chaul (1997).

perguntar, não aguentaria por muito tempo ficar engasgado com essa dúvida e as informações que recebia da mãe, da avó Carolina e de outros, muito longe estavam de satisfazer a minha razão:
 - É só ir perguntando! (Bernardes, 1981, p. 43).

Mais adiante a criança descobre que a comitiva seguiria o faro de um burro estradeiro que era o único que conheceria tais caminhos:

- O Trovão é estradeiro – e chupava cuspe entre os dentes – ele conhece todos os pontos dos lombos e dos pousos”
 Chamava Trovão o burro que o Tio deixava para balançar a carga da nossa mudança. E logo nos primeiros dias de viagem passei a entender a linguagem usada nas lidas de tropa, e sentia já com toda a intensidade o significado das novas palavras que ia ouvindo pela estrada.
 “Estradeiro”, que se dizia do burro, queria dizer que ele era versado no caminho, conhecia atalhos os mais disfarçados nos campos gerais e tinha noção perfeita das distancias, das boas aguadas, dos pontos de “lombo” onde se devia derrubar as caras, fazer almoço e deixar a tropa enxugar o suor, descansar um pouco para a segunda etapa da marcha do dia. (Bernardes, 1981, p. 44-45)

Nas autobiografias bernardeanas, a natureza se revelará em múltiplas dimensões a partir da observação atenta e da empiria: nas estratégias de sobrevivência e orientação dos pássaros; na coletividade de grupos de emas, veados e queixadas; na vida secreta dos insetos; e até na senciência e cognoscência dos animais domésticos, dotados de sensibilidade e formas próprias de compreensão. Esses seres, em sua complexidade e diversidade, revelam os saberes intrínsecos da vida em meio à natureza, mostrando como cada forma de existência contribui para um entendimento mais profundo do todo.

Em *Força da Nova*, especificamente, a figuração animal irá reforçar sentidos agudos de cognição e sobrevivência, essenciais para a interação com o ambiente. Os animais demonstram uma atenção constante ao espaço que os cerca, adaptando-se às condições para garantir sua existência. Cada espécie representada exhibe comportamentos que refletem uma inteligência prática, voltada para suas necessidades específicas, como o faro do burro que auxilia a encontrar os caminhos. Segundo Holanda (2005, p. 26) “o primeiro progresso real sobre as velas trilas indígenas só foi definitivamente alcançado com a introdução em grande escala dos animais de transporte. Em São Paulo, particularmente, com as primeiras tropas de muares.”

O nascimento dos animais, assim como o dos humanos, é abordado como um processo biológico fundamental, que evidencia semelhanças e proximidade entre as

espécies. Essa conexão também pode ser observada nas autobiografias de Wilhem Reich (1897-1957), que narra a experiência de nascer e crescer em uma fazenda, onde tinha contato direto com a reprodução animal e a sexualidade humana desde cedo. Suas observações o levaram a desenvolver ideias que desafiaram as normas de sua época, resultando em perseguição e até em sua prisão. Carmo, em um artigo, demonstrou compadecimento e destacou a situação de Reich, mostrando como suas pesquisas, consideradas controversas, foram alvo de repressão por contrariarem os valores sociais de seu tempo. *Força da Nova* traz reflexões que se aproximam a algumas colocadas por Reich em suas autobiografias:

[...] Que cegonha? Menino brasileiro sabe o que é cegonha? Se falasse manguari, jaburu, joão-gome, até que podia ser; meino vê essas aves por aí, com esses nomes. Mas cegonha? Que diabo é cegonha? (Bernardes, 1981, p. 35).

[...] Não tem dessas coisas com nós na roça. Entendemos por gente cansos já de saber de onde é que os viventes saem, quando nascem. Essas coisas não careceu ninguém me ensinar: fui abrindo os olhos e aprendendo. Cresci misturado com os bichos, nunca achei que fosse novidade a gata parir, a porca dar leitãozinho, a galinha botar ovo. Nossa cadela caçadeira de paca, por nome Vidinha, produzia suas ninhadas no canto do quarto da sala, onde meu pai guardava os badulaques dele, de andar a cavalo, e ninguém proibia a gente olhar. (Bernardes, 1981, p. 35).

Dessa forma, os animais, com suas habilidades de adaptação e sobrevivência, oferecem *insights* sobre comportamentos e estratégias que podem ser comparados aos humanos. Eles não apenas ilustram a eficiência da natureza, mas também nos levam a refletir sobre como lidamos com ideias e práticas que desafiam as convenções sociais estabelecidas.

A perspectiva de um olhar curioso e encantado de um menino que acompanha uma comitiva de retirantes reproduz e questiona a perspectiva da viagem do cientista naturalista, conferindo autoridade e sensibilidade ao olhar do garoto sertanejo. Um primeiro recorte, retirado do relato do primeiro deslocamento realizado pela família, sintetiza a descrição do Planalto Central, pela sua porção leste, um roteiro que sai do Alto Paranaíba em Minas Gerais, passando pela bacia do Rio Paracatu e atravessa o Rio São Marcos em direção ao Planalto do Distrito Federal.

À medida que decorre a viagem, o garoto vai entendendo que, além do faro do burro, a comitiva seguia pontos de pouso utilizados por outras comitivas e tropeiros,

assim como os sinais e marcas em árvores que indicavam entradas de residências e fazendas, demonstrando que a região já era permeada por caminhos e caminhantes:

Aprendi regras que até hoje não esqueci. Era o caso, por exemplo, da lenha nos pontos de almoço, onde dá-se o lombo à tropa, e nos pousos. Em todos há a quantidade de lenha suficiente para começar o fogo, coar o café, fritar o toucinho para o arroz com carne seca.

Encontra-se cinza quente, há tições com brasa, quase sempre, de outros viandantes que aí fizeram almoço ou dormiram, se pondo, indo ou vindo em viagem.

Quem chega tem a obrigação de quando sair deixar outro tanto, para quem vier depois poder acender logo o seu foguinho. É lei: quem não obedece é amaldiçoado.

Revistas as aguadas antes de beber (Bernardes, 1981, p. 47).

Agora eu sei: estrada tropeira era um simples caminho marcando um rumo; e conforme fosse a sinalização nos pau é que dava a indicação mais segura dos roteiros. Nos esgalhos indo para os sítios, o morador fazia um lavrado, ou mais de um, nos paus e aí queimava fundo com seu ferro de marca, indicando o caminho de sua casa.

[...] Confundir e levar perdidas era arriscoso quando o caminho mestre às vezes embaralhava, que abria esgalhos em todas as direções nas chapadas, árvore nenhuma por ali para dizer que houvesse baliza: lavrados na casca, galho torado, esses sinais de convenção que os tropeiros bem conhecem. (Bernardes, 1981, p. 52)

Nesse início, o olhar do garoto Carmo estava muito inspirado nos “quadros da natureza”, e irá descrever de maneira pormenorizada alguns aspectos físicos e ecossistêmicos da região de campos cerrados característicos da bacia do Rio Paracatu que a comitiva atravessava em direção ao Planalto Central, destacando as suas lagoas e veredas e alguns animais que habitam esse ecossistema campestre. A natureza é narrada pela perspectiva do menino Carmo, de olhar inquiridor, mas também prudente e encantado com um novo mundo à medida que o conhecia:

Vi, muito, os bichos correndo naquelas campinas que somem de vista: o veado galheiro aos pinchos indo cos diabos, saltando moitas; a raposa trotona, que cachorro não gosta de perseguir; a ema, que esporeia ela mesma quando quem vem correndo arás aperta; a seriema, de carreira curta, que voa logo; o tamanduá, tanto o bandeira como o mixirra, que nenhum espanta da gente e que os cachorros se embarafustavam com eles, dava trabalho para tirar.

[...] muitas lagoas, cabeceira de veredas dos buritizais sem fim. (Bernardes, 1981, p. 47).

A aguada era uma lagoa redonda de grama acolchoada na beira. E esse aguapé papudo de flor grená, avançado até lá longe, aonde começava o fundão limpo e preto, tinha que ser aberto para enfiar as vasilhas de panhar água. (Bernardes, 1981, p. 48).

Só pode ser o tempo, que não era a favor: tantas lagoas bonitas, pedaços de céu debruados de verdura largados nas chapadas, e em nenhuma lembro de ter visto pássaros. Não pode ser porque esqueci.

Os plainos de campinas doendo na vista, os murunduns de cupins, as calotas aparadinhas por baixo das árvores do bate-caixa, os veados do campo correndo aos pinchos perdendo-se de vista e mais figuras de menos importância trago em recordação. E não tenho lembrança das aves das lagoas, o socó, o jaburu, as garças. Já do passo-preto-pintado, arengando na maravilha da beira dos brejos e dos ninhos enormes engrazados de garranchos e espinho de cobra, com o casal de maria-tola grazinando ali por perto, vigiando o que é delas – lembro até demais. Decerto não era quadra, os pássaros de lagoa rumavam para outros climas, povoavam outras paragens.

Em muitos dias de viagem não se avistou morros nem serras, e os veios de água, alguns até encorpadozinhos, eram por cima da terra, à-toa, sem barranco, que corriam. Via-se longe uma tira de mato, demorava até a metade de um dia a gente chegar lá, chegando perto via-se que as árvores eram todas mastreadas – veredas de pindaíba – e que debaixo corria um riacho de águas límpidas, das tais sem barranco, e com o encanto de apresentar cardumes de peixinhos cor de ouro (Bernardes, 1981, p. 51-52, grifos nossos).

De como se fosse hoje eu lembro e sinto funda saudade é dos quadros da Natureza. Os campos, os cerrados, as águas claras e aquele tanto de lindas veredas e campinas coalhadas de lagoas[...] (Bernardes, 1981, p. 53-54, grifos nossos).

Carmo utiliza esse olhar do menino como recurso narrativo para destacar uma imagem do Cerrado em sua originalidade, apresentando-o como um ecossistema de natureza ainda preservada. Essa abordagem inicial também enfatiza a relação intrínseca entre o Cerrado e o clima, aspecto essencial para compreender sua dinâmica ecológica, na qual a leitura de fenômenos climáticos, como a observação das nuvens, se torna uma ferramenta crucial. Convém ainda destacar que esses são ecossistemas bastante ameaçados pela ação antrópica mais recente, daí a importância de sua evidência nos escritos.

Também comparecem nessas primeiras descrições elementos como as lagoas e as veredas, fisionomias típicas dessa região de Cerrado campestre mineiro, caracterizadas por sua vegetação úmida e que servem como caminhos naturais, daí a origem de seu nome. Ab'Sáber (2021, p. 31) deslinda as formações que comparecem ao Cerrado a partir das relações que estabelecem clima, formas de relevo e drenagem hídrica:

A drenagem superficial da área do cerrado é composta por duas nervuras hidrográficas apenas totalmente integradas durante a estação chuvosa. Há uma drenagem perene, no fundo dos vales, que responde pela alimentação das florestas-de-galerias nos intervalos secos. E existe uma trama fina e mal definida de caminhos d'água intermitentes nos interflúvios largos, a qual associada com a pobreza relativa dos solos, responde pela ecologia do

cerrado. Na estação seca, o lençol d'água permanece abaixo dos talvegues desses pequenos vales de enxurrada, somente tangenciando as cabeceiras em anfiteatro raso e pantanoso, onde medram os buritizais em *dales*.

Em *Força da Nova*, em certo ponto a comitiva chega a um ecótono, no vale do rio São Marcos que divisa os estados de Goiás e Minas Gerais, uma zona de transição entre duas comunidades vegetais, conforme acima descritas em Ab'Sáber (2021), onde campos, matas de galeria e veredas se encontram. As matas de galeria acompanham afluentes e igarapés, enquanto as veredas, responsáveis pelas nascentes, são cercadas por campos úmidos. Nesse ambiente, o capim emerge, mas a turfa, solo orgânico saturado de água, não sustenta o crescimento de matas mais densas, limitando a vegetação a formas mais adaptadas. Essa transição aparece marcada na narrativa de *Força da Nova*:

Chegou o fim das campinas, das extensões de campos abertos.[...]
Acabou-se o caminho; só se via trilheirinhos apagados enfiando-se pelo cerradão de dois pelos e árvores toradas[...]
Fomos para as Bocâinas[...]
As Bocâinas era uma serra muito alta, cheia de corcovas, partida ao meio, apresentando aí uma angustura por onde o caminho varava; e da outra banda, andando a regulação de meia légua, dava um rio, que hoje eu acho que era o São Marcos.
[...]A tropa encordoou atrás, socou por um cerrado de muita sucupira-roxa, jatobazinho e araticum, com abertura entre os paus só mesmo à conta de passa um cargueiro.
[...]O lugar era ermo, fechado de mato, rio de água dessas limpas de enxergar tudo no fundo, onde vi pela primeira vez um peixe grande nadando no meio de um cardume de outros menores, e meu corpo arrepiou de assombro à hora que do outro lado, aí perto da beira, as guaribas urraram. (Bernardes, 1981, p. 53-54, grifos nossos).

Nesse ponto a narrativa finaliza sua primeira viagem, e Carmo nos apresentará sua perspectiva ecossistêmica a partir do conceito central de “sais da terra”. Um bom exemplo surge na análise teórica que Carmo elabora ao explorar a ecologia presente na clássica *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias. Viajante e intelectual brasileiro do século XIX, Dias combinava suas atividades poéticas, científicas e serviços ao Estado, sendo considerado um pensador do espaço brasileiro (Maia, 2007). Na poesia mencionada, a saudade da terra se manifesta ao contemplar os pássaros. Carmo retoma essa referência sob uma perspectiva científica, atribuindo ao “sal da terra” um significado ecológico e relata um caso pessoal que ilustra essa conexão:

Ouvi dizer e agora sei e posso dar como verdadeiro que cada terra tem seu uso e de uma para outra região os pássaros cantam de um jeito: mais triste,

mais alegre, mais choroso, mais esquisito. “Os pássaros que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá”.

[...] De uma vez que fui ao Pará estranhei o arrulha selvagem da rolinha fogo-pagou de lá, uma avezinha que sempre pensei ser a mesma, terna e mansa em toda parte. As de cá gemem três notas em dois compassos: *fô... go, pa-gou*; as do sul do Pará turturinam quatro notas graves, de pausas e final Stacato: *húu... hu-húu-húu*, grave, insolente. (Bernardes, 1981, p. 55).

A diferença que há nos ares, no canto dos pássaros, na cor dos pelos dos bichos, no cheiro de no odor balsâmico dos ares e de tudo o mais é diferente de um lugar para outro, marca também o caráter do povo mesmo falando a mesma língua e sendo da mesma nação.

[...]

Meu avô José Martins de Novais, o Pernagrossa, que lia livros e era cheio de sabenças, explicava que isto assim era por causa dos saís da terra, com que a nossa natureza tem que se acostumar. Os micróbios benignos do corpo em cada lugar e em cada clima têm que ser outros.

De acordo com o que a terra seja em qualidade, do tanto das chuvas que caem por ano, da duração dos meses de seca, do lado que a luz do sol bate mais demorada na parte da manhã e da tarde, cota de altitude, coisa e tal, depende tudo, até o que respeita o canto dos pássaros, a ferocidade ou a mansuetude dos bichos, o gênio e o caráter das pessoas. É que todos os usos e costumes vêm daí igualmente. (Bernardes, 1981, p. 55)

Modernamente, a disciplina da ecologia se consolidou em torno do conceito de ecossistema, entendido como uma unidade funcional que integra componentes abióticos e bióticos, mediando ciclos de nutrientes e fluxos de energia. Esses processos dependem de interações estruturadas entre fatores como solo, água e nutrientes, além das relações entre seres produtores, consumidores e decompositores, organizadas em cadeias alimentares que, ao se interconectar, formam teias. Os ecossistemas evoluem em direção à maturidade por meio da sucessão, passando de estados menos complexos para mais complexos, embora a exploração humana possa influenciar tais processos. A população, unidade funcional central, ocupa nichos específicos relacionados ao fluxo energético e à ciclagem de nutrientes, ajustando-se a limites ambientais e pressões seletivas. Assim, o ecossistema emerge como um conceito unificador, articulando ecologia vegetal e animal, dinâmica populacional e processos evolutivos. (Lago; Pádua, 2011; Cassini, 2005).

Em *Força da Nova*, os saís minerais aparecem como base para a reflexão ecossistêmica de Carmo:

Por causa da composição dos saís da terra há as regiões em que as frutas são mais cheirosas, néctar de gostosura, dão água na boca e pregam de sabor.

Na cidade de Goiás, em Pirenópolis e em Formosa o caju não tem travo, as mangas podem ser amolegadas, chupadas por uma mordidinha na ponta, a casca da jabuticaba, é fina e uma laranja espremida dá vinte bocadas cheias de caldo capitoso; se facilitar no espremer afoga, cai socos no goto, jorra pelo nariz.

E a gente criada no caju sem travo, na manga de polpa cremosa, naquelas jabuticabas de casca fina e no caldo farto daquelas laranjas, só pode mesmo ter o seu caráter e o seu modo próprio de convivência social. (Bernardes, 1981, p. 56)

Meu avô Pernagrossa explicava que o clima, a água de beber, o tanto de horas de claridade que têm os dias em cada lugar, assim como a corrente dos ventos, o sombrio das matas e das montanhas, o descampado das campinas altas, exigem das criaturas modo de vida especial e alimentação condizente.

E eu acredito.

Os campos de Formosa são os que ele chamava de descampados das campinas, lugares sadios, bons de viver, só não às pessoas agitadas, demasiadamente sanguíneas. (Bernardes, 1981, p. 112)

Os sais minerais (“sais da terra”) são elementos fundamentais para o desenvolvimento das plantas, influenciando seu crescimento e sendo a principal fonte de seu sabor. O nitrogênio é essencial para o crescimento, o fósforo para as raízes e floração, e o potássio para a frutificação, sendo que níveis mais altos deste último resultam em frutos mais doces e de melhor qualidade.

Essa relação ecossistêmica entre sais, solo e vegetação, que aqui aparece em forma de reflexão e elogio à identidade goiana, foi também utilizada por Carmo em outros momentos para embasar críticas contra o uso de agrotóxicos e explorar as possibilidades de contaminação no solo goiano por mercúrio (Figura 10). Esses temas o aproximam das ponderações feitas por Rachel Carson em *Primavera Silenciosa* (1962), que denuncia os impactos ambientais dessas substâncias principalmente em suas interações danosas a partir do solo com o meio ambiente.

A segunda paisagem do Cerrado na qual a narrativa de *Força da Nova* se propõe aprofundar, após a apresentação do conceito dos “sais da terra”, é a região do Vão do Paranã.

[...] Tiravam as boiadas do *Vão do Paranã*, e só podia ser *fins de setembro* em diante, tempo de brota, por causa da erva, que cá nas chapadas matava gado demais na seca; por falta de pasto no campo duro as criações entravam nos capões de mato procurando o que comer e ervavam. O que escapava da erva morria atolado nos brejos.

No Vão do Paranã já não tinha esses inconvenientes. O terreno ali é desconsertado, a *mataria fresca de caeté, erva-danta e papuã*, dava refrigério ao gado na rigidez da seca, e isento da erva cafezinho matadeira. *Aguadas de pedreira, barranco fundo*, muito raro encontrar uma passagem atolenta.

A bem dizer, em todo o Vão não havia maior empecilho que dificultasse abrir retiro de criação de gado, a não ser a onça.

[...]

A pastaria, ali do Vão, tanto dentro do mato como nos descampados, resistia peso muito grande de gado, por causa de que nesses terrenos assim de morraria alta, *o sol não castiga o dia todo*.

[...]

Era a razão dos criatórios situados no Vão do Paranã, as boiadas trazidas cá para a chapada só no tempo da brota, para aprender a comer sal e depois serem tiradas pra fora, na direção de Minas, compradas pelos internistas.

O criador cá da chapada possuía retiro das Quebradas pra lá, dentro do Vão; todo princípio de seca, ali pelos derradeiros de abril, descia com o gado de criar, botava lá, no retiro; a hora que cá em cima fizessem as queimadas, vindo o verde das brotas, do meado para os fins de agosto, buscava de novo, trazia para a sede, passava as águas cá.

Tiravam as boiadas era antes da chuva pegar firme, por causa da estação que então assolava. Assim que davam as primeiras enchentes proliferavam as chusmas de mosquitos e os que não eram aclimatados naqueles meios podiam preparar para tremer. (Bernardes, 1981, p. 85-87)

O Vão do Paranã consistia em uma unidade ecossistêmica propícia à atividade pecuária, conforme Barreira (2002). Historicamente, essa é uma região importante de povoamento e ocupação do território goiano, a partir da expansão da atividade pecuária que naturalmente alcançou essa região a partir dos currais são franciscanos e criações ao sul do Piauí.

A presença do gado na região era favorecida pelas peculiaridades da morfologia do terreno de planície, as áreas fluviais são faixas alongadas, e seu sistema de veredas com drenagem perene evitava que o gado atolasse. Carmo também relata a existência de atividade agrícola nas regiões mais próximas aos vales na região:

Especial de bom aquele lugar para esconder: soturno, fora de qualquer trânsito, trilheirinhos que davam pra lá esfarelados no campo, frequentados somente por quem sabia daqueles rumos; *as Quebradas*, descambando para o Vão do Paranã, umas brenhas socadas nuns pés de serra, as terras de

cultura aonde os moradores da chapada iam botar suas roças (Bernardes, 1981, p.95, grifo nosso).

Nos baixadões e nas grotas do Vão, ninguém conhece vereda de pindaibal; as de lá são de buritizal, uma laminha preta por cima, no fundo areia trançada com a raizama dos pés de buriti, de forma que se pode entrar sem medo que não se atola. Já nas de cá, do planalto, não só se atola até sumir como se prega. (BERNARDES, 1986, p. 119)

São comuns no Cerrado paisagens em que as florestas de galeria se estendem de forma contínua ao longo das planícies aluviais, deixando margens laterais ocupadas por corredores herbáceos, configuração conhecida popularmente como veredas. Esse padrão é especialmente comum em áreas de Cerrado onde predominam sedimentos arenosos nas bordas de planícies de inundação. As veredas, portanto, funcionam ecologicamente como corredores de vegetação herbácea rasa, localizados nas laterais dessas planícies, desempenhando um papel crucial como vias naturais para o deslocamento da fauna (Ab'Sáber, 2021).

Como se viu no trecho anterior, *Força da Nova* apresenta uma diferenciação específica entre as veredas de buritizal do Vão do Paranã, de drenagem perene e rasas, e as veredas do alto da chapada no Planalto do Distrito Federal que denomina veredas de pindaíbas:

Aquelas veredas de mato alto dos campos de Formosa e Mestre d'Alma onde hoje é Brasília, quase todas são embrejadas. De longe a gente conhece quando a vereda é de tremedal, pela qualidade das madeiras que formam aqueles matos. Se o mato é *de pindaibal*, *landi*, *fruta-de-urubu*, é garantido que ali é um pantanal.

Não é um brejo que atola, conforme dá de se pensar; a novidade que o pessoal moderno ainda não tirou tempo para observar, é que a vegetação não é cerrada de fora a fora no mato, como a gente julga que seja espiando cá de fora. O terreno é tudo retalhado por poços comunicantes, nesgas de águas negras, de profundidade sem fim, com as árvores compridas e linheiras ocupando as ilhas.

Vê-se às vezes uma árvore sozinha nascida num cocuruto de uma braça em quadro, de terra preta e pouca abraçada pelo entrançado das raízes, assim uma espécie de cesto tecido pela natureza. Com frequência apresenta também um poço ou outro bem maior do que o comum, assim como que pequenas lagoas, formando aberturas no mato. (Bernardes, 1981, p. 103)

As pindaíbas são árvores do gênero *Xylopia* popularmente também conhecidas por pimenta-de-macaco, embira, embireira e a ocorrência de algumas espécies são relatadas em áreas que apresentam drenagem deficiente, com o leito do córrego frequentemente pouco definido e suscetível a alterações, como as veredas. Em estágios mais avançados de desenvolvimento da mata, é possível identificar nas

veredas espécies arbóreas como *Richeria grandis*, *Symplocos nitens* e *Virola sebifera*, além de outras que caracterizam a Mata de Galeria inundável. (Ribeiro e Walter, 1998).

Embora esses registros da atividade agrícola e vivências em Formosa e no Vão do Paranã se façam presentes em *Força da Nova*, a análise aqui se centrará na atividade pecuária, por sua centralidade na ocupação da região. Parto de uma compreensão dos bovinos como animais que permitiram a colonização humana e o avanço da civilização em ambientes considerados hostis, como alguns ecossistemas do Cerrado. Para autores como Bertran (1979, 2011) e Barbosa *et al.* (2014), a pecuária precedeu a mineração na ocupação colonizadora em Goiás. Segundo Chaul (1997, p. 85), “a pecuária proporcionou o desenvolvimento do mercado interno e serviu de base para a ascensão plena da agricultura” em Goiás. A relação com o gado constitui, portanto, uma chave interpretativa fecunda para a análise geral através das associações e assimilações sobre o animal e o ambiente:

A certo instante o bicho une a venta ao rés do chão, as flores do capim esvoaçam tocadas nos assopros dos turros, eis que ele vai berrar. Berro de boi sertanejo pilho da terra, que é cantado, buzinado, sonido limpo que fura os ermos.

Como é que remeda o berro dum garrote d’antigamente? Enverga o dorso inteiriço, ajoelha, chifra um cupim ou desbronca um barranco, baba avoa no sacudir da cabeçorra, e aí começa: encarreira muitos gemidos compassados num som cavo, como quem que chora, que clama, que apela, que carpe, no final da queixa bronca desfere um buzinado longo, apalhetado, um dó de peito demorado e vigoroso, que rola nas quebradas e retumba nas encostas. (Bernardes, 1981, p. 59-60).

Diferença não há, a bem dizer nenhuma, de uma rês para outra no gado de hoje: os rebanhos dos baios e os rebanhos dos amarelos: o lance, a conformação de tronco e membros, a armação quando não são mochos, as feições mesmas deles com o gênio estampado na expressão mansa dos olhos – em tudo a mesmíssima coisa. *No gado que hoje existe não há graça nenhuma ver mais de um*, a não ser no que chama a atenção o aspecto da quantidade, da multidão, da ordem de grandeza, da diferença que há entre o boi sozinho e a boiada.

Tem alguma graça ver tijolos?

Bem assim é ver o boi de hoje: é tedioso, não desperta nada; só as boiadas, no que elas têm de panorâmico, como panorâmico é também o quando dos milheiros de tijolos riçados no terreiro secando ou nas pilhas quando os peões oleiros capricham no empilhá-los.

[...]

E mesmo os bois raramente brigam: distanciaram-se dos homens. (Bernardes, 1981, p. 60, grifo nosso) .

[...]assenti que os bichos têm lá um quê qualquer como código para se entender uns com os outros. E na algaravia grega deles, de que a gente não tem o alcance de fazer discernição, se acalentam sabe-se lá com que etoada de berro, urro ou gemido, declaram rivalidades.

Ali era visto: os floreados dados antes de edesferir o berro longo, cantante, de acordar perdiz nas moitas, que o Mamona veio dando desde que apontou com sua manada na entrada do vaquejador, em cima, significavam ponto de brica, *sai pra fora sôcê for boi!* (Bernardes, 1981, p 61).

A apreciação estética das boiadas e de seu comportamento, já nos capítulos iniciais de *Força da Nova*, pode indicar alguns caminhos. Para Carmo, as manadas atuais talvez impressionem alguns pela quantidade, mas observar a multidão é como observar “milheiros de tijolos”. O desprezo por certa racionalização e quantificação da natureza também foi uma das novas sensibilidades notadas pelo estudo de Keith Thomas (1988) com relação ao mundo natural no início da idade moderna na Europa.

Pádua (2023) considera também a importância do estudo que a dimensão ambiental da pecuária toma no regionalismo literário brasileiro. O historiador sugere que esta atividade econômica pode também refletir certos tipos de agenciamento da natureza, haja vista a gama de diferentes configurações sociais e culturais que essa atividade imprime:

Não se trata de uma atribuição rígida, obviamente, mas o regionalismo literário possui uma forte dimensão ambiental. É interessante observar como uma base econômica semelhante – a *pecuária* – em contextos ecológicos distintos, em diferentes biomas, configurou dinâmicas sociais e culturais igualmente distintas, captadas nas obras dos autores que acabei de mencionar. Formas sociais e culturais que se construíram na interação com ritmos e condições naturais de cada região. (Pádua, 2023, p. 548).

Não é em vão que, dentre os capítulos de *Força da Nova*, os “Bois e as Boiadas” constituem o primeiro a ser totalmente dedicado à ecologia animal. O narrador se põe fascinado pelas brigas de bois, seus berros, a diversidade das reses:

Até hoje não assisti nada para fascinar tanto quanto uma briga de marruás.
[...]
Berro de boi sertanejo piolho da terra, que é cantado, buzinado, sonido limpo que fura os ermos.
[...]
Diferença não há, a bem dizer nenhuma, de uma rês para outra no gado de hoje...No gado que hoje existe não há graça nenhuma ver mais de um, a não ser no que chama a atenção o aspecto da quantidade, da multidão, da ordem de grandeza, da diferença que há entre o boi sozinho e a boiada. (Bernardes, 1981, p.59-60) .

É interessante notar como o comportamento do gado é utilizado para traçar comparações com outros animais que compõem “nações selvagens”, como emas e porcos queixadas:

Práticas que vêm passando de pai para filho dão ciência de que do mesmo modo que são os rebanhos de gado criados na largueza dos gerais, também os bandos de ema têm a devoção de só frequentar logradouros certos, um bando não invadir território do outro. Cada colônia – uma linha toda de família – domina uma extensão delimitada de cerradões e campinas, abrangendo umas poucas léguas – vamos supor – de uma vertente, de um chapadão, território que outro bando não invade, que tem suas divisas respeitadas. Garantiam os mais velhos (hoje ninguém se importa de saber dessas coisas) *que era assim não só com o gado e com as emas, mas todos os viventes que adotam o sistema de colônias, que leva a vida em bandos, social: uma nação não invade o território da outra, nenhum indivíduo pula as divisas da terra alheia, e se arriscar é combatido, escaramuçado, botado pra fora. Acredito; fio na prática dos mais velhos; eles tinham o capricho de observar tudo na natureza, sabiam do certo e do errado.* Com respeito ao gado criado solto no campo, nos gerais abertos sem tapume, vi e observei e posso dar garantia que é assim: *os rebanhos se dividem em manadas autônomas, constituem-se em estados soberanos, delimitam seu território, adotam seus próprios sistemas de vida; o chefe que briga e defende a maloca é o marruás; e quem guia e manda na sociedade é uma vaca velha, em que o vaqueiro, sabendo disso, bota sincero, para ficar mais fácil de campear.* (Bernardes, 1981, p. 153, grifos nossos).

O gado também referenda a noção e importância que têm os “sais da terra”, tanto para a ecologia animal quanto para a saúde humana. A ação desses sais, contida nos ensinamentos do avô, é corroborada pela observação das criações de gado no Vão do Paranã:

O gado do Paranã só gado arisco, criado na largueza; maior parte não tinha custeio nenhum de curral, *salitrava nos barreiros.*

[...]

Cá na chapada o que primeiro tinha que fazer com as boiadas, sabia-se o que: *ensinar a lamber sal.* (Bernardes, 1981, p. 85-88, grifo nosso)

Enquanto vivendo o sossego de suas querências, sem nunca fazer maior exercício[...]as manadas nunca se exauriam da água do corpo, tinham por isto possibilidade de prosperar sem o suprimento do sal. Ademais, havia a recorrência aos barreiros: *barrancos de terra saloba*, nas nascentes dos corguinhos, nos pés de serra, aonde o gado ia roendo, furando por baixo, aquilo úmido, aguinha que escorria dos marejos ia cristalizando e todo bicho lambendo: abelha, veado, anta, as manadas de gado. (Bernardes, 1981, p. 87, grifo nosso).

Um aspecto inovador da visão da vida selvagem presente em Carmo é justamente a relação do animal com o ambiente, numa perspectiva ecossistêmica. A necessidade de um território para desenvolver suas funções ecológicas é, assim, o caso das queixadas e das emas. E os sais da terra assumem, nesse contexto, um papel central, atuando como elementos-chave que conectam a dinâmica biológica ao equilíbrio ambiental, reforçando a interdependência entre os organismos e seu habitat:

“– O sor há de ver, seo-Luiz, o tanto de vivente que frequenta um barreiro, quando ele é bem salobo. Começa com marimbondos e abelha e, daí, vem o

resto da bicharada. É veado, é porco-queixada, caititu, toda versidade de passarinho, até morcego, de noite ajunta às chusmas, de dar medo. A pois vem lobo, vem gato, vem onça, o ser tire uma base!” (Bernardes, 1986, p. 120).

A compreensão ambiental do Cerrado passa pela noção de que a diversidade de sua fauna e flora são interdependentes. Seus subsistemas se diversificam dentro de um gradiente aberto a florestas que variam sob a influência de fatores litológicos, edáficos e climáticos de ordem regional e local. A diversidade da fauna varia de acordo com os hábitos alimentares e as características do habitat, de modo que a diversidade animal está relacionada com a diversidade de ambientes. (Almeida, 2005)

Muito se discute sobre o Cerrado ser um bioma, um domínio morfoclimático, um complexo biogeográfico, um entreposto entre ecossistemas (Dutra; Barbosa 2020; Ab’Saber, 2021; Coutinho, 2006). Esses diferentes entendimentos auxiliam numa compreensão mais pormenorizada, com vistas a apreender a complexidade da análise ambiental pelo campo social.

Dutra e Barbosa (2020) especificam que o conceito de bioma é limitante, pois verifica apenas o aspecto do clímax florístico, devendo ser substituído por conceitos mais seguros, como o de sistema biogeográfico. Já Pádua (2023) fala da importância da representação dos biomas na cultura brasileira como operador político, por ser uma noção bastante presente e assimilada pela sociedade. Dutra e Barbosa (2020, p. 8) falam sobre a complexidade de se pensar tal conceituação, sobretudo sob a perspectiva de uma história ambiental:

[...] A história dos usos dos conceitos, das delimitações territoriais, do mapeamento, dos caminhos e assimilação de fitofisionomias e paisagens são exemplos dessa complexa relação. Lidar com os conceitos em escala histórica é um complexo exercício para o historiador ambiental, sobretudo quando consideramos a sua designação dos biomas como um fenômeno histórico recente.

O conceito de bioma tem origem nos trabalhos do ecólogo Frederic Clements (1874-1945) e é fortemente marcado por uma noção de equilíbrio dentro dos ecossistemas. Essa noção, por sua vez, tem forte relação com o pensamento das ciências sociais à época, a partir de noções de comunidade e equilíbrio, e por isso foi tão bem apropriada pelos movimentos ambientalistas, apesar de certa resistência inicial. Um ponto controverso é a ideia de equilíbrio, em relação à qual Woster (2003, p. 28) recomenda cuidado, fazendo o seguinte apontamento:

Mas, os historiadores desejosos de empreender uma análise ecológica deveriam estar conscientes de que, ultimamente, o modelo convencional de ecossistema esquematizado acima tem estado sob considerável crítica por parte de alguns cientistas e não há nenhum consenso sobre como funciona ou qual é sua resiliência. Os ecossistemas são tão estáveis quanto os cientistas têm admitido – os críticos perguntam – ou são todos eles suscetíveis à fácil perturbação? É correta a descrição dos ecossistemas como firmemente equilibrados e em ordem até a entrada dos humanos em cena, como alguns dos antigos manuais sugeriam, ou a perturbação humana é apenas uma das muitas fontes de instabilidade na natureza? Até mais disputadas são essas questões: Como e quando as pessoas começam a produzir mudanças nos ecossistemas que possam ser designadas como danosas, e quando este dano torna-se irreversível?

A degradação ambiental nem sempre se manifesta de forma abrupta ou catastrófica, como na extinção de espécies ou na destruição de habitats, mas frequentemente ocorre por meio de mudanças graduais, cujos efeitos são complexos e de difícil mensuração. Essa ambiguidade impacta diretamente as interpretações da história ambiental, área que se apoia na teoria ecológica para interpretar processos naturais, mas enfrenta incertezas devido a revisões conceituais. Noções como o “equilíbrio da natureza” e a relação entre diversidade e estabilidade ecológica, antes tidas como intuitivas, são agora questionadas, gerando desafios teóricos e metodológicos semelhantes aos enfrentados por historiadores em outros campos e enfoques (Woster, 2003).

O fundamental, contudo, é pensar o papel que exerce a agência histórica da natureza. Pádua (2023) oferece um exemplo elucidativo desse tipo de agenciamento ao analisar os seringais amazônicos, onde a interação entre os ciclos naturais da borracha e as ações humanas moldou não apenas a economia regional, mas também as dinâmicas sociais e ecológicas da floresta. Esse caso ilustra como a natureza, longe de ser um mero pano de fundo, atua como um agente ativo na construção de processos históricos.

Um ponto importante a ser explicado é o fenômeno do chamado “boom da borracha” na virada do século XIX para o XX, quando cerca de 500.000 pessoas trabalhavam na extração do látex na Floresta Amazônica, não ter produzido muito desflorestamento. Um aspecto importante é o da própria constituição física da seringueira. Ela não requer o corte da árvore para extrair o látex. Ao contrário, ele deve ser recolhido diariamente, em escala relativamente pequena, por meio de incisões na casca da árvore. *Os seringalistas não tinham uma mentalidade conservacionista. Se fosse necessário, teriam ordenado o corte de quantas seringueiras existissem. Mas era preciso manter a árvore viva para extrair seu látex. Mais ainda, não se podia destruir a floresta, pois a saúde das seringueiras vivas requeria sua interação ecológica com as outras árvores e elementos da mata.* Assim, os seringais adotaram normas de conservação florestal. Em outras palavras, aspectos importantes daquele processo histórico não foram motivados pelo

arbítrio humano, mas pela fisicalidade dos elementos naturais. (Pádua, 2023, p. 551, grifos nossos)

Sob a perspectiva da História Ambiental, Pádua (2023) sugere pensar essas questões através das possibilidades analíticas que a compreensão da agência histórica do mundo não humano oferece. Para o autor, no Brasil o conceito de bioma é um ponto de partida importante para esse tipo de abordagem, haja vista:

O poder de síntese do conceito, que permite uma rápida visualização da diversidade ecológica do território, contribui para entender sua utilização para além da academia, penetrando na política, na educação, na indústria cultural, nos movimentos ambientalistas etc. (Pádua, 2023, p. 544).

Para Pádua (2023), quando tomada de maneira flexível, levando em consideração as especificidades e evolução do mundo natural (suas áreas de transição e formações intermediárias), a ideia de bioma é muito útil para se pensar o território brasileiro, principalmente se considerada de maneira interdisciplinar, e não apenas a partir de critérios ecológicos:

Cabe considerar, igualmente, que a imagem dos biomas, especialmente no campo da análise histórica, não se constrói apenas com critérios ecológicos. Neste sentido, é possível estabelecer um diálogo entre o conceito de biomas e a ideia de “regiões culturais” que foi desenvolvida por alguns antropólogos brasileiros no século XX (Diegues Júnior, 1960; Galvão, 1973). O diálogo entre História, Geografia, Ecologia e Antropologia pode ser fascinante e revelador. A vida econômica, social e cultural dos seres humanos, que define seus vínculos e identidades, se desenvolve em espaços ambientais concretos e específicos, dotados de determinadas características ecológicas. Não se trata de determinismo ecológico, mas sim da interação necessária entre a realidade biofísica e a condição humana. A própria memória dos indivíduos e grupos sociais está relacionada com o ambiente vivido. No contexto da diversidade de ecossistemas do território – com suas variações de clima, biodiversidade, tipos de solo etc. – se desenvolvem formas de arquitetura, vestuário, culinária e criação cultural. A própria literatura, em vários autores, possui um diálogo vital com a territorialidade. (Pádua, 2023, p. 547).

Ao relacionar a memória de indivíduos e grupos sociais ao ambiente vivido, Pádua (2023) fortalece a perspectiva assumida neste trabalho, em que a descrição de paisagens é pensada a partir da interação entre a realidade biofísica (o Cerrado e o gado de que tratam Carmo Bernardes, nos trechos sob análise neste ponto da pesquisa) e a condição humana (as formas como indivíduos e grupos sociais ocuparam esse território). É nesse sentido que o *topos* do viajante nos permite considerar a paisagem bernardeana a partir das possibilidades e impossibilidades de

passagem, dos caminhos e desvios que são entendidos pelo viajante como naturais, isto é, postos pela natureza.

As estradas primitivas, começadas com o trilheiro do gado transitando de um logradouro a outro nos gerais, cortavam por fora rodeando cabeceiras, e assim os viandantes se obrigavam a dar voltas muito grandes indo de um ponto a outro embargados pelas veredas que lhes vedavam a passagem. (Bernardes, 1981, p. 103).

Como vimos nesse último trecho citado de *Força da Nova*, o condicionamento da viagem pelas veredas e a caracterização das estradas primitivas como “começadas com o trilheiro do gado” são descritivos acurados de elementos importantes da ocupação da região.

Reforçando a leitura aqui proposta, de que a autobiografia *Força da Nova* é representativa de como Carmo mobiliza a forma narrativa típica do viajante, volto-me agora, de modo mais breve, a um segundo recorte dessa obra. O relato dessa vez é sobre a saída de Formosa (GO) em direção a Anápolis (GO), descrevendo a região pelo oeste, atravessando o Planalto do Alto Tocantins-Paranaíba, na região do rio Corumbá:

A paisagem ficou ondulada, as grotas são irmãs saídas da mesma forma, para o exaspero dos viajantes que nas suas jornadas por aquelas paragens ficam confundidos com a impressão de que passa sempre pelos mesmos lugares.

Os lançantes tem o mesmo declive; os contornos dos morros, em nada diferem uns dos outros; as árvores ralas que pontilham as campinas da mesma altura, com os mesmos diâmetros de calotas; todo regato é de águas cristalinas; as águas maiores, sempre verdes; uma paisagem única ao longo das distâncias, em qualquer sentido em que se lance as vistas.

[...]

Descemos um lançante, saltamos uma grota ou varejamos o passo de um riacho, a vista abrevia, a paisagem demuda, o espaço encurta. É um alívio que dura pouco. Não demora e a nossa comitiva mambembe adentra-se noutra planura, desdobram novamente a paisagem de horizontes sem fim, tanto remotos quanto azuis e temos que olhar.

[...]

Doem as frentes, a pressão do grão do olho aumenta, a pupila reduz para regular a luminescência que nos penetra até a alma; à noite estamos tiritando, a pressão atmosférica baixou, os ventos varrem as extensões abertas sem anteparo, e mesmo com o luar a noite é baça, nossa pupila só a custo vai abrindo. (Bernardes, 1981, p. 138-139).

Essa é a mesma paisagem que exasperou o naturalista Saint-Hilaire que ao atravessar essa região de relevo plano ondulado saindo de Santa Luzia em direção a Corumbá, registrou que em “nove léguas em dois dias nesse vasto planalto, não sei

dizer se foi no sentido de seu comprimento ou de sua largura” (Saint-Hilaire, 1975 apud Funes, 2013, p. 127).

Mas em Carmo, uma sucessão de imagens que constrói essa mesma paisagem como um labirinto de repetições: grotas irmãs, lançantes com o mesmo declive, calotas de árvores de mesmo diâmetro, enfim, “uma paisagem única ao longo das distâncias, em qualquer sentido em que se lance as vistas”, no meio do horizonte infindável, localiza o viajante, representado metonimicamente, e de modo muito perspicaz, pelo sentido da visão – mais especificamente, pela pupila que reage às variações extremas de um elemento fundamental à vida: a luz solar.

Mas, como é característico de Carmo, o narrador viajante não está diante apenas de uma paisagem puramente biofísica, pois esta é sempre compreendida a partir da relação com o homem, que imprime marcas na natureza por onde passa:

Vimos pela estrada por onde vinham os baianos, pousando nos pousos deles, reacendendo o fogo nas cinzas ainda quentes dos que pousaram por último. (Bernardes, 1981, p. 139).

Aproximo-me agora do fim dessa viagem. Os capítulos finais de *Força da Nova* relatam a chegada ao Mato Grosso Goiano. Já os acontecimentos de *Quarto Crescente* se iniciam com a vida do protagonista estabelecida nessa região com a família: inicialmente na zona rural, posteriormente no Patrimônio do Capoeirão e, por fim, no município de Anápolis (GO). Uma nova região assim descrita:

Conhecia por Mato Grosso, nesse tempo, toda essa parte aí onde era Inhumas, tomando Anicuns, descambando pro Corgo do Ouro, Aldeia Maria, e pro norte abeirando Jaraguá e indo até emendar, quase com o Vão dos Angicos. Vimos morar no miolo dessa mata, na beirada do ribeirão da Cachoeira. (Bernardes, 1981, p. 166-167).

E essa longa viagem, concluída ao final de *Força da Nova*, é retomada como mote inicial de *Quarto Crescente*:

Mudávamos de Formosa para o município de Anápolis quando suspendi o relato do meu passado chinfrim. Novembro de 1926, as chuvas ainda não haviam começado de todo, e é como se eu sentisse agora o cheiro balsâmico do cipoal da mata enflorescido. [...] Nas poucas clareiras que a devastação já tinha aberto no famoso Mato Grosso de Goiás, naquele novembro de chuva mal pegada, a brota macia ou tenra do jaraguá bem formado ia à altura de palmo. (Bernardes, 1986, p. 41).

A oposição entre as duas regiões se dá inicialmente no plano descritivo da paisagem, com grande destaque para os quadros da natureza em seus aspectos

fitofisionômicos, climáticos e de relevo. Ainda em *Força da Nova*, o marcador narrativo central que opera a passagem de uma paisagem à outra sinaliza características climáticas, pedológicas e as floras típicas:

No que atravessamos o ribeirão João Leite, ouvi dizer que com pouco íamos largar pra trás os campos e cerrados, entrar na mata virgem. Houve uma pendenga porque as mulheres encasquetaram em querer se prevenir dos remédios de raízes e folhas, cientes de que lá dentro da mata de cultura boa, de terra roxa, não tem essas coisas. (Bernardes, 1981, p. 167).

[...] e aí entramos na mata fresca. A estrada foi ficando ruim demais de andar. [...]. E minha mãe maravilhada com a luxúria da vegetação cada vez mais diversificada à medida que íamos internando na floresta imensa, sem clareira. As madeiras, o cipoal indo às grimpas e voltando, aquele docel permanentemente umbroso que, debaixo, não deixava a lama enxugar em tempo nenhum. O fascínio do verde, aquela força imensa de fertilidade do solo denunciada logo e logo pela fartura de guaríroba e coqueiro bacuri que apareciam demais nas baixadas, fazia dona Sinhana largar interjeições compridas de encantamento. (Bernardes, 1981, p. 168).

É interessante notar aqui como contingências humanas e registros descritivos da natureza se imiscuem. Os campos e cerrados são caracterizados também pela sua rica provisão medicinal que adiante, no mesmo capítulo, virá a ser discriminada fartamente: cravinho, velame, casca de angélica, douradinha, sete-sangria, e todo tipo de espécies medicinais que “não existiam dentro das matas de cultura: só nos campos e nos cerradões de terra vermelha” (Bernardes, 1981, p. 168).

A natureza também está retratada nos constrangimentos que proporciona. Ao adentrar as matas do Mato Grosso Goiano, o narrador percebe que “ia mudar a natureza dos terrenos, os campos abertos ficariam para trás, íamos beber água saloba das matas de cultura, sofrer opilação, diarreia amebiana, ferida braba de Bauru e febres pútridas” (Bernardes, 1981, p. 140).

Ao mesmo tempo em que traz o risco de novas doenças, a natureza também oferece os recursos para a cura. É uma ambivalência semelhante à colocada anteriormente em relação às veredas: a natureza parece oferecer as passagens por onde se pode atravessá-la, mas trazendo junto a isso desvios e interdições. Essa comparação de dois pontos da análise de *Força da Nova* nos ajuda a perceber a centralidade do humano na descrição de paisagens do Cerrado por Carmo Bernardes: o mundo natural é representado primordialmente a partir de suas interações com os indivíduos e grupos sociais que o atravessam e ocupam.

Chegando ao final desta seção, cabe ressaltar que a compreensão da paisagem do Cerrado é uma importante contribuição para entender melhor a

ocupação humana dessa região. O estudo de suas formas de relevo, a morfologia da sua superfície, a vegetação, o clima, em diversas disciplinas, podem ter apoio nas descrições de paisagens de Carmo, possibilitando uma percepção que leva em consideração o ambiente na formação do homem: esse ambiente é o Cerrado, e o homem, os cerradeiros.

[...] entrando já bem dentro da mata virgem que, em quando existiu, chamava Mato Grosso.

A aclimação ao novo meio ia ser muito mais penosa do que foi a de Formosa, quando viemos de Minas. O que pouco estranhámos – conforme o meu povo sempre dizia, foi o sistema do lugar; sistema diferente, linguajar bem outro, que não parecia o do povo de Formosa que tem o sotaque de baiano, e diferia muito também do modo de conversar da mineirada caipira e bronca da minha origem. Mas era um sistema agradável que meu povo gostou e imitou. (BERNARDES, 1981, p. 163)

Para finalizar, trago último exemplo do potencial que as paisagens descritas por Carmo podem ser profícuas para a compreensão não só do Cerrado, como da história de Goiás. Segundo Chaul (2000, p. 115),

O segundo grande desbravamento das fronteiras goianas pode ser sentido na ascensão da agropecuária: primeiro através do boi que se autotransportava; segundo por meio dos trilhos da estrada de ferro. Ambos, cada um em seu tempo, trouxeram para Goiás novas feições territoriais, abriram caminhos, expandiram espaços, dimensionaram a economia regional.

O segundo volume das autobiografias de Carmo Bernardes, *Quarto Crescente*, irá apresentar uma compreensão do aprofundamento das formas sociais, econômicas e culturais em Goiás a partir da perspectiva de sedentarização e ocupação da região central de floresta do Mato Grosso de Goiás:

Houve uma época, por volta da década de 1930, em que o carro de bois, com suas boiadas numerosas, sempre aparelhadas na cor, na idade e nos tipos, esteve em pleno fastígio, devido a estarem longe de alcançar o interior de Goiás, a estrada de ferro e o caminhão como meio de transporte. A produção agrícola alcançava bom preço nas praças de Vianópolis e Pires do Rio, ponta da linha da viva férrea, e os carros enfileiravam nas estradas durante a quadra da safra. (Bernardes, 1986, p. 153)

Essa região, que sempre exerceu uma vocação importante de interposto comercial, terá suas formas econômicas e sociais rapidamente modificadas pela chegada da modernização que representaram a ferrovia e políticas de povoamento e

colonização agrícola do Estado Novo, constituindo o referencial importante para o sentido de modernidade em Goiás.

3.2 GOIÁS: “UM REINO ENCANTADO E REMOTO”

O retrato histórico do sertão goiano ganhou realce e tonalidades próprias nos fins do século XVIII, com a diminuição da atividade mineradora, na imagem esboçada a partir dali e que predominaria sem maiores divergências até quase os finais da década de 1970. Uma ideia, em grande medida produzida pelo medo de empobrecimento e de perda de referenciais civilizacionais europeus, que tomou a elite goiana e contribuiu para foi forjar uma história local, foi convenientemente reproduzida por representantes da administração central imperial e reforçada nas expectativas eurocêntricas dos diários de viajantes estrangeiros, estabelecendo um paradigma de representação que prevaleceu por muito tempo no imaginário goiano: a fórmula da decadência. (Bertran, 1979; 2006; Chaul, 1997; Oliveira, 2006).

“Haja decadência!”, exclama Paulo Bertran (2006) em sua conferência sobre *A Memória Consútil e a Goianidade*. Seria preciso ignorar um século e meio de experiências para batizar como decadente um período em que “nasciam centenas de fazendas e dezenas de povoados” em Goiás (Bertran, 2006, p. 66). Seria necessário, principalmente, desconsiderar que a mineração se constitui como uma atividade eminentemente predatória e que, em Goiás, seu principal legado talvez tenha sido o assoreamento das cabeceiras de riachos e córregos e a contaminação do solo com mercúrio.

Para Chaul (1997, p. 71), “a carência documental pode ter nos ocultado tal dimensão de riqueza de Goiás, mas a face goiana mais concreta não expressa grandes heranças dos tempos do ouro.” Dessa forma, era preciso minimizar as representações de riqueza dos tempos áureos e estabelecer formas mais equilibradas de se pensar a transição da sociedade da fase mineradora para uma de base econômica agropecuária.

Muitos fatores teriam contribuído para o esboço de um suposto estado de franco declínio socioeconômico com o esgotamento da produção aurífera, no longo período que se estenderia por todo século XIX e início do século XX em Goiás: o reduzido número de escravos; as poucas e intransponíveis estradas; a

desurbanização e refluxo populacional para o campo; a baixa produtividade e fluxo comercial que influenciavam diretamente a arrecadação do estado e os rendimentos dos funcionários da coroa; a carência de capital e o pouco dinheiro em circulação; uma produção voltada principalmente à subsistência; e, por fim, a mácula social que, supostamente, sustentava todas as condições anteriores: o ócio, a preguiça, a letargia, a desobediência civil e a ausência de valores civilizados. (Chaul, 1997; Bertran, 2011).

Se é verdade que o estado de Goiás não encontrou um produto econômico que lhe possibilitaria integrar os circuitos nacionais e internacionais da economia como a exploração de ouro, fator que certamente ajuda a explicar a precariedade de suas vias de comunicação e os baixos índices de povoamento e urbanização do começo do século XX (Palacín; Moraes, 2008), a historiografia goiana recente percebeu que muitos dos registros históricos e representações sociais sobre suas formas econômicas e o caráter das pessoas daquela época pareciam exagerados e até mesmo depreciativos.

Primeiramente, quanto à posição eurocêntrica das perspectivas criadas por viajantes naturalistas e que perfizeram a desqualificação do território goiano em seus itinerários, a síntese elaborada por Chaul (1997, p. 58) nos dá um bom indicativo do teor e do espírito dos quais estiveram incutidas:

A precariedade das estradas e as poucas existentes isolavam Goiás, a carência das comunicações isolava o comércio (*Pohl*), a incapacidade do povo em se superar o isolava (*D'Alincourt*). As casas abandonadas nos arraiais, para onde o povo ia apenas em ocasião das festas religiosas (*Saint-Hilaire*), eram o retrato do sertão de Goiás. Rural e sem produção agrícola, rico em ouro e pobre em alimentos, carente de tudo e sem forças para sair do marasmo (Cunha Mattos e Taunay). Reino do ócio e da preguiça, terra em que se plantando tudo dá, mas sem braços ou interesses capazes de justificá-la, natureza pródiga, mas sem o necessário elemento humano capaz de elevá-la.

Mesmo imbuído de espírito explorador, o olhar europeu não pôde conter o seu descontentamento em mal comparar as estradas esburacadas de Goiás às cidades e regiões industriais interligadas de onde provinham.

O isolamento e a ignorância sobre o território também não deixaram de constar nos diagnósticos de administradores imperiais e presidentes da província de Goiás, muitas vezes sob certo ar de vitimização. Diante da impossibilidade de tomar qualquer atitude de mudança estrutural frente aos quadros socioeconômicos com os quais se

deparavam, esses “governadores de ruínas” (Maia, 2007) por vezes sentiam-se impotentes e com frequência transferiam seu sentimento para a terra e sua população.

Em 1841, o goiano e então presidente da província José Rodrigues Jardim, lamenta o isolamento da região, o qual toma como principal fator limitante das possibilidades de prosperidade goianas:

A lavoura só é feita para o consumo do país, é esta a razão de experimentarmos faltas consideráveis quando a estação não corre regular: assim não aconteceria se barcos prontos a carregar para o Pará demandassem os gêneros. Ah! Senhores, o meu coração se contrita quando recordo que a minha pátria se tem aberto o canal da prosperidade e este se acha abandonado; parece-me que do túmulo hei de ouvir aos vindouros incriminarem os seus antepassados. (Jardim *apud* Garcia, 2010, p. 124)

Maia (2007) observa que essa ambiguidade constituinte das perspectivas narradas por representantes da administração imperial se estabelece na medida em que seu desafio consistia em descrever visões estáticas (logo, em formas a-históricas necessárias para consolidar uma imagem integrada do recente império brasileiro) em lugares repletos de ruínas e diferentes costumes, “uma terra em movimento, incapaz de ser explicada pela reiteração de uma origem atemporal” (Maia, 2007, p. 19).

Garcia (2010) irá destacar que o tom de descobrimento que perpassa tais manifestações de administradores dá a impressão de estas estarem deslocadas no tempo, parecendo mais registros do século XVI, e não do século XIX. Outrossim, o conteúdo de tais relatórios administrativos, em sua maioria, buscava justificativas para a falta de realizações e para os limites do diálogo estabelecido entre a Província e a Corte.

Para Chaul (1997, p. 55), a própria escrita da história se viu empenhada nas formas da decadência e do atraso em Goiás:

Essa imagem de Goiás-sertão, deixada pelos viajantes, marcou demais os olhares europeus. Esse campo típico do cerrado, esse deserto de homens e perspectivas criaram uma forma de representação espacial tão rígida que os estudiosos que se debruçaram sobre a história de Goiás quase não saíram do enorme labirinto de ideias que envolvia o sertão goiano do período pós-mineratório.

A desconstrução de uma fórmula específica de informar a história em Goiás, a da decadência, foi possibilitada, dentre outros fatores, mediante o questionamento de uma concepção histórica de progresso. Seja no âmbito acadêmico, político ou mesmo cotidiano, passou-se a entrever certa desconfiança com as promessas de futuro que

se assentavam na superação de um passado decadente. Gradativamente, a decadência goiana pôde ser questionada no circuito acadêmico a partir de novas concepções teórico-metodológicas e da revisitação das suas fontes acumuladas; também, novas concepções de natureza enquanto meio ambiente, advindas da antropologia e da ecologia, estabeleceram novas balizas civilizatórias aos objetivos progressistas; e mesmo as sutis e graduais mudanças de mentalidade da população em geral (cada vez mais acostumada à vida urbana) passam a entrever certo pessimismo e desconfiança diante de algumas das promessas de desenvolvimento que nunca vieram a se concretizar.

Como comentado anteriormente, o historiador Paulo Bertran, já em 1979, exprimiu a percepção de que a mineração, para além de seu caráter econômico, deve ser entendida como uma atividade eminentemente predatória e que, além de igrejas de ouro, legou a Goiás uma séria contaminação com mercúrio e o assoreamento de vários de seus cursos d'água. Em sua análise histórica, não deixa de constar certa perspectiva de consciência ecológica e planetária:

O vínculo planetário nunca se perdeu, antes debilitou-se a memória das coisas: a fartura, a generosidade, as incontáveis léguas do país são momentos que equivalem a uma anistia e a um conflito geral – e pela mesma razão – a um olvido generalizado dos processos históricos que atravessou. Centro da América do Sul, centro-oeste do Brasil – impérios mendicantes do arroz, do feijão e do gado – totalmente distraído de que duzentos anos antes produziam ouro, o padrão de troca que inundou a Europa em tal inflação que dela, a imensa revolução das máquinas acometeu o mundo. O centro-oeste é uma ficção. Devia ocorrer ao geógrafo que o inventou a similaridade do planalto desde as caatingas até o Paraguai, a presença das fases sedimentares, desde o Pantanal ao médio Araguaia, as mútuas condições pré-amazônicas e pré-platinas, e sobretudo, o domínio do cerrado. Reter a ficção do centro-oeste é um ponto de partida tão válido como outro. (Bertran, 1979, p. 14).

Avançando nessa compreensão, o historiador Nasr Chaul indaga como poderia ter havido decadência se a mineração não representou um ápice, tampouco apresentou desenvolvimentos sensíveis e duradouros. A resposta seria que esse estigma só poderia ter sido criado por interpretações advindas de uma noção de progresso construída *a priori*:

Em nome de que desenvolvimento ou progresso se afirmam as necessidades de uma sociedade? Acreditamos que a ideia de progresso - que premedita um futuro determinado para a Província – torna os olhares dos que a veem incapazes de enxergar algo além da miséria e da decadência, do concreto, de um cotidiano de miséria vivido pela sociedade local; o tema da decadência, cuja outra face é o progresso, dirige os olhares para uma sociedade ideal, construída a partir dos moldes europeus, com conotações de

desenvolvimento. As análises então se fazem com base no futuro e no passado e nunca no presente. Futuro não de possibilidades, mas um futuro determinado, *a priori*, pelo modelo de desenvolvimento dos países ‘modernos’, ‘progressistas’, ‘desenvolvidos’. (Chaul, 1997, p. 66).

Após longo período de preponderância, a representação da decadência, mesmo que tardiamente, não resistiria ao confronto mais atento e minucioso da revisão de suas fontes documentais mais arraigadas. Conforme Santos (2015, p. 364), a revisão do conceito de decadência constituiu uma tendência cada vez mais comum na produção historiográfica goiana, com as seguintes características:

[...] alguns desses empreendimentos críticos abrigavam, ao mesmo tempo, um anseio por desconstruir determinadas perspectivas e proposições históricas já sedimentadas na historiografia regional e, ao mesmo tempo, a tentativa de se mirar os fenômenos históricos regionais a partir de um “olhar nativo”, isto é, um olhar atento às particularidades sociais, econômicas e culturais das experiências históricas “goianas”, cuidadoso quanto às interpretações que “distorciam” a compreensão dessa historicidade “sertaneja” ao compará-la, mesmo que de forma latente, com outros espaços e temporalidades e, sobretudo, um olhar desejoso por reordenar a identidade histórica regional.

É possível, portanto, conceber a ressonância desse pensamento nos escritos de Carmo Bernardes a partir da adesão a essas ideias e críticas em seus escritos da década de 1980, seja de maneira direta em crônicas jornalísticas, ou através de elaborações estéticas mais complexas, como vemos em *Força da Nova* e *Quarto Crescente*. Em matéria especial apresentada ao jornal *Cinco de Março*, possivelmente em finais dos anos 1970 (a data do documento é imprecisa), Carmo questiona as formulações teóricas de viajantes europeus que descreveram Goiás:

Aliás, são frequentes nas notas dos viajantes e naturalistas que percorreram os sertões brasileiros conceitos assim tão disparatados, senão desonestos. Saint Hilaire, mesmo, foi de péssimo ouvido. Suas notas são eivadas de clamorosos equívocos. Pois ele chegou ao absurdo de dizer que o sertanejo é capaz de seguir uma abelha no voo, dentro do mato, até encontrar o oco do pau onde ela tem o seu ninho, quando isto é um absurdo. O que o sertanejo seu informante deve ter dito é que pela direção do voo de uma abelha é possível tomar o rumo provável do seu ninho na mata. Daí os tremendos e mesmo irritantes equívocos. *E o pior é que essas eivas permanecem como lei e vão sendo repetidas pelos nossos pseudos divulgadores de informações científicas.* (Bernardes In: *Cinco de Março*, grifo nosso).

Em uma crônica publicada no *Diário da Manhã*, em 06 de outubro de 1982, sob o título “O que não presta não tem nome”, Carmo Bernardes faz a seguinte pontuação:

Martius e Spix, cientistas alemães, viajando pelos sertões, há quase duzentos anos, por várias vezes *foram ludibriados e levados na conversa fiada dos seus informantes sertanejos*. Deveriam ser uns gringos entojados, perguntativos e impertinentes, que os caipiras morriam de enjoo deles. Pesquisemos nos livros que eles deixaram e veremos o tanto de empulhações que os caboclos enfiaram-lhes na cabeça. (Bernardes In: *Diário da Manhã*, 1982, p. 26, grifos nossos).

É possível, portanto, pensar o registro literário de Carmo em consonância com a produção do pensamento historiográfico goiano da época. O “olhar nativo” que imprime ao seu relato de vida remonta a uma tendência incipiente à época e que, gradualmente, se tornará mais evidente na historiografia de Goiás. Não se trata, contudo, de uma antecipação de conceitos, mas da liberdade com que a linguagem e o campo literários possibilitam certos dizeres e temas contidos no horizonte de ideias de uma época e uma região. À literatura é permitido criar fissuras e avanços que no campo científico só são autorizados mediante esforço metodológico, construção teórica, debate e avaliação entre pares. Dessa forma, Santos (2015) menciona que a produção de um “olhar nativo” pela historiografia regional já é notada em alguns *insights* críticos já a partir do final década de 1970, como em Bertran (1979).

Importa aqui mencionar que, já nos relatos de europeus, que por muito tempo afiançaram a imagem de atraso da província de Goyaz, constam passagens bastante elogiosas “em que a gente, a natureza, e a província são descritas com muitas características positivas” (Oliveira, 2018, p. 323). Tomemos esse indício como um ponto de partida para tratar as possíveis ambiguidades contidas nessas narrativas e na forma como foram apropriadas.

Os apontamentos da historiadora Maria de Fátima Oliveira (2018) aventam a hipótese de que a recorrência de relatos depreciativos relativos à Capitania pode estar relacionada, dentre outros fatores, à esperança depositada neles por seus informantes goianos, na expectativa de que tais registros chamassem a atenção do poder imperial para carências seculares do território, como a deficiência nas comunicações e nos transportes. Chaul (1997) também aponta que as dificuldades e carências do território a essa época eram as mesmas do auge do extrativismo do ouro: distância dos mercados, alto custo dos fretes, dificuldades de acesso e custo elevado do sal.

O naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, por exemplo, que percorreu Goiás entre finais de maio e o início de setembro do ano de 1819, registrou seu encanto com a salubridade do clima no arraial de Meia-Ponte, a fertilidade de suas terras, a limpeza das casas e a produtividade de seus quintais, e, principalmente, a

hospitalidade e mentalidade empreendedora de seu anfitrião meiapontense, o comendador Joaquim Alves de Oliveira. Em Jaraguá, assim como em Santa Luzia e Meia Ponte, Saint-Hilaire se impressionou com a produção artesanal de pratarias locais e os quadros com desenhos naturalistas (uma voga europeia à época). (Oliveira, 2018).

O botânico austríaco Johann Baptist Emanuel Pohl, que viajou integrando a Missão Austríaca ao Brasil, entre 1817 e 1822, e cuja passagem por Goiás durou de dezembro de 1818 a abril de 1820, relata o esmero de pontes bem construídas e largas estradas que partiam do arraial de Santa Luzia, um lugar onde também encontrou farta variedade produtiva de frutas e legumes e a produção de queijo e marmelada bem reputados nacionalmente pela sua qualidade local. (Oliveira, 2018).

Interessa aqui notar que os diários de Saint-Hilaire e Pohl incluem também notas de diálogos com moradores, autoridades e cronistas locais (destes últimos, inclusive, tiveram acesso a manuscritos), nas quais são constantes as queixas desses habitantes, o que pode ter contribuído para a elaboração de cenários decadentes, como não deixou de notar Pohl:

Queixam-se aqui, de todos os lados, da pobreza, mas ao observador é custoso crer que ela fosse menor no auge da produção de ouro. De certo, então, não era maior o luxo dos vestuários. Pode-se melhor constatar tal coisa aos domingos e dias santificados, quando todos exibem o que de mais poderoso têm. [...] A alimentação ainda é a mesma daquele tempo: feijão, toucinho, legumes, carne seca, raramente fresca, galinha, arroz, açúcar de cana (Pohl *apud* Oliveira, 2018, p. 317-318)

Pohl ainda utilizou como parâmetro para seu relato os escritos do Padre Luís Antônio da Silva e Souza, cônego e historiador residente na antiga capital, para quem Goiás “correu em menos de um século do esplendor do seu princípio para a crise da decadência” (*apud* Oliveira, 2018, p. 318) e para quem a ociosidade de seus habitantes constituía uma das principais causas do atraso goiano.

Sobre os relatos de Pohl, Spix e Martius e Henri Coudreau, por exemplo, Leonardi (1996) destaca em seus depoimentos o tratamento de hospitalidade e os hábitos generosos com que foram recebidos em Goiás. O isolamento, portanto, não era necessariamente sinônimo de aborrecimento e tédio entre os homens do sertão, ávidos por comunicação e cultura. Aliás, alguns desses hábitos são facilmente percebidos no cotidiano ainda hoje: o ato de cumprimentar as pessoas na rua; conversar nas calçadas ao fim da tarde; o apreço à palavra dada e ao compromisso

assumido; o tratamento pronominal respeitoso (“o senhor”, “a senhora”); o pedido de benção aos mais velhos. Tratam-se de resquícios de costumes que permanecem mesmo nas sociabilidades apressadas das grandes cidades.

Para Santos (2015), a revisitação das ideais contidas nas narrativas dos viajantes de século XIX e a percepção de sua apropriação por discursos de modernização e ideologias progressistas no início do século XX consistiram em uma das inclinações promovidas pelo nativismo na historiografia goiana:

Depois dessa revisão historiográfica realizada na década de 1990, tornou-se comum entre os pesquisadores de história regional o procedimento de “relativizar” ou até criticar as representações históricas formuladas com base nos relatos dos viajantes europeus, dos capitães gerais ou presidentes de província. (Santos, 2015, p. 467).

Contudo, o árduo trabalho de revisão da memória consútil¹⁵ – que traz consigo formas de representação sob o estigma da decadência na escrita da história em Goiás (que certamente exigiu grandes esforços de reorganização de antigas fontes e a perscrutação de outras novas) – parece uma tarefa modesta diante da consequente necessidade de elaborar conjecturas que sustentem o “mistério indecifrável da sobrevivência” (Chaul, 1997, p. 54) do sertanejo comum para o olhar estrangeiro, sua economia e sua relação com o mundo natural de fins dos setecentos até as primeiras décadas do século XX. Conforme Bertran (2011, p. 76-77):

Não sabemos se as unidades rurais do século XIX copiavam as do século XVIII, se evoluíram ou involuíram em relação às mesmas. O século XVIII é especialíssimo por refletir-se em montanhas de ouro que muito devem ter estimulado a produção agrícola e a pecuária da região. Já o oitocentos é o do viver e produzir moderadamente, da autossuficiência, roçando pelo subsistente, um século de enormes lentidões e vaguidões [...]

Interessante notar que, já em início dos oitocentos, havia na cultura goiana a preocupação com a preservação e a valorização do meio ambiente, como pôde ser percebido por Oliveira (2013, p. 10) nas páginas de uma fonte documental de referência como o Jornal *A Matutina Meiapontense* (1830-1834):

[...] Marques leu, como Conselheiro, uma Proposta contra o abuso de se matar peixe com timbó, e outros vegetais venenosos” (*A Matutina Meiapontense*, 1830: n.º 10). São encontradas também críticas referentes às queimadas e derrubadas de matas, em forma de denúncia contra o empobrecimento do solo. Inclusive, em algumas edições, é significativo o

¹⁵ Bertran (2006). “Consútil” porque remendada em pedaços que mal se complementam ao sabor de suas apropriações ideológicas e políticas.

espaço ocupado com o “Catecismo da Agricultura”, no qual procurava ensinar os métodos mais adequados para o bom uso do solo.

Quase um século depois, na já mencionada revista enciclopédica e propagandística *A Informação Goyana*, em sua segunda edição de setembro de 1917, Americano do Brasil escreve sobre a fertilidade e a vegetação do solo goiano: “esta região, cortada por montanhas, serras e planaltos abundantes, e coberta de campos e em parte de mattos, fôrma um dos reinos da flora mais ricos do globo terrestre” (p. 16). Essa mesma edição traz uma matéria especial sobre “verêda de Buritys” e as qualidades e utilidades da palmeira *Mauritia vinifera*¹⁶: coberturas de casas; fabricação de seda para produção de redes, esteiras, cordas e ponchos; o uso da seiva para bebida e fábriço de doce a partir dos seus frutos.

A pesquisa de Borges (2013) nos apresenta outros excertos da revista *A Informação Goyana* nos quais a natureza do estado é evidenciada e elogiada: as propriedades terapêuticas das águas quentes de Caldas Novas; as possibilidades de uso do babaçu; a qualidade afrodisíaca do pequi.

Bertran (2011) irá argumentar que também em fins dos oitocentos havia em Goiás amplo conhecimento e utilização dos recursos naturais locais disponíveis por parte de sua população (certamente assimilados no contato prolongado com culturas indígenas) e também o aproveitamento diversificado pela agropecuária do colonizador e suas espécies exóticas mais típicas há tempos adaptadas ao ambiente. Conforme Chaul (1997), em Goiás, a partir do século XIX, “sedimentou-se um universo cultural próprio do homem do sertão, do roceiro, do camponês e do índio, distante dos padrões europeus e difícil de ser compreendido pelos viajantes do Velho Mundo.”

Além dos vícios dos quais estavam eivadas as principais fontes documentais da época, e que permitiriam uma compreensão mais acurada da “grande lacuna” (Garcia, 2010, p. 11) de aproximadamente 150 anos da história goiana (que até recentemente era representada sob as formas de “decadência” e “atraso”), a noção de continuidade histórica das formas sociais e culturais estabelecidas a partir desse período foram completamente aniquiladas (Bertran, 2006. p. 66) com a construção de duas capitais – Goiânia na década de 1930 e Brasília em 1960 – e os processos

¹⁶ Embora a matéria d’*A Informação Goyana* faça a distinção entre as espécies *Mauritia flexuosa* e *Mauritia vinifera* como sendo a primeira proveniente da região amazônica e a segunda de ocorrência característica do Brasil Central, atualmente, a nomenclatura utilizada incorpora ambas as espécies como *Mauritia flexuosa*, conforme Vianna (2020).

político-econômicos que as planejaram. Dentre os resultados que se seguem, está a ruptura no tecido dessa identidade que hoje se concebe como uma goianidade cindida. Assim Bertran (1979, p. 15) descreve esse processo em termos sociológicos:

A desagregação do ente histórico em Goiás é um produto cultural: nos primeiros 50 anos deste século passou a população de 200.000 a 1.000.000 de habitantes como resultado das imigrações. Sociologicamente portanto o corpo histórico goiano não só é menosprezado em termo da realidade etnográfica presente como indesejável em sua morfologia de dois séculos e meio.

Esse abafamento resultante de predomínio de consciência sociológica coletiva em uma terra de imigrantes, entretanto não pode persistir na surdina quando trata-se, no caso, não mais propriamente da história de Goiás, mas do nexo de continuidade de história brasileira nos últimos 250 anos.

Com o aprofundamento da compreensão dos elementos da paisagem que compunham os ecossistemas locais e suas possibilidades de interação com as formas econômicas e sociais, foi possível à historiografia goiana compreender melhor os agenciamentos naturais que condicionaram atividades como a pecuária, a ruralização da sociedade e suas formas econômicas.

Com a diminuição da atividade aurífera, desde meados do século XVIII, estruturavam-se em Goiás as grandes fazendas, perdidas na imensidão que, postando-se inicialmente nas adjacências de vales férteis legados da mineração, lentamente foram-se povoando seus interstícios com contingentes migratórios que Goiás receberia tanto ao norte quanto ao sul. (Bertran, 1979).

As grandes pastagens naturais que sustentavam a atividade pecuária tradicional em Goiás e simbolizam o ritmo econômico lento, marcado pelo passo do gado que se autotransportava, caracterizam uma economia de subsistência e da troca simples. Assim, a pecuária reproduziu no espaço rural uma estrutura econômica marcada pela autossuficiência e pela lentidão, refletindo as contingências do meio. Para Chaul (1997, p. 88):

O cerrado com sua carência de sais minerais condicionava, a seu modo, a pecuária extensiva. Do ponto de vista da geografia, Goiás herdava ainda, em meio a tantas adversidades, uma topografia positiva para o desenvolvimento da pecuária, pois “a topografia do planalto central, uma superfície de arrasamento, desprovida de elevadas altitudes, facilita sobejamente a criação de gado”. Um solo propício oferecia à pecuária as condições básicas para, paulatinamente, ir ocupando o território goiano, bem longe da ilusão do El-Dorado do sertão.

O povoamento goiano do século XIX consistiu na formação de fazendas de pecuária que se estabeleceram pela adaptação do gado às pastagens naturais do

Cerrado, consolidando essa atividade econômica principal, embora de crescimento tímido, como vetor das formas de sociabilidade e ocupação. No vasto império do gado, começam a brotar manchas de trigo, cana, café, algodão, contrastando com a predominância dos pastos. (Bertran, 1979; Chaul, 1997).

O segundo volume das autobiografias de Carmo Bernardes, *Quarto Crescente*, registra o estabelecimento da família na zona rural no entorno de Anápolis (GO), na antiga região de floresta do Mato Grosso de Goiás. Conforme Bertran (1979), a ocupação dessa região se intensificou no início do século XX a partir do esgotamento da vasta extensão de terras de pastoreio sem proprietários em Goiás e sob a pressão da imigração:

A conquista do mato alto não só era uma supérflua para o pastoreio como representava um investimento humano muito alto em relação ao valor da terra.

De fato, e muito posteriormente, a ocupação das terras de mata em Goiás fez-se sob a égide do esgotamento da fronteira espacial em terras de pastoreio e sob a pressão das massas imigrantes despossuídas, dos que já não encontraram na vasta extensão terras de pastoreio sem proprietários.

Assim, mais tarde e sucessivamente, no quadro da pequena propriedade e do esforço familiar tombaram as florestas do Paranaíba, o Mato Grosso Goiano, as Matas do São Patrício e do Médio Norte, a Mata da Lontra em Araguaína, e da terra úbere brotou desde o século XIX o tradicional “panier” da agricultura comercial subdesenvolvida: arroz, feijão, café e milho. (Bertran, 1979, p. 90).

A região de floresta, de solos ricos em matéria orgânica, era procurada pela cultura de ocupação mateira, que se servia da derrubada da floresta para diversos fins de ocupação: formação de pastos para invernada, agricultura, extração de madeira (Dutra e Silva, 2017). Muitas dessas atividades e formas de organização da vida social estão registradas em *Quarto Crescente*, livro que se inicia com a apresentação das vizinhanças formadas por agregados, na zona rural.

Nas grandes fazendas goianas constituiu-se uma estrutura de sociabilidades e trabalho baseada em vínculos de dependência e reciprocidade: o agregamento. Os agregados (pessoas ou famílias que não possuíam terras) se instalavam nas extensas áreas e ofereciam sua força de trabalho ao dono das terras, desempenhando funções como cuidar de rebanhos, auxiliar nas plantações ou executar outras atividades, recebendo em troca abrigo, proteção e o direito de cultivar pequenas porções de terra para garantir sua subsistência (Borges e De Santana, 2016). *Quarto Crescente* se

inicia com a descrição do sistema de vizinhanças e ocupação das terras em que a família de Carmo se instala quando chegam à zona rural de Anápolis:

[...] os Ivo, os Pinto, os Véio, os Cintra e os Crioulo.

[...]

Nos Ivo, o chefe, sendo mineiro, influenciava os seus agregados, induzindo-os a cuidarem de engorda de capadaria. Eram os que possuíam sempre um dinheirinho disponível, dos muitos capados que vendiam.[...]O pessoal dos Ivo, seguindo o sistema do chefe, seo-Mané-Ivo, enfiava o milho no couro do porco; este caminhava tocado para a bica de ferir, na estação de Pires do Rio.

Os Pinto, um povo branco foveiro, definiam-se por serem bons carreiros. Possuíam muitos carros de bois com boiadas bem arreadas, no jeito de pegar frete. Rodavam por Pirenópolis, Corumbazinho, Cidade de Goiás, por aí tudo, puxando mercadorias pegadas na ponta da estrada de ferro.

Os Véio, uma família muito grande de homens pelados, sem um fio de barba na cara, esses também carreavam muito. Além disso, tocavam umas lavourinhas de café, o café que a gente da redondeza tomava. Dos Cintra, lembro-me de que a marca registrada deles era a roupa azul, tinta com anil que suas mulheres faziam. [...]tudo o que pode ser tingido, pertencente a eles, tinha que ser azul ferrete. Nunca pude saber que estória era aquela.

Nós, na nossa vizinhança – seo-Clemente, seus agregados -, todos labutávamos com madeira, mexendo com engenho de serra, cortando pau no mato.

[...]

Os Crioulo faziam para comer, com pouca sobra. Enrolavam-se com umas rocinhas que se uma égua deitasse dentro ficava com o rabo de fora!

[...]

Essas vizinhanças, quem sabe se porque cada povo daquele cuidava de um meio de vida diferente, também tinha cada grupo uns ares diferentes – jeito de andar, sotaque, seus sistemas. (Bernardes, 1986, p. 23-24).

A existência baseada em uma estrutura profundamente rural era organizada em torno do trabalho, especialmente em âmbito familiar, marcado pela simplicidade, pela coletividade e pelo contato direto com a terra, seja por meio do cultivo, da criação de animais ou do extrativismo, conforme elucidam Borges e De Santana (2016). Após a apresentação das vizinhanças, *Quarto Crescente* irá descrever alguns desses trabalhos feitos em grupo:

Pouca gente, assim: os homens davam para limpar um alqueire de roça de planta de milho num dia. As mulheres descaroçavam, cardavam o algodão e fiavam até quatro libras e meia de linha fina, de tecer cortes de calças de fustão. Assim, completos, de enxadeiros na roça e de mulheres em casa fiando, é que se davam as treições e se faziam os mutirões. (Bernardes, 1986, p. 29)

Certos serviços não se faziam assim, com o ajuntamento de muitas pessoas. Na derrubada de roça, por ser serviço muito perigoso, os companheiros têm de ser poucos. Meia dúzia deles já é demais. Precisam estar sempre vendo uns os outros, todos sabendo para que rumo vai cair o pau que já está matando lêmnea no toco e pendendo. Um serviço desse não pode ser feito de

mutirão. Na limpa do arrozal também não é aconselhável se trabalhar de muitos. (Bernardes, 1986, p. 29).

Agora, há certos serviços que sempre foram feitos com ajuntamentos, seja de treição, seja de mutirão. Barrear casa é um serviço que requer divisão de trabalho: uns grupos enchimenteiavam e envaram as paredes, outros amassam o barro;

[...]

Essa é uma ocupação própria de se fazer de muitos, e é nela que os companheiros bebem cachaça que não há mãos a medir, por causa da friagem nos pés e nas mãos o dia todo. Capina de roça, limpa de rego d'água, bateção de pasto, são também serviços próprios de se fazer com companheirada, de treição e de mutirão. (Bernardes, 1986, p. 29-30).

Os pastos formados nas culturas do Mato Grosso passaram a ser utilizados para invernadas após as longas viagens das regiões típicas de criação mais ao norte do estado e sua venda para charqueadas e criadores do sul de Goiás, do Triângulo Mineiro e Oeste Paulista, revelando que o trabalho com o gado já chegara à região:

[...]Novembro de 1926, as chuvas ainda não haviam começado de todo, e é como se eu sentisse agora o cheiro balsâmico do cipoal da mata enfiorecido. Os primeiros devastadores da mata virgem, vinculados à natureza, obedientes à vocação da terra e do clima, deixavam as palhadas das roças no terceiro ano de plantas formadas em capim Jaraguá, que descobriram logo ser o capim de Goiás, e com ele iam-se formando as invernadas. Nas poucas clareiras que a devastação já tinha aberto no famoso Mato Grosso de Goiás, naquele novembro de chuva mal pegada, a brota macia ou tenra do jaraguá bem formado ia à altura do palmo. Aquilo verdinho igual e ondeado, muito parecido com hortaliça, dava gosto ver. Cheirava a milho verde, a pepino, a camboquira, não sei, dava vontade de pastar.

[...]

-"Para dar mantimento – o homem explicava – isto aqui é o que há de mais bom. Os terrenos são esses aí que o sor vê, mato crioulo, terra roxa. Agora, para criar não é lá essas coisas, não."

[...]

-"A pois, é exato: o capim muito mole e aguado, a vacada está sempre com enxurrilho, dando um leite muito ralo. Pode o sor ver que a bezerrada arrupueia o pêlo, muitos se encolhem pelos cantos estreziados, e a perda por ano em bezerrinho que morre de curso preto é grande."

Ouvi dizer, pela primeira vez, que diarréia de bezerro eles chamam de "curso". Depois eu soube que o leite ralo dá o curso preto e o leite grosso, engordurado demais, dá o curso branco. (Bernardes, 1986, p. 41-42).

Todos os animais, chegados muito magros, lombos estragados de pisaduras e apalpando no andar com os cascos em petição de miséria, em menos de 15 dias no pasto bom, de Jaraguá mole, de cultura boa, nutriram-se, afinaram o pelo e escarvavam o chão espinoteando alegres. (Bernardes, 1986, p. 44).

Segundo informa Bertran (1979) a atividade pecuária concentrada nas regiões norte e nordeste de Goiás paulatinamente passou a ocupar também as terras do sul do estado e efetivar a ruralização de suas formas sociais e econômicas:

Até fins desse século [XIX] as zonas de expansão da pecuária sofrem translação para as regiões úmidas do sul e do Norte de Goiás.

Enfim, a economia agrícola, propriamente, surge por excelência como um regime de transição entre a economia mineradora e a economia comercial pecuária. Nem economia de subsistência nem comercial, a agricultura goiana do século XIX poderia caracterizar-se talvez como de abundância, vez que seu mercado só raras vezes ultrapassa as barreiras extrarregionais pelo proibitivo da relação preço/custo de transporte. Ainda assim registram-se exportações de marmelada de Sta. Luzia e de fumo em corda, de que Goiás arrebatou mesmo uma medalha de ouro na exposição de Filadélfia em 1872. (Bertran, 1979, p. 66-67).

Em *Quarto Crescente* estão registradas formas culturais relacionadas ao sedentarismo agropecuário: formas de habitação, organização de vizinhanças, comércio, formas de produção, principalmente o roçado. Logo, as representações da natureza deste livro estarão muito relacionadas ao conhecimento empírico das atividades cotidianas como a alimentação, a saúde, a agricultura e o extrativismo de recursos naturais.

Fato é que em Goiás desenvolveu-se, após o auge da mineração, uma cultura cerradeira (certamente com graus de diferenciações regionais) a partir de sistemas agroextrativistas adaptados aos diversos ecossistemas locais (campos gerais e campinas, áreas de cerrados de mata seca e mata úmida, brejos e veredas) que garantiam uma produção perene e mantinha uma sociedade até certo ponto autossuficiente. Essas práticas mantiveram algum equilíbrio ecológico e hidrológico na região, demonstrando um profundo conhecimento de suas zonas ecológicas e suas interações, como solos, vegetação e redes de drenagem, integrando produção e conservação. (Almeida, 2022).

Para melhor compreender essa relação, da desconstrução de uma figura mítica e romantizada do sertanejo, principalmente a partir da década de 1980, sobrevieram leituras etnográficas que buscavam sentidos históricos e ecológicos mais palpáveis em cujas vinculações estabelecidas com o meio ambiente do Cerrado poderiam se evidenciar de forma mais nítida e um pouco menos mistificada.

Uma figura mais operacional por parte das ciências sociais para tentar explicar essas relações, a partir de um olhar engendrado por dentro, veio da própria voz do sujeito pesquisado (o roceiro, o sertanejo pobre, o caipira, o camponês) em sua vinculação com meio ambiente no Cerrado a partir do trabalho e da cultura, culminando em conceituações mais bem elaboradas como *povos cerradeiros* (Mendonça, 2004; Almeida, 2022), ou o *homo cerratensis* (Bertran, 2011; Barbosa,

2016). Refletindo sobre o papel da agência da natureza na cultura humana no Cerrado, Barbosa (2016, p. 50) afirma que uma pluralidade cultural (em termos linguísticos, religiosos e de organização social e de parentesco) foi acolhida pelo ambiente, que, “associado às diferenças culturais de cada grupo, contribuiu para uma convergência, tanto física como cultural, do Homem do Cerrado”. Já Bertran (2011, p. 60) configura o seu *homo cerratensis* como sendo um tipo:

Vagamente ateu, com inclinação às superstições, mais céptico do que fatalista, temente aos caprichos da Varia Fortuna, o cerradeiro ou cerratense é por excelência um homem barroco. Criado nos ociosos sertanejos, acredita na liberdade, sua natural condição: daí a dificuldade em aceitar o trabalho de rotina ou qualquer trabalho, a menos que lhe acene a deusa romana da Varia Fortuna. Não tem preconceitos, como os terríveis do universo nordestino de Gilberto Freyre. Em consequência é o povo mais miscigenado de negro do país e um dos poucos em que, contraditoriamente, não há herança cultural marcadamente africana, devorada pelo barroquismo imperante.

Barbosa (2016) esclarece que o termo *homo cerratensis* foi criado por Paulo Bertran para representar a descoberta arqueológica liderada por Altair Sales Barbosa: um esqueleto masculino de aproximadamente 13.000 anos, encontrado em Serranópolis, Goiás. O fóssil pertence a um homem do período Pleistoceno, ancestral dos indígenas brasileiros, mas não é o registro mais antigo da presença humana no continente, já que há evidências anteriores de ocupação humana na região. Com o tempo, o termo passou a ser associado também aos habitantes tradicionais do Cerrado em relação ao intercâmbio cultural entre indígenas, portugueses e africanos nessa região.

A descrição da produção e alimentação na região por Carmo Bernardes como algo simples e baseado em alguns gêneros alimentícios produzidos a partir da roça no quintal vai ao encontro da noção de *abastança* (Bertran, 1979, 2011). Embora autossuficiente e variada, a produção estava condicionada à escassez de sal e não gerava grandes excedentes – apenas pequenas reservas armazenadas com recursos básicos ali disponíveis:

Arroz, feijão, fava, batata e mandioca. Minha gente dizia que o milho é o pai da casa. Dele vêm a galinha, os ovos, o tocinho, a carne de porco, o fubá de comer angu e fazer bolo. (Bernardes, 1986, p. 80).

Em Ipameri aonde se buscava o sal nesse tempo. Uma ida lá, de tropa, que viagem assim de muita distância não pode ser de mais de quatro léguas de jornada por dia, gastava mais de mês e meio, e um burro bom de carga o muito que carrega é sete arrobas: três sacos e meio.

Nesse caso sal se gastava unicamente no tempero da panela, não sendo comum salgar outra coisa que não fosse carne e toucinho[...] [...]e desse jeito é que se fazia a redução do gasto do sal, cozinhando duas iguarias com um tempero só. O restante adotava-se comer fermentado, insosso, bem como mandioca mansa, batata-doce e abóbora madura, duma docezinha e enxuta, pescoçudinha, dita abóbora-menina. (Bernardes, 1981, p. 87).

Plantava-se de um tudo. Uma cova de fava em cada coivara; o cará-machado na ladeira; o arrozal na baixada, com várias leiras de milho cateto no meio; em cada cova de milho ia uma ou duas sementes de abóbora; nos fundos da roça eram as tumbas de batata doce, um canteirinho, de pelo menos dois litros de planta de amendoim. E, logo que o milho amarelava, meu pai dobrava todo, limpava a terra e plantava o feijão. A melancia no meio do arrozal, como eram o milho de pipoca e umas poucas covas de gergelim; num canto, com a terra bem picada, um canteiro de alho roxo, não faltando uns pés de jacatupé e o croá, do preto e do roxo, para subir nos paus secos e enfeitar a roça. (Bernardes, 1986, p. 106).

A casa farta: os mantimentos com sobra guardados nas tulhas, o feijão armazenado no surrão de couro, o saco de amendoim erguido nos caibros do rancho, o milho no paiol com os capadinhos da despesa no chiqueiro. [...] nunca faltavam a horta de couve, o cheiro verde, o tomatinho azedo, o quartel de mandioca que nunca acabava porque onde se arrancava um pé, plantava-se outro. Na beira do rancho, cresciam viçosos uns pés de fumo, cujas folhas eram colocadas nos ninhos de galinha para evitar-se piolho, e três ou quatro pés de jiló repolhudos no terreninho adubado com o cisco da varredura do rancho. (Bernardes, 1986, p. 107-108).

A noção de abundância em *Quarto Crescente* é complementada de forma bastante criativa a partir da forma como Carmo e seus amigos irão adquirir um violão, evidenciando, de um lado, as limitações materiais e técnicas da comunidade e, de outro, sua criatividade e o desejo por um objeto cultural símbolo da modernidade. O trecho a seguir descreve o esforço necessário para conseguir um instrumento tão valorizado, em um contexto em que o dinheiro era escasso e o comércio praticamente inexistente. A aquisição de um violão, em contraste com a relativa facilidade de se obter uma rabeca, revela as limitações do conhecimento e dos recursos disponíveis, destacando como a posse de um bem tão simples poderia representar, naquele contexto, uma conquista significativa:

Puxo pela idéia, como o maior afinco, e não dou conta de trazer à recordação como e onde fomos arranjar um braço velho de violão, e nele mandamos armar a caixa, fazer outro.[...] (Bernardes, 1986, p. 175)

Pois é: por esta amostra, pode-se fazer a idéia do quanto o nosso arraial do Capoeirão era atrasado. Não tínhamos onde, nem como adquirir um violão. Dinheiro não corria, não havia trabalho assalariado; e, a bem dizer, comercialização de nada. Todo mundo só fazia para comer, ninguém pensava em fazer mais porque não havia para quem vender.

[...]

Vivíamos todos num miserê desgraçado, como lá diz: rapando tatu com machado, mas a nossa pindaibite em nada obstava a alegria de viver. Ali estavam as provas de que ninguém sofre necessidade daquilo que ignora. [...] Nosso conhecimento era curto, a suprema aspiração não podia ir além dum violão.

Miséria só é miséria quando há desigualdade, oratabão! E com nós lá, sendo todos mais ou menos iguais em teres e haveres, era tudo muito bom, ninguém tinha queixa de nada. (Bernardes, 1986, p. 177).

[...] Meio ano sojigado num serviço desgraçado desses, passando a carne seca com farinha de puba e jacuba, só a troco de uma viola, que na primeira chuvada do ano seguinte descolou o cavalete.

Por essa estória é visto o quanto um instrumento de corda era precioso pra nós, naqueles tempos. Engraçado que a rabeca não era assim, tão difícil de adquirir. Havia muito quem fizesse essa bichinha, e por que os outros instrumentos, não? É por causa da contagem dos trastos, os espaços certos que cada um tem que guardar um do outro, que, se não for rigorosamente na regra, a afinação falseia no mudar de postura. Já a “muriçoquinha”, com cordas de tripa e arco com cabelo de rabo de cavalo, não carece dessas exigências.

Nosso povo bronco não sabia fazer a contagem dos trastos. (Bernardes, 1986, p. 179).

Dutra e Silva (2017), com base nos relatos memorialísticos da escritora e atriz norte-americana Joan Lowell (1902-1967), que se fixou na região do Mato Grosso de Goiás com seu marido oficial a partir de 1935, descreve como os camponeses da região lidavam com suas limitações em relação a determinados produtos indisponíveis naquela distante fronteira. Além do sal, já mencionado, itens como xampu, sabão e café, facilmente encontrados em localidades próximas aos centros urbanos, eram substituídos por “similares”, em um cotidiano marcado por constante superação. Essa vivência como base em alternativas é destacada por Carmo em *Quarto Crescente*, aparecendo, inclusive, de maneira bastante valorizada:

[...] o melhor sabão feito em casa, que existe, é o da carne de coco de macaúba; depois vem o do pequi, do abacate, da fruta do tinguí, todos esses especiais de bom para o asseio corporal. Se as mulheres da cidade soubessem o quanto fica bonito, vivo e macio um cabelo lavado só com sabão feito cá, especialmente de um ou dos quatro desses materiais, elas dariam tudo ao seu alcance, assim como dão por uma porção de banha de tartaruga. É preciso saber que, na feitura de um sabão próprio de lavar os cabelos, não pode haver soda cáustica. Há de ser feito com o potássio natural de decoada destilada no barreleiro, e a cinza de resultado melhor neste caso é a da palha de feijão. Sabugo de milho e engaço de cacho de banana também dão boa cinza, assim como de assa-peixe e uma árvore do cerradão chamada maria-pobre.

[...]

Se me permitem um conselho eu dou às mulheres que têm vontade de ver seu cabelo macio e vivo como o das índias: encomendem no norte de Goiás um sabão feito com óleo de pequi, apurado na decoada de cinza, sem nadinha de soda cáustica. (Bernardes, 1986, p. 84-85).

O relato da atriz Joan Lowell evidencia ainda que o sertão goiano possuía normas e regras próprias, refletindo uma dinâmica social e cultural singular, moldada pelas condições específicas da vida naquela região isolada. A atriz e seu marido se mudaram para Goiás, onde este trabalharia na construção de uma rodovia próxima à cidade de Jaraguá (GO), e em troca receberiam terras livres para ocupação e cultivo (Dutra e Silva, 2017).

Dutra e Silva (2017) chama a atenção para o fato de que recentemente o Mato Grosso de Goiás tenha desaparecido dos mapas oficiais de Goiás e do Cerrado, apesar de constar em estudos científicos oficiais que datam início do século XX, o que reforça a importância de se investigar suas transformações históricas e geográficas. Em *Quarto Crescente*, em diferentes pontos, Carmo apresenta sua perspectiva sobre a história ambiental dessa região. As citações a seguir, observadas em conjunto, oferecem uma boa síntese dessa história ambiental dessa região que permeia a autobiografia bernardeana:

Terra descortinada de pouco, ainda tinha muito passarinho e moradas de abelha no mato em grande quantidade. Fruta também. Juá, guapeva, bacupapri, uma gabiroba de árvore; e, sobretudo, angá-rosário, em cujo pé eu subia e cortava-lhe os galhos. (Bernardes, 1986, p. 136).

O ribeirão da Cachoeira era todo de mato debruçado por cima. A corrente mansa e todo o tempo murmurando entre raízes, e o seu curso sinuoso. Remanseava nas curvas e, aí, formavam os bons pesqueiros. Os donos não gostavam de derrubar os matos beira-corgo, reservavam toda a largura que nas enchentes formassem brejais. Eles diziam que as águas das enxurradas, antes de desembocarem no curso dos ribeirões, iam-se depurando das podriqueiras, coando-se por entre as tranças dos ramos dos brejos e, assim não emporcalhavam as fontes de servidão.

[...]

Só nas primeiras enchentes é que as águas correm sujas. (Bernardes, 1986, p. 140).

[...] Depois que os da cidade invadiram as roças, pouco a pouco os peixinhos nos ribeirões foram sumindo, se extinguindo. Essa gente veio com outros preceitos. Tiram os matos da beira dos cursos d'água, os barrancos se quebram, os remansos assoreiam com as águas atalhando as curvas e correndo rápidas. Depois, veio o veneno aplicado a torto e a direito nos pastos e nas lavouras – acabou com tudo. Também as proteínas dos peixinhos panhados com fatura nos ribeirões, e a dos passarinhos pegos nas arapucas, não fazem falta alguma. Ninguém mora hoje em dia em vizinhanças nas beiras dos corgos, de agregado dos outros. Que valeriam esses recursos, se eles ainda existissem? (Bernardes, 1981, p. 141).

[...] Os caçadores abriam pequenas clareiras no centro da mata, plantavam milho. Quando essas rocinhas granavam, iam botar tocaia nos porcos queixadas, de pele sempre muito valorizada, e os matavam em grande

quantidade. Atrás dos porcos vinham as onças, os gatos jaguatiricas; e os quiabeiros que plantavam a propósito engrazados no milho atraíam os veados. Além do veado mateiro, havia uma espécie, hoje totalmente desaparecida, um veado chamado guatapará, cuja pele era das mais valorizadas, mesmo no lugar, sem ser preciso exportar pra longe. Uma parrelha de couro de guatapará dava um laço de doze braças, o chá do peão caprichoso. (Bernardes, 1986, p 165).

Em menos de vinte anos, os mineiros jogaram no chão com seus machados e suas foices afiadas, deixando apenas aqui e acolá uma pequena reserva para tirar uma madeira e outra, não só os cinco mil hectares da fazenda de Antônio Dâmaso, como a mancha inteira do chamado Mato Grosso Goiano, calculada em 200 mil quilômetros quadrados, hoje reduzidos a invernadas de capim jaraguá, criando bois em benefício de umas poucas centenas de pecuaristas, em prejuízo dos milhões em cereais e outros produtos da lavoura, para os quais as terras são excelentes. (Bernardes, 1986, p. 165-166)

[...] A mata virgem do município de Anápolis foi cortada e as glebas entregues aos seus requerentes no principinho do século – mais ou menos ali pela era de 1908.

De posse dos títulos definitivos, os proprietários foram arrumando suas propriedades, foi entrando gente, devassando os lugares, sem novidade alguma. Passaram-se os anos, com terra valorizando muito; de uma hora pra outra, uma coisa que ninguém esperava: olha a notícia correndo que havia muitos retalhos de terras devolutas largados à toa fora dos perímetros das fazendas (Bernardes, 1986, p. 195).

Derrubaram as matas de São Patrício, fundaram uma colônia agrícola que o latifúndio engoliria muito mais cedo do que se esperava, arrancaram o cristal de rocha da região onde, atualmente, estão Pium e Cristalândia, deixando os buracos às gerações de hoje. (Bernardes, 1986, p. 217).

Conforme tenho procurado abordar neste capítulo, Carmo era um escritor atento à produção historiográfica e geográfica de seu tempo (provavelmente por sua proximidade com o campo acadêmico e intelectual), um entusiasta dos conhecimentos da natureza e alguém preocupado com as mudanças à sua volta. Esse seu “olhar atento” é uma característica atribuída por Brandão e Rocha (2004) a Carmo Bernardes para diferenciá-lo de outros regionalistas contemporâneos que escreveram sobre o sertão/Cerrado. Para Brandão e Rocha (2004, p. 48), Carmo Bernardes detinha uma singularidade em relação a escritores como Guimarães Rosa, Bariani Ortencio, Hugo de Carvalho Ramos, Bernardo Élis e Mário Palmério, que consistia em:

Um dos aspectos mais visíveis na prosa do cerrado em Carmo Bernardes é que ele tem o cuidado de associar um profundo conhecimento de virtudes e perigos das plantas e dos bichos dos sertões com os conhecimentos das pessoas comuns a este respeito. Assim, uma leitura atenta vai revelar que o nosso autor é também um cuidadoso narrador de culturas populares. Aqui e ali, ao mesmo tempo em que registra propriedades de frutas e de outras partes das plantas, entre as suas propriedades curativas e os seus perigos

para a saúde de plantas e de animais, ele anota saberes e costumes de pessoas que vão de sua própria mãe, dona Sinhana, aos homens brancos dos sertões e aos povos indígenas das beiras do rio Araguaia.

O historiador ambiental Donald Woster (2003) destaca que grande parte do material disponível e estudado pela história ambiental já está disponível e tem sido produzido por geógrafos, especialistas das ciências naturais, antropólogos e outros pesquisadores. No entanto, esse conhecimento só foi gradualmente incorporado ao pensamento histórico, especialmente quando reinterpretado à luz de experiências e contextos mais recentes da ecologia. Essa absorção tardia demonstra como o diálogo entre diferentes áreas do saber pode enriquecer a compreensão histórica, integrando perspectivas que antes permaneciam à sua margem, marcando assim a história ambiental antes como um enfoque do que uma subdivisão nessa disciplina.

É importante salientar que Carmo tinha acesso aos textos da historiografia tradicional goiana e também aderiu parcialmente¹⁷ à revisão crítica dessa mesma historiografia. Conforme já destaquei, essa revisão foi influenciada, em grande medida, pelo pensamento ecológico, que desempenhou um papel crucial na formação de uma nova perspectiva sobre o desenvolvimento de Goiás. Essa visão incluía uma percepção mais aguçada de que a mineração era uma atividade degradadora, a revisitação da historiografia de viajantes, a compreensão de que o ambiente natural foi essencial para a pecuária e, por fim, a revalorização da cultura rural. Esses elementos, combinados, ajudam a explicar não apenas a postura de Carmo, mas também a construção de uma identidade goiana que passa a buscar integrar tradição e modernidade, natureza e cultura, mobilizando um repertório histórico, geográfico e cultural em busca de se compreender a partir de uma *dialética da natureza*¹⁸.

Quanto a esse último elemento, Thomas (1988) observa que, já no início do século XVIII, as comunidades rurais europeias mantinham uma relação profunda e prática com o mundo natural. Agricultores, caçadores e moradores do campo possuíam um conhecimento detalhado sobre plantas e animais, adquirido por meio da

¹⁷ Importa aqui destacar que Carmo, em alguns de seus textos (*Diário da Manhã*, 1983) e mesmo em *Quarto Crescente*, declara certa simpatia ao progressismo que representam figuras como Pedro Ludovico Teixeira e Henrique Silva na história de Goiás. Por outro lado, como em sua entrevista ao Caderno 2 de *O Popular* (1991) manifesta veemente repulsa à figura do bandeirantismo: "...destruímos mais a nação a partir do Bandeirante, do Anhanguera, do que no Oeste americano, produzimos a maior carnificina da história que ainda precisa ser escrita. [...] Essa gente que faço um esforço de não chamá-los de bandidos".

¹⁸ Termo recorrente em artigos de Carmo para se referir às relações humanas e ao conhecimento sobre o mundo natural.

observação direta e da transmissão de saberes tradicionais. Esse entendimento prático e cotidiano do ambiente já contrastava com o conhecimento científico àquela época, revelando uma conexão íntima entre o homem rural e a natureza:

O trabalhador agrícola era considerado, com justificada razão, como um conhecedor do mundo natural que o cercava. Ele possuía, por exemplo, um vocabulário bastante amplo, capaz de permitir-lhe traçar complicadas distinções entre tipos diferentes de animais domésticos. [...] Uma terminologia igualmente rica existia para a natureza selvagem. Os caçadores tinham um vocabulário minucioso e detalhado para os animais de caça, distinguindo-os pela idade e sexo, nomeando seus rastros, vozes, anatomia, excrementos e hábitos. [...] O mundo das plantas foi, na mesma medida, objeto de preocupação prática. O uso de ervas para propósitos medicinais era generalizado no meio popular. Isso gerou um amplo saber acerca das propriedades benéficas das plantas, transmitido oralmente, ou por escrito, nos herbários que alcançaram grande circulação com o nascimento da imprensa [...] Todo morador do campo sabia onde conseguir plantas com as quais elaborar unguentos, laxativos, purgantes, narcóticos ou remédios para verrugas e porrigens. [...] O mesmo valia para o hábito de se alimentar de uma gama mais ampla de plantas silvestre do que hoje em dia. [...] Também se usavam as plantas para uma infinidade de outros empregos práticos. [...] Não surpreende, portanto que os primeiros progressos da história natural devessem tanto à sabedoria popular. (Thomas, 1988, p. 84-87).

Ainda hoje, crenças populares – como o uso de forquilhas para encontrar água subterrânea, o plantio guiado pelas fases da lua, a crença de que uma porca nervosa pode gerar filhotes com dentes pontiagudos ou gatas de três cores são boas caçadoras – intrigam pela sua eficácia e complexidade. Muitas vezes sem explicação científica formal, tais práticas e crenças revelam uma conexão profunda entre o conhecimento empírico e o ambiente natural, algo que foi transmitido ao longo de gerações.

Um registro dessa dinâmica que envolve observação e prática pode ser identificado nos escritos de Carmo, quando este versa sobre temas como as cirurgias delicadas no ovário de porcas, o tratamento de doenças pulmonares em cavalos ou a capação de burros:

Nos animais de sela, dava muito a peste da tristeza, que também é mal sem cura. Engraçado é que essa doença só ataca os cavalos. Em égua ou em burro não dá.

[...]

No tempo do capim jaraguá pendoado, era comum os animais panharem garrotilho. [...]Essa daí é peste que, sabendo tratar, tem cura.

[...]umas brasas bem vivas num caco para fazer a fomentação. Colocou no braseiro assim a regulação de meio litro de *sementes de algodão*, cobriu a cabeça do cavalo com uma coberta grossa das que minha mãe tecia, e o pôs para inalar o fumaceiro que saía. (Bernardes, 1986, p. 68).

[...]uma porca nossa que fugiu pro mato, embrabeceu, e eu recebi a tamina de levar-lhe farta ração de milho, diariamente, como no chiqueiro. Nunca era vista, a não ser fugindo, arisca e revoltada, até que engordou bastante, comigo acompanhando a sua evolução de engorda, vendo-a de relâmpago no passar nas festas do mato correndo, quando eu ia lhe levar a ração. No dia de pegar ela e matar, os homens foram com cachorro, fizeram a caçada a tiro (Bernardes, 1981, p. 131)

Meu pai era capador de porca, operação primária e brutal...

[...]

A incisão é aberta na bruta com uma lâmina em forma de meia lua – a capadeira-, não muito afiada para não correr o risco de acidentes, cortar tripa, furar bexiga, lesar órgão situados aí por perto do campo da operação.

Aberto o jabro, vai com o dedo indicador tateando e, pelo toque, identifica o cordel da trompa, que tem uma consistência hígida, fácil de ser reconhecido pelo tato. O dedo experiente enlaça um dos segmentos do órgão e traz pra fora.

O processo agora é correr esse ramo da “madre” até a sua extremidade e aí cortar fora a pequena glândula da procriação, um caroço do tamanho de um grão de milho, para uma porca de corpo médio. Volta em sentido contrário a corrida do cordão, e o processo correto é puxar de um lado e recolher do outro em seguida. Uma vez alcançada a bifurcação de junto do útero, passa para o segmento oposto e repete o que foi feito na primeira operação.

Extraídos os dois grãosinhos, a sutura é feita com uma agulha grossa, depois de encher a ferida com um punhado de sal de cozinha, pegando o tecido intradérmico da incisão. (Bernardes, 1981, p.132).

Tais técnicas roceiras não servem apenas aos cuidados com os animais, mas também acumulam saberes que revelam mecanismos intrincados da vida e sua relação com o ambiente. Por meio da prática constante, gera-se um conhecimento profundo sobre os ciclos e interações que regem o mundo natural.

Em uma cena curiosa de *Quarto Crescente*, que parece buscar evocar a atmosfera de um laboratório, a mãe de Carmo, envolta na penumbra de uma câmara escura, assume uma postura que a aproxima de uma cientista em seu ambiente de experimentação. A luz, controlada e direcionada, serve como ferramenta para revelar o que está oculto nos ovos das galinhas que Dona Sinhana averigua. Tal recurso busca indicar uma aproximação entre o conhecimento tradicional e o científico:

Há de ser nada, não (pensei). Minha mãe tinha arrumado *uma espécie de câmara escura*, com uns pedaços de tábua e uma forma de açúcar descida das forquilhas, deixando uma fresta por onde o sol, de manhã, enfiava uma réstea fina e clara. Era o lugar onde ela lumiava os ovos das galinhas, escolhendo-os para botar a chocar. Colocava o ovo contra a luz penetrando naquela fresta, e observa se nele, do lado do pé, na extremidade mais grossa, é visível uma coroa escura bem destacada. Vista essa mancha escura, por dentro, no pé do ovo posto contra a luz do sol da manhã, numa réstea entrando alegre por uma fresta na câmara escura – pode separar ele pracolá que esse é galado, serve para botar a chocar. (Bernardes, 1986, p. 86).

Conforme De Sousa Santos (2021), o conhecimento científico é uma forma de saber privilegiada e importante, mas que tende a neutralizar outros campos de conhecimento. É necessário, portanto, tornar visíveis esses saberes marginalizados, comparando-os em função de suas capacidades de realização, reconfigurando uma constelação mais ampla de saberes. Essa reconfiguração buscar evidência a injustiça cognitiva presente no mundo, bem como o privilégio das intervenções sociais científicas que são aceitas como custos inevitáveis, mas que perpetuam desigualdades. Por meio da aproximação entre o conhecimento roceiro e o científico, outras três passagens de *Quarto Crescente* revelam afinidade do pensamento de Carmo com a necessidade de reconfiguração dos saberes conforme proposta por De Sousa Santos:

[...] Fico espantado quando deparo com a verdade que, com todo avanço da ciência, certas idéias de meu avô, pai de minha mãe, ainda são novinhas, corretas e perfeitamente aplicáveis nos dias atuais. (Bernardes, 1986, p. 60)

No vão do Paranã era lugar de muita onça. Havia criação com fartura pra elas perseguirem e bons lugares de morar por causa das grunhas demais existentes nos costelames das serras. Os criadores de gado não se queixavam de sofrer grandes prejuízos de gado que as onças pegavam.

[...]

Pegando os que ficam doentes no mesmo dia que adoecem, a peste não prospera, não prega nos outros. De forma, que eu acho que as onças até ajudam o criador.

- Os mistérios da Natureza, né mesmo, seo-Manezim?

- Tudo quanto Deus fez tem uma serventia, o sor não tá de acordo?"

Fiquei com essa conversa na memória e, hoje, já sei como é que essas coisas se explicam, *cientificamente*. (Bernardes, 1986, p. 119-120, grifo nosso).

Me lembro dos bagres, *me lembro da ciência que a mãe tinha* de repicar, salgar e botá-los no sol trelados pelos rabos. Dependurados pelo lados das cabeças não podia ser. Quis saber por que, ela me respondeu ríspida, que , não sendo assim, não preta.

- E não presta por quê?

- Porque não!

E permanecia intransigente, num encaquestamento irritantet. Hoje, julgo que aquilo era a força da tradição e a tradição ninguém discute. *Se alguém for estudar a fundo essas regras a que o povo obedece sem passar a saber por que, descobrirá que elas têm um fundamento lógico.* Sei é que trelar os peixinhos pelas cabeças é muito fácil, mas não é a regra, portanto, não pode. Tem que ser é pelos rabos e pronto, é peta discutir. (Bernardes, 1986, p. 140, grifos nossos).

Como pontua De Sousa Santos (2021), é essencial revalidar o senso comum como um instrumento e uma forma de expressão dos oprimidos, reconhecendo-o como um conhecimento claro e profundamente útil. Algo bastante evidente na passagem que cito novamente: "Se alguém for estudar a fundo essas regras a que o

povo obedece sem passar a saber por que, descobrirá que elas têm um fundamento lógico” (Bernardes, 1986, p. 140).

O senso comum destaca-se por sua criatividade, pragmatismo, confiança e capacidade de persuasão, além de possuir objetivos transparentes, o que o leva a desconfiar da opacidade dos propósitos tecnológicos e a questionar estruturas que estão além da consciência imediata. Justamente por isso, ele demonstra uma habilidade singular em captar a complexidade horizontal das relações conscientes entre pessoas, e entre pessoas e coisas. Não se trata de considerá-lo superior ou inferior ao conhecimento científico, mas de compreendê-lo como um saber humano elementar e indispensável. Um conhecimento prudente, que contribui para uma vida digna, em diálogo constante com outras formas de saber. (De Sousa Santos, 2021).

A partir dessas reflexões sobre senso comum e conhecimento científico, proponho aqui uma *primeira postulação da gramática ambiental* em Carmo Bernardes: há um fundamento lógico no conhecimento popular, que é constituído por “regras que o povo obedece sem passar a saber por que”. Facilmente podemos associar a ideia de *regras* não só a uma *gramática* (descrição das regras que constituem uma linguagem), mas também ao propósito das ciências naturais, que é a explicação das *leis* da natureza.

Nesse sentido, vemos em Carmo Bernardes o senso comum aparecer de modo intrincado a uma sabedoria que não seria apenas do homem (da cultura), mas também da própria natureza. Uma sabedoria que os humanos acessam não só pela observação e experimentação, mas também pela transmissão intergeracional:

[...]A sabedoria do meu povo, a que eu tenho, de herança, é a sabedoria da raça humana, experiência que ninguém sabe quantos anos faz que começou, e que está sempre em obediências às leis da Natureza. Essa, daí, vejo que dá certo e acerta em tudo por tudo.. (Bernardes, 1986, p. 113)

Acredito; fio na prática dos mais velhos; eles tinham o capricho de observar tudo na natureza, sabiam do certo e do errado. (Bernardes, 1981, p. 153).

É aonde a sabedoria da Natureza causa espanto. (Bernardes, 1981, p. 157).

Para compreender essa ideia de *sabedoria da natureza*, podemos associá-la a uma inferência mais antropocêntrica para o sentido de natureza presente na cultura popular sertaneja, acreditando-se que tudo foi criado para o dispor do homem. Avento

a hipótese de que essa é uma ideia basilar do catolicismo popular brasileiro que marca sua tradição rural atualizada nos escritos autobiográficos de Carmo Bernardes.

Porém, as raízes desse pensamento são ainda anteriores, sendo possível identificá-las no aristotelismo e no cristianismo da escolástica. Segundo Thomas (1988), a ideia de que a natureza não faz nada em vão e de que tudo no mundo natural tem um propósito vem de Aristóteles, a partir da *physys*. Trata-se de conceito cujo surgimento assinala uma ruptura significativa na cultura ocidental, na medida em que Aristóteles afirma que o início da filosofia reside numa espécie de espanto ou admiração, o que é sinal de um distanciamento entre a natureza e o homem. (Thomas, 1988; Carvalho, 2008).

Associa-se a essa ideia-matriz – a *physys* ou a *natureza* – um princípio de *finalismo*, termo que sintetiza a ideia de que tudo o que existe na natureza existe com um propósito, com um *fim*. A ele, podemos associar um segundo princípio, de *equilíbrio*, que pode ser associado a um sentido de perfeição, conforme Thomas (1988, p. 329-330):

A ideia atual de equilíbrio da natureza teve, portanto, fundamentação teológica, antes de ganhar fundamento científico. Foi a crença na perfeição do desígnio divino que precedeu e sustentou o conceito da cadeia ecológica, sendo perigoso remover qualquer um de seus elos.

[...] todas as espécies da criação tinham um papel necessário a desempenhar na economia da natureza.

[...] Desse modo, uma combinação de teologia e utilidade fundamentou a convicção, cada vez mais difusa, de que as criaturas selvagens deviam, dentro de certos limites, ser conservadas. Quando o movimento pela proteção das aves selvagens ganhou forças, no século XIX, ele deu maior ênfase às funções indispensáveis (comer vermes e controlar insetos e outros bichos nocivos) desempenhadas mesmo por aquelas espécies consideradas mais perniciosas. (Thomas, 1988, p. 329-330)

Separada do homem, a categoria *natureza* emerge como uma invenção social (isto é, apropriada e organizada como representação) marcada por esses dois princípios, *finalismo* e *equilíbrio*. Cada sociedade terá um tipo de relação com o mundo natural, a partir das formas como o representa e como representa a si mesma em relação a ele. Essa dinâmica permanente constitui e atualiza um conhecimento popular sobre a natureza, um saber que cada grupo social detém a respeito do ambiente que habita.

É em associação a essa perspectiva filosófica sobre o conhecimento popular que proponho pensar uma *segunda postulação da gramática ambiental* em Carmo

Bernardes, através da concepção de linguagem do escritor. Vejamos os seguintes trechos da crônica já mencionada “O que não presta não tem nome”:

O assunto vinha era sobre o nome das coisas: o tema me empolga, descabeceio-me por outros rumos. Vamos andando no mato com um caboclo da roça, e indagamos dele, vamos dizer, que pau é esse. *Se ele disser que é pau-à-toa, pode largar que o vegetal é sem serventia, portanto não tem nome. Os que tem muita serventia ou são daninhos pode esperar que o caboclo lhe dirá muitos nomes*

[...]

De maneira que o negócio é esse: *a coisa é conhecida por muitos nomes é porque atravessa no caminho da gente, de bem ou de mal.* Aqui ela é conhecido por nome, acolá por outro, é um troço que está sempre presente na vida da gente. (Bernardes in: jornal *Diário da Manhã*, 06 de outubro de 1982, p. 26, grifos nossos)

Assim, a segunda postulação aqui proposta é: um grupo social dá nome àquilo que lhe tem alguma serventia e àquilo que “atravessa no caminho da gente, de bem ou de mal”. Há uma imbricação entre a natureza (e a forma como ela é apropriada pela linguagem, constituindo representações) e as formas como se vive diante dessa natureza.

Essa concepção pode ser compreendida a partir dos postulados da etnolinguística, cuja meta fundamental conforme Cabral e Oliveira (2023) “é a busca pelo significado das formas e das expressões linguísticas para o entendimento de como os falantes de uma língua veem o seu mundo e com ele se relacionam.” (p. 29). Possibilita refletir, ainda, como os falantes de uma língua “*se relacionam com a natureza*, uns com os outros no seu dia a dia e ao longo de sua história.” (p. 29, grifo nosso).

A nomenclatura das plantas constitui um caminho interpretativo interessante para compreender as diferentes formas de conhecimento sobre a natureza. Enquanto a ciência ocidental buscou categorizar e sistematizar os fenômenos naturais por meio de classificações utilitaristas e universalistas, o saber tradicional atribui nomes às plantas e ecossistemas com base em suas características simbólicas e culturais, mesmo quando utilitárias, muitas vezes guiado por visões encantadas do mundo.

Thomas (1988) destaca que, no início dos tempos modernos, a relação entre o homem rural e o mundo natural era profundamente fundada na convicção de que o humano e a natureza estavam encerrados em um só mundo. As pessoas atribuíam significados emocionais e simbólicos às plantas, animais e outros elementos naturais,

fazendo analogias e correspondências entre as espécies e a sorte humana que podia ser expressa, influenciada ou mesmo prevista por plantas, pássaros e animais.

No entanto, essa rica taxonomia popular era mais elaborada do que requeriam as considerações puramente utilitaristas dos sistemas científicos, como o famoso sistema de classificação lineano. Com o tempo, a partir da influência científica, as mudanças nas percepções e no vocabulário tornaram obsoletas muitas das concepções tradicionais, gerando um impacto traumático nas atitudes populares em relação ao mundo natural, tornando obsoletos muitos de seus pressupostos. (Thomas, 1988)

A doutrina maravilhosa das assinaturas divinas, por exemplo, sustentava-se na crença de que toda planta deveria ter um uso humano e que características como cor, forma e textura das plantas poderiam ser interpretadas como sinais de suas possibilidades para usos medicinais ou mágicos, reforçando a ideia de que a natureza era carregada de sentido e propósito. (Thomas, 1988)

Holanda (2005) argumenta que aspectos da medicina rústica e da botica medicinal popular brasileira não podem ser atribuídos exclusivamente a tradições europeias ou indígenas, mas que a maior possibilidade é que tenham surgido de hábitos e tradições amalgamados dessas culturas, gerando produtos novos e imprevistos no momento em que essas culturas entraram em contato. A medicina sertaneja, tal como praticada hoje, não pode ser considerada puramente indígena ou europeia, sendo mais provavelmente resultado de uma reunião de elementos díspares. Um critério analógico, que buscava identificar no Novo Mundo elementos semelhantes aos conhecidos no Velho Mundo, pode ter influenciado a seleção de drogas, amuletos e medicamentos bezoarticos na formação dessa medicina. A familiaridade prolongada e a observação do colono europeu se aproximaram da transmissão de conhecimentos e experiências indígenas, mostrando que ambas as perspectivas atuaram de forma integrada na construção desse saber.

O Cerrado foi bastante descrito por bandeirantes e colonizadores a partir de um olhar influenciado pela fé cristã, superstições e também pelo desconhecimento com relação a suas particularidades, revelando muitas vezes uma percepção encantada e maravilhosa desse lugar. Segundo Afiune e Oliveira (2015), o olhar desses colonizadores dos séculos XVI ao XVIII estava focado nas serras e formações rochosas, atribuindo significados simbólicos como o brilho dourado das rochas,

associado à riqueza aurífera, ou as rochas negras e com formas humanas, que compunham uma visão mística da região.

O bandeirantismo constitui um considerável agente de apropriação de conhecimentos das populações indígenas. Conforme destaca Holanda (2005), a assimilação das técnicas agrícolas indígenas ocorreu em grande medida devido à necessidade de simplificação dos métodos europeus, impulsionada pela falta de estímulo para uma lavoura rigorosa. Essa integração de saberes, que incluiu o uso de recursos naturais, permanece presente até hoje, refletindo elementos da alimentação e da botica da natureza que se consolidaram na cultura ao longo do tempo.

Mais adiante, dentre as principais referências apontadas por Carmo certamente constitui o *Formulário ou Guia Médico e Dicionário de Medicina Popular e das Ciências Acessórias* de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz (1812-1881). Segundo Guimarães (2016, p. 16), o *Chernoviz* (conforme são popularmente conhecidos os manuais do médico e acadêmico) servia “como subsídio científico aos autodidatas e aos que exerciam os ofícios da cura, muitos dos quais foram titulados pelos médicos acadêmicos de charlatães ou curiosos.”

Para Guimarães (2016), a adoção de manuais de medicina durante o Império se popularizou no Brasil devido ao seu caráter pedagógico e ao mesmo tempo científico e civilizador, instruindo pessoas no interior do país que não possuíam acesso à medicina institucionalizada quanto aos primeiros-socorros e quanto à formulação de diversos remédios. A autora também retrata como esses manuais se inseriam bem no cotidiano sertanejo:

Os manuais de medicina popular caíam bem no ambiente caseiro, durante conversas informais – nas salas, nas alcovas, nas cozinhas... – em que se trocavam receitas para lidar com o amor e as paixões, e para recuperar a saúde de parentes, vizinhos ou escravos. Esses manuais não eram adquiridos, no entanto, apenas por famílias ricas ou remediadas afeitas à prática doméstica da medicina. Na verdade, eram apropriados por diversas categorias da população brasileira, prestando serviços para um grande número de indivíduos leigos, cujas atividades práticas se baseavam no conhecimento médico informal adquirido por meio deles – chegando, algumas vezes a assegurar-lhes a sobrevivência. (p. 21)

A menção ao *Chernoviz* é recorrente na literatura brasileira, inclusive na verve regionalista (Guimarães, 2016). Nas autobiografias de Carmo, as menções ao “livrão do Chernoviz” são pontuais: o guia é figurado como uma referência às artes de curar praticadas pela mãe e pelo avô. O narrador não tece comentários nem se detém nas prescrições do manual; seu registro narrativo presta-se a uma representação

alegórica, uma sugestão quanto ao registro e à materialização de um conhecimento científico socialmente referenciado, facilmente apreendido pelo senso comum e difundido na prática cotidiana.

Essa digressão importa na medida em que oferece alguns ângulos para se pensar as representações sociais que permeiam os debates sobre a potencialidade alimentícia e medicinal da flora do Cerrado. De concepções maravilhosas ao pragmatismo cotidiano, associadas a noções científicas já seculares, ao lado de culturas vegetais estrangeiras consolidadas (como o limão, a laranja, a aguardente) compõem o repertório de valorização dessa biodiversidade e dos saberes a ela relacionados:

[...] E não quero deixar de acusar que umas febres estranhas, vindas com as primeiras chuvas do ano, matavam apodrecendo os padecentes por dentro, e que a ferida-braba não deixava pessoa alguma de reserva. Essa daí, a afamada úlcera-de-bauru, precisava ser acudida com urgência, com garrafadas feitas com aquelas raízes que minha mãe, fazendo a nossa viagem parar, arrancou nos campos-cerrados das cabeceiras do ribeirão João Leite: *cravinho, velame, caroba e salsa-do-cupim* – tisana forte em que entrava ainda uma laranja da terra rachada em quatro e cozida até delir, adicionados, depois, 8 gramas de iodureto, numa garrafa. (Bernardes, 1986, p. 51)

[...]Em alguns, as febres eram cortadas com um suador forte de *limão galego* escaldado com *flores de lobeira*; quando não havia limão, que também era difícil, o cozimento de *café* também servia, mas nunca o doente deixando de tomar a creolina medida pela quantia de uma gota num copo de leite e dela fazer uso por uns dias seguidos. (Bernardes, 1986, p. 51).

A pinga, nas nossas vizinhanças, significava o mesmo que arroz com feijão: ninguém podia passar sem ela. Muitos remédios, um deles a fava de sicupira, não fazem efeito a não ser infuso numa boa cachaça, e meu avô, Pernagrossa, *explicava que os nossos órgãos não absorvem certos princípios das ervas medicinais a não ser depois de tratados no álcool*. E dava a comparação:

- Não vê os minerais? Se o ferro é indispensável no tratamento de certas fraquezas, isto não manda que a pessoa adoentada vá comer limalha, porque não adianta: passa direto, o estômago não digere. (Bernardes, 1986, p. 88, grifo nosso).

Carmo ainda reforça a menção a que grande parte da provisão medicinal conhecida e utilizada pela família se encontra nas vulneráveis formações campestres do Cerrado:

[...]Sabendo, por ouvir dizer, que por cá, onde vínhamos morar, sendo tudo mato-virgem, culturama de papuã e tabocal, a flora medicinal seria de pouco recurso, Dona Sinhana, vendo o tanto da riqueza dos campos do João Leite,

pulou do silhão no chão e foi arrancar suas raízes, panhar suas folhas, titar suas cascas.

[...]E arrancamos, panhamos folhas, tiramos cascas e ainda deu de, com o facão e a machadinha, furar morada de abelha, a jataí, a marmelada e, no galho de um pequiheiro, um uruçú. [...] Assim como a *batatinha do cravinho*, um lote delas que, em adjunto com a *carobinha*, a *salsa-do-cupim*, o *velame branco*, é o maior depurativo na cura dos gálicos; a *douradinha* que é tomada feito chá, para as urinas; o *manacá* com o *algodãozinho*, um que dá uma batata, entrando também o *taiuiá*, na cura do reumatismo e dor nas cadeiras; *jurubeba do cupim*, assim como a *casca do veludo branco*, feito o infuso, um santo remédio que desvanece o inchaço do fígado e acaba com os empachamentos; o *pé-de-perdiz*, o *para-tudo*, o *milome*, o *sene*, as *sete-sangrias* (essa daí para a agitação, encrespamento da veia-artéria, e a pessoa, fazendo uso dela, evita morrer de apoplexia); e, como eu vinha dizendo: o *alcaçuz*, a *suma*, a *erva-de-andorinha*, a *bolsa-de-pastor*, que as bandas de fruta dele dão uma boa raspadeira de raspar animal – de tudo um pouco, encheu dois sacos de moá, que vieram de dobro numa das cargas. Dona Sinhana, de jeito nenhum, aceitava ficar sem os recursos dos remédios que ela sabia aplicar, que o livrão grosso do Chernoviz indicava. (Bernardes, 1986, p. 98).

Os frutos do Cerrado que o menino Carmo tanto apreciava também estavam em sua maioria associados às formações campestres:

Até hoje, por leve e mal-mal, ainda sinto que as frutas selvagens dos cerrados e dos campos agrestes me faziam mais falta. [...] O mato crioulo, de cultura boa, é pobre de frutas. As que existem são a *guapeva*, um *bacupari* onde é difícil se encontrar uma fruta sadia, tudo bichado; um *gravatá* desses de cabeça chata, muito ruim; uma *pitanga* de tronco liso, própria de ribeirões, que vai madurando de pouco e caindo den'dágua; e, a bem dizer, mais nada. O coco da macaúba, nesses nossos terrenos de massapê, tem a casca pregada, a carne dele é um visgo desenxabido à toa de que nem porco gosta. Para não dizer que por cá não havia fruta alguma, posso trazer a castanha do *coco de guariroba*, macia e gostosa, e o *coquinho jerivá*, vermelhinho e pregoso. E ia me esquecendo do *ingá-rosário*, que, nas terras mais secas, às vezes, dava com fartura. (Bernardes, 1986, p. 50).

O Cerrado é representado como dotado de uma gramática ambiental própria, que se manifesta nas múltiplas linguagens, narrativas e práticas culturais dos que dele fazem uso e se apropriam. Essa gramática foi construída a partir da relação com elementos como o ritmo ditado pelo clima com duas estações bem definidas, o regime de fogo, a observação do comportamento dos animais nesse ambiente e a vivência profunda do lugar. Aspectos como os caminhos percorridos, os nomes dados aos lugares e elementos naturais, as formas de rezar e de contar a memória compõem, portanto, a estrutura simbólica e prática que dá acesso a conhecimentos ecológicos dessa região. A preservação desse conhecimento é fundamental para a compreensão da complexidade desse sistema e sua conservação, assim como o manejo tradicional

das plantas, que as manteve “de pé”, revela uma ecologia cultural enraizada e sustentável.

Tudo isso compõe o que propus descrever aqui como uma gramática ambiental presente em Carmo Bernardes, baseada em duas postulações, que recupero: i) há um fundamento lógico no conhecimento popular, que é constituído por “regras que o povo obedece sem passar a saber por que”; ii) um grupo social dá nome àquilo que lhe tem alguma serventia e àquilo que “atravessa no caminho da gente, de bem ou de mal”.

Na sequência, para ilustrar uma possível aplicação dessas duas postulações, destaco escritos de Carmo sobre um tema que muito lhe interessou, dentre as várias espécies animais e vegetais que permeiam sua obra: as abelhas nativas. Carmo escreveu sobre elas em jornal (Figura 11), bem como em *Quarto Crescente*, como ilustram os excertos citados na sequência.

Figura 11 — "Em extinção as abelhas nacionais".

CARMO BERNARDES

EM EXTINÇÃO AS ABELHAS NACIONAIS

Dentro em pouco, das abelhas indígenas do Brasil só restarão os registros históricos. São espécies em franco desaparecimento e em extinção em vastíssimas regiões do país

Leio num registro antigo — A Informação Goiana, nº 7, de fevereiro de 1925 — um trabalho bem fundamentado sobre as abelhas silvestres do Brasil Central, e vejo que até hoje muita pouca importância tem sido dada a esse importante recurso natural. Do meu conhecimento, apenas o Dr. Paulo Nogueira Neto, da Secretaria Especial do Meio Ambiente, vem cultivando e fazendo experiências com as abelhas indígenas das espécies sem ferrão. Tudo faz crer que, muito em breve, das abelhas indígenas do Brasil só restarão os registros históricos. São espécies em franco desaparecimento, e já em extinção em vastíssimas regiões, onde nem são mais conhecidas das populações.

Os escritos sobre abelhas a que me refiro são da autoria de Henrique Silva, fundador e diretor da dita revista A Informação Goiana, um nome aliás respeitável, pelos seus conhecimentos e versatilidade sobre assuntos nacionais. Ele começa dizendo que dando conhecimento dos nomes indígenas, costumes, hábitos e cortios de várias abelhas do Brasil Central, julga estar contribuindo no sentido de divulgar novas fontes de riquezas do país. Não sabia ele que a meio século após, a extraordinária riqueza que divulgava já não existia mais. Agora — que é o caso da presente nota — o nosso interesse já é meramente de um registro histórico que o fazemos na presunção de oferecer subsídios para divagações futuras de pesquisadores bisonhos.

NECESSIDADE DO CONHECIMENTO PRÁTICO

O cientista Hermann von Ihering deixou escrito que os nomes vulgares dos animais do Brasil "vão de sumo valor para a investigação biológica, dando indicações preciosas que os naturalistas não podem nem devem deixar de aproveitar". E com Henrique Silva eu acrescentaria que o que nos resta não é estudar anatomia e outras características das plantas e dos animais. O que necessitamos mesmo é adquirir conhecimentos práticos da botânica aplicada e da zoologia agrícola, para melhor aproveitar os recursos daí derivados.

Sobre o conhecimento do que é nosso muito pouco ou nada mudou dentro destes cinquenta anos na cabeça dos intelectuais e mesmo professores das nossas universidades, que ficam mais no terreno da teorização do que mesmo no campo da prática. Henrique Silva diz que "nada mais fácil do que provar que o estado atual dos nossos conhecimentos da fauna do Brasil não nos habilita de modo algum a compreender, primeiramente e como era mister, a sua importância no subido problema da nossa vida econômica. Tal é o caso das nossas abelhas — continua o grande publicista — as quais até aqui só tem sido solicitadas a atender de maus olhos entomologistas, silvicultores e toda outra ideia que não a de entomologia científica, de uma suposta sistemática e estranhos completamente às questões especulativas ou econômicas."

E mais ou menos assim até hoje. A espécie *Apis mellifera*, a chamada abelha-europa, acimada no Brasil "onde só o que é existente tem importância, é sem toda parte pela mel e a cera que fabrica do que pela curiosidade que nos naturalistas e amadores

oferece a sua misteriosa vida íntima sob as paredes das colônias."

ABELHAS DO BRASIL CENTRAL

Com a autoridade de Henrique Silva, o escritor e publicista goiano mais versátil de todos os tempos, dou em seguida o seu trabalho sobre as abelhas "Meliponidae" e "Trigonidae" do Brasil Central, para que fique afixado o registro histórico:

"Tudo está assaz indicado que num país florentemente como este a apicultura não poderá deixar de ser uma indústria vantajosamente remuneradora, quando explorada metódicamente e pelo aproveitamento da matéria prima que possuimos. Releva dizer que além do mel e da cera, que variam em sabor e consistência, produzem as nossas abelhas uma matéria dura e inflamável — o retame —, cuja utilidade nas indústrias é já conhecida. Tratando da cera das nossas abelhas, disse Saint Hilaire:

"Em Goiás tive ocasião de conhecer um indivíduo que a branqueava perfeitamente bem e cujo segredo consistia apenas em deitá-la, escumá-la e depois dividida em pedacinhos e expô-la ao sol. Ele repetia esta operação até seis vezes, o que levava dois ou três meses e no fim desse tempo a cera ficava tão clara como as das nossas abelhas domésticas."

Este insuspeito naturalista reconhecia a superioridade do mel das nossas abelhas sobre o das da Europa, dando disto conhecimento a França, onde algumas tentativas se fizeram no sentido de aclimatar as melhores abelhas do Brasil.

Nota: — Há uma técnica de clarificação da cera indígena bem mais prática do que esta observada e registrada pelo naturalista francês. Coloca-se a cera bruta num saco de pano ralo, amarra a boca e põe para cozinhar numa lata ou tacho com muita água. Quando ferver, a cera derretida flutua e é apanhada em lâminas com uma colher molhada. As lâminas bem delgadas expostas ao sol clareiam com uma operação apenas.

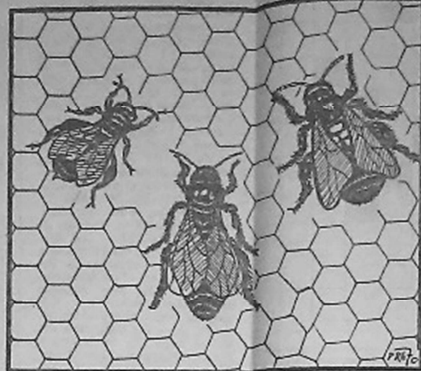
O pigmento escuro das ceras desbota com a reação da luz e do calor do sol, o que ocorre, aliás, com todas as tinturas naturais. As lâminas bem delgadas expostas ao sol clareiam com uma operação apenas.

O TESTEMUNHO DE COUTO MAGALHÃES

"Da abundância de abelhas no interior do Brasil — continua Henrique Silva —, poder-se-ia fazer uma ideia pela seguinte passagem do livro de viagens de Couto Magalhães:

Vi ali (em Goiás do Araguaia) uma quantidade tão grande de abelhas que só pode idear quem as viu. Uma construiu suas casas pelo centro das rochas, outras na superfície, outras entranhavam-se pelo chão, outras finalmente faziam nas sobre as árvores ou no osco dos paus. A quantidade dessas insetos era tão grande, que não nos bastavam as mãos para defendê-los a boca, os olhos, o nariz e ouvidos, e os cabelos, e por entre os quais eles penetravam em multidão sufocadora.

Nota: — Trata-se, evidentemente, daquelas espécies ferozes de abelhas que se assanham,



picam e enroscam-nos nos cabelos, como a Chupé, o Sanhaão ou Sanhaol, a Cupinheira ou Cupira, a Arapá, a Abelha-sapo e outras. Couto Magalhães, nesta passagem do seu livro "Viagens ao Araguaia", se refere a uma excursão extra que fez no topo de uma serra, numa tarde, onde foi violentamente atacado pelas abelhas.

As espécies acima assinaladas são frequentemente encontradas em colônias, no alto e nas encostas das montanhas. Construem seus ninhos em forma de cupim pregados nas pedras das serras ou arrancham nas frestas e anfractuosidades dos rochedos. E quando inadvertidamente vamos dar no centro desses abismos, somos impiedosamente atacados. Foi o que se deu com o grande sertanista e ex-governador de Goiás, o general Couto Magalhães.

ETIMOLOGIA OBSCURA DOS NOMES DAS ABELHAS

"Estampamos estas linhas — continuamos com Henrique Silva —, trasladadas das nossas notas de viagem pelo interior do Brasil e referentes às abelhas, vespas ou "cabras", que por experiência conhecemos nos sertões de Goiás, algumas delas sem dúvida ainda não determinadas cientificamente, sobre obedecemos o que foi dito de começo, o nosso intuito não excede, todavia, as raízes de bem entendida modestia.

Esquecido, nos afilura acrescentar que os nomes vulgares de muitas espécies de que nos ocupamos foram, pelos nossos aventureiros que primeiro picaram o vasto sertão, traduzidos literalmente da chamada língua geral, como por exemplo agafogo, que corresponde ao "Ta-taíra" ou "Taítá" dos aborígenes.

Igualmente nos dispensamos de trazer para aqui e equivalentes e salafas conjecturas de pretendidos descobridores do mel de pau, mito de etimologia e vocabulário indígenas, na maioria não levemente interpretados pelos jesuítas nos tempos coloniais, como pelos historiadores em nossos dias, pois o mesmo zoólogo alemão atrás aludido, assevera que "se profundo estudo destas coisas, que o ritmo de lá vocabulário exige, muitas vezes desconhecimentos em muitos casos da vida dos respectivos animais e estes conhecimentos em muitos casos não temos nem pela literatura os podemos obter.

Com efeito, a etimologia dos nomes indígenas dos nossos animais não se acha de conformidade nem com os caracteres nem com a biologia deles, quando é certo que os nossos selvícolas, conhecedores profundos que eram dos representantes da fauna brasileira, os distinguiram pelos nomes os mais característicos.

Quanto a este assunto, ainda outra reflexão passageira: tudo quanto possuímos na literatura científica e nada mais que uma lamentável confusão. E nisso já está de acordo todos os naturalistas conscienciosos.

Pois bem: o que sabemos pela experiência e aprendemos "in situ" quanto aos nomes vulgares e também quanto à biologia dos interessantes himenópteros que tanto contribuem para a economia doméstica dos habitantes do sertão, para aqui trasladamos sem alterar uma linha, uma vírgula, a forma sintética de nossos apontamentos de viagem ainda recente pelos sertões desse belo grande quanto desconhecido Goiás.

Seja antes dito de passagem que dessa vastíssima região do país, a literatura zoológica apenas menciona os nomes vulgares (além, mal grafados) de 18 espécies de abelhas que o naturalista inglês G. Gardner citara acidentalmente em seu clássico livro de viagem, espécies estas, diz ele, pertencentes ao gênero "Meliponidae", que compreende as nossas abelhas sociais propriamente ditas.

NOMES VULGARES E CLASSIFICAÇÕES CIENTÍFICAS

Da presente lista — continua A. de Saint Hilaire — só conheceu em suas longas excursões pelo Brasil (Goiás, inclusive) os nomes vulgares ou indígenas de 18 espécies, e o viajante inglês J. W. Wells apenas se refere a uma espécie em seu volumoso e informativo trabalho "13.000 milhas Through Brazil, from Rio de Janeiro to Maranhão", e não é esta que a abelha de cupim, que ele acredita venenosa, com base às superstições dos sertanistas.

Nota: — É quase certo que Wells ouviu mal a informação do seu guia sobre a malignidade da abelha do cupim. O que ocorre é seguinte: não é a abelha, mas o mel de certas espécies melíferas — a abelha-sapo, ou do-cupim, e outras — que é altamente emético e purgativo, se ingerido em dose

demasiada. Pode até ser fatal, como tem acontecido com pessoas que, ignorantes de suas consequências, se alimentam e tomam desse mel desprezadamente. Não é, portanto, a abelha, cuja picada seja venenosa, mas o seu mel, principalmente em determinadas regiões e em certas épocas do ano.

Aliás, são frequentes nas notas dos viajantes e naturalistas que percorreram os sertões brasileiros conceitos assim tão desparatados, senão desonestos. Saint Hilaire, mesmo, foi de pessimo ouvido. Suas notas são cheias de clamorosos equívocos. Pois ele chegou ao absurdo de dizer que o sertanejo é capaz de seguir uma abelha no vôo, dentro do mato, até encontrar o oco do pau onde ela tem o seu ninho, quando isto é um absurdo. O que o sertanejo seu informante deve ter dito é que pela direção do vôo de uma abelha é possível tomar o rumo provável do seu ninho na mata. Daí os tremedores e mesmo irritantes equívocos. E o pior é que essas coisas permanecem como lei e vão sendo repetidas pelos nossos pseudos divulgadores de informações científicas.

"Assim, pois, a relação de abelhas e vespas que vai em seguida — novamente de volta ao texto — vem a ser mais completa de todas quantas se há publicado dentro e fora do nosso país:

Vavá ou Tiuba — É uma abelha grande, toda rajada, que faz o ninho em oco de pau, de preferência nas matas; tem excelente e abundante. Deve pertencer ao gênero "Trigona", por alusão que lhe faz o Sr. Hermann von Ihering.

Mandaguá ou Mandaguari — Outra espécie que se aninha em oco de pau, nas florestas; pequena, preta, com o abdome rajado, muito brava quando se lhe assanham. Mel de agradável sabor, mas um tanto acidulado. Da muito mel, formando às vezes cinco e seis mais colônias numa só árvore, que vem a ser de preferência o angico (*Discosyria paraensis*). Sua determinação científica vem a ser Ihering Friese, se não há ao equívoco, devido às diversas denominações vulgares em várias localidades do país para uma ou mais espécies de animais indígenas.

Beijui — Preta, pequena, mansa, mel apreciável.

JATAI — De duas qualidades: uma amarela e outra preta. Esta última costuma fazer o ninho nos cupins, e a primeira mais abundante no Brasil, o faz mais comumente no oco dos paus terra (Quake), nos cerrados ou campo do interior. Ambas estas espécies de legítimas "Meliponidae" produzem excelente, saborosíssimo mel que desprende perfume das nossas mais delicadas flores silvestres ou campestres. Em alguns Estados dão-lhe o nome de Jati.

Marmelada — Amarela, pequena e como a precedente, mansa e produtora de mel superior; não nos parece ser conhecida dos naturalistas que, pelo menos, não lhe mencionam o nome que lhe dão os sertanejos.

Tratim — Preta, miúda, mansa, mel de sabor comum; faz a casa em paus ocos, quer na mata, quer nos cerrados.

Borá — Amarela, tamanho médio, mel azedo e com muita "sambora", produz muito mel mas um tanto drástico e por isso fazendo às vezes de laxante no interior. Faz a colmeia no oco dos paus.

Tatara ou Cagafogo — É uma abelha avermelhada, pequena e muito brava; é como o chamado mosquito pólvora: quando pousa na pele de um indivíduo causa uma espécie de líquido causticante. O seu mel é apreciável, mas não vale a pena bulir com ela, dizem os capins.

Moça-branca — Pequena, brava, amarela clara, mel saboroso, anilha-se nos ocos de pau.

Urucu — Abelha amarela, com abdome rajado, grande e mais ou menos brava, fazendo o ninho quer no oco dos paus, quer no chão. Da muito mel e bom.

Sanhaão grande ou Sanhaol — Caba preta, grande mordedora, mel apreciado. Ambas estas vespas costumam fazer a casa nas cavidades das rochas. Para se lhes extrair o mel e mistur do fogo que as afugenta.

Mombuca — Abelha preta, pequena, e de todas a que produz maior quantidade de mel. Constrói a casa no oco de pau. Segundo o Sr. Ihering há mais de uma espécie de "Trigona" com este nome de mombuca, sendo que uma delas que ele conhece faz o ninho no chão e, portanto, não é a que tratamos.

Arapá — Preta, grande, muito brava, mel de sabor enjoativo. Constrói o ninho em forma de cupim, nas grimpas das árvores. Chama-lhe de "Torre-cabelos" pelo costume que tem de se entranhar pelos cabelos das pessoas que lhes assanham, produzindo então um sumidido incômodo.

Achupé — Preta, grande e muito brava. Da bom mel ordinário, abundantíssimo tanto quanto a cera, que é de boa qualidade. Couto Magalhães, grande conhecedor das nossas coisas, comparou a casa dessas vespas a uma pera voltada para baixo, do comprimento de uma braça e de largura de cinco palmos. Dir-se-ia um tatu trapado numa árvore, visto de longe.

Inxu — Zebrada, pequena, esta vespa brava só teme o fogo. Produz mel supérfluo. Sua manada assemelha a uma casa de marimbondos e ela a constrói tanto nos galhos dos paus como no chão. O mel dessa vespa chega a apucar, de tão consistente. Marimbondo na concepção vulgar é como a devemos considerar.

Cupileira — Amarela, pequena, brava. Da bom mel dos ninhos que constrói nos cupins. Há uma outra variedade ou espécie diferente que também habita nos cupins, mas esta é preta, e o seu mel é nocivo como dizem os sertanistas.

Mandaguá — Abelha vermelha, pequena, mansa, bom mel. O ninho ela o faz em ocos de pau.

Frecheta — Uma minúscula abelha verde que se aninha nos paus e poucos favos de mel produz.

Janimbu — Preta, grande, bravíssima. Faz o ninho na cascã dos paus e fabrica muito pouco mel. A casa dessa vespa lembra a da Achupé.

Botim ou Sete-portas — Esta originalíssima abelha constrói seu ninho de maneira que a gente o reconhece à primeira vista: sete tubos de betume que conservam sempre abertos, quer de dia quer de noite. Mel excessivamente drástico."

O mel das abelhas sempre constituiu um importante recurso da colonização dos sertões: acompanhar o voo das abelhas, localizar uma árvore de colmeia entre centenas de troncos, extrair dali a cera e o mel sem arruinar a abelheira, são etapas importantes da relação humana com este ser vivo no Cerrado. A prática da apicultura silvestre ou a domesticação artificial desses animais em cortiças e cabaças provavelmente é outro hábito que surgiu do trato entre o colonizador e os povos nativos brasileiros de difícil inferência quanto às suas origens. (Holanda, 2005).

A reportagem de Carmo resgata para as páginas de jornais goianienses¹⁹, um estudo do médico e ornitólogo Hermann Friedrich Albrecht von Ihering (1850-1930) publicado pela revista *A Informação Goyana* em fevereiro de 1925, sobre o potencial econômico de exploração das abelhas sem ferrão do Planalto Central. Da matéria interessa notar, além da nova roupagem e tom ecologista com que Carmo a tratou, a importância que já Ihering e os editores d'*A Informação Goiana* davam aos nomes vulgares de cada espécie de abelha, “algumas não determinadas cientificamente”, e que “o étimo de tais vocábulos exige, muitas vezes conhecimentos em muitos casos de vida dos respectivos animais e estes conhecimentos em muitos casos não temos nem ela literatura os podermos obter”.

Em *Quarto Crescente*, Carmo irá resgatar esse conhecimento e seu enquadramento ecológico e elaborá-lo a partir de suas memórias e vivências junto à floresta, assim como uma explicação para a possível extinção das abelhas nativas pela agressão sofrida, vinda de espécies exóticas com ferrão:

Marco a era de 1927 [...] como sendo do começo da abelha estrangeira, a d'europa, entrando no Mato Grosso goiano. Ela veio com a Estrada de Ferro, como criação dos ferroviários e, encontrando condições propícias, nos gerais pouco povoados e de muita fartura de flores, foram escapando dos cortiços domésticos, passaram adiante dos acampamentos da estrada, estanharam no mundo, como criação de casa que vira brabeza. Descobriram a mata virgem, sem o bicho homem para furtá-las na fartura de mel que ela faz. Em pouco tempo, a abelha d'europa tomou conta, ocupou todo oco de pau que existia, acabou com o silêncio das brenhas com o seu zum-zum atordoante. Em certos casos, virou praga, pois os enxames passaram a arrancar em certos locais e pontos em que não podiam. (Bernardes, 1986, p. 65).

[...] No mato, essa casta de abelha armada de ferrão feito marimbondo, trouxe o desassossegado e cizânia entre outras melíferas que eram naturais do lugar. Até os passarinhos, muitas espécies deles, foram incomodados, rareando, perseguidos por essa forasteira invasora que entrava e tomava conta de tudo, sem respeitar preceito algum.

¹⁹ A referência e data precisas são de difícil identificação, mas a diagramação e o formato sugerem que provavelmente trata-se de matéria para jornal *Cinco de Março* em finais da década de 1970.

Ao tomarem os ocos dos paus, não só deslocaram as outras famílias de abelhas que ficaram desarvoradas sem ter onde morar, e com isto se extinguíam, mas desacomodaram também os pica-paus e muitos outros viventes que se abrigam no oco. O periquito-verde, que prosperava um tanto descomedido por causa do alimento em coco de jerivá de muita fartura nesses tempos, foi ficando sem seus ninhos, que eles mesmos furavam nos cupins. Chegou um ponto de não ter mais jeito. De se declarar o mato em estado de calamidade, pois até as casas de João-de-barro, os enxames, quando eram menores, pegaram a invadir.

Sendo as matas como eram, de muito boas culturas, paulama muito sadia, o oco em competência para arranchamento de abelhas tinha que ser, por força, mais escasso. O que existia pode-se dizer que tinha dono, ou já estava posseado por um enxame qualquer de abelhas do lugar. Os enxames chegavam e invadiam, escaramuçavam as outras abelhas tomavam-lhes o mel. Mais fortes, bem armadas de ferrão, carregado de veneno, as abelhas estrangeiras davam nas do lugar, em disputa não só das moradias nos buracos e nos ocos mas também para tomar conta só para elas das copas das árvores e dos ramos enfiorecidos. (Bernardes, 1986, p. 65-66).

Resta agora, assim mesmo, quase que só em casa, como bichinho doméstico, ararnhada nas cabaças, a jataí. Essa veio escapando por ser abelhinha miúda, arranchadeira em pé de pau; sempre tem sua portinha de entrada pequenina, de não caber a invasora. E a jataí é mesmo de natureza mansa, gosta de vir morar perto da gente, no pé dos esteios das casas, no moirão de porteira e aceita a agregação nas cabaças que a gente lhe arruma, penduradas nos caibros das varandas e nas casinhas de despejo. Faz seu mel é de flores selecionadas, basta-se com pouca coisa. (Bernardes, 1986, p. 66-67).

[...]as abelhas silvestres que existiram por aqui.[...] Tenho, então, a advertência de dar uma relação das nossas abelhas antigas, para quem quiser fazer uso dela daqui por diante.

Faço conta que estou num lugar sapecado, no alto de um morro, um terreno em que, castigado pelo fogo e pelos desgastes das erosões, as árvores são decadentes e, por isso, de muito oco. Vou lembrando, parece que estou vendo, escuto o zum-zum e sinto o cheiro da samora, as espécies de abelhas que conheci em menino e que de muitas furei mel: na forquilha, sempre na forquilha, a *borá*, loura, enroscadeira no cabelo, de mel agridoce; num pau seco, muitas moradas no mesmo oco, a *mandaguari*, mel doce e farto; nos galhos altos do angico grosso, chegando de uma por uma, feito bala, a *mandassaia*, de mel rico e bom. E vejo todas, desde a *jataí* no pé dos paus, até o *bijuí* de ponta longa mais em cima. A *uruçu-boi*, a *mumbiquinha* e a *mumbacão*, a *moça-branca* e a *aratim*; a *tataira* ou *caga-fogo* e a *marmelada*, a *sanharol*, a *chupé*, a *arapué*, a *abelha-sapo*, as quatro, essas, a bem dizer, de nenhuma serventia, assim como a *mosquitinha* e a *remeleira*. (Bernardes, 1986, p. 67-68, grifos do autor).

As abelhas serão novamente tema da reflexão ecológica de Carmo dessa vez em *Selva, Bichos e Gente*. Nessa oportunidade mais recente, o autor corrige a hipótese levantada em *Quarto Crescente* para a competição entre espécies exóticas e nativas: as colonizadoras não agridem as nativas sem ferrão, mas acordam mais cedo (Bernardes, 2001, p. 18).

Atualmente é sabido que as espécies exóticas de abelhas, ditas africanizadas (mestiçadas entre espécies europeias e africanas pelos humanos com fins econômicos), tornaram-se eficientes polinizadoras na conquista de nossas florestas. Elas possuem a característica de visitar um grande número de plantas, competindo com as abelhas nativas (Venturieri, 2008). Além disso, o uso de venenos e inseticidas tem constituído um fator importante para a extinção das abelhas nativas do Cerrado, conforme Dutra e Barbosa (2020, p. 13):

A utilização indiscriminada de agrotóxicos e destruição da biodiversidade que coevoluiu com o Cerrado foi outro impacto da fronteira agrícola no Brasil Central. Isto desencadeou um processo acelerado de desequilíbrio, acabando com a fauna nativa de modo geral, incluindo as abelhas indígenas sem ferrão, da subfamília *Meliponinae*, sendo conhecidos também como meliponíneos.

A biodiversidade do Cerrado forma um acervo valioso para fármacos, cosméticos e alimentos. O discurso da biodiversidade que propõe proteger essa natureza de práticas destrutivas, segundo Almeida (2003, p. 79), também “é uma nova maneira de falar sobre a natureza dentro de uma profunda mediação técnico-científica e é, também, uma nova interface entre a natureza, o capital e a ciência”.

Segundo Vernier (1994, p. 99), “80% das populações de países em desenvolvimento tratam-se com produtos naturais” e “40% de todas as indicações médicas americanas provêm de fontes naturais”. Porém o mundo vivo ainda pode entregar algo melhor que as próprias substâncias: os mecanismos que as produziram. (Vernier, 1994).

A comida e colheita também dependem diretamente da biodiversidade: muitos dos vegetais consumidos pelos homens e outros animais necessitam de abelhas, zangões, vespas, pássaros e morcegos para a sua polinização. Os insetos himenópteros (abelhas, vespas, formigas) tem uma utilidade considerável como no controle de pragas e aeração do solo. (Vernier, 1994).

As monoculturas de uma única espécie formam frágeis ecossistemas muito expostos a doenças e pragas. Sua resistência pode ser aumentada cruzando-as com espécies selvagens. Vernier (1994, p. 100) exemplifica que a “epidemia de ‘ferrugem de café’ que, em 1970, ameaçou as plantações de café do Brasil e da América Central só foi dominada pela descoberta de uma variedade genética de café *selvagem* etíope”. Contudo, as espécies selvagens de plantas também têm se tornado raras.

A natureza também funciona como um vasto estoque de alimentos, ainda subutilizado: das 75 mil espécies de plantas comestíveis existentes, a dieta humana se concentra em apenas sete cultivos principais: trigo, arroz, milho, batata, cevada, batata-doce e mandioca. (Vernier, 1994). A devastação ambiental significa não só a perda desse capital natural e genético de milhões de anos mas principalmente do conhecimento acumulado ao longo dos tempos, sobre o uso medicinal e alimentício tradicional das plantas pelas populações humanas a elas associadas (Almeida, 2022).

Comunidades tradicionais têm dado sua contribuição à ciência com seus conhecimentos, muitas vezes sem saber sequer como serão utilizados. (Almeida, 2003b). A biotecnologia, aliada ao discurso da biodiversidade, busca manter a diversidade viva, mas é necessário garantir que essas populações sejam partícipes e beneficiadas por esse movimento. A apropriação de saberes tradicionais pela indústria farmacêutica, por exemplo, gera lucros bilionários²⁰ sem retribuição justa.

A sociobiodiversidade é a compreensão de que é a interação entre populações locais e o meio ambiente, que gera alimentos, medicamentos, artesanatos e paisagens culturais. Essa conexão reflete seus modos de vida sustentáveis e identidades culturais e é essencial reconhecer politicamente a diversidade socioambiental como característica central do Brasil, protegendo culturas, tradições e territórios associados, esclarecendo e trazendo-os ao debate da atualidade desses saberes.

A gramática ambiental do escritor Carmo Bernardes constitui propriamente uma forma de elaboração na cultura goiana que buscou valorizar e atualizar esses conhecimentos à luz do debate com a ciência e as formas de produção modernas, e reposicionar a qualificada fala roceira diante desse novo mundo. A literatura de Carmo mostra como disciplinas como a história e as ciências sociais contêm uma mirada ecológica em suas abordagens na mesma medida em que a ecologia e as ciências naturais são tributárias de concepções sociais e históricas de mundo. O diálogo entre campos de saber aparentemente tão díspares como as humanidades e as ciências da natureza foi possibilitado a partir da reelaboração e reavaliação da uma memória fundada na cultura rural goiana.

²⁰ Segundo Almeida (2003b), levantamentos de 1999 estimavam que o mercado mundial de drogas de origem vegetal era de 12,4 bilhões de dólares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O escritor Carmo Bernardes da Costa completaria 110 anos de vida no mês de dezembro, ao final do ano de 2025, próximo ao momento em que esta pesquisa é defendida e procura resgatar seu nome, sua memória e sua importância para os goianos e para a cultura de maneira geral. Inicio esse capítulo de considerações finais fazendo esse registro não como forma justificar alguma relevância por meio do nome deste escritor, mas porque considero essa uma observação fundamental.

Seria fácil incorrer no erro presunçoso de se posicionar enquanto imbuído de algum “resgate das tradições”, ainda mais trabalhando diretamente com um tema tão visceral quanto a memória.

Contudo, neste caso, a idade de Carmo, é uma reflexão que me ocorre a partir da leitura dos historiadores Peter Burke e Paulo Bertran e que gostaria de desenvolver um pouco melhor: o escritor teria hoje a idade dos avós e bisavós de grande parte das pessoas dos nossos dias.

Especialmente Paulo Bertran, que foi um historiador contemporâneo a Carmo Bernardes, nos faz o alerta sobre a necessidade de se pensar a descontinuidade que as construções de Goiânia e Brasília (e o projeto modernizador que estas cidades representam) implicam na cultura e nas formas que a história toma em Goiás.

Já sob a perspectiva de Burke, reflito que também Carmo Bernardes procurou, há 40 anos atrás, escrever sobre seus pais e avós, o que coloca sob o olhar da inquirição temporal pretendida neste trabalho um tempo relativamente longo.

Além do mais, Carmo foi alguém que buscou conscientemente a temática da natureza através de uma abordagem ecológica, o que exige outra mirada profunda no tempo para além do tempo histórico, uma mirada vertiginosa: como olhar um penhasco ou fitar um horizonte infinito e indefinido de pequenos morros e grotas; ou como procurar definir os contornos da lua, ou a profundidade e quantidade das estrelas. É uma mirada vertiginosa e sempre imprecisa pois é intangível aos sentidos humanos sem ferramentas próprias de mediação: a mirada geológica, a perspectiva geofísica, a contemplação universal. Um tempo que Carmo arrazouo como sendo “um melado fervendo no tacho que cessou de chofre”, equacionando as variáveis necessárias à compreensão do que pretendia esclarecer e foi falar de assuntos que julgou mais pertinentes às suas formulações ecológicas.

Assim também são o senso comum e a cultura popular, infinitos em suas possibilidades de abordagem e mediação, que por vezes constituem um horizonte tão longínquo e profundo que fazem parecer as grandes conquistas da Humanidade pequenos morrotes elevados em suas formas.

É propriamente disso que se trata a abordagem à cultura, principalmente pelo viés que propõe a intersecção entre a história e a literatura: esboços, erros, omissões, redundâncias e exclamações constituem um valioso material de análises, talvez mais importantes que os grandes feitos. A geógrafa Barreira (2002, p. 98), ao estudar o Vão do Paranã, observou que a região pareceu pouco atrativa do ponto de vista dos grandes feitos históricos: “aparentemente, nada aconteceu ali que pudesse ser considerado importante”. O gado chegando mansamente em busca das pastagens nativas e os roceiros-vaqueiros que vieram atrás desses animais não eram interessantes à compreensão da história goiana até pouco tempo atrás.

Portanto, acredito que esse trabalho resgate o escritor Carmo Bernardes, não como um salvamento, mas para reforçar alguns de seus argumentos. Se para alguns goianos constitui uma ofensa comparar Goiás à ausência de civilização (Oliveira, 2006), uma roça, Carmo procurou afirmar que “antes fosse”. Antes Goiânia e o estado de Goiás conservassem um estado de relação com a natureza próximo aos que estabeleceram a cultura roceira e sertaneja de outros tempos.

Faça-se o registro: Carmo era alguém que questionava a ciência, criava passarinhos e tartarugas em casa. Mas essas são marcas e afirmações de sua cultura e de um tempo que ele sabia distinguir bem das possibilidades e alcance oferecidos pelos meios tecno-científico da sociedade moderna industrial.

Uma crônica de Carmo sobre as artimanhas de caçadores que driblam a fiscalização (Bernardes, 1977) é bastante atual e diferencia bem quem o fazia para sobreviver de quem o fazia por ganância e diversão irresponsáveis. A fiscalização ambiental é cada vez mais sofisticada no mundo por meio de satélites e aparelhagens eletrônicas, assim como se sofisticam os métodos para evitá-la e enganá-la. Carmo, portanto, foi alguém que buscou tornar a visão da ecologia menos dualista e ingênua, procurando, com as ferramentas que permitiam seu tempo, alguma possibilidade real de relação com o mundo natural.

Feitas essas observações, gostaria de guardar o espaço final de considerações dessa pesquisa a dois elementos que considerei importantes durante esse processo e não terão o devido espaço de análise e reconhecimento nessas páginas.

Carmo Bernardes também foi instrumentista e músico. O trabalho mais completo sobre sua biografia que encontrei foi realizado pela pesquisadora Mácia Pereira dos Santos em 2007 pela UNESP. Uma cronologia no apêndice dessa pesquisa aponta o item: “1933 – Aprende música com maestro Ataliba Barbosa e passa a tocar piston pelo interior goiano”. Esse é um fato que mereceria maiores considerações e aprofundamento de minha parte, mas até onde me foi possível, encontrei poucos registros dessa atuação. Portanto, deixo registrada essa possibilidade.

A menção à música é recorrente em Carmo, mas nos seus escritos quase sempre me deparei com o violão e não o piston. Independentemente, cabe refletir que linguagem musical também pode ser escrita, mas é transmitida principalmente a partir das referencialidades sensoriais da audição e da dança. Artistas em geral, mas os músicos em particular, costumam ser tidos como pessoas com uma percepção de realidade ampliada, facilitada pela compreensão que a linguagem musical enquanto fenômeno social permite. Lembro que Jurubatuba (1979), o romance mais conhecido de Carmo, se inicia com uma cena em que as pessoas festejam e dançam ao som de uma banda, ao que Ramiro (alter ego de Carmo) encontra um violão largado de um rapaz que “não estava se atrevendo bem com o sanfoneiro em suas mudanças de tempo e acordes”, ao que o protagonista “panhou o violão” e “quando o sanfoneiro bambeava a munheca seus acordes tomavam corpo”. A música portanto consiste um referencial importante para Carmo.

Também o romance *Memórias do Vento*, publicado em 1986 pela Editora Marco Zero, é um importante registro do processo de metropolização de Goiânia e contém representações que passam pela memória de alguns pioneiros do Setor Pedro Ludovico, conforme relatos que podem ser encontrados na pesquisa de Costa (2016), e merece maior atenção. Além disso, apesar da verve regionalista da linguagem e do conteúdo arraigados de Carmo Bernardes, acredito que esse livro busque uma ousadia e tenta se aproximar de linguagens como o cinema a partir de alguns elementos como sua capa algo enigmática e chamativa e a forma como o elemento do vento busca fundir imagens a todo momento como das hélices de um helicóptero policial que alvoroçam e levantam o voo de barracos na periferia, e a ventania característica dos meses de seca em Goiânia. Além disso essa narrativa se dá em um ambiente urbano, representando situações como encontros em motéis e cinemas,

passeios de carro e conversas ao telefone que não são elementos comuns nesse autor que costuma ser buscado por sua conexão com a ruralidade.

REFERÊNCIAS

OBRAS DE CARMO BERNARDES

BERNARDES, C. **Rememórias**, Goiânia: Livraria e Editora Araújo, 1968.

BERNARDES, C. **Jurubatuba**. São Paulo: Livraria Cultura Goiana Editora, 1979.

BERNARDES, C. **Força da Nova: lembranças**. Goiânia: Secretaria de Educação do Estado de Goiás, 1981.

BERNARDES, C. **Quarto Crescente: lembranças**. 2.ed., Goiânia: Ed. da UFG, 1986.

BERNARDES, C. **Memórias do vento**. Editora Marco Zero, 1986.

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 8 ed. Ateliê Editorial, 2021.

ALMEIDA, M. G. de. Em busca do poético do sertão. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTS, A. (orgs.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Editora Alternativa, 2003a.

ALMEIDA, M. G. de. **Tantos cerrados**. Goiânia: Vieira, 2005.

ALMEIDA, N. A. de. **Análises e conclusões: Estudos sobre autores goianos**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, v. 1, 1985.

ARRAIS, C. A.; ARRAIS, T. A.; OLIVEIRA, E. C. de. **O século XX em Goiás: o advento da modernização**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2016.

ARRUDA, G. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Edusc, 2000.

ÁVILA, M. **O retrato na rua: memórias e modernidade na cidade planejada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BARBOSA, A. S. O GRITO ÊMICO DOS GRUPOS QUE FORMARAM O HOMO-CERRATENSIS. In **Xapuri socioambiental**, ano 2, número 22. Formosa/GO: agosto de 2016.

BARBOSA, A. S. et al. **O piar da juriti pepena: narrativa ecológica da ocupação humana do cerrado**. Editora PUC Goiás, 2014.

- BENJAMIN, W. O narrador - Considerações sobre a obra de Nilolai Leskov. *In: Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERTRAN, P. **Formação econômica de Goiás**. Oriente, 1978.
- BERTRAN, P. **História da terra e do homem do Planalto Central: eco-história do DF do indígena ao colonizador**. Brasília: Editora da UNB, 2011.
- BRANDÃO, C. R.; ROCHA, E. (2004). **O jardim da vida**. Goiânia: Editora da UCG.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 13. ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BURKE, P. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.
- CABRAL, A. S. A C; OLIVEIRA, S. C. C de. Etnolinguística. *In: OTHERO, Gabriel de Ávila; FLORES, Valdir do Nascimento (Org.). A Linguística Hoje: múltiplos domínios*. São Paulo: Contexto, 2023. p. 29-39.
- CARVALHO, I. C. M de. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CASSINI, S. T. **Ecologia: conceitos fundamentais**. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro Tecnológico, Vitória: 2005.
- CASTILHO, D.; CHAVEIRO, E. F. Por uma análise territorial do Cerrado. **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, p. 35-50, 2010.
- CHAUL, N. F. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: UFG/UCG, 1997.
- CHAVEIRO, E. F.; BARREIRA, C. C. M. A. Cartografia de um pensamento de Cerrado. *In: CASTILHO, Denis; PELÁ, Márcia. (Org.). Cerrados: perspectivas e olhares*. Goiânia: Vieira, 2010. p.15-34.
- COSTA, S. R. **Dicionário de gêneros textuais**. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2014.
- DE SOUSA SANTOS, B. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.
- DUTRA E SILVA, S. **No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FERRI, M.G. **Simpósio sobre o cerrado**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1971.

FRANCO, J. L. de A. *Natureza no Brasil: idéias, políticas, fronteiras (1930-1992)*. **Relações cidade-campo: fronteiras**. Goiânia: Editora UFG, p. 71-111, 2000.

FRANCO, J. L. de A.; DRUMMOND, J. A. *História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade*. In: **História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**, p. 333-366, 2012.

GOETHE, J. W von. **De minha vida: poesia e verdade**; tradução Mauricio Mendonça Cardozo. – 1. ed. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017. E-book Kindle.

GOMES, H; TEIXEIRA NETO, A; BARBOSA, A. S. **Geografia: Goiás / Tocantins**. 2. ed. rev. e ampl. Goiânia: UFG, 2005.

GUIMARÃES, M. R. C. **Civilizando as artes de curar: chernoviz e os manuais de medicina popular do Império**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e Fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LAGO, A; PÁDUA, J. A.. **O que é ecologia**. Editora Brasiliense: Coleção Primeiros Passos. São Paulo, 2004.

LEONARDI, V. **Entre árvores e esquecimentos: história social dos sertões do Brasil**. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996

NEPOMUCENO, M. A. **O papel político-educativo de A Informação Goiana na construção da nacionalidade**. Goiânia: UFG. 2003.

NORA, P. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. São Paulo: Projeto História, 1993.

OLIVEIRA, E. C. *A realidade da ficção: representações da cidade de Goiânia nos contos literários e poemas*. In: SILVA, A. L. da; OLIVEIRA, E. C. de. **Goiânia: fundações da modernidade literária no cerrado**. Goiânia,GO: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PALACÍN, L.; MORAES, M.A.S. **História de Goiás: 1722-1972**. 7. ed. revisada. Goiânia: UCG, Vieira, 2008.

PESAVENTO, S. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RIBEIRO, R. F. **As florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RICCIARDI, G. **Auto retrato de escritores goianos**. Goiânia: IGL: AGEPEL, 2001.

RODRIGUES, C. M. C. **Literatura e espacialidade: experiências e narrativas de escritores**. Goiânia: Cãnone, 2013.

SÁ, J. de. **A crônica**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2005.

THOMAS, K.; **Homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. Companhia das Letras, 1988.

VENTURIERI, G. C. **Criação de abelhas indígenas sem ferrão**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2008.

VERNIER, J. **O Meio Ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

VICENTINI, A. **Tal sertão, qual cerrado?** Goiânia: UFG, 2016.

VIOLA, E. J. **O movimento ecológico no Brasil, 1974-1986: do ambientalismo à ecopolítica**. Universidade de Santa Catarina, 1987.

ARTIGOS DE PERIÓDICOS

AFIUNE, P. de S.; OLIVEIRA, E. C. de. Do maravilhoso ao desencantamento: Olhares sobre a natureza no cerrado nos séculos XVIII e XIX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Vol. 7 Nº 14, dez. de 2015.

ALMEIDA, M. G. de. Cultura Ecológica e Biodiversidade. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, ano 2, n. 03, p. 71-82, 2003b.

ALMEIDA, M. G. de. A reinvenção da natureza. **Espaço e Cultura**, n. 17, p. 41-54, 2004.

ALMEIDA, M. G. de. Uma Leitura Etnogeográfica do Brasil Sertanejo, **GeoTextos**, vol. 18, n. 2, p. 231-254, dezembro 2022.

ARAÚJO, A. de F. B. O regionalismo como outro. **Revista estudos de literatura brasileira contemporânea**. Literatura e resistência, Brasília, n. 28, p. 112-124, jul./dez. 2006.

BASTOS, L. A.; FERREIRA, I. M. Composições fitofisionômicas do bioma cerrado: estudo sobre o subsistema de Vereda. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 12, n. 2, p. 97-108, 2010.

BERTRAN, P. Desastres ambientais na capitania de Goiás. **Ciência Hoje**, v.12, n.70, p.42-48. 1991.

BERTRAN, P. A Memória Consútil e a Goianidade. **Revista UFG**, Goiânia, ano VIII, n. 1, junho, p. 62-67, 2006.

BOAVENTURA, K.D.J.; SILVA, C.M.; DUTRA E SILVA, S. Building Soil Fertility: Embrapa and the Agronomic Development for the “Conquest” of the Brazilian Cerrado (1975-95). **História Agrária**, 89, p. 247-278, 2023.

BORGES, J. C. P.; DE SANTANA, A. T. Relações de Poder e de Trabalho na Fazenda-Rocha Goiana. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 17, n. 2, 2016.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 62-63, pp. 69-72, juin 1986. Tradução de Olívia Alves Barbosa.

BRASIL, A. do. A vegetação e a fertilidade do solo goyano. **A Informação Goyana** v.1, n.1, p. 2-3, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1917.

CARVALHO, I. C. M de. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. **Horizontes Antropológicos**, 9(19), 283-302, 2003.

CARVALHO, I. C. M de. Paisagem, historicidade e ambiente: as várias naturezas da natureza. **Confluenze** (Bologna), 2009.

CHAVEIRO, E. F; CASTILHO, D. Cerrado: patrimônio genético, cultural e simbólico. In: **Revista Mirante**, vol. 2, n.1. Pires do Rio - GO: UEG, 2007

CORMINEIRO, O. M. M. Encontros de história e literatura: a narrativa carmobernardiana e as práticas culturais dos sertanejos - norte de goiás e sul do maranhão (1900-1940). In: **Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver - Sentir – Narrar**, Teresina, 2012.

CORRÊA, H. T. Pacto Ficcional. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; VAL, Maria da Graça Costa; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro (Org.). **Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/matriz-de-referencia>. Acesso em: 26 jan. 2024.

COUTINHO, L. M. O conceito de bioma. *Acta botanica brasílica*, v. 20, p. 13-23, 2006.

DUTRA E SILVA, S.; BARBOSA, A. S. Paisagens e fronteiras do Cerrado: ciência, biodiversidade e expansão agrícola nos chapadões centrais do Brasil. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, 2020.

DUTRA E SILVA, S. Challenging the environmental history of the cerrado: science, biodiversity and politics on the brazilian agricultural frontier. **Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC) Revista De La Solcha** 10, 82–116, 2020.

DUTRA, R. M. S.; SOUZA, M. M. O. DE. Cerrado, Revolução Verde e a evolução no consumo de agrotóxicos. **Sociedade & Natureza**, v. 29, n. 3, p. 469-484, 12 abr. 2018.

FERREIRA, I.M. Bioma cerrado: caracterização do subsistema de vereda. **Observatório Geográfico de Goiás**, Porto Nacional, 2005. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/215/o/MENDES_ldevone_bioma_cerrado.pdf> Acesso em: 06 ago. 2024.

FERREIRA, M. E. et al. Considerations about the land use and conversion trends in the savanna environments of Central Brazil under a geomorphological perspective. **Journal of Land Use Science**, v. 11, n. 1, p. 33-47, 2016.

FRANCO, José Luiz de Andrade. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. **História (São Paulo)**, v. 32, p. 21-48, 2013.

FUNES, E. Sertão cerrado. In: Silva, Sandro Dutra e. **Fronteira Cerrado: sociedade e natureza no Oeste do Brasil**. Goiânia: Editora da PUC Goiás. p.125-142. 2013.

KURY, L. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8 (suplemento), p. 863-880, 2001.

LIPPI, L. O. A conquista do espaço: Sertão e fronteira no pensamento nacional. **Histórias, Ciência, Saúde, Rio de Janeiro**, v. 5, 1998.

MAIA, J. M. E. Governadores de ruínas: os relatos de viagem de Couto de Magalhães e Leite Moraes. **Estudos Históricos**, n.40, p.3-23. 2007.

MORAES, A. C. R. O Sertão: um “outro” geográfico. **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, Anos III – IV, n. 4-5, 2002-2003.

DE OLIVEIRA, E. C.; DO CASTRO CARMO, C. “O último narrador”: os causos de Geraldinho e os saberes populares em Goiás.. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 26, n. 3, p. 415-426, 2016.

OLIVEIRA, E. C. de. ALVES; C. E. da S.; OLIVEIRA, M. de F. Entre o Sublime e o Belo: As Representações Estéticas Sobre o Rio Araguaia. **Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC) Revista De La Solcha**, v.8, n.1, p.114–135, 2018.

OLIVEIRA, M. de F. A Imprensa chega ao sertão: a Matutina Meiapontense (1830/1834). **XXVII Simpósio Nacional de História. Anpuh-Brasil, Natal (RN)**, 2013.

OLIVEIRA, M. de F. Uma Releitura dos Viajantes Europeus: nem tudo era decadência em Goiás no século XIX. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.11, n.1, p. 308-323, 2018.

OTTE, G. O narrador sem aura ou pensando a reprodutibilidade oral em Benjamin. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, v. 2, p. 123-136, 1994.

OTTE, G. O Romantismo segundo Walter Benjamin. **Boletim/CESP** v. 15, n. 19, 1995.

OTTE, G. Natureza e história em Walter Benjamin. **Revista Literatura e autoritarismo—dossiê Walter Benjamin e a literatura brasileira. Dossiê**, n. 5, 2010.

PÁDUA, J. A. Herança romântica e ecologismo contemporâneo: existe um vínculo histórico? **Varia História**, v. 21, p. 58-75, 2005.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, p. 81-101, 2010.

PÁDUA, J. A. Pensar a História em Territórios Cheios: a importância do conceito de biomas brasileiros. **Estudos Históricos: Rio de Janeiro**. Vol. 36, nº 80, p. 542-556, Set-Dez 2023.

PEREIRA, G. M. O pacto autobiográfico: ou aproximar a leitura literária da vida. **SAPIENS-Revista de divulgação Científica**, v. 4, n. 1, p. 101-115, 2022.

QUINTELA, A. C. Do sertão ao cerrado do Planalto Central: uma questão de nomenclatura. **Revista UFG**, Goiás, ano 12, n. 9, p. 242-257, dez. 2010.

QUINTELA, A. C. Entre o Sertão e o Cerrado. In: VICENTINI, Albertina. **Tal Sertão, qual Cerrado**. Goiânia: Ateliê tipográfico, 2016.

RAMOS, V. de C. Uma região desconhecida. **Revista A Informação Goyana**. v. 1, n. 1, p. 22, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1917.

RIBEIRO, J. A. G.; CAVASSAN, O. Os conceitos de ambiente, meio ambiente e natureza no contexto da temática ambiental: definindo significados. **Góndola, Enseñanza y Aprendizaje de las Ciencias: Góndola, Ens Aprend Cienc**, v. 8, n. 2, p. 61-76, 2013.

RIBEIRO, J.F.; WALTER, B.M.T. As principais fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, S.M.; ALMEIDA, S.P.; RIBEIRO, J.F. **Cerrado: Ecologia e flora**. Planaltina: Embrapa Cerrado, p.151-212, 2008.

SANDES, N. F. Memória. In: BERTRAN, P. A Memória Consútil e a Goianidade. **Revista UFG**, Goiânia, ano VIII, n. 1, junho, p. 62-67, 2006.

SILVA, C. M. da. De um Dust Bowl paulista à busca de fertilidade do solo no Cerrado: a trajetória do IRI Research Institute (IRI) e as pesquisas em ciências do

solo no Brasil (1951-1963). **Revista Brasileira de História da Ciência**, vol. 5, n. 1, 2012.

SILVA, C. M. da. A face infértil do Brasil: ciência, recursos hídricos e o debate sobre (in)fertilidade dos solos do cerrado brasileiro, 1892-1942. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.26, n.2, p.483- 500, abr.-jun. 2019.

SILVA, H. Geographos de Gabinete. **Revista A Informação Goyana**. Rio de Janeiro, v.1, n.11, p. 135, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1918.

TELES, G. M. O lu(g)ar dos sertões. **Verbo de Minas: letras**. Juiz de Fora, v. 8, n. 16, p. 71-108, jul./dez. 2009.

VICENTINI, A. Regionalismo literário e sentidos do sertão. **Sociedade e Cultura**, v.10, n.2, p.187-196, jul./dez. 2007.

VIDAL, C. Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado. **Sociedade e cultura**, v. 1, n. 1, 1998.

WALTER, B.M.T.; CARVALHO, A.M.de; RIBEIRO, J.F. O conceito de savana e de seu componente Cerrado. In: SANO, S.M.; ALMEIDA, S.P.; RIBEIRO, J.F. **Cerrado: Ecologia e flora**. Planaltina: Embrapa Cerrado, p.19-45, 2008.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

WORSTER, D. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & sociedade**, v. 5, p. 23-44, 2003.

ZALLES, Viviana et al. Rapid expansion of human impact on natural land in South America since 1985. **Science advances**, v. 7, n. 14, p. eabg1620, 2021.

TESES E DISSERTAÇÕES

ARRAIS, T. de A. **Goiânia: os discursos no urbano e as imagens da cidade**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

BORGES, R. M. R. **Pensamentos dispersos, hegemonias concentradoras: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no cerrado**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

CARVALHO, I. C. M de. **A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em educação ambiental**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

CASTILHO, D. **Modernização Territorial e Redes Técnicas em Goiás**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

COSTA, F. V. **Um ornitorrinco no cerrado: Bairros populares e outros pioneiros na formação e expansão urbana em Goiânia**. 2016. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em história), Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

FERREIRA, L.P.B. **A Memória do PCB em Goiás: A experiência do Jornal A Luta e a formação da cultura comunista em Goiás (193/1945)**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO, 2001.

FREITAS, W. D. **Geografia, militância e marxismo: a trajetória de Horieste Gomes e sua participação no Movimento de Renovação da Geografia Brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás – Goiânia, 2014.

MAIA, K. C. P. **O processo de descentralização de competência do licenciamento ambiental mineiro: estudo de caso dos municípios detentores de Convênio Técnico e Administrativo com o Estado**. Tese (Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2017.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. Tese (Doutorado) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

OLIVEIRA, E. C. de. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

PAUL, J. B. da S. S. **A recriação do universo goiano por Carmo Bernardes nos contos de A ressurreição de um caçador de gatos**. Dissertação (Mestrado em Estudos Românicos) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2008.

PEREIRA, R. M. **Ecologizar a memória: sertão, antropologia e crise ecológica no século XXI**. 2023. Universidade Federal de São Carlos, 2023.

SANTOS, M.. P dos. **Relembanças em minguate: interpretação biográfica da obra de Carmo Bernardes**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita”, Franca-SP, 2007.

SILVA, R. C. da. **Reflexões sobre o “fazer histórico”: Uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990)**. Tese (Doutorado em História). Goiânia: Faculdade de História da Universidade Estadual de Goiás, 2015

SILVA, F. S. e. **Fazer Filosofia em um planeta ferido: Whitehead, Stengers e uma filosofia ambiental**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

SILVEIRA, J. G. da. **Ciência, Política e Natureza na Construção do "Parlamento Ambiental" Brasileiro: o CONAMA e a institucionalização do Meio Ambiente no Brasil (1981-1992)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2017

VASCONCELOS, V. V. **Recarga de aquíferos subsídios à gestão hídrica e ambiental bacia do rio Paracatu - SF7**. Tese (Doutorado em Evolução Crustal e Recursos Naturais) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2014.

WALTER, B.M.T. **Fitofisionomias do bioma Cerrado: Síntese terminológica e relações florísticas**. Tese (Doutorado em Ecologia) - Departamento de Ecologia, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Brasília, 2006.

JORNAIS E SITES ELETRÔNICOS

ALENCAR, L. S. de. **Carmo Bernardes, por Leda Selma**. Pena & poesia, segundo Luiz de Aquino, Goiânia, 11 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://penapoesiaporluizdeaquino.blogspot.com/2016/01/carmo-bernardes-por-leda-selma.html>> Acesso em: 21 de abril de 2023.

BERNARDES, C. **Árvore: A gigantesca usina da Natureza**. Diário da Manhã, 22 de setembro de 1982, DM Revista, p. 27. <https://hemeroteca.ihgg.org/publicacao.asp?PUB_IDEN=102&EDI_IDEN=4898> Acessado em: 17/08/2024.

BERNARDES, C. **Conversa de Rua**. Diário da Manhã, 24 de agosto de 1983, DM Revista, p. 22. <https://hemeroteca.ihgg.org/publicacao.asp?PUB_IDEN=102&EDI_IDEN=5490> Acessado em: 23/08/2024.

BERNARDES, C. **Quando todos os gatos são pardos**. Cinco de Março, 07 a 13 de fevereiro de 1977, 3º Caderno, p. 2. <https://hemeroteca.ihgg.org/publicacao.asp?PUB_IDEN=61&EDI_IDEN=783> Acessado em: 23/08/2024.

BERNARDES, C. **Recado**. Diário da Manhã, 14 de setembro de 1983, DM Revista, p. 20.
<https://hemeroteca.ihgg.org/publicacao.asp?PUB_IDEN=102&EDI_IDEN=5507>
Acessado em: 23/08/2024.

DIÁRIO DA MANHÃ. **O último romance de Carmo**. Diário da Manhã, 15 de outubro de 1986, Pára-choque, p.14. Disponível em:
https://hemeroteca.ihgg.org/publicacao.asp?PUB_IDEN=102&EDI_IDEN=5769.
Acesso em: 16/08/2024

FERNANDES, L. Fruto da Terra. **((o))eco**, 9 de dezembro de 2004. Disponível em:
<<https://oeco.org.br/reportagens/907-oeco10976/>> Acesso em: 21 de abril de 2023.

GOMES, M. *Um escritor original*. Jornal **O Popular**, Goiânia, Sexta-feira, 26 de abril de 1996, Caderno 2, p. 2. Fonte: Acervo do Autor na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG).

JAIME, N. O centenário de Leoldio Caiado – o último sertanista. **Jornal Opção**, 12 de dezembro de 2021, Periscópio. Disponível em:
<<https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/periscopio/o-centenario-de-leolidio-caiado-o-ultimo-sertanista-368310/>> Acesso em: 02 de setembro de 2024.

NOVAES, W. Salvar a 'floresta de cabeça para baixo'. **O Estado de São Paulo**, 05 de maio de 2006, Espaço Aberto, p. A2. Disponível em:
<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/318720>> Acesso em: 24 de abril de 2023.

O POPULAR, Caderno 2. Goiânia, Sexta-feira, 26 de abril de 1996. Fonte: Acervo do autor na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG).

ORTENCIO, Bariani. **Jamais esqueceremos Carmo Bernardes** - Parte do panegírico (Sessão de Saudade) a Carmo Bernardes, na Academia Goiana de Letras, em 30.05.1996. Diário da Manhã, Goiânia, 11 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.dm.com.br/opiniao/2018/10/jamais-esqueceremos-carmo-bernardes>. Acesso em: 21 de abril de 2023.

SANTOS, C. dos. *Conheça o Mato Grosso Goiano, floresta tropical que existia no meio do Cerrado*. Jornal **O Popular**, Goiânia, 18 de setembro de 2024. Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/magazine/conheca-o-mato-grosso-goiano-floresta-tropical-que-existia-no-meio-do-cerrado-1.3176923>> Acessado em: 21/09/2024

VIANNA, S.A. Mauritia in **Flora e Funga do Brasil**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://floradobrasil.jbrj.gov.br/FB15723>>. Acesso em: 26 ago. 2024

OUTRAS FONTES DA INTERNET

DOCUMENTÁRIO – CARMO BERNARDES. Youtube, 23 de junho de 2020.
Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fuVPFkJw-cs>> Acesso em: 08 de maio de 2023.